

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO
E PAISAGISMO

Talires Quesada Tavares

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS)**
O planejado e o possível

Santa Maria, RS
2023

Talires Quesada Tavares

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS)**

O planejado e o possível

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, Área de Concentração em Tecnologias e Sustentabilidade do Ambiente Construído, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo**.

ORIENTADORA: Dr^a Giane de Campos Grigoletti

COORIENTADOR: Dr. Edson Luiz Bortoluzzi da Silva

Santa Maria, RS
2023

Tavares, Talires Quesada

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS) – O planejado e o possível / Talires Quesada Tavares. – 2023.

215 p.; 30 cm

Orientadora: Giane de Campos Grigoletti

Coorientador: Edson Luiz Bortoluzzi da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, RS, 2023

1.ATHIS 2. Prática profissional 3. Arquitetura e Urbanismo 4. Opinião de agentes I. Grigoletti, Giane de Campos II. Silva, Edson Luiz Bortoluzzi da III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor (a). Sob supervisão da Direção de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, TALIRES QUESADA TAVARES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Talires Quesada Tavares

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS)**

O planejado e o possível

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.**

Aprovada em 30 de março de 2023:

Profª. Giane De Campos Grigoletti, Drª. (Ufsm)
(Presidente/Orientadora/Videoconferência)

Prof. Edson Luiz Bortoluzzi Da Silva, Dr. (Ufsm)
(Coorientador/Videoconferência)

Prof. Hugo Gomes Blois Filho, Dr. (Ufsm)
(Videoconferência)

Profª. Wrana Maria Panizzi, Prof. Drª. (Ufrgs)
(Videoconferência)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me mostrar o caminho e me tornar perseverante para não desistir dos meus sonhos, pela saúde minha e de meus familiares nessa época de pandemia, por todo seu amor e bençãos.

Agradeço aos meus pais, Priscila e Julio, por me criarem e me ensinarem a superar minhas dúvidas e medos, por me apoiarem nas minhas escolhas e decisões, por estarem comigo a qualquer hora ou momento.

Agradeço ao meu marido, Raffael, por todos os dias de incentivo, sustento e de companheirismo, por me amar, me cuidar e por se permitir sonhar comigo, imaginando um futuro onde os seus e os meus sonhos se complementam.

Agradeço aos meus professores do curso por dividirem seus conhecimentos e sabedorias, expandindo meus horizontes como profissional de arquitetura e urbanismo.

Agradeço a minha orientadora Giane e meu coorientador Edson por me ensinarem o quão importante é o papel social do arquiteto. Muito obrigada pela orientação e persistência.

RESUMO

Mesmo depois de décadas de política habitacional, a necessidade de novas moradias no Brasil ainda é altíssima. Em 2019, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) constatou que o Brasil possuía um déficit habitacional de 7,97 milhões de moradias e, pelo menos, 874 mil moradias precárias. Após a instituição da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS; Lei Federal Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008) e da destinação de 2% do orçamento anual do CAU/BR para o apoio da ATHIS, muitas ações de assistência técnica direcionadas para as famílias de baixa renda foram realizadas. O objetivo geral deste estudo é avaliar aplicações da ATHIS concluídas nos diversos meios da profissão do arquiteto e urbanista (acadêmico, comercial/escritório e em órgãos públicos). Os procedimentos metodológicos incluíram revisão bibliográfica, apresentação das ações selecionadas e coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes ligados à ATHIS. Foram selecionados profissionais de arquitetura das ações: projeto de extensão Adote uma Casa, da Universidade Vila Velha, Espírito Santo; escritório Ambiente Arquitetura, São Paulo; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF). A análise dos dados baseou-se em: conceito de ATHIS, referências usadas pelos agentes em sua prática, principais atores envolvidos nas práticas de ATHIS, ações realizadas pelas entrevistadas, experiências pessoais, percepções da lei ATHIS (LF nº 11.888/2008), tipos de recursos adotados e influência da pandemia do Coronavírus. A partir dessas informações, buscou-se refletir sobre as possibilidades de aplicação da ATHIS em cada meio de atuação do profissional de arquitetura considerado na pesquisa. Pode-se concluir que a ATHIS é eficaz como política pública, visa amenizar o déficit habitacional qualiquantitativo e a vulnerabilidade social, através do acesso ao direito à moradia e a profissionais especializados de diversas áreas. Também é possível destacar que a lei nº 11.888 não traz, em seu texto, especificidades quanto ao que o profissional pode realizar nessa prática, ela apenas respalda as ações. Essa abrangência permite o desenvolvimento não só das aplicações indicadas, mas, também aceita as práticas criadas, com base na vivência e experiências adquiridas por seus profissionais. Aponta-se ainda que é preciso divulgar melhor a ATHIS para agentes políticos, comunidades e demais áreas profissionais, para a efetiva aplicação a nível nacional das ações já indicadas na lei.

Palavras-chave: ATHIS; Prática profissional; Arquitetura e Urbanismo; Opinião de agentes.

ABSTRACT

Even after decades of housing policy, the need for new housing in Brazil remains extremely high. In 2019, the Brazilian Association of Real Estate Developers (ABRAINC) found that Brazil had a housing deficit of 7.97 million homes and at least 874,000 precarious dwellings. After the establishment of the Technical Assistance in Social Housing Law (ATHIS; Federal Law No. 11,888 of December 24, 2008) and the allocation of 2% of CAU/BR's annual budget to support ATHIS, many technical assistance actions targeted at low-income families have been carried out. The general objective of this study is to evaluate completed ATHIS applications in various professional contexts of architects and urban planners (academic, commercial/office, and public agencies). The methodological procedures included literature review, presentation of selected actions, and data collection through semi-structured interviews with agents involved in ATHIS. Architecture professionals from the following initiatives were selected: the extension project "Adopt a House" from Vila Velha University in Espírito Santo; Ambiente Arquitetura office in São Paulo; Rio Grande do Sul Council of Architecture and Urbanism (CAU/RS); and the Housing Development Company of the Federal District (CODHAB/DF). Data analysis was based on the concept of ATHIS, references used by agents in their practice, key actors involved in ATHIS practices, actions carried out by the interviewees, personal experiences, perceptions of the ATHIS law (LF No. 11,888/2008), types of resources adopted, and the influence of the Coronavirus pandemic. Based on this information, the study aimed to reflect on the possibilities of applying ATHIS in each professional context of architects considered in the research. It can be concluded that ATHIS is effective as a public policy, aiming to alleviate the qualitative-quantitative housing deficit and social vulnerability by providing access to the right to housing and specialized professionals from various fields. It is also noteworthy that Law 11,888 does not specify the actions that professionals can undertake in this practice; it merely supports the actions. This inclusiveness allows for the development of not only the indicated applications but also the acceptance of practices based on the expertise and experiences of professionals. Furthermore, it is necessary to better promote ATHIS to political agents, communities, and other professional fields to effectively implement the actions already indicated in the law at a national level.

Keywords: ATHIS; Professional practice; Architecture and Urbanism; Agents' opinions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Políticas implementadas até o ano 2000.....	18
Figura 2: Políticas implementadas após o ano 2000.....	24
Figura 3: Diagrama metodológico	31
Figura 4: Antes e depois de uma das intervenções.....	38
Figura 5: Planta do Conjunto Florestan Fernandes e José Maria Amaral	40
Figura 6: Foto ilustrativa do ambiente do mutirão	41
Figura 7: Implantação no terreno e imagem do processo de construção	42
Figura 8: Imagem de divulgação do Programa Casa Saudável do CAU/RS.....	44
Figura 9: Imagem de divulgação do Projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro do CAU/RS.....	45
Figura 10: Postos em 3 momentos de montagem.....	48
Figura 11: Projeto na medida, reforma habitacional.....	48
Figura 12: Relação das soluções para as dificuldades	81
Figura 13: Inserção da ATHIS em escritório.....	83
Figura 14: Inserção da ATHIS nas universidades	86
Figura 15: Inserção da ATHIS em órgão público.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conceito	53
Tabela 2: Conceito (para quem é e qual o papel social da ATHIS?).....	54
Tabela 3: Referências em ATHIS indicadas pelas entrevistadas	56
Tabela 4: Atores envolvidos segundo a ótica das entrevistadas	57
Tabela 5: Outros atores envolvidos segundo entrevistadas	59
Tabela 6: Aplicação (primeiros passos e etapas)	61
Tabela 7: Aplicação (principais dados e prazos)	63
Tabela 8: Aplicação (participação e sustentabilidade)	64
Tabela 9: Experiências (aprendizagem e destaques)	65
Tabela 10: Experiências (dificuldade e melhorias indicadas pelas entrevistadas)	68
Tabela 11: Legislação (impacto, lacuna e melhoria)	70
Tabela 12: Recurso	74
Tabela 13: Pandemia	76

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	1
1.2. OBJETIVOS	4
1.2.1. Objetivo Geral	4
1.2.2. Objetivos Específicos	5
1.3. ESTRUTURA DA PESQUISA	5
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
2.1. DIREITO À MORADIA.....	7
2.2. VULNERABILIDADE SOCIAL.....	9
2.3. HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 11	
2.1.1. A Base da Habitação de Interesse Social	11
2.1.2. A Habitação de Interesse Social após os anos 2000.	18
2.4. LEI DA ATHIS (LF Nº 11.888/2008)	24
3. MÉTODO DE PESQUISA	29
3.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	32
3.2. OBJETOS DE ESTUDO.....	32
3.3. SELEÇÃO E COLETA DE DADOS	32
3.3.1. Coleta de dados – universidade	34
3.3.2. Coleta de dados – escritório	34
3.3.3. Coleta de dados – órgão público	34
3.4. ANÁLISES DOS DADOS	35
3.5. PROPOSIÇÕES FINAIS	35
4. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DE ATHIS	37
4.1. PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA CASA (UVV/ES)	37

4.2.	ESCRITÓRIO AMBIENTE ARQUITETURA	39
4.3.	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU).....	42
4.4.	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (CODHAB/DF)	46
5.	RESULTADOS	51
5.1.	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	51
5.1.1.	Conceito de ATHIS sob a ótica das entrevistadas.....	51
5.1.2.	Referências citadas nas entrevistas	55
5.1.3.	Atores envolvidos nas práticas de ATHIS	57
5.1.4.	Ações realizadas pelas entrevistadas	60
5.1.5.	Experiências pessoais das entrevistadas	64
5.1.6.	Percepções da Lei ATHIS (LF nº 11.888/2008)	70
5.1.7.	Tipos de recursos adotados na ATHIS	73
5.1.8.	Influência da pandemia do coronavírus	76
5.2.	AS POSSIBILIDADES DA ATHIS	77
5.2.1.	Escritório	83
5.2.2.	Universidade	85
5.2.3.	Órgão Público	87
5.3.	REFLEXÃO FINAL.....	90
6.	CONCLUSÕES	95
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PADRÃO	105
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO MARIA ISABEL N. S. CABRAL	109
	APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO ANDREIA F. MUNIZ	133
	APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO SANDRA H. L. BECKER	145
	APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO SANDRA M. F. MARINHO	169
	ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTOS	191



1. INTRODUÇÃO

No texto a seguir será apresentada uma contextualização e justificativa, assim como os objetivos alcançados e a estrutura da dissertação desenvolvida.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Com a urbanização, industrialização, êxodo rural e o aumento populacional, o desenvolvimento urbano passou a contrapor os problemas da falta de saneamento básico, infraestrutura e o crescimento desordenado, acentuado pela falta de planejamento das cidades, tornando os municípios brasileiros modelos de planejamento urbano desiguais e excludentes, evidenciando problemas sociais, econômicos e ambientais.

Sem infraestrutura urbana adequada ao rápido crescimento das cidades, associado à precariedade e inadequação sanitária das habitações das classes dos trabalhadores, apareceram problemas como os primeiros surtos epidêmicos. Com a deficiência dos serviços públicos (sistema viário, equipamentos de educação, saúde e, principalmente, habitação) em atender de forma equilibrada as necessidades da população, também surgiram os indícios de segregação social entre bairros, como as vilas operárias, configurando núcleos residenciais isolados (NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo que incentivou a ocupação da periferia pelas populações de menor renda. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de porte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade (MARICATO, 2000).

Mesmo depois de décadas de política habitacional, a necessidade de novas moradias no Brasil ainda é altíssima. Como aponta o Censo de 2000, existe um déficit de 6,6 milhões de novas moradias concentradas principalmente nas regiões Sudeste (41%) e Nordeste (32%), sendo 81,8% do valor absoluto nas áreas urbanas. O déficit habitacional urbano se concentrava nas famílias com até três salários-mínimos, cerca de 83%. Segundo Bonduki (2008), esse déficit evidencia o fracasso dos programas públicos e a incapacidade dos mecanismos de mercado, ressaltando a necessidade de se formular estratégias mais eficazes para atender faixas de menor poder aquisitivo (CAMPOS, 2017).

Outra questão que deve ser levada em conta nas necessidades habitacionais é que o déficit não pode ser visto apenas como uma quantia de novas habitações, já que existe o déficit qualitativo, formado por moradias que apresentam carências no acesso à infraestrutura ou adensamento excessivo. Não significa que, necessariamente, a família precise de uma nova moradia, mas sim, intervenções para adequar condições dignas para sua habitação (BONDUKI, 2004).

Um levantamento mais recente, realizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), constatou que, em 2019, o Brasil possuía um déficit habitacional de 7,97 milhões de moradias, análise feita com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, segundo a ABRAINC, havia pelo menos 874 mil moradias precárias neste mesmo período (ABRAINC, 2020).

Este déficit retrata a dificuldade do Estado de equacionar o problema habitacional. Diante deste reconhecimento, tem surgido uma nova perspectiva na gestão das políticas habitacionais, com maior divisão das responsabilidades da União e responsabilização dos municípios pela elaboração e implementação de suas políticas públicas, como a habitacional (MORAES, 2012).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha para o CAU/BR em 2015 (CAU/BR, 2016), revelou que cerca de 70% das pessoas que compõem a população economicamente ativa do país afirmam que não contratariam os serviços de um arquiteto e urbanista em construções ou reformas. Porém, é válido destacar que 54%

dos brasileiros já reformaram ou construíram sua moradia. Desses, 85,4% fizeram sem orientação adequada de um profissional.

Os principais fatores ressaltados para tal situação foram os custos e a falta de conhecimento. Mesmo com esse desconhecimento acerca das competências de um profissional adequado, a maioria dos entrevistados entende a importância de realizar o projeto e veem o arquiteto como um fator de segurança, que age de forma a minimizar os atrasos e os empecilhos durante a obra. A grande maioria dos entrevistados que já construíram sem um arquiteto, apontaram como consequências dessa decisão a falta de controle sobre o tamanho da obra e do orçamento, carência de profissionais qualificados, comprometidos, além de problemas ao dimensionar a quantidade certa de material necessário para a construção (CAMPOS, 2017).

Moraes (2012) comenta que a autoconstrução é usualmente delineada pela falta de recursos, de informação, de orientação de profissionais qualificados, levando, muitas vezes, ao mau emprego dos materiais de construção (incompatíveis ao clima e às necessidades dos usuários), ao desperdício e, conseqüentemente, ao aumento do custo e a má qualidade da obra.

Em 2016, o CAU/BR deliberou pela destinação de 2% do seu orçamento anual para o apoio de ações voltadas para a promoção da assistência técnica pública e gratuita para as famílias de baixa renda (CAU/BR, 2016), uma forma de incentivar a aplicação da lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), Lei Federal nº 11.888, de 2008. Esta lei consiste na prestação de serviço, pública e gratuita a população de baixa renda, realizada por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que realizam projetos, acompanhamentos e execuções de obras necessárias para efetivação da edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação (BRASIL, 2008).

Segundo o CAU/SC, muitas ações de assistência técnica direcionadas para as famílias de baixa renda foram realizadas sem que, necessariamente, estivessem em diálogo com algum agente institucional, mesmo quando realizadas de acordo com os propósitos da Lei. Ou seja, identificam-se práticas de assistência técnica pública e gratuita para as famílias de baixa renda, promovidas por vários atores, organizados em distintos arranjos (ou agrupamentos), que envolvem o setor público, a iniciativa

privada, o terceiro setor e as comunidades organizadas, mas que não se articulam de forma estratégica e programática a partir do poder público, que é o responsável por garantir direitos sociais a partir da realização de políticas públicas (CAU/SC, 2019).

O intuito desse trabalho é desenvolver uma análise das ações de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), que aplicam a Lei Federal nº 11.888, de 2008, através do entendimento das ações que podem ser desenvolvidas, sob a ótica dos profissionais que as implementam, analisando suas experiências nessas ações. Desta forma, busca-se contribuir para a compreensão de processos, dificuldades e potencial da aplicação da lei de ATHIS, qualificando ainda mais as práticas do profissional de arquitetura dentro da área de atendimento a demandas da habitação de interesse social.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é avaliar as aplicações da Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social (ATHIS; Lei Federal Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008), nos diversos meios da profissão do arquiteto e urbanista (acadêmico, comercial/escritório e em órgãos públicos), desenvolvidas e concluídas no Brasil.

1.2.2. Objetivos Específicos

A seguir, são apresentados os objetivos específicos da pesquisa.

- a) Colaborar com a sistematização de informações sobre a gênese e a história da criação da legislação relativa à ATHIS no Brasil.
- b) Levantar experiências de agentes ligados ao mercado, ao ensino, ao serviço público e ao conselho de Arquitetura e Urbanismo que participaram de ações de ATHIS ou as fomentaram.
- c) Refletir a respeito de acertos e erros, potencialidades e fraquezas a partir das experiências pesquisadas.
- d) Propor aprimoramentos para ações em andamento ou futuras em cada área da atuação do profissional de arquitetura.

1.3. ESTRUTURA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa, é apresentado, no Capítulo 2, um apanhado sobre a revisão bibliográfica, com o intuito de fundamentar conhecimentos atinentes à Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS); no Capítulo 3, apresenta-se o método de pesquisa com suas etapas, ferramentas e procedimentos; no Capítulo 4, foram desenvolvidos as apresentações das atividades escolhidas; no Capítulo 5, foram apresentados os resultados obtidos com a pesquisa; e, no Capítulo 6, foram apontados as considerações finais da pesquisa.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA



Para compreender o conceito e como surgiu a prática de Assistência Técnica de Habitação de interesse Social (ATHIS), buscou-se aprofundar as temáticas quanto ao direito à moradia, déficit habitacional, vulnerabilidade social, programas e políticas públicas, a Lei Federal nº 11.888, que ampara as ações de ATHIS, e assuntos a ela relacionados.

2.1. DIREITO À MORADIA

A moradia é um direito historicamente aprimorado, visto que sempre se teve um instinto em relação a sua tamanha necessidade, mesmo que ainda não fosse discutida a sua adequação digna para o completo desenvolvimento do ser humano (SOUZA, 2004). Nolasco (2008) define o direito à moradia como sendo a posse exclusiva de um lugar onde se tenha um amparo, que se resguarde a intimidade e se tenha condições para desenvolver práticas básicas da vida. É um direito *erga omnes*, um lugar de sobrevivência do indivíduo, onde se pode ter privacidade e condições para realizar as atividades básicas da vida. Nesse sentido, a moradia é um direito universal que garante a sobrevivência e o bem-estar tanto do indivíduo quanto de sua família (NOLASCO, 2008).

Bonotto (2006) menciona que o direito à moradia tem natureza prestacional, o que significa dizer que sua aplicabilidade plena está condicionada à intervenção do Poder Público e à realização de políticas públicas que garantam não só a imediaticidade desse direito, como também sua eficácia. Em um âmbito global, foi a partir de meados do século XX, mais especificamente em 1948, que o direito à moradia passou a ser considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tendo como enceto que as pessoas que fazem parte dos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), tenham acesso à moradia.

Conforme descrito na Declaração dos Direitos Humanos: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis” (BRASIL, 2013). Tornando todos os tratados e acordos internacionais assinados pelo Estado brasileiro força de lei e obrigatório o seu cumprimento dentro do território.

O Brasil também integra o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado em 1996 no qual: “reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (BRASIL, 1992). Conforme Barin (2006), o termo moradia, até então não mencionado propriamente, foi utilizado pela primeira vez com o intuito de proteção internacional dos direitos humanos e abarcou o direito à moradia como tal.

Apesar de um direito preestabelecido, o direito à moradia, não está na nossa constituição desde a sua implementação. Entretanto, passou a ser integrada no ano 2000 quando a Emenda Constitucional nº 26 foi incorporada à Carta Magna, dizendo que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, (BRASIL, 1988) sendo associado diretamente ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Não se pode deixar de manifestar que, ao aplicar o princípio da dignidade da pessoa humana, ocorre a materialização dos direitos fundamentais, o que, segundo o princípio da indivisibilidade, se estende aos direitos sociais em geral e, de forma especial, ao direito à moradia (SARLET, 2008). É comum de comparar o termo moradia com residência, porém essas terminologias têm parâmetros distintos, como descrito por Souza (2004):

A moradia consiste em bem irrenunciável da pessoa natural, indissociável de sua vontade e indisponível, que permite a fixação em lugar determinado. Não só físico, como também as fixações dos seus interesses naturais da vida cotidiana, exercendo-se de forma definitiva pelo indivíduo, e, secundariamente, recai o seu exercício em qualquer pouso ou local, mas sendo objeto de direito e protegido juridicamente. O bem da “moradia” é inerente à pessoa e independente de objeto físico para a sua existência e proteção jurídica. Para nós, “moradia” é elemento essencial do ser humano e um bem extrapatrimonial. “Residência” é o simples local onde se encontraria

o indivíduo. E a habitação é o exercício efetivo da “moradia” sobre determinado bem imóvel. Assim, a “moradia” é uma situação de direito reconhecida pelo ordenamento jurídico [...] (SOUZA, 2004, p. 43-45).

Essa definição descrita por Souza (2004) vai ao encontro do que foi apresentado pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU em 1991 no qual descreve a moradia como: um local salubre, com condições mínimas à sobrevivência, como saneamento básico, água, tubulação para esgoto, coleta de lixo, pavimentação – e energia elétrica, além de ser seguro e acessível aos serviços públicos básicos, tais quais escolas, postos de saúde, praças e pontos de ônibus e de outros transportes coletivos.

Os autores Souza, Nolasco, Bonotto, Barin e Sarlet trazem uma visão dos conceitos e definições da moradia e dos direitos que as pessoas têm a ela. Para isso, a assistência técnica de habitação de interesse social (ATHIS) e outras políticas públicas tentam trazer para a população de baixa renda a qualidade e o acesso a esse direito, o qual muitas vezes lhe é negado. Como será demonstrado mais à frente neste trabalho.

2.2. VULNERABILIDADE SOCIAL

A terminologia sobre a vulnerabilidade social é complexa. Cutter (1996) apresentou dezoito definições de vulnerabilidade diferentes, selecionadas de estudos entre 1980 e 1995. A fim de demonstrar a multidimensionalidade da vulnerabilidade, Schumann (2014) relaciona as diversas abordagens da vulnerabilidade apresentadas em estudos desenvolvidos desde a década de 1980 até os dias atuais, apresentando 29 definições de vulnerabilidade e destacando a ampliação do quadro conceitual.

Apesar da complexidade que sustenta esta terminologia, pode-se chegar a um conceito de ordem heterogênea e multicausal, sendo impossível pensar em soluções que sejam meramente econômicas para problemas de ordem estrutural, herdados desde os primórdios da formação da estrutura social, além da degradação do sistema democrático de direito e de políticas urbanas ineficientes.

Compreende-se, portanto, que a vulnerabilidade não se limita a uma única dimensão ou fator, mas é uma combinação complexa de diversos elementos, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (BRUSEKE, 2006). Acselrad (2002) descreve que a noção de vulnerabilidade é relativamente atribuída a um menor ou maior grau de susceptibilidade de pessoas expostas ao risco, em lugares sem nenhuma forma de infraestrutura, enfrentando situações que afetam o seu cotidiano, no que diz respeito às mudanças sofridas pelos grupos sociais em detrimento ao espaço social fixado.

Almeida (2011) diz que: “A vulnerabilidade social é constituída por desigualdades sociais e espaciais, e, em virtude dessa característica, tornam-se imprescindíveis a avaliação e a comparação das vulnerabilidades entre os diversos espaços”. Yunes e Szymanski (2001) referem, ainda, que o conceito de vulnerabilidade foi criado pelo grupo de pesquisa de LB Murphy na década de 1930, que o definiu como “susceptibilidade à deterioração de funcionamento diante de estresse”.

Segundo Oliveira (1995), a solução ou mitigação da vulnerabilidade está diretamente relacionada ao aspecto econômico. A vulnerabilidade de determinados grupos está intrinsecamente relacionada à ação de outros grupos mais privilegiados. O entendimento desta dinâmica é importante, segundo o autor, para que os grupos vulneráveis saiam de uma condição passiva e passem a entender seus direitos e a obrigação da sociedade e do Estado em reduzir as desigualdades sociais. O autor ainda argumenta que as políticas públicas podem ajudar a mitigar a vulnerabilidade, mas não são suficientes, pois é necessário avançar no campo dos direitos. Ou seja, a consciência de que certos direitos são previstos em lei e cada grupo deve exigir que esta seja cumprida. Para Kowarick (2000), os sistemas públicos de proteção social sempre foram limitados e precários, além de haver um desmonte de serviços e regulamentações que se traduziram em perda de direitos adquiridos.

Segundo Jacobi (2006), a dinâmica urbana excludente e segregadora determina uma paisagem cada vez mais vulnerável, marcada pelo predomínio de estratégias de sobrevivência que privilegiam práticas de degeneração do ambiente urbano e exposição ao risco. Neste sentido, Kowarick (2000) afirma que a maioria do quadro de risco de desastres é decorrente do processo de favelização urbana no

Brasil e das precárias condições de vida das populações pobres aglomeradas em territórios abandonados e excluídos de todos os direitos.

Conforme os ideais evidenciados nesse texto, pelos autores Cutter, Schumann, Acselrad, Almeida, Jacobi e Kowarick, podemos concluir que os problemas de vulnerabilidade possuem diversos fatores para sua origem. No entanto, a presença de um profissional de arquitetura e urbanismo no desenvolvimento do planejamento das cidades e no atendimento à população de baixa renda pode minimizar os impactos sociais desse problema, diminuindo a segregação e exclusão dos mais vulneráveis no meio urbano, além de diminuir os desastres socioambientais vinculados à instalação dessa população em locais impróprios.

A percepção da existência e desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade social é o que desencadeia inúmeros projetos e programas que tentam diminuir ou sanar essa problemática. Na assistência técnica de habitação de interesse social (ATHIS) a vulnerabilidade social é utilizada como um dos parâmetros para definir se as ações serão desenvolvidas e implantadas para aquele morador ou comunidade, como será demonstrado posteriormente nesse trabalho.

2.3. HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Este item apresenta um breve histórico do surgimento da habitação de interesse social dentro do desenvolvimento urbano brasileira através da implantação de seus programas e políticas públicas implementadas ao longo dos anos.

2.1.1. A Base da Habitação de Interesse Social

Para compreender os caminhos geradores da prática da assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS), é preciso retroceder ao início da formação e desenvolvimento do que hoje são as grandes cidades brasileiras.

Mateus (2017) ressalta o agravamento do problema da falta de moradia devido à instituição da Lei de Terras (Lei nº 601/1850), que entra em vigor em 1850, determinado que a única maneira de adquirir uma propriedade seria através da compra, deslegitimando o acesso à terra pela posse ou ocupação. Afirma ainda, que busca por sobrevivência dos escravos libertos, após a Abolição da Escravatura em 1888, colaborou para o início de assentamentos irregulares ou ilegais, crescimento urbano desigual e com a falta de planejamento. A vinda de grande número de imigrantes para o Brasil e o êxodo rural também colaborou para aumentar a população urbana vivendo em condições precárias, o que paulatinamente levou ao quadro atual de déficit habitacional (NASCIMENTO, *et al.* 2009).

De acordo com Campos (2017), o adensamento populacional e a necessidade de moradia, propiciaram o surgimento dos edifícios de aluguel oferecidos pela iniciativa privada, os cortiços, que passaram a ser associados à precariedade e inadequação sanitária das habitações desta classe de trabalhadores. O autor ressalta ainda que paralelamente, apareceram problemas de deficiência dos serviços públicos, surgimento dos primeiros surtos epidêmicos, e indícios de segregação social entre bairros, como as vilas operárias, configurando núcleos residenciais isolados, lançando as bases de um urbanismo de ocupações nas periferias das cidades brasileiras (CAMPOS, 2017).

Antes de 1930, o Estado não se preocupava com a habitação popular. Somente a partir dessa década, a casa própria foi compreendida como um aspecto importante para a qualidade de vida do trabalhador. Como resultado do desenvolvimento das atividades urbanas e industriais, a base política precisou se adaptar, incorporando novos grupos sociais emergentes, como a população urbana. A partir de 1934, o governo retirou do mercado privado a responsabilidade de fornecer moradias para a classe média, transferindo o ônus financeiro para o próprio trabalhador (DUARTE, 2011).

No Estado Novo, em plena ditadura de Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945, as vilas operárias, favelas e cortiços foram desocupados em nome da salubridade, principalmente em Salvador e no Rio de Janeiro, buscando dar uma estética metropolitana às cidades. O lema de Getúlio Vargas, na época, era "[...] que se racionalizem os modos de construção, de modo a se obter pelo menor preço a

melhor casa." (BRASIL, 2007). Porém, com o crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1960, quando a população passou de 41 milhões para 70 milhões, o Estado não conseguiu atender a demanda. Isso fez com que as famílias ocupassem ilegalmente glebas e alastrando-se condições precárias de moradias (OSÓRIO, 2004).

Essas edificações, sob gerência direta do proprietário e morador, adquiriam ou ocupavam o terreno, traçavam sem apoio técnico um esquema de construção, viabilizavam os materiais, contratavam a mão de obra gratuita e/ou remunerada informalmente, e, logo erguia-se a casa. Atualmente este sistema é largamente difundido, mas foi na década de 1940 que a autoconstrução sofreu uma grande expansão (BONDUKI, 2011).

No governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946, foi criada a Fundação Casa Popular, a primeira ação governamental voltada à habitação social no Brasil, destinada principalmente ao financiamento da construção das habitações, prevendo estudos e publicações de catálogos com informações sobre barateamento de imóveis a fim de criar padrões de construção acessíveis (BRASIL, 2007). O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade do ser humano, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, à qual o Brasil é signatário (CAU/SC, 2018).

Segundo Martins (2019) com uma maior presença do Estado na determinação dos caminhos econômicos do país, desenvolve-se a produção da habitação social, incentivada por desdobramentos decorrentes da abertura para do capital internacional a partir dos anos 1950. Conforme o autor, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), cuja produção era financiada por fundos organizados por categorias profissionais, produziram cerca de 130 mil unidades habitacionais, trazendo a habitação social para uma posição de destaque no quadro da arquitetura brasileira, sendo uma referência consolidada de boa arquitetura de habitação social. No entanto, suas ações foram insuficientes diante do vertiginoso processo de industrialização e urbanização que se intensificou nos anos seguintes (MARTINS, 2019).

Em março de 1964, a ditadura militar toma conta do Brasil e em maio, como uma das primeiras medidas do regime de exceção, é criado o Banco Nacional de

Habitação (BNH) que passou a construir milhares de unidades habitacionais no país para a população de baixa e média renda, mas com uma arquitetura padronizada. Essas características foram criando uma diferenciação entre as habitações projetadas e executadas, para a população de maior renda e as padronizadas financiadas pelo BNH para a população de baixa renda. Sendo assim, quem tem poder aquisitivo para contratar profissionais, atendendo suas demandas particulares e específicas, planejando sua moradia e dando a medida do seu sonho de morar. Já aquele sem renda para pagar um projeto arquitetônico individualizado e a execução de sua casa, recebe uma moradia padronizada, financiada pelo governo, executada sem que o usuário possa entrar em contato com profissionais para expressar suas necessidades e demandas específicas. Nesses moldes, a habitação de interesse social e a assistência técnica se transformaram em sinônimos de financiamento (BRASIL, 2007).

A grande lição é que essa política de construção padronizada e de baixo custo, implantada a partir da década de 1960, não sanou o problema do déficit habitacional. O êxodo rural agravou ainda mais o problema no país. Cerca de 100 milhões de pessoas passaram a viver nas cidades desde a década de 1960. Ocupações irregulares eram tratadas como caso de polícia e não como problema social, fazendo com que as pessoas fossem expulsas desses lugares, geralmente próximos a locais onde obtinham sua renda para subsistência, e fossem transferidas para grandes conjuntos habitacionais construídos na periferia das grandes cidades, sem condições mínimas de prover seu sustento (BRASIL, 2007).

Campos (2017) comenta que a casa própria autoconstruída na periferia foi um aspecto da inserção do trabalhador no processo de desenvolvimento de diversas cidades brasileiras. Na década de 1970, época de grande crescimento econômico do Brasil,

Ao mesmo tempo em que se permitiu uma redução salarial, a casa própria, representou para os trabalhadores uma perspectiva, mesmo que ilusória, de ascensão social e estabilidade familiar, não só pela possibilidade de escapar do aluguel e morar a custo quase nulo como, sobretudo, por representar a única perspectiva de entesouramento, de formação de um patrimônio e de obtenção de uma renda extra. Por essas razões, mais do que motivos de ordem ideológica, a aspiração pela casa própria foi tão forte e generalizada entre os trabalhadores de baixa renda (BONDUKI, 2011, p. 307).

Na região sul do Brasil, os primeiros debates sobre assistência técnica aparecem na pauta do Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul¹ a partir das discussões em torno da alteração do Ato Normativo n° 1, de 1970, que dizia respeito à isenção da obrigatoriedade de responsabilidade técnica de arquiteto ou engenheiro civil para edificações de apenas um pavimento e cuja metragem não ultrapassasse 80 m² (abrangendo a habitação de interesse social). Sobre o assunto, o Sindicato dos Arquitetos e Engenheiros do RS (SAERGS) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) manifestaram-se contrários ao Ato, dizendo que o problema da habitação de interesse social precisaria passar por profissionais para ser resolvido e que a assistência técnica para a habitação deveria ser colocada “[...] no mesmo nível da assistência médica, jurídica e social, já incorporadas aos programas de ação social do poder público [...]” (MELLO, 2021).

No ano de 1976, em publicação do SAERGS, patrocinado pelo CREA/RS, criou-se a proposta de Assistência Técnica à Moradia Econômica, o Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), coordenado pelos arquitetos Clovis Ilgenfritz da Silva, Newton Burmeister, Carlos Maximiliano Fayet e Claudio Casaccia e os Advogados Manuel André da Rocha e Madalena Borges (IAB, 2010). A instituição do Programa ATME, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, representa um grande marco dessa construção política. A ideia ficou conhecida em todo o país, sendo imediatamente aceita por diversos profissionais de vários estados (BRASIL, 2007).

No final da década de 1980, ganha destaque o programa de construção por mutirão com autogestão que foi implementado em 1989, tendo sido referência para muitos estudos acadêmicos e para políticas públicas habitacionais que se seguiram (AMORE, 2016). Tal programa resultou da reflexão entre vários atores da sociedade civil, tais como funcionários públicos e apoiadores de iniciativas de organizações da Igreja Católica (AMORE, 2016).

¹Além das atividades relacionadas especificamente ao universo da arquitetura e urbanismo, o SAERGS participou, neste momento, do movimento sindical brasileiro mais amplo (MELLO, 2014). Entre meados da década de 1970 e o início da década de 1980, o Brasil passou por uma expressiva ampliação do movimento sindical e por importantes greves, principalmente na região do ABC Paulista, sendo este um momento de reivindicações por abertura política, de organização de movimentos contra hegemônicos, novos partidos políticos e movimentos sociais (MELLO, 2014).

Segundo Campos (2017), em 1986, a extinção do BNH coincidiu com o agravamento da crise econômica, obrigando parte da população a continuar instalando-se nas áreas periféricas e em edificações precárias. A procura de melhor qualidade de vida e emprego nas cidades pelos moradores rurais levou o país a ter dados de urbanização superiores a 80% e problemas de ordem social e econômica, sendo na época o terceiro pior país do mundo em distribuição de renda (CAMPOS, 2017).

As atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF), mas a área de habitação continuou vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU). Em 1987, esse ministério foi transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU) e um ano depois, em 1988, é criado o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES) (BRASIL, 2004).

Com a reforma do Estado e a Constituição Federal de 1988, o processo de descentralização ganha base para sua efetivação, estabelecendo uma redefinição de competências onde os estados e municípios passam a gerir os programas sociais, inclusive o de habitação (CAMPOS, 2017). Em 1989, é extinto o MBES e criada a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC). As atividades financeiras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a CEF passam a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda (BRASIL, 2004).

Uma emenda popular inclui na Constituição um capítulo sobre a política urbana, tratando dos instrumentos de reforma urbana e de função social da cidade (IAB, 2010). O direito à cidade, definido pela Constituição e regulamentado posteriormente, é uma garantia que toda a população tem de usufruir da estrutura e dos espaços públicos de sua cidade, com igualdade de utilização (BRASIL, 1988). O instrumento democrático, permitiu a participação de pessoas, não vinculadas diretamente ao meio político tradicional, a levarem seus anseios para movimentos sociais e entidades profissionais (como as dos arquitetos e urbanistas). Permitindo assim, a inclusão de temas controversos, muitas vezes antigos e mal gerenciados, como da moradia habitacional.

Na década de 1990, a assistência técnica é incluída na Lei Orgânica Municipal da cidade de Porto Alegre, no seu artigo 233, que define ser de responsabilidade do

município a execução de programas habitacionais e a instituição de um programa de assistência técnica gratuita ao projeto e à construção de moradias para famílias de baixa renda. Com o passar do tempo, outras ações foram iniciadas em Campo Grande, São Paulo, Vitória e Belo Horizonte. Nesta mesma época, os acadêmicos começam a se envolver com a temática através da promoção de iniciativas de extensão universitária e a inclusão no currículo de questões referentes à habitação e direito à cidade. No final dos anos 1990 é criado o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), através da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA), atuando junto às comunidades de baixa renda (CAU/SC, 2018).

Já em 1994, o governo federal implementou os programas Habitar Brasil e Morar Município, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Em 1995, extingue-se o Ministério do Bem-Estar Social e cria-se a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação (PNH) (BRASIL, 2004).

Em 2000, a partir de um milhão de assinaturas coletadas pelos movimentos sociais, foi incluído no artigo sexto da Constituição Federal o direito à moradia, antecedendo até mesmo a aprovação do Estatuto da Cidade que, em seu artigo 4º, reconhece a ação da assistência técnica como um instrumento da política urbana (CAU/SC, 2018).

Mesmo depois de décadas de política habitacional, conforme é evidenciado na Figura 1, a carência de novas moradias no Brasil ainda era altíssima, como aponta o Censo de 2000, demonstrando um déficit de 6,6 milhões de novas moradias concentrados principalmente nas regiões Sudeste (41%) e Nordeste (32%), sendo 81,8% do valor absoluto nas áreas urbanas, como já mencionado na introdução. O déficit habitacional urbano se concentrava nas famílias com até três salários-mínimos, cerca de 83%. Segundo Bonduki (2008), esse déficit evidencia o fracasso dos programas públicos e a incapacidade dos mecanismos de mercado, ressaltando a necessidade de se formular estratégias mais eficazes para atender faixas de menor poder aquisitivo (SCOTTON, 2020).

Figura 1: Políticas implementadas até o ano 2000



Fonte: Autora

O contexto descrito levou a uma nova forma de enfrentamento do problema, como será apresentado no próximo item.

2.1.2. A Habitação de Interesse Social após os anos 2000.

Em 2001, após uma tramitação que durou 11 anos, foi aprovado o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelecendo, dentre outros, o instrumento da assistência técnica e jurídica gratuita para comunidades e grupos sociais menos favorecidos. Trata-se de uma ação normativa que reconhece a ATHIS enquanto ferramenta da política de habitação a nível nacional (CAU/SC, 2018).

Apesar de sua aprovação ter sido realizada em 2001, o Estatuto da Cidade era debatido desde a década de 1970. O Estatuto, que regulamenta os artigos 182 e 183

da Constituição Federal de 1988, finalmente reforça o caráter redistributivo das políticas públicas e da argumentação em direção à defesa da função social da propriedade (artigo 5º da CF) inculido em uma das reivindicações dos movimentos pela reforma urbana (CAU/SC, 2019).

Após 30 anos de construção deste aparato legal e criadas as condições políticas e sociais, está posto o momento oportuno para, no início do ano de 2002, o Deputado Federal, arquiteto e urbanista, Clóvis Ilgenfritz da Silva dá início à tramitação de um Projeto de Lei de sua autoria sobre a assistência técnica, conduzido até sua aprovação final pelo Deputado Federal, também arquiteto, Zezéu Ribeiro (IAB, 2010).

Muitas cidades, através de atos públicos, instituíram leis semelhantes, antecipando-se às leis maiores, mas nem todas conseguiram, na prática, implantá-las. Em 2002, São Paulo aprovou a Lei nº 13.433, que dispõe sobre o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, de autoria do Vereador e arquiteto Nabil Bonduki. Nesse mesmo ano, Vitória, no Espírito Santo, estabeleceu, através da Lei Municipal n 5.823, diretrizes e normas da Política Municipal de Habitação e criou dentre outras coisas, o serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (CREA/MG, 2009).

Mesmo diante de um cenário político favorável, dado pela criação do Ministério das Cidades e de uma Secretaria Nacional de Habitação (2003), não houve a disponibilidade de recursos financeiros para programas específicos de autogestão habitacional, e neste sentido os movimentos populares apresentaram uma proposta para incluir no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a modalidade de autogestão. Algumas alterações no PAR foram feitas, mas a proposta de autogestão nos moldes defendidos pelos movimentos sociais só foi aprovada em abril de 2004 (Resolução n.º 39/2004) com o Programa Crédito Solidário, criado pelo Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS), que permite às famílias de baixa renda, organizadas em cooperativas, associações ou entidades privadas sem fins lucrativos, utilizarem os recursos do Fundo (FDS) para comprar terreno, comprar unidade habitacional, construir, ampliar ou reformar uma unidade habitacional (CAU/SC, 2018).

Em belo Horizonte, Minas Gerais, a Lei Municipal nº 8.758, de autoria do Vereador e engenheiro José Tarcísio Caixeta, instituiu, em 2004, o Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública, que promoveria assistência técnica e jurídica à elaboração de projeto e construção de edificação no Município, visando, entre outras coisas, disponibilizar serviços de arquitetura e engenharia à parcela da população que não conseguia acessá-lo por conta própria, por desconhecimento ou por incapacidade financeira (CREA/MG, 2009).

Concernente à evolução da política urbana e antecessora do SNHIS, as campanhas dos planos diretores, iniciadas no Ministério das Cidades, logo após sua criação, em 2003, conceberam o conceito de uma adesão continuada de estados e municípios a uma agenda nacional de produção do plano nacional, estadual e municipal de habitação de interesse social (HIS), com vistas à produção de Diagnósticos e Propostas. Em outubro de 2005, a chamada pública por experiências de assistência técnica em todo Brasil, feitas pelo Ministério das Cidades, foi antecedida pela realização de seminários estaduais, que preparam o campo para uma ampla mobilização em torno do assunto (CAU/SC, 2019).

As experiências foram cadastradas através de uma chamada pública que, segundo os organizadores, revelavam “grande diversidade e criatividade” (ARRUDA, 2007). O levantamento foi representativo e contou com 79 experiências, com a participação de 17 estados e o Distrito Federal, sendo que 12 destas experiências foram convidadas para exposição oral em Campo Grande (CAU/SC, 2019).

Em 2007, o governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implantando grandes obras de infraestrutura, incluindo um programa de caráter social, a Urbanização de Assentamentos Precários (BONDUKI, 2009). Também foi criado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), como um dos principais itens da nova Política Nacional de Humanização (PNH), elaborado com um amplo processo participativo envolvendo todos os segmentos da sociedade, tendo como objetivo direcionar e planejar as ações públicas e privadas, em curto, médio e longo prazo. O intuito era sanar as necessidades habitacionais do país através de estratégias que incorporam ações em quatro eixos principais de atuação: subsídios e financiamento; arranjos e desenvolvimento institucional; cadeia produtiva da construção civil; e política fundiária urbana (MOREIRA, 2016).

As ações do PlanHab buscaram estruturar linhas de programas voltados a: apoio à melhoria da unidade habitacional; produção de habitação; desenvolvimento institucional; e integração urbana de assentamentos precários informais. Cada um destes itens estipulou demandas e regras de atendimentos específicas, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), desenvolvido com a estrutura da linha de produção de habitação, ganhando prioridade e notoriedade na temática habitacional, ofuscando os outros programas e subprogramas (CAMPOS, 2017).

Em junho de 2008, o II Seminário Mineiro Direito à Arquitetura e à Assistência Técnica, realizado pela Gabinete de Habitação do CREA/MG, deu destaque à aprovação pelo Conselho do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) do Programa de Produção Social da Moradia, uma antiga luta dos movimentos de moradia pelo acesso das associações e cooperativas populares aos recursos do fundo, em novembro, o IV Seminário Nacional Avaliação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil e na América Latina, realizado pela Federação Nacional dos Arquitetos em Belém do Pará, foi coroado com a notícia da Inclusão, na ordem do dia do Senado Federal, do projeto de lei PLC 0013/2008, a Lei da Assistência Técnica (CREA/MG, 2009).

Os eventos, promovidos pelas entidades e conselhos profissionais (FNA, IAB, CONFEA, CREAs), pelo Ministério das cidades e Caixa Econômica Federal, convergiram para o aprimoramento do projeto de lei sobre assistência técnica, iniciado pelo ex-deputado arquiteto Clóvis Ilgenfritz e conduzido pelo ex-deputado arquiteto Zezéu Ribeiro (CREA/MG, 2009). Em 24 de dezembro de 2008, é criada a Assistência Técnica Pública e Gratuita às famílias de baixa renda, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 11.888, tendo como base para sua origem o Programa Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) (IAB, 2010).

Em 2009, foram desenvolvidas diversas campanhas pela regulamentação da Lei em municípios e estados nos diversos eventos do Colegiado Brasileiro de Entidades (IAB, FNA, ABEA, ABAP, ASBEA e FENEA). A Bienal de Arquitetura de São Paulo hospedou o fórum de movimentos populares especialmente dedicado à discussão da ATHIS, tais como questões quanto a regularização fundiária, resiliência e produção habitacional foram o foco do encontro (CAU/SC, 2019).

Ainda nesse mesmo ano, o Governo Federal coloca o atendimento ao déficit quantitativo como o foco da ação da política habitacional, e nesta perspectiva lança o Programa Minha Casa, Minha Vida que tem por objetivo a produção de unidades habitacionais tendo como ator central deste arranjo, a iniciativa privada. Neste contexto a ATHIS como política pública fica secundária, visto que há um direcionamento dos recursos públicos para a produção de moradia, a partir de um agente produtor (em escala), que é a iniciativa privada, através das construtoras e empreiteiras. Entidades, com o mesmo objetivo de atender o déficit quantitativo, mas apresentavam um diferencial na forma do financiamento, como o Programa Crédito Solidário, um financiamento que utiliza recursos do FDS e, portanto, deve retornar ao Fundo em um prazo de 20 anos. Já o PMCMV utiliza recursos do Orçamento Geral da União, e o retorno é dimensionado a partir da capacidade de endividamento do beneficiário (CAU/SC, 2018).

Dados coletados pela ABCP, em 2009, feita pelo Instituto Data Popular, demonstram que aproximadamente 35% do PIB da construção civil provém do mercado de autogestão, que engloba gastos com novas unidades, melhorias e ampliação, além de reformas para conter a depreciação das moradias. Além disso, a intenção de reformar sua casa como, apontava uma demanda de 51% dos entrevistados, sendo que a mesma pesquisa apontava que, para a grande maioria dos entrevistados, a obra é feita pelo pedreiro ou pelo próprio morador (CAU/SC, 2019).

O dado coletado acirra a situação de precariedade da oferta das melhorias habitacionais e tem por consequência o risco de se ter comprometido o investimento da família na reforma e sua própria saúde. Um aspecto não apontado pela pesquisa é a não associação do projeto com a obra no processo de reforma, denotando uma total desconsideração sobre a qualidade agregada ao espaço que a adoção de um projeto pode acrescentar ao ambiente construído (CAU/SC, 2019).

Em 2010, é aprovada a Lei nº 12378 que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que traz no escopo da sua criação, a pauta dos arquitetos urbanistas, dentre as quais está a ATHIS. O CAU/BR passa a apoiar a promoção de assistência técnica para habitação de interesse social através de ações de patrocínio direcionado a entidades que desenvolvem ações de ATHIS (CAU/SC, 2018). O CAU/BR aprovou, em 2014, a Resolução nº 94, de 7 de novembro de 2014, objetivando a destinação de

recursos para ATHIS, no contexto do fomento a projetos de pesquisa e novas iniciativas de atendimento da população (CAU/SC, 2019).

Segundo dados da Pesquisa DataFolha/CAU/BR, 2015, “cerca de 70% das pessoas que compõem a população economicamente ativa afirmam que contratariam os serviços de um arquiteto e urbanista para construções ou reformas” (CAU/SC, 2019). Porém, a parcela que utiliza dos serviços do Arquiteto e Urbanista é de apenas 7%. Ao serem perguntados se já construíram ou reformaram o imóvel, a maioria (54%) já construiu ou reformou, mas apenas 15% utilizaram a mão de obra do Arquiteto e Urbanista ou mesmo do Engenheiro Civil para o projeto e para a execução de obra (CAU/SC, 2019). Em 2016, o CAU/BR promoveu um avanço significativo para a ATHIS ao designar a todos os CAUs estaduais (CAU/UF) a destinação de, no mínimo, 2% de seu orçamento anual em ações de diagnóstico, divulgação e fomento ao tema (CAU/SC, 2019).

De acordo com Jeferson Salazar (2014) a lei de ATHIS tem ficado na prateleira dos interesses políticos menores. Se a lei de fato for implantada e integrada a uma verdadeira política habitacional, ela marcará um novo momento para os direitos fundamentais do ser humano, como o direito à moradia digna, e estará contribuindo de forma criativa para a redução do déficit habitacional (CAU/RJ, 2014).

Portanto, realizar uma Oficina sobre Assistência Técnica e Direito à Cidade é um desafio. [...] Precisamos abraçar anos de conhecimento para conseguirmos abraçar a luta pela moradia, intrinsecamente relacionada à luta pelo direito à cidade. Temos condições de avançar neste projeto! E não podemos ficar apenas nesta Oficina ou neste livro. É necessário constituir grupos de trabalho para aprofundar todas as questões que precisam ser enfrentadas, como, por exemplo, viabilizar esta prestação de serviço essencial à cidadania plena (CAU/RJ, 2014).

Através da Lei Nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, o Governo Federal instituiu um novo programa habitacional denominado Programa Casa Verde e Amarela, com o intuito de promover o direito à moradia para famílias de áreas urbanas com renda mensal de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e a famílias residentes em áreas rurais com renda anual de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). Esse programa é associado ao desenvolvimento econômico, à geração de trabalho, renda, à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população brasileira (BAHIA, 2021).

Figura 2: Políticas implementadas após o ano 2000



Fonte: Autora

Assim como é comentado no texto acima e demonstrado na Figura 2, é possível verificar todas as ações e elementos desenvolvidos até o ano de 2021, levando ao atual cenário das políticas públicas brasileiras.

2.4. LEI DA ATHIS (LF Nº 11.888/2008)

Conforme o texto anterior, que demonstra o trajeto das ações, legislações e políticas públicas desenvolvidas, é possível compreender que as questões urbanas brasileiras, tais como desigualdade sócio territorial, déficit habitacional, infraestrutura precária, vulnerabilidade socioeconômica, além dos demais problemas relacionados à urbanização e marginalização da população de baixa renda, são debatidas por movimentos sociais e por profissionais de arquitetura e urbanismo até os dias atuais.

Segundo Medvedovski (2020) o processo de construção informal de moradia teve base na industrialização Brasileira, onde a maioria dos trabalhadores não conseguia se integrar a um mercado formal de trabalho, tendo acesso apenas a baixos salários. Maricato (2014) ressalta que a causa das “ocupações ilegais e da produção de cidades informais” continuaram crescendo devido à ausência de políticas públicas e estão associadas à distribuição de transporte público e saneamento urbano.

Medvedovski (2020) afirma que “devemos encarar essas preexistências, as grandes consolidações urbanas” qualificando os espaços de forma assistida, melhorando a saúde do morador e do meio ambiente em que se encontra, mantendo as relações de convívio entre as famílias residentes nessas ocupações. Segundo o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB, 2010) também diz que três variáveis devem ser combinadas para se obter uma política habitacional capaz de prover moradia para um grande número de famílias em um curto espaço de tempo, a saber: a capacidade de autoconstrução da população de baixa renda; o sucesso comprovado de programas de reurbanização; e a autoconstrução assistida, que seria a Assistência Técnica, com apoio de profissionais técnicos e recursos financeiros.

Diversas ações focadas na assistência técnica ocorreram ao decorrer das décadas, tais como: pesquisas, ações governamentais, projetos de extensão universitária, discussões em sindicatos, conselhos profissionais, associações civis e estudantis. Com os ideais já definidos desde os anos 1960 e a implementação do programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1976, pelo sindicato de arquitetos, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que oferecia acesso a profissionais técnicos que orientavam a população de baixa renda a como construir suas casas, permitiu o surgimento das primeiras experiências de mutirão para habitações populares, processos autogeridos e assistidos.

Além disso, a abertura política na década de 1980; a promulgação da Constituição de 1988, incluindo, no Artigo 6º, a moradia como parte do direito social brasileiro; e a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257 de 10 de julho de 2001), especificamente em seu Artigo 4º, inciso V, letra "r", descrevendo que a assistência técnica é um instrumento da política urbana que deve ser oferecido gratuitamente para grupos sociais menos favorecidos. Todas essas discussões e

instrumentos legislativos criaram condições políticas e sociais que previam a assistência técnica e jurídica gratuita para a população de baixa renda, podendo ser considerado o caminho que levou ao desenvolvimento da Lei Federal 11.888 de 2008 (Lei de ATHIS).

O texto da Lei Federal nº 11.888 foi desenvolvido inicialmente pelo ex-deputado e arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva, que também estava à frente da regulamentação do projeto da ATME, e conduzido pelo ex-deputado arquiteto Zezéu Ribeiro até a sanção pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 24 de dezembro de 2008, criando a assistência técnica pública e gratuita às famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos para a construção ou reformas habitacionais, no meio urbano ou rural, através de equipes próprias, convênios com entidades, associações sem fins lucrativos ou programas de extensão universitária (CAU/SC, 2019).

A lei de ATHIS possibilita diversas escalas de atuações, desde intervenções pontuais de reformas, regularização da edificação, novas construções e qualificações urbanas, prevenindo o estabelecimento de ocupações em áreas de risco e evitando acidentes ambientais. A aplicação da assistência técnica valoriza a regulamentação e delimitação das Zonas Espaciais de Interesse Social (ZEIS) estabelecidas pelos planos diretores, designando áreas de interesse para o desenvolvimento habitacional focados na população de baixa renda.

O texto da Lei nº 11.888 comenta, em seus artigos 6 e 7, que os recursos para custear os serviços de assistência técnica devem ser efetivados mediante o apoio da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ocorrendo através de recursos privados, públicos orçamentários ou por fundos federais e nacionais, assim como o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) criado pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Esses serviços podem ser oferecidos diretamente às famílias, cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem, além disso, devem ser realizadas por profissionais de arquitetura e urbanismo ou engenharia trabalhando com funcionários públicos, de sindicatos e associações, ONGs, universidades ou de forma autônoma, através de contratação ou convênio com outras organizações.

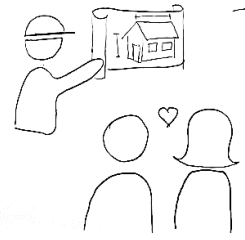
Segundo IAB (2010) a Lei de ATHIS não é apenas um dispositivo legal, ela possui uma função social e incentiva a busca pela qualidade nos projetos, buscando diretrizes que visam a inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento. O IAB (2010) ainda comenta que o subsídio para a formulação da legislação municipal e estadual cabe aos órgãos competentes e alguns fatores que contribuem para a não efetivação, como por exemplo a falta de: vontade política, equipes técnicas capacitadas, legislações municipais, recursos federais, articulação dos conselhos profissionais de arquitetura e engenharia junto aos órgãos governamentais.

Medvedovski (2020) comenta que a “não apropriação por parte dos profissionais da área, assim como pela gestão pública, deixou de beneficiar milhares de pessoas”. Desde 2010, alguns seminários, encontros e oficinas retomaram a discussão demonstrando novas experiências e movimentos, lançando materiais como o Manual para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social, lançado pelo IAB em 2010, a coletânea Assistência Técnica e Direito à Cidade, lançado pela FNA em 2014 e o Caderno ATHIS – Oficina de Assistência Técnica em Habitação Social, uma publicação que agrupou de forma sintética as discussões realizadas em Oficinas de ATHIS, de seis cidades do estado de São Paulo entre novembro de 2015 e maio de 2016.

Por mais que a Lei Federal nº 11.888 tenha sido instituída em 2008, foi apenas em 2016, com o acontecimento da plenária Ordinária nº 56, realizada em Brasília, apresentando as “Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU – exercício 2017”, em que os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU) regionais (anuidades, Registros de Responsabilidade Técnica, taxas e multas) passaram a alocar no mínimo 2% do total das receitas de arrecadação para destinação ao Fundo de Apoio e ao Centro de Serviços Compartilhados para ações estratégicas de ATHIS.

A partir de 2017, com a aproximação dos dez anos da aprovação da lei, o tema de ATHIS, incentivado pelo CAU, volta a ser preocupação dos profissionais de arquitetura e urbanismo, passando a repercutir nacionalmente pela divulgação de editais, seminários, palestras, cursos, empreendimentos e projetos baseados na lei. Nos dias atuais é possível verificar diversas ações de ATHIS em todo o Brasil, assim

como o Programa de Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF), um órgão público do Distrito Federal; o escritório de arquitetura AH! Arquitetura Humana; a ONG Soluções Urbanas – do Programa Arquiteto de Família; e entre outras organizações/instituições.



3. MÉTODO DE PESQUISA

Com o intuito de desenvolver e atingir os objetivos propostos neste trabalho, citados anteriormente, foram utilizadas as metodologias de revisão narrativa, entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo e avaliação qualitativa.

A Revisão Narrativa (RN), a qual consiste em uma forma não sistematizada de revisar a literatura, é utilizada para entender o estado da arte de um assunto, permitindo a não obrigatoriedade do autor informar, com detalhes, os procedimentos ou critérios usados para selecionar e avaliar as referências incluídas na análise, pois a forma de seleção é variável e arbitrária (CASARIN, *et al.* 2020).

A entrevista semiestruturada é um método mais espontâneo que se aproxima de uma conversa. Segundo Fujisawa (2000) consiste em uma entrevista guiada pelo roteiro de questões, o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado.

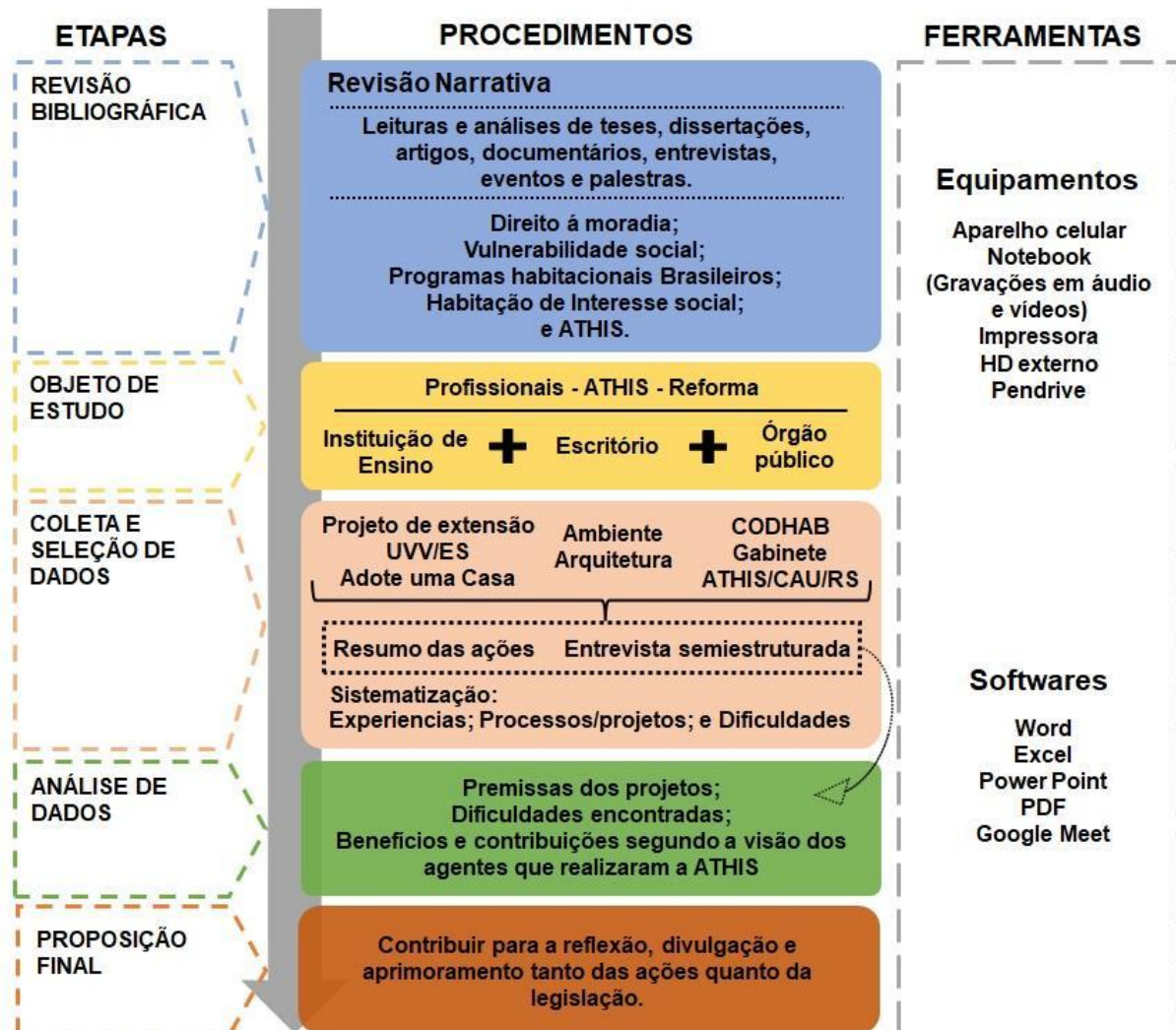
Por causa do cenário de isolamento e distanciamento social, vivenciado nos anos de 2020 a 2022, devido à pandemia do Covid-19, precisou-se adaptar a coleta de dados para essa realidade. Devido a esses fatos, as entrevistas foram realizadas através da plataforma online do *Google Meet*, que permite a gravação do áudio e vídeo das entrevistas para a posterior transcrição. Schraiber (1995) indica o uso de gravador na realização de entrevistas, ampliando a percepção quanto à captação de elementos de comunicação de extrema importância durante a transcrição, tais como a entonação da voz, dúvidas ou pausas de reflexão, aperfeiçoando a compreensão dos dados obtidos.

Como ocorreram interações entre pessoas, as perguntas das entrevistas foram submetidas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM (Parecer Consubstanciado CAAE 54180221.5.0000.5346), atendendo às exigências éticas e científicas. Antes do início das gravações, os entrevistados foram informados sobre o ato e orientados a assinar um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo A), permitindo a gravação do áudio e vídeo.

A pesquisa qualitativa utilizou o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que se estrutura em três itens: organização, codificação e categorização. A ORGANIZAÇÃO dos dados obtidos para a pesquisa, segue a estruturação das questões abordadas no questionário (Apêndice A), com base na realização e transcrição das entrevistas semiestruturadas. Os dados da CODIFICAÇÃO foram subdivididos em duas etapas: a unidade de registro aborda nos tópicos principais elencados nas entrevistas (conceito, referências, atores envolvidos, aplicação, experiências, legislação, recursos e pandemia); e a unidade de contexto, que foi a realização dos destaques das contribuições dos entrevistados, usados para o desenvolvimento das proposições finais. Nos apêndices é possível ter acesso às transcrições completas das entrevistas realizadas, com os realces das informações relevantes para a síntese e discussões da temática de ATHIS. A CATEGORIZAÇÃO dos dados obtidos, gerou a montagem das tabelas 1 a 13 (apresentados posteriormente), onde foi realizado o agrupamento por questões abordadas no questionário e expressões extraídas dos destaques das transcrições das entrevistas (Apêndice B ao E). A avaliação qualitativa, conforme Mstanley e Shutterstock (2022), refere-se ao que não pode ser mensurável, obtendo resultados a respeito das motivações, comportamentos e necessidades do público-alvo, bem como sua opinião e expectativas, particularidades e experiências individuais vivenciadas pelo objeto da análise.

Com base nos métodos destacados anteriormente, esta dissertação foi estruturada em seis etapas para elucidar os procedimentos adotados: revisão bibliográfica, descrição dos objetos de estudo, coleta e seleção de dados, análise de dados e proposição final, como é demonstrado no diagrama metodológico (Figura 3) e descrito a seguir.

Figura 3: Diagrama metodológico



Fonte: autora

Conforme demonstrado no diagrama metodológico, foram realizadas leituras; participação em eventos e palestras presenciais ou a distância; reuniões virtuais com profissionais da área de arquitetura; transcrição das entrevistas; análise e discussões sobre as experiências, processos, projetos e dificuldades enfrentadas em ATHIS. Para isso, foram utilizados os equipamentos: celular e *notebook*, *softwares* como Word (2020), Excel (2020), Powerpoint (2020), PDF (2020) e Google Meet, ferramentas que ajudaram no desenvolvimento da dissertação.

3.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para ampliar o conhecimento sobre a temática e compreender como está sendo estudada e aplicada a ATHIS, foi realizada na etapa Revisão Bibliográfica uma revisão narrativa (RN), através da pesquisa nas plataformas CAPES e Google Acadêmico. Pesquisou-se artigos científicos, dissertações e teses publicadas nos últimos 10 anos, que possuíam como tema a assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS). Também foram pesquisados vídeos de entrevistas, palestras e eventos que explanam a ATHIS (teoria e prática).

3.2. OBJETOS DE ESTUDO

O objeto de estudo deste trabalho é a aplicação da ATHIS em âmbito de reforma habitacional nas diferentes esferas de atuação do profissional de arquitetura e urbanismo. Para isso, foram escolhidos: uma instituição de ensino (abrangência acadêmica), um escritório de arquitetura e urbanismo (abrangência da iniciativa privada/mercado) e um órgão público (abrangência administrativa), bem como representante de um conselho de Arquitetura e Urbanismo.

3.3. SELEÇÃO E COLETA DE DADOS

Nessa etapa, foram realizadas pesquisas e seleção de dados dos processos atuais da ATHIS que priorizam reformas residenciais, que possuam alta relevância no contexto atual, e que tiveram pouca visibilidade de suas ações ou que ainda não foram abordados em outros estudos (dissertações e teses). Os critérios para a seleção das ações basearam-se em: ação de assistência técnica desenvolvidas com integração social ou com foco em reforma habitacional, tendo sido concluída, a fim de permitir

sua avaliação por parte dos agentes entrevistados, com base na sua experiência; a disponibilidade de conceder a entrevista remotamente, uma vez que o estudo foi desenvolvido durante o afastamento social imposto pela pandemia Covid-19; a aceitação da divulgação, tanto da ação, como do informante.

Após a busca e contato com instituições que se adequassem aos critérios de seleção, foram definidas quatro ações: o projeto de extensão Adote uma casa, da Universidade Vila Velha, Espírito Santo devido ao seu trabalho de reformas habitacionais pontuais, desenvolvendo um atendimento unitário às residências; o escritório Ambiente Arquitetura, localizado em São Paulo, por desenvolver atuações de assistência técnica anterior a implantação da Lei de ATHIS e possuir vínculo com movimentos sociais; o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS), por possuir uma repartição denominada Gabinete de ATHIS, que realiza divulgação e incentiva na implementação dessas ações em órgãos públicos; e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF), localizado em Brasília, pela gama de ações de cunho de assistência técnica, tais como reformas habitacionais, entrega de novas moradias, regularizações fundiárias e qualificação urbana.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por meio de reuniões virtuais através da plataforma *Google Meet*, agendadas em data e horário de disponibilidade dos entrevistados, tendo sido gravada em áudio e vídeo, para a posterior transcrição. Cada instituição indicou um funcionário para responder os questionamentos a respeito de sua compreensão sobre as experiências nas ações, processos/etapas dos projetos e dificuldades vivenciadas, através das perguntas predefinidas e estruturadas na forma de um questionário modelo (Apêndice A), subdividido em 9 repartições: conceito, referências utilizadas, atores envolvidos, aplicação, experiências, legislação, recursos, pandemia e perguntas específicas a serem feitas para cada grupo entrevistado.

3.3.1. Coleta de dados – universidade

A coleta de dados da representante da universidade selecionada foi realizada no dia 12 de abril de 2022, através da entrevista semiestruturada, por meio de reuniões virtuais (Google Meet) com a devida permissão da gravação, e integralmente transcritas conforme apresentado no apêndice C, com a arquiteta Andreia Fernandes Muniz, coordenadora do projeto de extensão Adote Uma Casa, da Universidade de Vila Velha (UVV), no Espírito Santo, registrando, assim, a opinião e percepções dessa profissional.

3.3.2. Coleta de dados – escritório

A coleta de dados do escritório selecionado foi realizada nos dias 6 e 8 de novembro de 2022, através de entrevistas semiestruturadas, por meio de reuniões virtuais (*Google Meet*) com a devida permissão da gravação e integralmente transcritas conforme apresentado no apêndice B, com a arquiteta Maria Isabel N. S. Cabral, da equipe do escritório Ambiente Arquitetura, de São Paulo, registrando, assim, a opinião e percepções dessa profissional.

3.3.3. Coleta de dados – órgão público

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) é a instituição pública que mais vem divulgando e aplicando atividades de ATHIS juntamente com prefeituras e outras organizações. A coleta de dados foi realizada nos dias 6 de agosto de 2021 e 26 de setembro de 2022, através das entrevistas semiestruturadas, por meio de reuniões virtuais (*Google Meet*) com a devida permissão da gravação e integralmente transcritas conforme apresentado no apêndice C, com a arquiteta e funcionária do Gabinete ATHIS do CAU/RS, Sandra H. L. Becker.

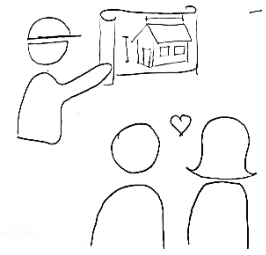
Além do CAU, também foi realizado no dia 4 de julho de 2022, a entrevista semiestruturada, por meio de reunião virtual (*Google Meet*) com a devida permissão da gravação e integralmente transcrita conforme apresentado no apêndice D, com a arquiteta Sandra M. F. Marinho representante da Companhia de Desenvolvimento de Habitação (CODHAB) do Distrito Federal, outro exemplo de órgão público atuante em ATHIS.

3.4. ANÁLISES DOS DADOS

As análises dos dados foram realizadas com o foco nos resultados obtidos nas entrevistas, destacando as premissas e processos dos projetos aplicados, as dificuldades enfrentadas por esses profissionais entrevistados, os benefícios e contribuições segundo a visão das entrevistadas, quanto à ATHIS. Desenvolvendo assim, tabelas e texto, com as informações mais relevantes destacadas durante a transcrição das entrevistas, que abordam o conceito de ATHIS sob a ótica das entrevistadas; referências citadas nas entrevistas; atores envolvidos nas práticas de ATHIS; ações realizadas pelas entrevistadas; experiências pessoais das entrevistadas; percepções da lei ATHIS (LF nº 11.888/2008); tipos de recursos adotados na ATHIS; e influência da pandemia de Coronavírus (Covid-19).

3.5. PROPOSIÇÕES FINAIS

As proposições finais foram realizadas a partir da avaliação das análises e interpretações dos dados coletados nas etapas anteriores, demonstrando as alternativas de aplicação para cada meio profissional (acadêmico, comercial/escritório e em órgãos públicos) desenvolvendo, assim, a proposição final deste trabalho.



4. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DE ATHIS

Este capítulo apresenta a compilação de dados encontrados *online* (*sites*, páginas, notícias e reportagens) dos projetos e ações desenvolvidos pelo escritório 'Ambiente Arquitetura', projeto de extensão 'Adote uma Casa', Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS) e Companhia de Desenvolvimento e Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF).

4.1. PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA CASA (UVV/ES)

A partir de discussões acadêmicas sobre os programas de moradias sociais no país e os valores desenvolvidos dentro da Universidade de Vila Velha (UVV), no Espírito Santo, os alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design de Produto e de Engenharia Civil, juntamente com seus professores Alexandre Ricardo Nicolau e Andreia Fernandes Muniz, implementaram, em 2015, o projeto Adote uma Casa (CAU/BR, 2019). Os participantes constataram que a maioria esmagadora das políticas públicas, relacionadas à habitação social, focam na construção de novas unidades e quase nada é destinado às áreas precárias consolidadas, as quais representam grande parte da população urbana (CAU/MG, 2018).

Segundo o CAU/MG (2018) o projeto possui o intuito de amenizar esse déficit qualitativo e vivenciar, na prática, os conhecimentos absorvidos na graduação, os alunos, participantes do projeto realizam a assessoria técnica gratuita, visitação à obra, elaboração de projetos e suporte para as comunidades de São José (Vitória) e Vila Dom João Batista (Vila Velha), em uma área definida pelo plano diretor municipal como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

As definições das casas a serem atendidas devem estar dentro dos critérios da Lei Federal nº 11.888 (ATHIS), como renda total de até três salários-mínimos e terreno próprio, além disso, são priorizadas as habitações subnormais ou as autoconstruções

que sofrem com problemas básicos, como falta de ventilação, insolação, salubridade, acessibilidade e que possuem residentes idosos, famílias numerosas ou portador de deficiência (CAU/MG, 2018).

Os projetos são desenvolvidos em quatro etapas. A etapa 1 corresponde ao primeiro contato com as famílias, seu cadastramento, verificação dos critérios para as moradias; a etapa 2, diz respeito ao levantamento e ao diagnóstico da situação atual, apresentação das propostas feitas pelo grupo; a etapa 3, constitui-se na captação dos recursos junto a empresas e lojas locais que tenham interesse em apoiar o projeto; e por fim, a etapa 4, caracteriza-se quanto à intervenção propriamente dita, com a realização e acompanhamento da obra (CAU/MG, 2018).

Figura 4: Antes e depois de uma das intervenções.



Fonte: NEP-UVV/Divulgação

Até 2020, o projeto Adote uma Casa já havia entregado cinco reformas, com intervenções ajustadas para atender às necessidades de seus moradores, viabilizadas devido ao apoio e doações das empresas locais, geradoras de impacto em âmbito social nas comunidades (CAU/MG, 2018). Algumas dessas parcerias são a Fundação Beneficente Praia do Canto (FBPC), uma fábrica de tintas, uma de vidros, uma de aço e uma escola de informática que oferece cursos de *softwares* voltados para arquitetura (UVV/ES, 2018).

Outra frente a ser explorada pelos participantes é o projeto Adote um Ambiente, onde os profissionais de arquitetura e engenharia são convidados a conhecer, escolher um ambiente e entregar a reforma pronta de casas que precisam de aperfeiçoamento (CAU/MG, 2018). Com o intuito de expandir sua capacidade de

atuação para mais de uma intervenção por ano, para pelo menos 10, o grupo buscava, à época da entrevista, a instalação de um posto avançado no Bairro São José, o que pode representar mudança em seus procedimentos, metodologias e parcerias para os próximos anos (NEP/UVV, 2016).

Além da participação de eventos como o II Congresso Internacional de Arquitetura e Cidade e X Coletânea ArqUrb; publicação de artigo no 9º Seminário Projetar: Arquitetura e Cidade: privilégios, conflitos e possibilidades; entre outras divulgações, no ano de 2019, o projeto de extensão Adote uma Casa ganhou o 1º lugar no prêmio SINEPE em Ação', que tem por objetivo homenagear, incentivar, divulgar e premiar a atuação de instituições e indivíduos que apresentem contribuições valiosas para sociedade com suas Práticas Inovadoras Educacionais (NEP/UVV, 2016).

4.2. ESCRITÓRIO AMBIENTE ARQUITETURA

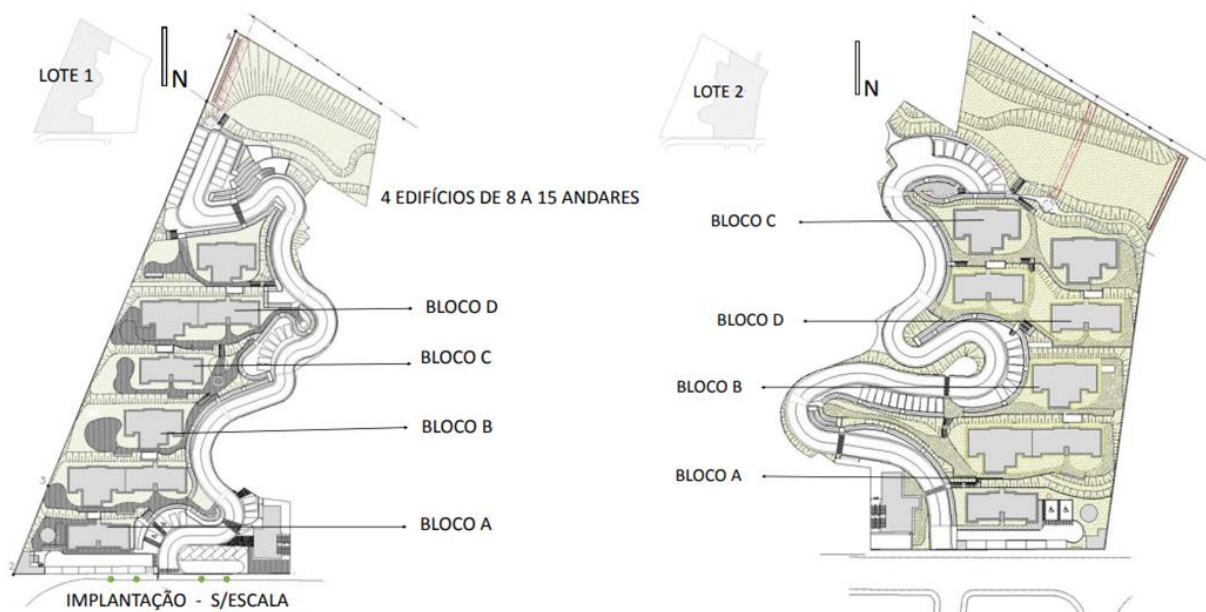
A assessoria técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado, atualmente conhecida como Ambiente Arquitetura, foi fundada pelos arquitetos e urbanistas Isabel Cabral e Ricardo Gaboni, em 1992, em São Paulo. Alinhada com a luta dos movimentos sociais, juntamente com associações articuladas à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) e com a União Nacional de Movimentos Populares, compreendem que a luta pela moradia é ampla e não se resume à construção de casas (AMBIENTE ARQUITETURA, 2021).

Com o passar dos anos o escritório colaborou com o desenvolvimento de políticas públicas e implementou mais de 30 projetos na cidade de São Paulo. Segundo a Ambiente Arquitetura (2021) os projetos são realizados por uma equipe multidisciplinar, com a participação de arquitetos, engenheiros e assistentes sociais, que defendem a prática de mutirão e autogestão, executando obras através de programas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo (CDHU-SP), da Companhia de Habitação Popular de São Paulo (COHAB-

SP), o Crédito Solidário (Governo Federal) e as 3 edições do Minha Casa Minha Vida-Entidades (Governo Federal).

Entre os projetos, destaca-se os conjuntos Florestan Fernandes e José Maria Amaral, localizados na periferia de São Paulo, desenvolvidos pela Ambiente em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) Leste 1, que comprou o terreno em 2010 (AMBIENTE ARQUITETURA, 2021). Iniciados em 2013 e entregues em 2018, o projeto conta com oito edifícios de oito a quinze pavimentos, com um total de 396 apartamentos em cada lote, contendo elevadores, pavimentos altos, passarelas, planta flexível, área por apartamento de 58m², áreas de convivência, acessibilidade universal e inclusiva (Figura 5).

Figura 5: Planta do Conjunto Florestan Fernandes e José Maria Amaral



Fonte: Ambiente Arquitetura, 2021.

Conforme a Ambiente Arquitetura (2021), os empreendimentos foram construídos através de pequenas empreiteiras, estimulando a economia local e permitindo a compra de materiais de melhor qualidade, possibilitando a ampliação das áreas mínimas especificada pelo programa financiador Minha Casa, Minha Vida, Entidades, que limitava a 42m² a área residencial para a faixa 1 (renda familiar de até R\$ 1.600,00). Nos finais de semana, as famílias envolvidas nos projetos se

organizavam para realizar as construções das áreas de convivência, no formato de mutirão (conforme demonstrado na imagem abaixo).

Figura 6: Foto ilustrativa do ambiente do mutirão



Fonte: Ambiente Arquitetura, 2021.

Outro projeto desenvolvido através do trabalho de mutirão com a comunidade, foi o condomínio Colinas do Oeste, localizado no bairro Jaraguá, São Paulo, finalizado em 2006, juntamente com a Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste, através do programa de Crédito Solidário (AMBIENTE ARQUITETURA, 2021). O projeto do condomínio foi construído com um total de 200 unidades habitacionais, divididas em 10 blocos, contendo uma área útil de 56 m² por unidade.

Figura 7: Implantação no terreno e imagem do processo de construção



Fonte: Ambiente Arquitetura, 2021.

O escritório Ambiente Arquitetura participou de eventos como a 2ª e a 3ª Bienal Internacional de Arquitetura, seminários internacionais e nacionais (Argentina, Itália, Brasília, Recife, Goiás), oficinas, fóruns e exposições com temas relacionados a HIS, além de participar dos cursos de capacitação da União Nacional por Moradia Popular (Pará, São Paulo, Goiás, Maranhão, Paraná, Minas Gerais e Amazonas).

4.3. CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU)

Criado pela Lei nº 12.378, em 31 de dezembro de 2010, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos estados e do Distrito Federal (CAU/UF) são compostos por um sistema autárquico e com independência administrativa para exercer a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo”, além de “zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o

território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo” (§ 1º do art. 24 da Lei nº 12.378/2010) (CAU/BR, 2021).

Em 2015, o CAU, juntamente com o Datafolha, realizou uma pesquisa para verificar a contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo, identificando que a grande maioria (70%) da população economicamente ativa do país não contratariam esse profissional para suas construções ou reformas (CAU/BR, 2021). Com o intuito de promover a arquitetura e urbanismo para todos, através da ATHIS, o CAU passa a destinar, em 2016, 2% do seu orçamento anual para universalizar o acesso aos serviços destes profissionais pela população de baixa renda, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida e qualificação das cidades (CAUS/SC 2019).

A partir disso, o CAU/BR passou a realizar inúmeros editais no âmbito da assistência técnica, em todo o país, que visavam parcerias ou patrocínios para as ações e eventos de divulgação da profissão do arquiteto e da assistência técnica por entidades diversas, universidades e organizações da sociedade civil. Também passou a promover ações como o edital de 2017, junto com o Sindicato dos Arquitetos do estado do Rio Grande do Sul (SAERGS), no assentamento Vinte de Novembro, em Porto Alegre; e a ação no município de São Leopoldo, na ocupação Cerâmica Anita, implementada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

No final de 2018, a comissão temporária da assistência técnica institui o gabinete de assistência técnica (Gabinete de ATHIS) no Rio Grande do Sul, composto pela arquiteta Sandra Becker e Paulo Soares, que passam a aplicar ações de diagnóstico, divulgação e fomento dessa prática, atos previstos no plano de ação de 2019 (BECKER, 2021). Segundo Becker (2021) os integrantes do Gabinete de ATHIS passaram a conversar com agentes públicos, com prefeituras, buscando compreender como implementar essas ações neste meio e, ao mesmo tempo, apresentando a assistência técnica como uma alternativa de política habitacional.

Outro ponto evidenciado pelo Gabinete de ATHIS, em 2019, foi a necessidade de abrir o diálogo para profissionais e conselhos profissionais de outras áreas, tais como profissionais da saúde, da gestão pública e das ciências sociais (BECKER, 2021). Devido a essa ampliação dos profissionais envolvidos em ATHIS promovida

pelo CAU/BR, houve uma relação mais direta entre a moradia com a saúde do residente. Segundo Becker (2021), o arquiteto articula-se como um agente de saúde por meio do Programa Casa Saudável, sendo prevista a instalação de escritórios públicos nos municípios. Contudo, em função da pandemia do Coronavírus (2020/2021) e a imposição do afastamento social, o projeto foi suspenso.

Figura 8: Imagem de divulgação do Programa Casa Saudável do CAU/RS.



Fonte: CAU/RS, 2020.

O levantamento realizado pelo CAU/RS, juntamente com o Comitê de Dados ligado à secretaria de Planejamento, Governança e Gestão em 2020, aponta que a quantidade de domicílios sem unidades sanitárias no Rio Grande do Sul dobrou em relação ao Censo de 2010 do IBGE (CAU/BR, 2021). Realidade enfatizada ao vivenciar a necessidade de combater a disseminação da Covid-19 em 2020. A partir disso, o CAU/RS passou a desenvolver iniciativas como o projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro, que nada mais é do que uma ramificação do Casa Saudável, amparado pela Lei de ATHIS, viabilizando a promoção de melhorias sanitárias domiciliares para famílias de baixa renda (BECKER, 2021).

Figura 9: Imagem de divulgação do Projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro do CAU/RS



Fonte: CAU/RS, 2020.

O projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro foi desenvolvido com base nas experiências já concretizadas pelos CAUs de outros estados e na ação realizada pela prefeitura do Conde, na Paraíba, que implementou um escritório público de assistência técnica focado na adequação ou instalação de unidades sanitárias dentro do lote do morador, utilizando recursos disponibilizados no edital da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA; CAU/BR, 2021).

O colegiado de entidades do CAU coordena esses projetos, nos municípios, e faz o credenciamento de entidades que demonstram interesse em se tornar parceiras na implementação do projeto e após a assinatura do termo de cooperação com algumas prefeituras dos municípios do Rio Grande do Sul para a realização do projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro, foi desenvolvido o segundo edital para o credenciamento dos arquitetos interessados em atuar com ATHIS (BECKER, 2021).

Segundo Becker (2021), em termos de recursos financeiros do projeto, o CAU/RS disponibiliza R\$ 1.600,00 por domicílio para a coordenação da entidade e atendimento dos arquitetos, mais impostos e outros custos, chegando a um limite de entrega de 300 unidades sanitárias. Já o Governo do estado do Rio Grande do Sul disponibiliza R\$ 56.000,00 em recursos destinados a materiais ou mão de obra para o desenvolvimento de 10 unidades por mês (BECKER, 2021).

Além desses dois projetos, desde 2022, o CAU/RS vem oferecendo capacitações para os profissionais interessados em aplicar ATHIS, através de cursos de formação, tais como a parceria com a escola da Federação de Municípios do RS (FAMURS), que capacita técnicos e servidores públicos e a parceria com a escola do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), também voltados para a capacitação de arquitetos nessa área (BECKER, 2021).

4.4. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (CODHAB/DF)

Criada pela Lei nº 4.020, de 26 de setembro de 2007, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) é uma empresa pública indiretamente regulada pelo Governo do Distrito Federal e vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). Suas ações são combinadas com políticas e programas habitacionais que possuem como objetivo garantir o bem-estar da comunidade, melhorar a qualidade de vida e proteger o meio ambiente.

Segundo a CODHAB (2016a), em suas competências estão: desenvolver o funcionamento econômico e social da população, preferencialmente de baixa renda; declarar as áreas de interesse social, meio ambiente e regularização fundiária; atuar em programas sociais e intervenções urbanas; implementar políticas de desenvolvimento habitacional; atuar em demolição de assentamentos informais ilegais; desenvolver e atuar em esquemas, programas e projetos habitacionais; dentre

outras ações focadas em políticas de desenvolvimento habitacional do Distrito Federal.

Lançado pelo governador Rodrigo Rollemberg, em junho de 2016, o programa Habita Brasília tem como propósito diminuir o déficit habitacional no DF, integrando as políticas de diferentes setores e desenvolvendo novas soluções para o problema de moradia (CODHAB, 2016b). Com base nesse programa e buscando considerar a regularização fundiária, o combate à grilagem, o planejamento das cidades e a proporcionar uma moradia digna aos cidadãos, a CODHAB atua em cinco eixos: Lote Legal, Projeto na Medida, Morar Bem, Aluguel Legal e Portas Abertas.

As ações desenvolvidas no projeto Lote Legal são regulamentadas pela resolução nº 162, de 07 de junho de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a concessão de benefício e oferta à moradia para o idoso a partir de 60 (sessenta) anos, com o objetivo de aplicar as políticas públicas de habitação, em conformidade com as Leis Distritais números 3.822/2006, 3.877/2006, Decreto Distrital nº 37.438/2016 e Lei Federal nº 10.741/2003, dentre outros seguimentos (BRASIL, 2020).

Com o intuito de desburocratizar processos, simplificando o acesso às moradias populares e reduzir as filas de atendimento, foram implementados postos de assistência técnica descentralizados. Até o ano de 2022 são um total de 12 postos autônomos vinculados à CODHAB realizando o atendimento gratuito à população: quatro pelo “Projeto na Medida”, que serve às famílias de forma individualizada, levando em conta a realidade e a necessidade de cada uma; e seis focados exclusivamente na reurbanização e revitalização de espaços públicos, atendendo às determinações de serviços da Lei Federal nº 11.888/2008, recepcionada pela Lei Distrital nº 5.485/2015 (FRAGA, 2020).

Figura 10: Postos em 3 momentos de montagem.



Fonte: CAU/RS, 2022.

O Projeto na Medida tem por objetivo diminuir o déficit habitacional qualitativo do DF, através de visitas técnicas da equipe (engenheiro, arquiteto e assistente social), elaboração do projeto arquitetônico e liberação do recurso (35 mil reais para obras de reforma e 75 mil reais para obras de reconstrução) para a contratação de mão de obra e compra de materiais de construção (BRASÍLIA, 2022). Nas intervenções tenta-se solucionar problemas gerados pela autoconstrução e ocupação desordenada típicos em nosso país, tais como infraestrutura, saneamento básico, iluminação, ventilação e circulação.

Figura 11: Projeto na medida, reforma habitacional.



Fonte: CODHAB, 2016.

A CODHAB, tendo em vista a alta demanda por atendimento, firmou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a universidade de Brasília, onde os alunos e professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo desenvolvem, sem custos, projetos arquitetônicos de reforma e ampliação (CAU/BR, 2020). Por meio desta ação mostram aos futuros profissionais de arquitetura o seu papel social, acolhendo as necessidades das pessoas residentes em habitações de interesse social, respeitando a cidade e os vínculos locais.

O programa Morar Bem funciona de forma similar ao Minha Casa, Minha Vida, e tem como objetivo a entrega da casa própria para as famílias de baixa renda (AMARELA, 2023). Já os programas Aluguel Legal e Portas Abertas fornecem residências provisórias, através do pagamento de um aluguel a essa população que espera pelo recebimento da nova moradia ou que eram moradores de rua (BRASIL, 2020).

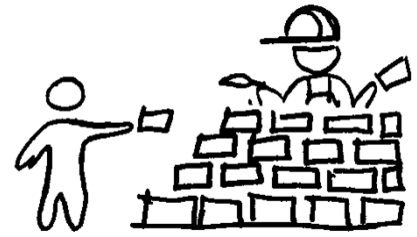
Ao longo dos anos, os escritórios da companhia já realizaram cerca de 50 mutirões de renovação urbana e contribuíram para aproximadamente 12 concursos públicos de Arquitetura para projetos de edifícios de uso misto, unidades habitacionais coletivas, habitações de interesse social, Unidade Básica de Saúde, Centro de Ensino Infantil e Ensino Fundamental (FRAGA, 2020).

Dentre a divulgação e reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela CODHAB, na área de assistência técnica, estão a apresentação: 26º Congresso Mundial da União Internacional dos Arquitetos, em Seul, na Coreia do Sul; 20º Bienal de Arquitetura do Chile, na cidade de Valparaíso; Congresso Internacional Projetar a Cidade com a Comunidade, em Lisboa, Portugal; reportagens no Fantástico, da TV Globo; e em palestras nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Recife (PE), Manaus (AM), Belém (PA), Campo Grande (MS), João Pessoa (PB), Florianópolis (SC), Palmas (TO), Maringá (PR) e Porto Velho (RO) (FRAGA, 2020).

A companhia recebeu também a premiação do Selo de Mérito da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) na 65º Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FNSHDU), na categoria 'Ações, Planos e Programas voltados para a produção de Habitação de Interesse

Social'. Além disso, a CODHAB recebeu profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo da Angola e dos Estados Unidos (universidade de Harvard), devido a um convênio com o Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP), permitindo que profissionais de outros países trabalhem voluntariamente em suas ações de assistência técnica (FRAGA, 2020).

5. RESULTADOS



Após a realização e transcrição das entrevistas com as profissionais de arquitetura e urbanismo Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral, Andreia Fernandes Muniz, Sandra Helena Lehnen Becker e Sandra Maria França Marinho, representantes de cada setor Universidade, Escritório e Órgão Público, respectivamente, foram desenvolvidas a análise dos dados obtidos e reflexões sobre as possibilidades de aplicação da ATHIS em cada área de atuação do profissional de arquitetura. A transcrição completa de cada entrevista está disponível nos Apêndices B a E.

5.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O texto a seguir é uma análise dos principais pontos levantados durante as entrevistas, obtendo uma compreensão geral da perspectiva e ações dos entrevistados, levantando questões sobre conceito de ATHIS sob a ótica das entrevistas, referências citadas nas entrevistas, atores envolvidos nas práticas de ATHIS, ações realizadas pelas entrevistadas, experiências pessoais das entrevistadas, percepções da lei ATHIS (LF nº 11.888/2008), tipos de recursos adotados na ATHIS e influência da pandemia do Coronavírus.

5.1.1. Conceito de ATHIS sob a ótica das entrevistadas

De acordo com Isabel Cabral, ATHIS é proporcionar que as pessoas de baixa renda tenham acesso aos seus direitos básicos de moradia, possibilitando a qualidade de vida tanto na moradia em si, quanto na cidade como um todo. Segundo a entrevistada, essa prática abrange mais do que só a execução do projeto, completa-

se com o acompanhamento de obra, a regularização fundiária, a melhor inserção na cidade, além do trabalho de formação e participação dessas pessoas para a qualificação de suas moradias.

Para Andreia Muniz, a ATHIS estabelece diferentes formas de ser aplicada, desde assessoramento, reforma, até a produção do objeto em si, atendendo a uma comunidade, coletivos ou famílias individuais. Ressalta ainda que “a lei é bem clara quanto ao que é ATHIS”, mas, apesar da lei ter parâmetros e determinar que pode ser aplicada por diversos agentes, não especifica como o trabalho deve ser implementado.

Sandra Becker afirma que a ATHIS é uma política pública, serviço gratuito, voltada para a população de baixa renda, que desconhece ou não possuem condições de contratar um profissional especializado, tal como arquiteto ou engenheiro. Também enfatiza a diferença com a assessoria técnica, que é quando um coletivo, escritório ou profissional prestam serviço remunerado para os movimentos sociais, coletivos, dentre outros.

Sandra Marinho também aponta que a ATHIS é uma política pública que pode ser feita por diversos atores e é de responsabilidade do Estado levar o direito à moradia para as famílias de baixa renda que estejam em situação de vulnerabilidade social, econômica e habitacional. Além disso, comenta que o direito à moradia é um direito constitucional e que está previsto no Estatuto da Cidade, além de outros instrumentos normativos, que é um grande desafio para os órgãos públicos trilhar um caminho com êxito.

Conforme demonstrado na Tabela 1, a maioria das entrevistadas afirmam que a ATHIS se trata de fornecer o acesso a um profissional que garante o direito à moradia e à qualidade de vida. Também é possível verificar que as entrevistadas que possuem vínculo com órgãos ou entidades governamentais entendem ATHIS como uma política pública de responsabilidade do Estado.

Tabela 1: Conceito

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
CONCEITO	Do que se trata ATHIS	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes formas de ser feita (produção ou reforma); Diferentes agentes participantes; A lei é bem abrangente e ampla, não especificando como trabalhar. 	<ul style="list-style-type: none"> É uma política pública para a população de baixa renda; Dá acesso ao profissional de arquitetura e urbanismo. 	<ul style="list-style-type: none"> É uma política; É uma responsabilidade do estado; É levar o direito à moradia; Quem tem que estar à frente dessa situação é o estado.
	Tenta solucionar	<ul style="list-style-type: none"> As questões da moradia; Do local em que estão; Da regularização; Problemas que surgem da carência de moradia e infraestrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> Parâmetros de recorte. 	<ul style="list-style-type: none"> Inadequação de moradia; Problemas habitacionais.

Fonte: autora

Quanto à questão que se refere aos objetivos da ATHIS, a maior parte das entrevistadas compreendem como uma forma de defender o direito a uma moradia digna de forma mais pontual. Também comentam que essa prática tenta solucionar problemas existentes, tais como carência de infraestrutura e habitações precárias. Além disso, foram levantados, pelas entrevistadas, mais 4 destaques diferentes que não apresentavam correlação, tais como a regularização, autoconstrução sem o acompanhamento profissional, ineficiência do Estado e tenta solucionar um parâmetro de recorte (patologia específica).

Na Tabela 2, é possível verificar que todas as entrevistadas afirmam que essa prática atende a uma população de até 3 salários-mínimos, referenciando-se ao que é apresentado pela lei de ATHIS. De acordo com metade das entrevistadas, Sandra Marinho e Andreia Muniz, os beneficiados não chegam nem aos 2 salários-mínimos, o que demonstra um atendimento a uma população de extrema carência. Também foi utilizado por essas duas entrevistadas o termo vulnerabilidade para descrever um possível recorte dentro da primeira seleção que é a renda salarial (Tabela 2).

Tabela 2: Conceito (para quem é e qual o papel social da ATHIS?)

Instituição		Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado		M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
CONCEITO	Para quem é	<ul style="list-style-type: none"> Faixa de renda menor do que 3 salários mínimos; Quem tenha mais necessidade de ter o apoio do dinheiro público para conseguir esse bem-estar. 	<ul style="list-style-type: none"> É a renda de 0 a 3 salários mínimos; Sujeitas a vulnerabilidade alimentar e social; Foco: 0 a 2 salários mínimos. 	<ul style="list-style-type: none"> 0 a 3 salários mínimos; Estudos para se aprofundar quanto a seleção do público. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 3 salários mínimos; Foco: a baixo de 1 salário mínimo; População extremamente vulnerável, empobrecida e sem conhecimento de um direito que lhe cabe constitucionalmente.
	Papel social	<ul style="list-style-type: none"> É a relação direta com as pessoas que fazem parte dessa solicitação, dessa necessidade tanto individual, quanto em grupo; É sempre muito próximo, de integração e participação de uma população organizada; É trabalhar junto com outros profissionais; É informar as pessoas para que possam se qualificar e viver melhor; É <u>reduzir a desigualdade</u>, melhorar a qualidade de vida e a mobilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> É discutir e propor alternativas para determinados problemas, seja a assistência técnica pra coletivos ou para famílias individuais; Atuar na ATHIS é discutir política. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o direito a cidade; Atuar multidisciplinarymente; Reduzir as desigualdades; Dar acesso a cidade propriamente; Gerar acesso a materialidades da vida, demandas físicas (habitacionais ou urbanas). 	<ul style="list-style-type: none"> É gerar retorno para a sociedade; É atender aos 85% da população que realmente desconhece o que é o arquiteto e qual o impacto que ele traz pro empoderamento daquela família.

Fonte: autora

De acordo com Sandra Becker:

O profissional entende como mercado tradicional, um mercado que está reservado para aqueles 15% da população que acha que vai acessar, conforme a pesquisa do CAU. Só que sabemos que a função social dele está voltada aos outros 85%, mas, mais do que isso, para uma parcela da população que realmente desconhece o que é o arquiteto e qual o impacto que esse profissional traz para o empoderamento daquela família. (BECKER, 2021).

Quanto ao papel social do arquiteto, cada entrevista apresentou temas diferentes para a reflexão (Tabela 2). Dentre as respostas, três das entrevistadas levantam a ideia de que a ATHIS é um trabalho de inserção na sociedade, de conhecer o seu lugar e o que pode gerar de retorno, tanto para o profissional quanto para o morador. A ATHIS propicia uma perspectiva de união em busca de contemplar ou solucionar problemas de forma conjunta (população, profissional e poder público).

É possível verificar também que a maioria das entrevistadas associa a prática de ATHIS à necessidade de ter uma equipe multidisciplinar, com participação de profissionais de outras áreas. Outro ponto levantado por metade das entrevistadas, Isabel Cabral e Sandra Becker, é que as ações de ATHIS tentam reduzir a desigualdade social e territorial existentes na malha das cidades brasileiras.

Destaca-se a fala da Andreia Muniz, “Atuar na ATHIS é discutir política”. Para o profissional de arquitetura, atuar na ATHIS vai muito mais além de projetos e

execuções de obras, é dar apoio e se inserir politicamente para desenvolver e tornar acessível programas que auxiliarão a população carente, reduzindo a desigualdade de acesso a informações e direitos dentro da sociedade.

Os dados coletados nas perguntas referentes ao conceito buscavam compreender a visão dos entrevistados sobre o que é a ATHIS, o que ela tenta solucionar, qual o público-alvo e qual o papel social do arquiteto nessa prática. Conforme as tabelas apresentadas, é possível verificar que cada entrevistada traz uma perspectiva sobre os conceitos da ATHIS demonstrando que existem diversas formas de compreensão e interpretação dessa prática.

5.1.2. Referências citadas nas entrevistas

Dentre as respostas fornecidas, metade das entrevistadas (Andreia Muniz e Sandra Becker) falaram que usavam como referência as atuações da CODHAB e da prefeitura do Conde. Também foram levantadas outras ações com viés em ATHIS, assim como é demonstrado na Tabela 3, tais como a gestão democrática da Erundina² em São Paulo, a prefeitura de Salvador, os escritórios USINA e PANAM Arquitetura, a ONG PEABIRU, além da atuação política dos arquitetos Clovis Ilgenfritz da Silva, Zezé Ribeiro e Gilson Paranhos.

² Luiza Erundina de Souza é uma assistente social e política brasileira, nascida em 1934 no município de Uiraúna da Paraíba. Eleita a primeira prefeita de São Paulo, no período de 1989 a 1992, reconhecida pela participação nas lutas populares, transformou a gestão municipal em um campo de batalhas de ideias e de diálogo, com o intuito de transformar em prioridade o atendimento aos mais necessitados. Atualmente é Deputada Federal de SP (1999 a 2023).

Tabela 3: Referências em ATHIS indicadas pelas entrevistadas

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
REFERÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> Gestão democrática do município de São Paulo, gestão da Erundina, cooperativas; É a nossa própria vida, trajetória; É a formação profissional voltada pra uma humanização da cidade e preocupação com a desigualdade. 	<ul style="list-style-type: none"> CODHAB; Prefeitura do Conde; Escritório Usina arquitetura; ONG Peabiru; PANAM arquitetura; e Prefeitura de Salvador. 	<ul style="list-style-type: none"> Escritório público da prefeitura do Conde; CODAHB; Escritórios voltados para a assistência técnica que atendem movimentos sociais e associações em São Paulo. 	<ul style="list-style-type: none"> Arquitetos que atuam politicamente; os arquitetos Clovis, Zezé Ribeiro e Gilson Paranhos, que realizaram a implementação da política e não necessariamente a materialização.

Fonte: autora

Destaca-se a percepção levantada pela arquiteta Isabel Cabral, que correlaciona suas próprias práticas como referência das suas aplicações, devido à falta de casos sendo realizados pelo Brasil. Ela afirma que “a maior parte da nossa referência é da nossa própria vida e da nossa própria trajetória”, toda a experiência do trabalho é acumulada e sedimentada para alcançar maior humanização da cidade, melhorando a qualidade de vida e diminuindo a desigualdade.

Outra percepção a ser enfatizada é a visão da entrevistada Sandra Marinho, afirmando que é preciso também olhar para as atuações de movimentações políticas. De acordo com Sandra Marinho:

As minhas referências são as pessoas que falam e convencem constantemente a sociedade e outros atores políticos, sobre a importância da implementação da lei. Então eu destacaria esses arquitetos que estão voltados à implementação da política e não necessariamente à materialização, é muito importante você ter exemplos pra visualização, mas entender politicamente a articulação que é necessário, desde o congresso até uma câmara de vereadores. (MARINHO, 2022)

Entre as respostas fornecidas, foi referenciado um total de 7 instituições ou departamentos que trabalhavam com o foco na população de baixa renda ou com ATHIS especificamente. É relevante ressaltar que nenhuma das entrevistadas mencionou livros, trabalhos de pesquisa, dissertações ou teses com foco em ATHIS, apenas atuações de cunho projetuais, regularizações e ações políticas, ou seja, práticas em ATHIS.

5.1.3. Atores envolvidos nas práticas de ATHIS

Foi possível verificar, conforme demonstrado na Tabela 4, que a maioria das entrevistadas afirma que a prática de ATHIS não é exclusiva do profissional de arquitetura e que deve ser feita através de uma equipe multidisciplinar para abranger todos os campos de conhecimento, tais como assistentes sociais, advogados, engenheiros, entre outros. Além disso, também afirmaram que os profissionais necessitam de parcerias com instituições públicas ou privadas, associações, movimentos, coletivos, CAU e CREA.

Sandra Becker ressalta que a participação é vinculada a 3 agentes: um agente que promove, este seria o governo; e outros agentes políticos, um que faz, este representado pelos profissionais e técnicos de diversas áreas especializadas; e um agente que recebe a intervenção, este seria o público-alvo, moradores ou comunidade. Esses 3 agentes formam o tripé da atuação da ATHIS.

Tabela 4: Atores envolvidos segundo a ótica das entrevistadas

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
ATORES ENVOLVIDOS	Quem participa	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de extensão; Alunos; Professores; e Parceiros no território. 	<ul style="list-style-type: none"> Instituições parceiras; Poder público; Funcionários do CAU; Tripé: Pessoas (público), governos (políticos) e profissionais (técnicos). 3 agentes: um que promove, um que faz e outro que recebe. 	<ul style="list-style-type: none"> O usuário é o principal; Equipe multidisciplinar: arquiteto, engenheiro, assistente social, psicólogos, advogados, geólogos, biólogos e médicos da saúde da família; e Além das pessoas tem os espaços físicos: UBS, CRAS locais, todos que acolhem dentro da comunidade.
	Critério de seleção	<ul style="list-style-type: none"> A gente não seleciona muito; Movimentos sociais por moradia organizado; Localizados em favelas; Menos de 3 salários mínimos; e Não possuem envolvimento com o tráfico. 	<ul style="list-style-type: none"> Renda de 0 a 3 salários mínimos; Não tenha casa própria; Sem conflitos familiares; Localizado em zona de baixa renda; e Foco em mulheres e idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> 3 salários mínimos; Ser regularizável; Não esteja localizado em área de risco; Morar pelo menos a 5 anos dentro do DF; Não pode ter tido outro imóvel no nome; e Não estar escrito em outro programa habitacional que caracterize o recebimento de nova moradia.

Fonte: autora

Quanto ao item critério de seleção, apresentado na Tabela 4, todas as entrevistadas utilizam a renda salarial, em concordância com o artigo 2º da Lei nº 11.888 de 2008, priorizando a população que tenha uma renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos. Outro item mencionado pelas entrevistadas Andreia Muniz e Sandra

Marinho é o fato do morador não possuir outro imóvel em seu nome para que possa ser atendido pelas ações.

Conforme a Tabela 4, foram identificados 10 critérios distintos, a saber: vínculo com movimentos sociais por moradia, ser localizada em favelas, não possuir envolvimento com o tráfico, não possuir conflitos familiares, localização em zona de baixa renda, pertencer a famílias cujo sustento é provido pela mãe ou pessoa idosa, ser passível de regularização, não estar localizada em área de risco, proprietário estar residindo no local a mais de 5 anos e que nenhum membro da família esteja inscrito em outro programa habitacional para o recebimento de nova moradia.

Esses critérios não foram citados por todas as entrevistadas, mas poderiam ser aplicados em qualquer situação. Destaca-se ainda a fala da arquiteta Isabel Cabral que comenta que, no escritório, não selecionam diretamente o público ou pessoas, mas priorizam locais que não tenham envolvimento com o tráfico. Já para o CAU, como sua atuação não gera um contato direto com o público-alvo das ações, o critério de seleção fica a cargo dos municípios, os quais levam em conta o que consta na lei de ATHIS.

Na Tabela 5, são apresentados os resultados coletados quanto ao primeiro contato e quem realiza as ações. Não houve concordância entre as respostas, já que esse aspecto é fortemente influenciado pela vivência de cada entrevistado, ações implementadas e local de aplicação. Para Isabel Cabral, o primeiro contato com a comunidade, dentro da sua atuação em ATHIS, se deu através do convite em continuar o trabalho do arquiteto Vitor Lotufo³ na produção de um mutirão, durante a gestão da Luiza Erundina de Souza em São Paulo, fornecendo assistência técnica para construir 36 sobrados em uma parte da favela, em 1990.

As atuações do escritório, conforme informado por Isabel Cabral, procuram proporcionar um projeto participativo, mas os profissionais não ficam como encarregados, realizam apenas o acompanhamento e fiscalização da obra. Além disso, ela enfatiza o fato de ser difícil estipular a responsabilidade em acidentes no

³ Vitor Lotufo é arquiteto, professor e autor. Já atuou em projetos de arquitetura e deu aula em diversas escolas da área, como a PUC-Campinas, USP São Carlos - Institucional e Universidade Presbiteriana Mackenzie, entre outras. Seu livro "Geodésicas & Cia. - Liberdade no Espaço", traz uma profunda pesquisa sobre este estilo de construção.

canteiro de obra, já que as pessoas que estão aplicando o serviço não são funcionários de uma empresa e sim os próprios moradores ou vizinhos.

Então isso é muito difícil, quando é uma obra isolada, você põe o seu Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) em situações em que não vai correr risco pro profissional e pros moradores. [...] Então isso ainda é um tema a se discutir muito, porque o CAU também não tem essa figura. O que a assistência técnica coloca na sua RRT? [...] Isso é uma discussão que temos tido e é precário. (CABRAL, 2022)

Os primeiros contatos de Andreia Muniz com moradores ou comunidade em suas atuações foram com pessoas que já são atuantes e conhecidas no território, parceiro, líder comunitário, da igreja ou alguém que tenha uma fundação vinculada ao trabalho de assistência social. Ela afirma que dentro do projeto Adote uma Casa, eram realizados todos os processos, projetos, planejamento, gestão e obra, concretizados por esses parceiros que disponibilizavam o recurso ou mão de obra.

Tabela 5: Outros atores envolvidos segundo entrevistadas

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
ATORES ENVOLVIDOS	Primeiro contato	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de mutirão; • Produção habitacional numa parte da favela que estava livre, dando essa assistência técnica, para construir 36 sobrados, em 1990; • Assumimos o projeto do Vitor Adolfo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco contato com a população; • Apresentação da lei para outros agentes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de postos de escritórios públicos dentro de áreas de regularização.
	Quem realiza	<ul style="list-style-type: none"> • Através de parceiros no território; • Liderança comunitária; • Igreja; • Fundação beneficente; • Alguém conhecido por toda comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizamos até o final, projeto, planejamento, gestão e obra. • os municípios que se encarregam pela execução das obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • A própria equipe é responsável pelas decisões de projeto e acompanhamento de obra.

Fonte: autora

Sandra Becker relata que eventualmente há um contato com a população, porém, esse não é o papel do CAU. O papel do CAU está relacionado com a promoção da lei da ATHIS, divulgando, para outros agentes, os benefícios, do que se trata a ATHIS, da importância dessas ações e da viabilidade de execução dessa política. Sandra Becker explica que são os municípios que se encarregam da execução das obras, realizando contratação de profissionais (levantamento, projeto e acompanhamento da obra) e empresas (execução).

Em seu relato, Sandra Becker também levanta a questão da responsabilidade técnica desses profissionais e enfatiza o desenvolvimento, por parte do CAU, do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) social. Essa RRT social permite o registro da assessoria técnica no atendimento de até 100 famílias, em uma mesma cidade, podendo alterar sua quantidade no prazo de 6 meses, diminuindo os custos e gerando uma maior segurança quanto à responsabilidade do profissional.

Conforme Sandra Marinho, o primeiro contato da CODHAB com o público foi por meio de instalações dos postos de escritórios públicos de arquitetura, localizados em áreas regularizáveis de interesse social dentro do Distrito Federal. Os executores dos contratos, aqueles que realizam os projetos e acompanhamento das obras, correspondem à equipe instalada nesses postos de assistência técnica, onde o arquiteto passa a atuar como gerente do processo.

Essa proximidade com o público-alvo permitiu que os funcionários da CODHAB tivessem um rápido acesso às demandas e necessidades dos moradores. Sandra Marinho comenta que a instalação desses espaços físicos (cedidos, alugados ou próprios), buscam solucionar “o problema da assistência técnica que é a questão da escala”, mantendo o atendimento personalizado e de qualidade, multiplicando, assim, a atuação da CODHAB no Distrito Federal.

5.1.4. Ações realizadas pelas entrevistadas

Na prática de ATHIS, cada setor ou profissional, vivencia uma forma de aplicação que atende às necessidades do local com base nos conhecimentos e ideais do agente atuante. Conforme as entrevistas, pode-se verificar que os primeiros passos dados por cada setor foram formação e estruturação da associação (escritório); o desenvolvimento da proposta de projeto de extensão e a busca por apoio da instituição (universidade); reserva de 2% dos recursos (CAU); e a decisão política de implementar ações de acordo com o que preconiza a lei (CODHAB).

Todas as entrevistadas afirmam que, para iniciar a aplicação da ATHIS, é preciso pensar e estruturar a cadeia de comando, deixando claro a função de cada um e qual seus objetivos dentre os demais, por se tratar de um trabalho executado por uma equipe multidisciplinar. Com uma equipe estruturada, o profissional pode, simultaneamente, prever o projeto e captar recursos, desenvolvendo uma aplicação de acordo com as etapas que serão seguidas no andamento do processo, como é demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6: Aplicação (primeiros passos e etapas)

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
APLICAÇÃO	Primeiros passos	<ul style="list-style-type: none"> • Escreve e busca apoio institucional para o desenvolvimento do projeto de extensão; • Escrever o projeto; • Fazer a proposta; e • Descreve com o que vai trabalhar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reserva de 2% dos recursos; • Desenvolver o projeto, edital, cursos, etc; • Gabinete ATHIS (alinhamento político, estrutura); • Recurso do mobilizado, ajustes internos; e • Aproximação de órgãos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • É a decisão de fazer politicamente dentro da companhia; • Fazer a composição multidisciplinar; • Estrutura organizacional; • Diretoria; • Previsão de recurso; • Metodologia de processo licitatório; e • Entendimento do que é a política de assistência técnica pública.
	Etapas	<ul style="list-style-type: none"> • Contato com o movimento; • Procura por terreno; • Seleção e acompanhamento social; • Levantamento territorial: zoneamento, legislação e físico (ambiental, aspectos e condicionantes); • Visitas em outros empreendimentos; • Levantamento da busca e desejo da demanda; • Adequações a todas legislações, distribuição e financeiro; • Fechamento dos projetos; • Aprovação do movimento, financiamento e prefeitura; • Execução convencional, <u>mutirão</u>, <u>mutirão parcial</u>, <u>auto gestão</u>; 	<ul style="list-style-type: none"> • Etapa de planejamento, que é a identificação do território e do morador; • Levantamento das informações físicas da família; • Projeto, cronograma e orçamento; • Apresentação; • Arrecadamos recursos financeiros; • Contratação da mão de obra; e • Realização da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o projeto, edital, cursos, chamadas públicas, etc; • Provocação do órgão público (prefeituras municipais); • Buscar por parceiros (profissionais, empresas e entidades).

Fonte: autora

Isabel Cabral afirma que após a fundação da associação, foi implementado o contato com os movimentos sociais, procurou-se por um terreno adequado, realizou-se a seleção e o acompanhamento social, o levantamento territorial, dentre outras demandas. Além disso, foram realizadas visitas em outros empreendimentos, o desenvolvimento do projeto, a adequação à legislação e aos recursos para se chegar à etapa da aprovação por parte do público-alvo, do órgão financiador e da prefeitura, liberando para a execução por meio de mutirão, autogestão ou de forma convencional.

Para Andreia Muniz, com o apoio da instituição e a proposta de projeto de extensão estruturada, é possível realizar o levantamento do território e das famílias. Com esses dados coletados, executa-se a etapa do projeto, o desenvolvimento do

cronograma e o orçamento para a posterior apresentação aos contemplados. A arrecadação de recursos por meio de doações ou parcerias permite a compra de materiais e contratação da mão de obra para a realização das reformas.

O CAU, por ser um órgão com a característica de atuar mais como financiador, promotor e divulgador, possui etapas distintas das demais áreas. Após a reserva dos 2% de seu orçamento, foi possível implementar um gabinete de ATHIS que desenvolveria editais, cursos, projetos, parcerias com órgãos públicos, entre outras ações. Por isso, segue as etapas de motivação do órgão público (prefeituras municipais), através de projetos, editais (concurso, curso ou intervenções) e busca por parceiros profissionais, empresas e entidades para a realização do credenciamento ou contratação.

Sandra Marinho comenta que após a composição da equipe multidisciplinar, formação da diretoria, previsão de recursos e montagem do processo licitatório, é possível realizar a coleta da documentação, desenvolvimento do projeto, memoriais, planilhas orçamentárias, lista de beneficiários, para a posterior execução das obras. Conforme Sandra Marinho, é preciso ter cuidado com a expectativa do morador, a visão do profissional especialista (arquiteto, engenheiro, dentre outros) e a visão do assistente social, que conhece a realidade da família, complementando a perspectiva vivenciadas por cada agente para que seja entregue um projeto que realmente atenda às necessidades do público-alvo.

Assim, como é demonstrado na Tabela 6, todas as entrevistas seguem as etapas de: selecionar os contemplados para receber os benefícios, levantar os dados, desenvolver os projetos, conseguir a aprovação do beneficiado (critérios de seleção), buscar por recursos e, por fim, executar o projeto.

Dentro dos principais dados levantados, conforme a Tabela 7, metade das entrevistadas ressaltaram a importância do levantamento da parte física existente. Além disso, foram mencionados o levantamento do perfil da família, legislação e as possibilidades de financiamento. Também foi comentado sobre identificar as patologias e suas soluções como etapas importantes para a realização da ATHIS no âmbito de reforma habitacional.

Tabela 7: Aplicação (principais dados e prazos)

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
APLICAÇÃO	Principais dados	<ul style="list-style-type: none"> Os físicos e os sociais; Levantar a situação e o perfil da família. 	<ul style="list-style-type: none"> Vontade política; Recursos financeiros e humanos (universidade, movimento); Existência de arquiteto na prefeitura; Seleção das famílias; Entidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as patologias e suas soluções; Planta simples e linguagem clara quanto ao que vai ser feito.
	Prazos	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhamos em períodos de um ano; 2 semestres: 1 - identificar e levantar a família, além da realização do projeto; 2 - Execução; Uma casa por ano, no mínimo 	<ul style="list-style-type: none"> Condicionados aos parceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem prazos individuais; Tudo depende do recurso e do que será feito (reforma, reconstrução, etc.); O prazo ideal é que de 3 a 4 meses essa família consiga ser identificada, atendida e ter seu processo fechado.

Fonte: autora

Conforme a Tabela 7, cada um dos entrevistados trabalha com um prazo de aplicação diferente, de acordo com os vínculos de sua prática. Para o escritório o prazo está interligado ao cronograma de liberação do financiamento, para a universidade, é previsto o desenvolvimento dentro dos semestres, para o CAU, os prazos estão condicionados aos parceiros dos projetos, já para a CODHAB, o vínculo é entre o recurso e o que será feito na intervenção.

A participação dos moradores dentro do processo de ATHIS é muito importante já que se trata de um atendimento pontual das necessidades das famílias. No entanto, conforme todas as entrevistadas, a atuação do público-alvo fica restrita aos ajustes de projetos e não tanto a execução da obra, já que essa participação, como construtor, implica questões de segurança física, dos indivíduos envolvidos em mutirão, por exemplo, e da pessoa jurídica, relativa ao responsável técnico pela obra.

Tabela 8: Aplicação (participação e sustentabilidade)

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
APLICAÇÃO	Participação	<ul style="list-style-type: none"> Projeto e <i>briefing</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Pouca participação; Aparece no desenvolvimento dos projetos arquitetônicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Envolve todos os atores e o aceite final desse morador; Levamos o problema e a sugestão de solução; Expectativa do morador X visão técnica (arq.) X visão do assistente social.
	Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Foi previsto o uso de pallets como mobiliário e horta vertical; Elementos decorativos e não na construção. 	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de utilização de materiais sustentáveis e inovações no edital de concurso da unidade sanitária; Banco de materiais, projeto de Santa Rosa. 	<ul style="list-style-type: none"> Ganhamos através de parceiros, materiais descartados de outras reformas. Reutilizamos; É um caminho inevitável; Possuem desafios e ainda precisa evoluir.

Fonte: autora

A aplicação de mutirão e autoconstrução demandam um preparo em cursos de capacitação para ensinar, qualificar e amparar legalmente o serviço a ser realizado. Com relação à utilização de elementos sustentáveis ou reutilizáveis, Isabel Cabral, Andreia Muniz e Sandra Becker afirmam que foi previsto, em suas intervenções, o uso desses materiais sustentáveis.

5.1.5. Experiências pessoais das entrevistadas

Dentre as quatro questões levantadas no tópico das experiências, apresentadas nas Tabela 9 e Tabela 10, apenas o item melhorias teve relação entre as respostas apresentadas pelas entrevistadas. Verifica-se, com base nas respostas fornecidas, que cada setor possui sua particularidade e se distingue em suas atuações, por isso possuem experiências diferentes que podem demonstrar aprendizagens pontuais em sua demanda, mas que também podem servir de referência ou se encaixar nas demais atuações.

Isabel Cabral aprendeu, durante a sua atuação, a importância do diálogo, de atuar como mediadora entre a comunidade e os órgãos públicos, solucionando conflitos. Conforme Isabel Cabral, o que mais a marcou em sua prática foi ver a luta e

o retorno que os movimentos sociais atingem, mostrando para o governo que as assessorias, em conjunto com a população, são capazes de fazer produções habitacionais de qualidade.

Outro ponto ressaltado por Isabel Cabral é o trabalho social de informação dessa população carente, explicando o que é público e o que faz parte das áreas comuns, ensinando como gerir um condomínio e instruindo a usar, cuidar e consertar equipamentos instalados. Esse cuidado de informar ao público o que está recebendo previne o desuso e a quebra de equipamentos aos quais, muitas vezes, não possuíam conhecimento, acesso ou contato, devido a questões sociais e econômicas.

Para Andreia Muniz a etapa da obra é o que mais a marcou, o fato de surgirem problemas inesperados (estrutural, hidráulico, elétrico, infiltração, dentre outros) a cada dia da reforma e como lidar com essas dificuldades e atrasos. Em sua prática, Andreia Muniz aprendeu que o pilar da ATHIS é a equipe multidisciplinar, já que são necessários profissionais de diversas áreas para solucionar os problemas que vão além da estrutura física da casa, cuidando também dos problemas físicos e sociais das famílias em atendimento.

Tabela 9: Experiências (aprendizagem e destaques)

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistada	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
EXPERIÊNCIAS	Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica é um método; Os problemas estão além da casa; O pilar da ATHIS é a equipe multidisciplinar, é território consolidado, é parceiro no território, é solucionador os problemas das famílias (social e físico). 	<ul style="list-style-type: none"> Relações entre instituições; Atender as pessoas dos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> Que o arquiteto tem uma função social, que pode estar dentro de qualquer lugar (gerindo, fazendo política e capitando recurso) e que precisa se posicionar quanto aquilo que acredita; É preciso ter o perfil, entender que não está ligado só no que você vai receber e sim a outros fatores, a sua história de vida, a aproximação com o tema, o seu emocional, psicológico e a equipe que está te apoiando; e Nós somos feitos dentro de uma lógica da perfeição, assumir que a gente não consegue fazer tudo é a grande postura evoluída do profissional de assistência técnica.
	Marcante	<ul style="list-style-type: none"> A luta e o retorno que os movimentos sociais atingem; Trabalho social de informação (como usar, cuidar e consertar os equipamentos instalados). 	<ul style="list-style-type: none"> A etapa da obra; Um problema vai puxando o outro. 	<ul style="list-style-type: none"> A motivação em aplicação pela prefeitura de Porto Alegre demonstrada no curso de ATHIS em 2022; Governo do estado coloca recurso.

Fonte: autora

Sandra Becker resalta a aprendizagem que teve quanto às relações entre instituições, de compreender e atender às necessidades dos municípios, dar apoio para que os projetos se concretizem. A motivação demonstrada por outros

profissionais em aplicar ATHIS e o fato de o governo do estado colocar recursos em programas desenvolvidos pelo CAU, tais como as melhorias sanitárias, é o que mais marcou Sandra Becker.

Sandra Marinho comenta ter aprendido em sua atuação que o arquiteto tem uma função social, que pode estar atuando em qualquer campo ou frente, mas que precisa se posicionar quanto ao que acredita. Ela também aponta que é preciso ter perfil profissional específico para atuar com ações sociais, compreender que essa prática está relacionada à satisfação pessoal, em vez de simplesmente a ganhos financeiros. Sandra Marinho ressalta que a experiência mais marcante em sua atuação foi quando precisou passar pela transição de governo, que precisou juntar e mostrar os resultados para o novo diretor, demonstrando suas convicções e resistência, evitando o desmonte do programa.

No item dificuldade, apresentado na Tabela 10, Isabel Cabral destaca que “os políticos e governos não possuem interesse na produção, intervenção ou realização do trabalho de ATHIS” e o fato de ter que servir de ponte ao diálogo entre o público e quem estiver no poder, no cargo mais alto, é uma das dificuldades que enfrentou em sua atuação. Além disso, Isabel Cabral, também comenta a questão da visão marginalizada dessa população, das brigas entre moradores, da implantação das intervenções em comunidades desorganizadas ou que tenham o domínio do tráfico, e a burocracia na aprovação de projetos, liberação e aceitação de crédito para viabilizar os projetos.

Andreia Muniz enfatiza que a maior dificuldade na prática de ATHIS é a captação de recursos, “sem dinheiro não se faz nada”, conforme a entrevistada. Além disso, a realização da obra demanda um fluxo contínuo para a compra dos materiais necessários. Mas, ao se trabalhar com doações, é difícil ter uma reserva antes do início da obra. Portanto, é preciso se adaptar tanto às necessidades que surgem durante uma reforma, quanto ao que se consegue adquirir com as parcerias e doações que vão sendo disponibilizadas.

Uma das maiores dificuldades comentadas por Sandra Becker é o fato de que o CAU não era considerado como parceiro para a implantação de projetos de ATHIS, já que suas interações eram vistas como instrumento de exigência para a aplicação

da Lei Federal n. 11.888. Mas, com o uso do recurso disponibilizado pelo CAU e demonstrando contrapartidas, tais como cursos de captações e promoção de pequenos projetos-pilotos, o conselho pode contornar esse entrave.

Além da dificuldade enfrentada pelo CAU, Sandra Becker afirma que vivenciou questões sociais que envolvem diferenças simbólicas entre profissionais homens e profissionais mulheres, que, apesar de achar que alguns colegas até a escutam, é difícil “tornar a sua voz e suas ideias” compreendidas e ouvida pelos demais em determinados ambientes.

Já para Sandra Marinho, a maior dificuldade é a transição de governo, em que é preciso realizar o convencimento de pessoas que não são da área, adequando a fala técnica e demonstrando os dados que confirmam que o projeto traz resultados para uma forma mais simples de entender. Sandra Marinho também comenta que enfrentou suas próprias dificuldades emocionais e da sua equipe, de autoquestionamento e compreensão quanto ao seu papel no processo, qual a sua importância como profissional e quem é diante da equipe.

Esse dilema revelou para a entrevistada que a atuação em ATHIS não é para qualquer profissional, é preciso ter perfil além do conhecimento técnico, já que o trabalho não está só vinculado ao que vai receber e sim a outros fatores como a história de vida do beneficiado. Quem atua com ATHIS precisa ter essa aproximação com o tema, trabalho emocional e psicológico para se envolver com a população de extrema carência.

Tabela 10: Experiências (dificuldade e melhorias indicadas pelas entrevistadas)

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistada	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
EXPERIÊNCIAS	Dificuldade	<ul style="list-style-type: none"> • É muito difícil fazer obra sem dinheiro; • Captar recursos; • Encaminhar a obra junto com as doações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não adianta tu ter um banheiro e não ter acesso à água; • Ser ouvida pelos demais profissionais; • Fazer com que vissem o CAU como parceiro; • Como exigir algo sem uma contrapartida; • Demonstrar que não deve ser um trabalho voluntário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Transição de governo; • Depender de quem está no poder/ líder político; • Convencimento de pessoas que não são da área; • Adaptar a linguagem técnica; e • Controle emocional.
	Melhorar	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora a salubridade, conforto térmico, dá a qualidade de vida; • Através de uma intervenção simples (revestimento, teto e piso) muda a vida da pessoa; • É preciso ter um diálogo claro e divulgar na base, diferença de um arquiteto e engenheiro, sobre ATHIS, sobre as leis e seus direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar e sensibilizar o poder público; • Prever um atendimento igualitário; • Abrir novos editais para a implementação de escritórios públicos; • Estabelecer parcerias com as universidades locais, viabilizar pesquisas e estudos do antes e depois de projetos já realizados; • Inserir o profissional de arquitetura dentro de programas já estabelecidos como o sus; • Simplificar os processos e conceitos; • Mais agilidade na realização da ATHIS. 	<ul style="list-style-type: none"> • É preciso entender o potencial do profissional e o direcioná-lo; • É preciso falar sobre ATHIS dentro das comunidades, entre os atores e representantes locais; • Conscientizar a população de baixa renda e os políticos; e • Falar para quem tem o dinheiro.

Fonte: autora

Com relação ao item melhorias, as entrevistadas Isabel Cabral, Sandra Becker e Sandra Marinho afirmam que a atuação da ATHIS progrediria se tivesse o apoio de diferentes esferas políticas e governamentais. Isabel Cabral, Andreia Muniz e Sandra Marinho informam que a prática de ATHIS também melhoraria se a lei de ATHIS fosse mais divulgada junto às comunidades e à sociedade em geral.

Para melhorar as atuações em ATHIS, Isabel Cabral afirma ser necessário ampliar a quantidade de projetos a serem implantados, aumentar o envolvimento do poder público com a comunidade e trabalhar em conjunto com outros programas habitacionais, como as políticas urbanas e projetos de regularização fundiária. Isabel Cabral também comenta que é importante “aumentar cada vez mais a informação e diminuir a distância da prática de ATHIS”, realizando cursos e inserindo-as nas instituições de ensino superior.

Andreia Muniz afirma que é preciso melhorar a desinformação da ATHIS na base, ou seja, que a população, que se beneficia da lei, passe a conhecê-la e exigir sua aplicação. Por isso, é preciso dialogar e divulgar as leis e os direitos existentes para a população de baixa renda, assim como explicar quais as atribuições de um arquiteto e as diferenças na atuação entre esses profissionais e os engenheiros.

Além disso, Andreia Muniz também ressalta que é preciso melhorar a mobilização, já que se está “vivendo uma época de uma individualidade muito grande” e as pessoas estão parando de se envolver nas comunidades, coletivos e movimentos comunitários. Andreia Muniz afirma que “sem a mobilização, não dá para fazer ATHIS” de grande escala, apenas envolvimento da atuação pontual para os atendimentos dessas famílias individualmente, restringindo o alcance dessa prática.

Sandra Becker assegura que para melhorar as práticas de ATHIS é preciso: simplificar os processos e conceitos; prever um atendimento igualitário; estabelecer parcerias com as universidades (viabilizar pesquisas sobre a pré-intervenção e pós-intervenção); mobilizar e sensibilizar o poder público; inserir o profissional de arquitetura em programas já estabelecidos (SUS); e abrir novos editais para a implementação de escritórios públicos.

Ainda para Sandra Becker, é preciso melhorar a questão do tempo de atuação, entre o levantamento realizado e a finalização da obra, para que o atendimento solucione as necessidades atuais desses moradores. Sandra Becker também enfatiza “que a assistência técnica não é voluntariado, que é um trabalho como qualquer outro”, tais como os advogados que trabalham na defensoria pública ou os médicos que atuam no SUS, todos fornecem atendimentos gratuitos, mas recebendo do poder público por seus serviços.

De acordo com Sandra Marinho, “falar para quem tem o dinheiro é importante”, ou seja, a prática de ATHIS pode melhorar com a conscientização dos políticos, de atores locais, vereadores, deputados distritais, estaduais e federais. Além disso, Marinho também comenta a necessidade de divulgar o que é ATHIS dentro das comunidades para representantes e atores locais, para pessoas que necessitam desse atendimento, e não apenas discutir o tema entre os profissionais de arquitetura.

5.1.6. Percepções da Lei ATHIS (LF nº 11.888/2008)

Quanto à legislação, subitem impacto, Andreia Muniz e Sandra Becker consideram que a lei da ATHIS não é aplicada e que os órgãos públicos precisam se apropriar dela, mas estão em desacordo quanto à compreensão do texto da lei como é demonstrado na Tabela 11. Andreia Muniz afirma que a lei é subjetiva e ampla, que informa “os parâmetros legais e quem constrói, quem desenvolve as modalidades, mas quem efetivamente define a forma de trabalho é quem for atuar”, mostrando uma necessidade de se aprofundar e reescrever o texto.

Tabela 11: Legislação (impacto, lacuna e melhoria)

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistada	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
LEGISLAÇÃO	Impacto	<ul style="list-style-type: none"> É muito subjetiva e ampla; <u>Lei não é aplicada;</u> <u>Deveria ser aplicada começando pelo poder público</u> 	<ul style="list-style-type: none"> Lei muito sucinta e compacta; De particularidades; Pouco conhecida; <u>Não é aplicada;</u> <u>Apropriação pelos municípios.</u> 	<ul style="list-style-type: none"> Dá uma segurança jurídica; Presando pelo mínimo da legalidade administrativa e jurídica de processo.
	Lacuna	<ul style="list-style-type: none"> <u>Criar formas de se fazer ATHIS</u> <u>Ela tinha que ser rescrita e mais detalhada, ela é muito subjetiva e ampla</u> 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação; Implantação de residência em arquitetura; Criação de instrumentos para por ela em prática; SUS da arquitetura. 	<ul style="list-style-type: none"> Não consigo ser crítica há uma lei que uma galera esteve envolvida e fez ser publicada; Ainda é uma tentativa de sobrevivência; É preciso falar menos e fazer mais, depois mudar algo.
	Melhoria	<ul style="list-style-type: none"> Itens que facilitem a entrega de financiamento aos municípios; Aplicação de um período de adaptação para a criação de fundos e posterior aplicação; Que a própria lei de ATHIS seja realmente aplicada; Disponibilização de recursos públicos; e Desenvolver uma residência de arquitetura. 	<ul style="list-style-type: none"> Na qualidade, ela tinha que vir contemplando mais a questão do <u>perfil da população, a demanda, detalhando mais as modalidades, fontes e dos recursos financeiros;</u> <u>Município tem que por em prática.</u> 	<ul style="list-style-type: none"> Os municípios precisam se apropriar dela; Tornar uma política de grande escala, sem perder qualidade; Precisa ser convencida e ter interesse político em implementá-la; Programas estarem sempre atrelados a um banco, tentarmos quebrar um pouco dessa lógica; Queremos fazer e não só conversar sobre assistência técnica; Incorporado a nível nacional, disponibilizar recursos.

Fonte: autora

Já para Sandra Becker a lei “está ótima assim”, é muito sucinta e compacta, fala de uma forma bastante simples do que se trata e já indica formas de como pode ser realizada, mas a lei é desconhecida. É possível verificar que a lei de ATHIS tem apenas 2 páginas de extensão, mas carrega em seu texto as informações essenciais para amparar a atuação no âmbito da lei.

Assim como é descrito no art. 5º da lei 11.888, é possível identificar algumas formas de atuar na ATHIS, através de capacitação de profissionais ou moradores, ao

firmar parcerias ou convênios com empresas públicas ou privadas, projetos de residências ou extensões universitárias nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia. Assim como é demonstrado a seguir:

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia (BRASIL,2008).

Mas, o ponto principal da lei está no artigo 2º, que define que a ATHIS é a prestação do serviço de assistência técnica pública e gratuita para a população de até três salários-mínimos, fornecendo o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia, sendo ela urbana ou rural. A simplicidade apontada por Sandra Becker permite uma rápida leitura e compreensão dos pontos principais da lei sem engessar a atuação dos profissionais.

No entanto, a percepção da Andreia Muniz também não pode ser negada ou refutada, já que a lei não demonstra todos os caminhos existentes para a atuação em ATHIS. As necessidades dessa população são variadas e, às vezes, a atuação é muito pontual, exigindo criatividade para contornar os empecilhos, já que há poucas experiências para seus agentes se apoiarem.

Isabel Cabral afirma que a lei ajudou principalmente nas urbanizações e regularizações, isso demonstra que há diversas formas de atuar dentro da ATHIS. Assim como é comentado por Sandra Marinho, a lei dá garantias legais, segurança administrativa e jurídica para as diversas atuações dos profissionais que dão apoio a essa população de até três salários-mínimos.

Para Isabel Cabral, a maior lacuna na legislação de ATHIS não é vinculada ao texto da lei e sim à falta de destinação de um recurso específico que possa apoiar as práticas desenvolvidas pelos demais profissionais. Entre as melhorias ressaltadas por Isabel estão a implementação de uma residência em arquitetura, estipulação de um período de adaptação aos municípios para criar um fundo voltado para a ATHIS, disponibilizando recursos públicos e que a lei seja realmente aplicada.

Andreia Muniz ressalta que a lacuna está no texto da lei, que ela precisa ser reescrita e mais detalhada por ser muito subjetiva e ampla. Muniz enfatiza sua perspectiva ao ressaltar novamente, no item melhorias, a ideia de que é preciso avançar na qualidade do texto da lei, que é preciso “contemplar mais a questão do perfil da população, a demanda, determinando mais as modalidades, fontes e dos recursos financeiros”. Pontos que enfatizam a discussão anterior.

A lacuna apontada por Sandra Becker é a necessidade de aplicação da ATHIS e a criação de um instrumento para pô-la em prática. A entrevistada também comenta sobre a implantação de uma residência em arquitetura e o desenvolvimento de uma ação similar ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a arquitetura. Dentre as melhorias ressaltadas por Sandra Becker, estão: apropriação e aplicação da lei por parte dos municípios; tornar a lei uma prática efetiva; torná-la uma política em grande escala, sem perder qualidade de atendimento; ultrapassar as etapas de defesa, convencimento da importância e impacto da lei, implementando-a através da atuação política e governamental; incorporação da lei a nível nacional, a partir da disponibilização de recursos federais; e desvincular as práticas relativas à lei de um órgão financiador específico.

Sandra Marinho comenta que não consegue ser crítica a uma lei em que houve a atuação de diversos profissionais que se movimentaram para a sua aprovação. A entrevistada comenta que sua atuação ainda é uma tentativa de sobrevivência e que a lacuna está na necessidade de aplicar mais ações de ATHIS. O avanço da implementação de leis distritais de ATHIS, a obrigatoriedade do banco de materiais e o uso de tecnologias sustentáveis são algumas das melhorias apontadas por Sandra Marinho. Além disso, ressalta a ideia de tornar a prática de ATHIS intersetorial, envolvendo o planejamento estratégico dos governos, a fim de impedir o seu desmanche no futuro.

Destaca-se que, mesmo não enquadrado no mesmo item, tanto Isabel Cabral, quanto Sandra Becker levantaram a questão da residência em arquitetura, assim como também pode ser visto no artigo 5º da lei da ATHIS. A implantação de residência na arquitetura em todo o território brasileiro traria uma base da atuação para os futuros profissionais e poderia ter seu foco no atendimento da população de baixa renda, de até três salários mínimos resolvendo parte da demanda da ATHIS.

Algumas experiências a nível nacional já ocorrem nessa lógica, como o curso de pós-graduação Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AUE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desenvolvido em parceria com a Escola Politécnica (EP-UFBA), LabHabitat, e com apoio da Superintendência Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da CAIXA (GEAST), Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), da Bahia, Ministério das Cidades, Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA), Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia (IAB-BA) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA) (CAU/BA, 2023).

Outro exemplo é o curso de extensão Residência em Arquitetura e Urbanismo – ATHIS, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), possui como coordenadores os arquitetos e professores Celso Sampaio e Paulo Emilio Buarque, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). A prática da Residência acontecerá na Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, abordando melhorias habitacionais, regularização física e novas construções em áreas definidas pela política habitacional do município, através do apoio do CAU/SP (MACKENZIE, 2023).

5.1.7. Tipos de recursos adotados na ATHIS

Como a prática de ATHIS não tem foco comercial é difícil pensar em um retorno lucrativo. A lei tem o intuito de auxílio comunitário, mas isso não quer dizer que o profissional de arquitetura precisa doar o seu serviço, sem nenhuma contrapartida. No geral, assim como é demonstrado na Tabela 12, quem tem aplicado a ATHIS está vinculado a alguma instituição, como é o caso da Andreia Muniz (universidade), Sandra Becker (CAU) e Sandra Marinho (CODHAB), onde seus salários são pagos por essas instituições onde atuam e o desenvolvimento da obra é feito através de recursos públicos (licitação, credenciamento, convênio, concurso ou contratação) ou doações de empresas privadas na forma de dinheiro, material ou mão de obra.

Isabel Cabral afirma que é preciso ter o entendimento fundamental, que “somos profissionais e não temos que trabalhar de graça”, porém, dependendo do caso é

possível prever valores mais acessíveis. Também comenta que é difícil, mas não impossível, sobreviver apenas com o trabalho de ATHIS. No entanto, quase todos que trabalham nesse âmbito possuem outra atividade em paralelo para se sustentar. Ela fala ainda que, em um escritório, o retorno pelo serviço do arquiteto não é na forma de lucro financeiro, “mas sim como um resultado de sobrevivência e satisfação profissional, social e política para o que é feito”.

Com relação à etapa da obra, para Isabel Cabral (escritório), o trabalho é feito através de doações e financiamentos disponíveis para aquela determinada família ou comunidade em que estiver atuando, onde o seu salário também é estipulado e previsto no orçamento encaminhado à instituição financiadora. Outra forma de se ter um retorno financeiro é entrar nos editais de credenciamento realizados por outras instituições, tais como o CAU.

De acordo com as entrevistadas, existem diversas formas de realizar a coleta de recursos para a etapa de obra, sendo eles materiais ou monetários. Entre elas pode-se ressaltar a efetivação de parcerias com empresas privadas em troca da visibilidade da marca; a criação de um banco de materiais utilizando elementos descartados de outras reformas; ou a busca por auxílio do fundo de Habitação (FINIS ou FUNDHIS), defensoria pública, tribunal de contas do Estado, ministério público e emendas parlamentares.

Tabela 12: Recurso

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistada	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
RECURSO Quem paga a obra e o profissional? Auxílio público? Fundo para aplicação?	<ul style="list-style-type: none"> • Usamos o financiamento de programas habitacionais; • Fundo para habitação social (FINIS); • Entidade e a instituição sem fins lucrativos é quem capta esse recurso para gerenciar tudo; • Retorno não é em forma de lucro financeiro e sim em sobrevivência e satisfação profissional, social e político. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tudo por doação por parte da iniciativa privada (parceiros, empresários, comércio); • Salário vinculado a instituição; • Doação de dinheiro, materiais e mão de obra; • Estabelecimos parcerias gerando visibilidade para a empresa; • Fundo de moradia comum, desconheço outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos que o poder público disponibiliza, vinculado a uma política ou programa; • <u>Muitas vezes acontece que as pessoas e os movimentos acabam colocando dinheiro próprio.</u> • Não ganha em etapas, acaba recebendo só no final; • Protocolo de intenções assinado com Defensoria pública, tribunal de contas do estado, Ministério público do estado, associações do município, governo do estado, tivemos apoio do institucional da ONU habitat nesse programa, entre outras. Realocar orçamentos públicos; • Termo de cooperação com o governo, CAU vai dar assistência técnica, o estado vai dar o material de construção, e os municípios dão a mão de obra. • <u>Cadastrar e credenciar profissionais e entidades interessadas;</u> • <u>Editais de financiamento, convenio.</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • Vem das emendas parlamentares distritais e CODHAB; • ATHIS totalmente subsidiada; • É previsto o pagamento do salário do funcionário contratado, no mínimo um arquiteto, assistente social e da parte administrativa. Para a execução é feito uma licitação para as empresas; • Parceria com o CAU/DF; • Fundo de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal (FUNDHIS); • <u>Aplicamos até 35 mil reais para reformas e até 75 mil para reconstrução, além de 6 mil reais mensal para uma estrutura de um escritório.</u>

Fonte: autora

Andreia Muniz afirma que os detentores da maior parte do recurso brasileiro são os cofres públicos e a sociedade civil. Na sociedade civil, a população de média a alta rendas possuem a capacidade de qualificação de seus espaços físicos, mas no caso da população de baixa renda, que se encontra em vulnerabilidade social e econômica, quem deveria fornecer o auxílio, que garante a qualidade de vida, é o poder público, já que as atuações de ATHIS entram em uma lógica na qual se fala da necessidade de mobilizar milhões de reais para a realização desses atendimentos.

Sandra Becker, com base nos estudos que realizou durante o desenvolvimento da sua dissertação de mestrado na Federal Fluminense do Rio de Janeiro, afirma que “os recursos existem, o que falta é projetos”. Além disso, ela conclui que as cidades acabavam gastando seus recursos na urbanização da forma mais fácil, utilizando licitações e caminhos prontos. Sandra Becker destaca que é preciso entender a política e os processos por trás dos gastos dos recursos dentro de cada município, para que se possa criar modos de operação e demonstrar para as prefeituras como é possível fazer os projetos com os recursos existentes.

Sandra Marinho enfatiza que “políticas como assistência técnica, se você não tiver um ator político dentro da estrutura, que seja fixo, ela é muito facilmente desmontada, porque ela não tem previsão orçamentária”, o que a torna uma política muito delicada. Marinho afirma que é importante saber onde está o dinheiro dentro dos órgãos públicos, olhar para o Plano de Plurianual (PPA)⁴, Lei Orçamentária Anual (LOA)⁵, emendas federais ou distritais, fundos de habitação, saúde, educação ou ministério da mulher, qualquer recurso que tenha como objetivo a melhoria do espaço por meio de uma política pública.

4 O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto na Constituição Federal (Art. 165, §1º) que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. No PPA constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, públicos-alvo, produtos a serem entregues à sociedade nos próximos quatro anos. Retirado de <<https://www.publica.inf.br/blog/plano-plurianual-ppa-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo-e-lei-orcamentaria-anual-loa>> Acessado em 08 nov. 2022 às 18:03.

5 A LOA é elaborada pelo poder executivo e estabelece as despesas e receitas que serão realizadas no próximo exercício. A Constituição determina que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada exercício. Se durante o exercício financeiro houver necessidade de executar despesas acima do limite previsto em lei, o poder executivo deve emitir medida provisória, submetendo-a a aprovação da Câmara de Vereadores solicitando crédito especiais ou suplementares, ou ainda créditos extraordinários no caso de guerra, calamidade, comoção interna, dentre outros, sem autorização prévia do legislativo, apenas anuência posterior. Retirado de <<https://www.publica.inf.br/blog/plano-plurianual-ppa-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo-e-lei-orcamentaria-anual-loa>> Acessado em 08 nov. 2022 às 18:03.

5.1.8. Influência da pandemia do coronavírus

A pandemia do Coronavírus (Covid 19) foi um evento incomum que impactou todos os setores da economia, no emocional de toda a população e na área de atuação dos profissionais de arquitetura, não foi diferente. O impacto da paralisação das atividades pode ser descrito, de forma geral, negativamente por impedir as realizações das atividades e entrada de recursos, no entanto isso impulsionou o desenvolvimento e aceitação de tecnologias, tais como a aplicação de reuniões virtuais e encaminhamento de documentações *online*, que permitiam seguir com as atuações dos profissionais de forma segura.

Tabela 13: Pandemia

Instituição	Escritório	Universidade	CAU	CODHAB
Entrevistado	M. Isabel N. S. Cabral	Andreia F. Muniz	Sandra H. L. Becker	Sandra M. F. Marinho
PANDEMIA CORONAVIRUS Impacto e mudanças	<ul style="list-style-type: none"> Nos habituamos a fazer as reuniões online, mas tentamos priorizar o presencial; Teve 4 lideranças que atuávamos que acabaram morrendo por causa do COVID. Foi um período triste de parada e de prejuízo de uma forma geral, abalo emocional 	<ul style="list-style-type: none"> Ficamos mais de 2 anos parados; Não pretende mais trabalhar com atendimento individual, vamos expandir para coletivo e parceria com o poder público. 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização maior do poder público quanto a <u>desigualdade e interdependência social no país.</u> 	<ul style="list-style-type: none"> Foi muito ruim; Vimos o quanto é vulnerável a atuação do arquiteto; Houve corte de recursos; Atrasou os processos e trancou os novos cadastros; Não houve mudança na estrutura do processo, só adequação as normativas de segurança pública.

Fonte: autora

Esse período também serviu para sensibilizar o poder público para uma realidade que já era existente, a desigualdade e interdependência social do país, forçando as instituições a propor alternativas e soluções para mitigar, principalmente, a questão da higiene na população de baixa renda. Atualmente os trabalhos aplicados pelos entrevistados já retomaram a normalidade, suas práticas sofreram poucas alterações, mas foi um período de inúmeras incertezas, atrasos, cortes de recursos, adequações e abalo emocional.

5.2. AS POSSIBILIDADES DA ATHIS

Conforme os levantamentos, leituras e entrevistas realizadas, pode-se corroborar que a ATHIS é uma das políticas públicas que visam amenizar o déficit habitacional qualiquantitativo e a vulnerabilidade social brasileira, através do acesso ao direito à moradia e a profissionais especializados. A Lei Federal nº 11.888, de 2008 (Lei de ATHIS) é um amparo legal para as ações desenvolvidas por profissionais de arquitetura que tentam melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda brasileira.

O texto da lei de ATHIS apresenta informação sobre para quem é prestada a assistência técnica, quem pode realizar, pontuando algumas formas de ações e enfatizando a necessidade de entregar um serviço público e gratuito a essa população de até 3 salários-mínimos. As atuações de ATHIS proporcionam a aplicação da função social do profissional de arquitetura, facilitando o contato direto com o morador e a integração com a realidade da comunidade. A proposta da ATHIS é justamente dar essa assistência técnica e amparo social a uma faixa da população que tem sido deixada de lado e cuidar de uma necessidade pontual dentro da dinâmica socioeconômica preexistentes.

É possível verificar que, para o desenvolvimento de uma boa prática de ATHIS, são necessários: o envolvimento do público-alvo (organizado em comunidades, cooperativas, bairros ou moradores), do governo (legislação, recursos e vontade política) e dos profissionais especializados, que podem ser separados em três áreas de conhecimento: as áreas técnicas projetuais (arquitetura, engenharia, meio ambiente, entre outros); as áreas sociais (assistente social, psicólogo, etc.); e as áreas jurídicas (advogado, contador, economista, dentre outros).

A prática de ATHIS, assim como foi visto nos estudos de caso e entrevistas, pode ser implementada em todos os âmbitos da profissão do arquiteto, ou seja, não precisa necessariamente ser realizada apenas por um escritório, universidade ou órgão público, também pode ser realizada por ONGs. Claro que cada um pode ter um foco específico, já que essa prática traz diversas possibilidades de ser aplicada, indo

desde a regularização fundiária até uma pequena reforma, em locais públicos ou privados.

Nas entrevistas comentadas anteriormente, é ressaltada a necessidade de primeiramente identificar qual a escala a ser trabalhada. Por exemplo, em intervenções: macro (reurbanização de regiões ou municípios); meso (parcelamento ou regularização de bairros ou quadras); ou micro (construção, regularização ou reforma do lote ou da casa). A definição dessa escala possibilitará a identificação das possíveis ações e qual a necessidade dos custos para a sua aplicação, para o posterior levantamento desse orçamento.

Para o profissional de arquitetura, a sua atuação de ATHIS não difere dos demais projetos realizados, o que muda é a condição do cliente, que possui ou não recurso próprio. No caso do cliente não possuir recurso próprio, o profissional precisa atuar como um gestor e inserir-se no meio político para captar recursos, atuações que não são muito incentivadas pelas instituições de ensino e visadas no meio comercial da profissão de um arquiteto.

Ou seja, a formação do profissional de arquitetura, seja no âmbito da graduação ou pós-graduação, deve ser capaz de desenvolver outras competências necessárias e fundamentais para a atuação em ATHIS. Pode-se exemplificar a competência de interpretar, reconhecer e resolver os problemas das camadas sociais menos favorecidas, o que pode implicar programas de necessidades, soluções técnico-construtivas, tecnologias e expressões estéticas arquitetônicas próprias, competências na elaboração especificação de materiais, componentes e sistemas construtivos, elaboração de orçamento, competências relativas à argumentação e à defesa de valores sociais e humanos para captação de recursos e parcerias com empresas do setor privado.

Outra questão importante relacionada à ATHIS é a autoconstrução, através da autogestão ou mutirão, as quais são práticas que permitem a diminuição dos custos da obra e que já estão presentes na realidade da população de baixa renda. No entanto, a aplicação dentro do programa de ATHIS requer um cuidado com a qualificação da mão de obra empregada e questões jurídicas vinculadas a possíveis

acidentes durante a construção das edificações, já que não haveria uma instituição ou responsável técnico para garantir os deveres legais dessa mão de obra.

Dentre as possíveis soluções para esses problemas vinculados à autoconstrução ou mutirão, estão o desenvolvimento de um programa inicial da ATHIS de capacitação da mão de obra para os moradores interessados; contratação temporária da população de baixa renda pelos programas e departamentos vinculados a ATHIS; e busca de alternativas sustentáveis, de baixo custo, que podem ser implementadas pelos moradores, todas acompanhadas por profissional autorizado a exercer as atividades previstas. Ações no âmbito da ATHIS podem propiciar a inclusão de soluções ambientalmente mais sustentáveis baseadas no uso de materiais recicláveis, tais como a utilização de pneus para floreiras ou brinquedos, fabricação de tijolos de adobe ou solo cimento, entre outras ações que permitam a integração do futuro morador com a concretização de sua casa, promovendo a redução do valor da obra.

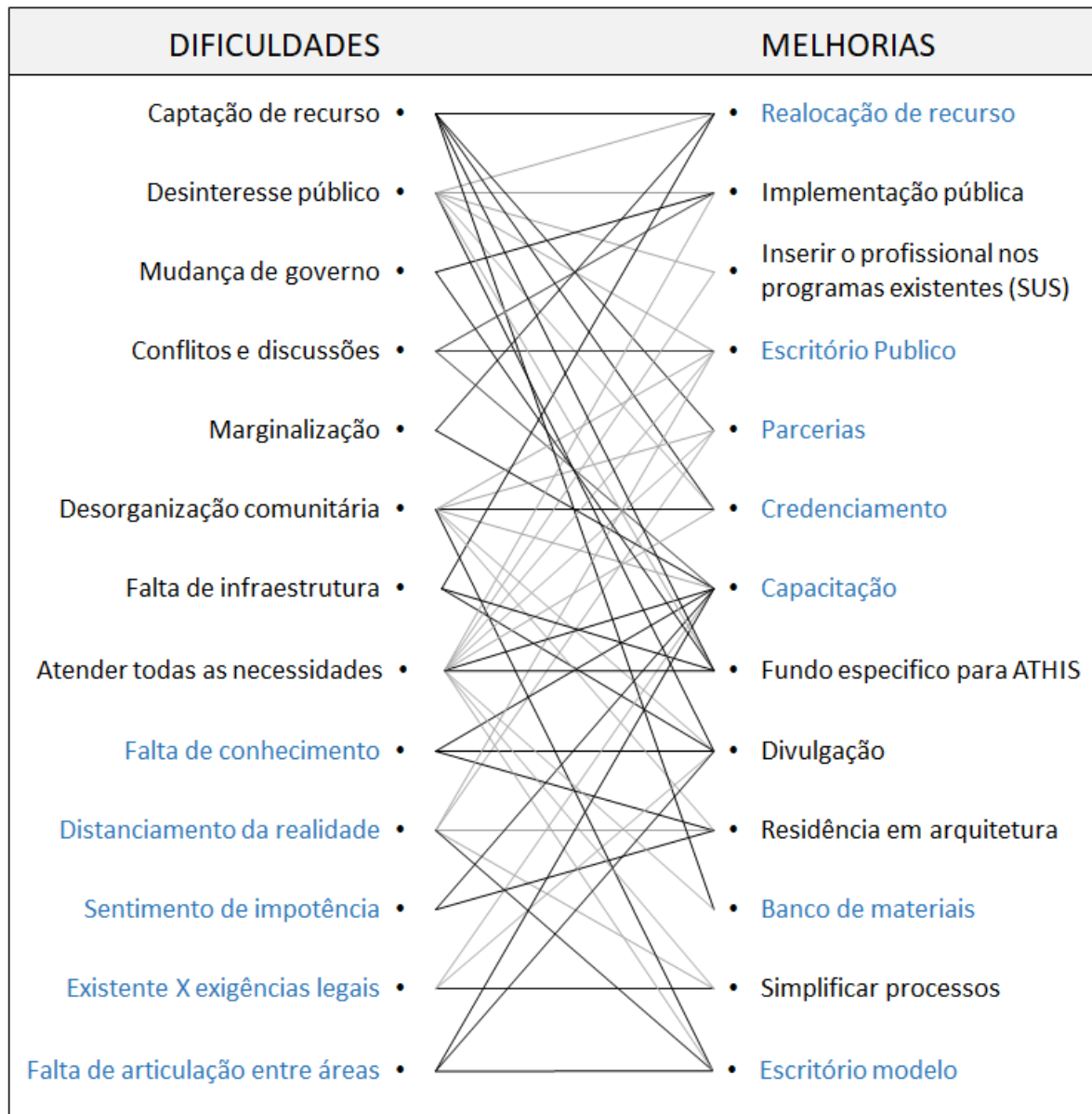
A falta de profissionais atuando em uma determinada área específica não significa que não há potencial de crescimento ou de retorno financeiro. Essa deficiência pode representar nichos de mercado ainda não explorados ou divulgados. Toda a atuação, em seu início, necessita de um período de aprendizagem, experiência e adaptação até que se compreenda e se concretizem processos intrínsecos para sua conclusão. Levando-se em conta a má qualidade de edificações existentes, paralelamente ao déficit habitacional brasileiro, principalmente vinculado à população de baixa renda, infere-se a existência de um mercado potencial e reprimido, que poderá absorver grande número de profissionais de arquitetura e urbanismo, bem como mão de obra técnica e qualificada.

Segundo as entrevistadas e as análises realizadas, as maiores dificuldades enfrentadas por esses profissionais de arquitetura que atuam em ATHIS, foram: a inexperiência em captar recursos; não conseguir atender todas as necessidades encontradas; a mudança de governo e descontinuidade de políticas públicas; os conflitos e discussões dentro da comunidade e/ou com o órgão público; a desorganização comunitária; a falta de infraestrutura; a marginalização; e, principalmente, a falta de interesse público na aplicação da ATHIS.

Além dos tópicos abordados, com base no referencial teórico, discussões informais com outros profissionais, participações em palestras e cursos sobre a temática, também pode-se destacar: a falta de conhecimento dos técnicos e da população quanto à lei de ATHIS; o distanciamento do profissional de arquitetura dos problemas reais da sociedade brasileira no que diz respeito a HIS; a falta de articulação entre as demais áreas, como engenharia, assistência social, psicologia, dentre outros; a dificuldade de adaptar soluções possíveis para habitações existentes com as exigências legais do código de obras e planos diretores; e o sentimento de impotência, por parte do profissional, quanto à precariedade das habitações dos potenciais clientes que, muitas vezes, requerem recursos altos para sua qualificação total.

As dificuldades enfrentadas por esses profissionais que realizam a ATHIS, são em sua maioria, por não possuírem experiência em captação de recursos e de trabalhar no meio político. Grande parte das dificuldades citadas pelas entrevistadas seriam solucionadas ao apresentarem as indicações de melhorias para suas atuações, como é demonstrado no Figura 12.

Figura 12: Relação das soluções para as dificuldades



Legenda: • Extraídos nas entrevistas • Adicionados

Fonte: autora

Dentro das diversas melhorias apontadas pelas entrevistadas estão: implementação pública da ATHIS; simplificar os processos e conceitos; divulgação para o público e para os políticos; inserir o profissional em programas de assistência já estabelecidos (por exemplo, como o SUS); desenvolver parcerias; implantação de escritórios públicos nas comunidades; e instituir a residências em arquitetura, como acontece nos cursos de medicina. Além das melhorias já apontadas, soma-se com a vivência ao longo da pesquisa: a realocação de recursos; a criação do banco de

materiais; a necessidade de partir para a prática, criando experiências; falta de articulação entre as áreas profissionais (multidisciplinaridade); e a criação de fundos específicos para a ATHIS.

A partir dos levantamentos das atuações manifestadas pelos profissionais de arquitetura de cada área evidenciados por esse estudo, é possível verificar que o escritório pode realizar os projetos e gestão, principalmente para unidades habitacionais; a universidade pode implementar pesquisas e projetos de extensão que também atingiriam os mesmos elementos que o escritório, porém, com capacidade de atender comunidades e até mesmo bairros inteiros, por meio de equipes multidisciplinares; assim como os órgãos públicos, representados neste estudo pelo CAU e a CODHAB, que também aplicam as mesmas ações no âmbito do projeto, além disso possuem a função de movimentadores, divulgadores e, principalmente, financiadores dessas ações. Soma-se a esses grupos, a iniciativa privada que, a partir de benefícios que podem advir de melhoria das condições de áreas específicas da cidade, pode ter seu capital imobiliário valorizado.

O recurso financeiro para a aplicação da ATHIS, uma das principais dificuldades observadas nesse estudo, pode ser obtido de formas diferentes em cada meio profissional: para as instituições de órgão público, o recurso pode vir das previsões orçamentárias e da gestão pública; para o escritório, seria preciso buscar por financiamentos, apoios de instituições públicas ou privadas; e, no caso das instituições de ensino, seriam as possibilidades anteriores já comentadas, além de possuírem recursos próprios para bolsas para alunos em diferentes níveis. Paralelamente, a busca por parcerias privadas seria fundamental, por meio de doações ou custos reduzidos de materiais de construção e, mesmo, mão de obra.

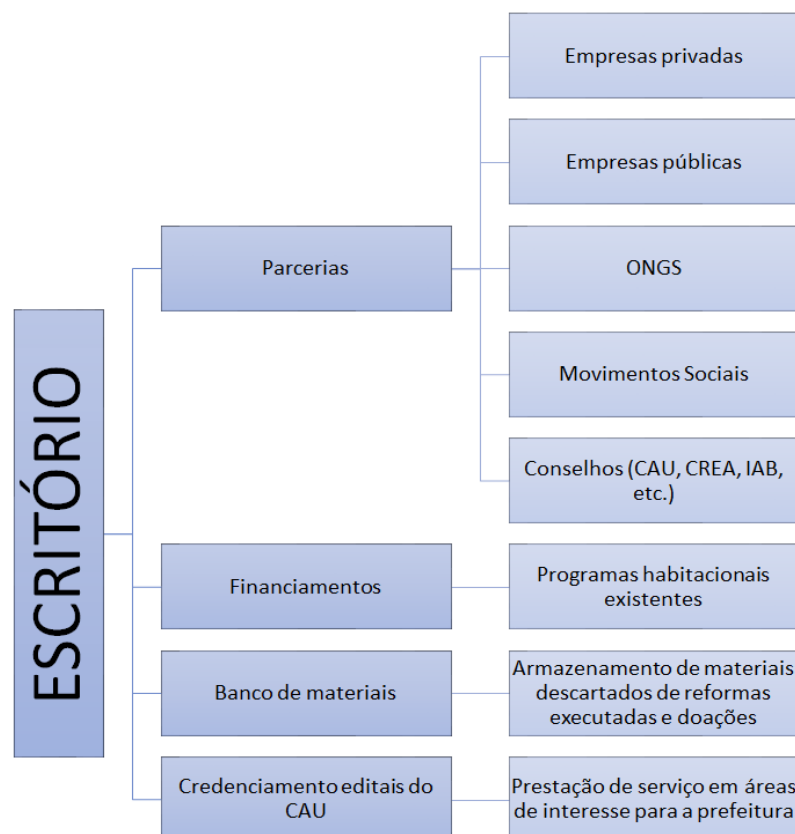
Com base nas experiências, nas dificuldades e nas melhorias apresentadas neste trabalho, foi possível sistematizar alguns caminhos ou modos de aplicação da ATHIS em cada âmbito da atuação do arquiteto (escritório, instituição de ensino e órgão público) abordado neste estudo, como será demonstrado e explicado nos itens abaixo.

5.2.1. Escritório

As atuações de ATHIS por parte de escritórios de arquitetura ainda são poucas. Um dos motivos para essa situação é a associação entre a ideia de atendimento a essa população de baixa renda e a ideia de trabalho voluntário ou gratuito. No entanto, ela pode ser realizada assim como acontece em outras atuações profissionais, como, por exemplo, na medicina e no direito, os quais prestam serviços gratuitos aos seus pacientes e clientes, mas são remunerados por órgãos públicos aos quais estão vinculados ou credenciados.

Seguindo o princípio do serviço entregue por esses profissionais de outras áreas, existem caminhos para abranger esses atendimentos para a população de baixa renda, sendo gratuito ao morador e com o devido pagamento para o serviço prestado pelo arquiteto, assim como é demonstrado na Figura 13.

Figura 13: Inserção da ATHIS em escritório



Fonte: autora

No Artigo 4º, inciso IV, da Lei Federal 11.888/2008 (lei ATHIS) encontra-se:

Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como: [...] profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município (BRASIL, 2008, art. 4º, inciso IV).

O profissional autônomo pode realizar o credenciamento em outras organizações ou empresas públicas e privadas, uma das possibilidades encontradas durante as entrevistas realizadas neste estudo. Muitas prefeituras não possuem quantidade de profissionais especializados para cobrir a demanda das necessidades de regularizações ou aporte a população de baixa renda que se encontra em áreas de interesse social. Uma solução seria contratações temporárias, conforme a demanda recebida pelos municípios, mediante prévio cadastramento das famílias ou comunidades.

Os órgãos públicos poderiam lançar editais de credenciamento profissional temporário, como é o caso dos editais lançados pelo CAU/RS em cooperação com a Secretaria Estadual de Obras Públicas e Habitação do RS. Um desses exemplos é o edital público N° 001/2020, que implementou o programa ATHIS Casa Saudável, convocando profissionais de arquitetura e urbanismo para promoção de ações no âmbito ATHIS em municípios e regiões do RS; e o edital público N° 003/2020, que propiciou o projeto Nenhuma Casa sem Banheiro.

É importante para o profissional de arquitetura que atua de forma autônoma, atendendo a população de baixa renda, estar a par dos programas habitacionais vigentes na cidade de atuação, para enquadrar o morador em categorias que forneçam acesso a recursos que cubram o material, mão de obra e os honorários por seus serviços. Durante a entrevista, Isabel Cabral comentou da inserção de sua atuação em programas como o Minha Casa, Minha Vida ou Casa Verde e Amarela (Lei Federal n° 14.118/2021), em casos que demandavam uma grande quantidade de construções de habitações.

Já no caso da necessidade de pequenas reformas, a arquiteta Isabel Cabral indicou o uso do programa Cartão Reforma, de iniciativa do Governo Federal, criado pela Lei n° 13.439, no dia 27 de abril de 2017. Em vigor até o momento da redação

desta dissertação, esse programa disponibiliza um subsídio, através do banco Caixa, para a compra do material da obra em lojas cadastradas junto ao ministério das cidades e contratação de profissionais que prestam assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

Outra forma de viabilizar reformas de baixo custo para a população de baixa renda é a coleta de materiais ou recursos para a obra através de doações. É possível desenvolver, pelo escritório, um banco de materiais reservando um local para armazenamento e seleção de elementos descartados de reformas viabilizando a reutilização de equipamentos pelo próprio escritório ou por parceiros.

5.2.2. Universidade

Nas instituições de ensino de arquitetura e urbanismo brasileiras, o foco da capacitação quanto ao desenvolvimento dos projetos e a gestão de obra geralmente estão voltados ao contratante de média a alta renda. A partir dos resultados dessa pesquisa, é visível a importância da inserção ou potencialização da temática de ATHIS na grade curricular cursos que potencialmente podem participar de ações segundo essa lei, preparando os futuros profissionais para a realização das atividades voltadas à população de baixa renda, como é demonstrado na Figura 14.

Algumas das sugestões de temáticas para as disciplinas de graduação, residência ou pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo a serem inseridas são: captação de recursos, desenvolvimento de projeto com orçamento e gestão de obra de baixo custo; regularizações de ocupações informais, gerenciamento e relação com clientes e fornecedores; estudo da legislação aplicável; princípios de atuação profissional como gestor político; dentre outras possíveis.

Figura 14: Inserção da ATHIS nas universidades



Fonte: autora

Outra forma evidenciada durante o estudo é a importância de haver incentivo, como bolsas voltadas para alunos, fornecidas pela instituição e pelo governo, para a realização de pesquisas científicas voltadas para o uso de materiais reciclados na construção civil, metodologias alternativas para a aplicação da ATHIS, inserção da sustentabilidade para a baixa renda, entre outras ações que abordem temáticas importantes para o desenvolvimento contínuo das práticas de ATHIS, incluindo outras áreas como Psicologia, Assistência Social, Direito, dentre outras.

As instituições de ensino também podem desenvolver projetos de extensão, como o escritório modelo, ou parcerias com escritórios públicos (exemplo evidenciado

pela CODHAB ao montar postos de atendimento habitacional nas comunidades em Brasília), que realizem atendimento das demandas da população de baixa renda. Além disso, o desenvolvimento de uma residência na arquitetura permitiria que o profissional recém-formado atendesse a população de baixa renda e ao mesmo tempo ganhasse experiência em sua profissão.

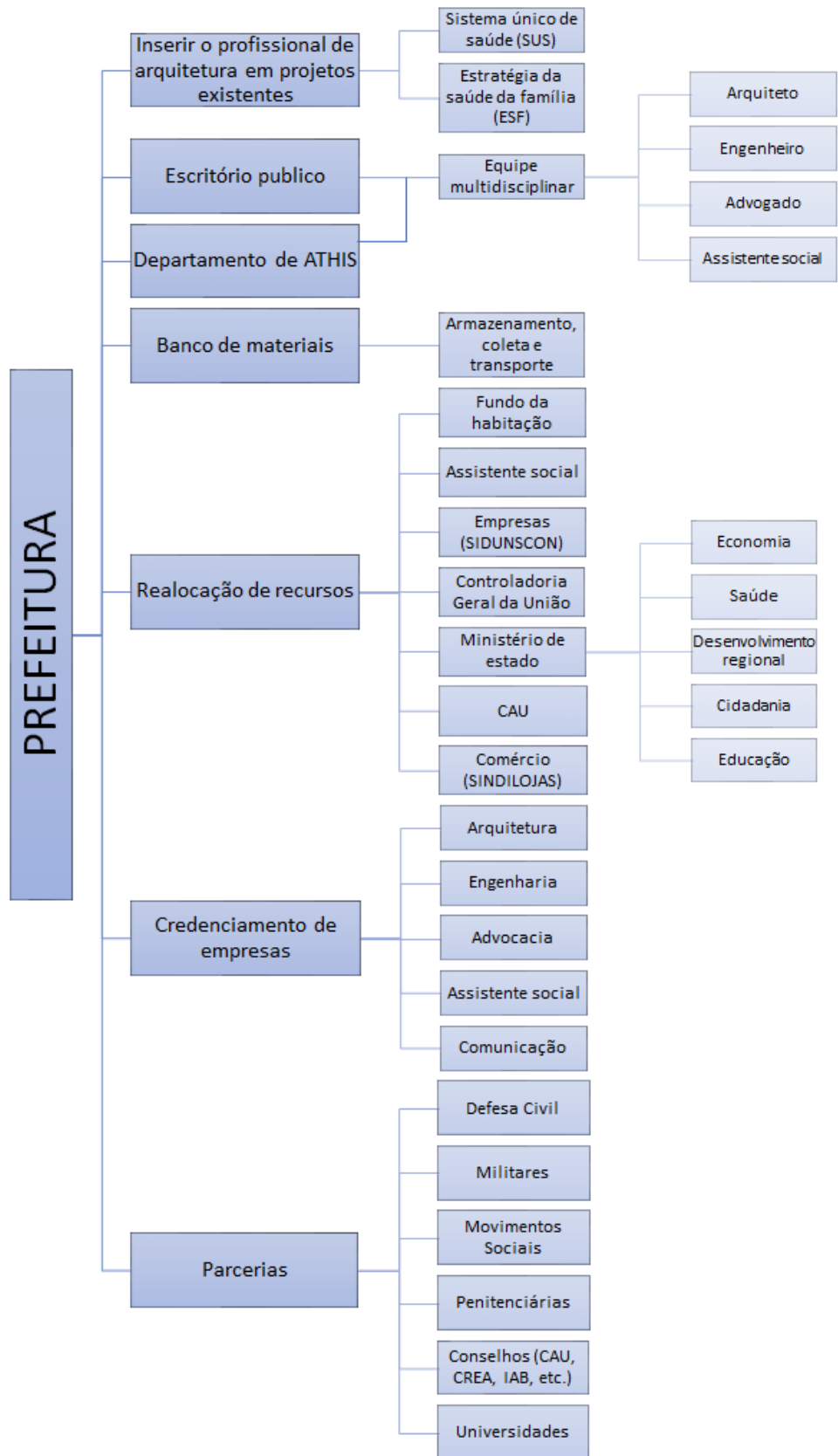
Essas possibilidades citadas, quanto ao atendimento à comunidade pelas instituições de ensino são temas polêmicos, amplamente discutidos pelo conselho de arquitetura e demais profissionais que constituem escritórios. A reivindicação dos profissionais autônomos é que a residência diminuiria o acesso ao mercado de trabalho. No entanto, são poucos os escritórios que focam na realização da ATHIS, mesmo havendo uma grande demanda.

5.2.3. Órgão Público

Assim como está descrito no artigo 3º da lei de ATHIS, “o direito previsto no art. 2º desta Lei deve ser efetivado mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” para o desenvolvimento de assistências técnicas nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. Apesar da lei ser instituída em 2008, fica evidente, devido à falta de ações por parte dos órgãos públicos, que os agentes públicos não sabem ao certo o que essa lei permiti realizar, tão pouco como captar recursos para tais ações.

Por muito tempo, não houve interesse ou movimentação por parte dos órgãos públicos quanto à implementação da ATHIS em seus setores e departamentos. Foi através das divulgações, incentivos e movimentações do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) que essa prática passou a ser amplamente difundida dentro das prefeituras. Durante este estudo foi possível identificar algumas formas razoáveis de instituir dentro das prefeituras as ações de ATHIS como é demonstrado na Figura 15.

Figura 15: Inserção da ATHIS em órgão público



Fonte: autora

Uma forma de viabilizar as ações de ATHIS é o banco de materiais que possibilita a armazenagem, coleta, transporte e fornecimento de materiais com baixo custo ou gratuitamente por parte dos órgãos públicos. Esses elementos podem ser fornecidos por empresas privadas ou por indivíduos particulares, evitando o descarte desnecessário e poluição de áreas como mananciais ou áreas verdes, além de poder reutilizar ou reciclar materiais descartados durante obras públicas e privadas. Os materiais armazenados no banco de materiais devem passar por uma seleção para garantir a segurança no seu uso e desempenho técnico adequado.

Podem ser separados materiais passíveis de recuperação ou reciclagem, como, por exemplo, armários que necessitem de pintura, madeiras em bom estado para a fabricação de móveis, vidros, esquadrias, pisos, cerâmicas, telhas ou azulejos, dentre outros. Essa prática pode ser vista nas cidades de Santa Cruz do Sul e Pelotas, no RS, que possuem bancos sociais, que permitem o estoque de alimentos, livros, computadores, materiais de construção civil, móveis, entre outros, como, por exemplo, o Banco de Materiais de Construção e de Mobiliários vinculado à Secretaria de Habitação (CAU/RS, 2020).

Muitas prefeituras não possuem ou disponibilizam poucos arquitetos em seu quadro de funcionários para atender toda a demanda interna, sem contar o acréscimo das necessidades de atendimentos voltados para ATHIS. Para solucionar esse déficit, o órgão público pode realizar parcerias com outros departamentos públicos, instituições privadas, instituições de ensino ou com movimentos sociais.

Também é possível realizar o credenciamento de empresas ou profissionais das áreas de arquitetura, engenharia, advocacia, assistente social e comunicação para prestarem serviços técnicos de acordo com a demanda. Com a ampliação da possibilidade de mais profissionais atuando internamente por contratação ou credenciamento, será possível distribuir esses profissionais em projetos ou repartições existentes (Sistema Único de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, entre outros), a criação de escritórios públicos e departamentos de ATHIS, com equipes multidisciplinares, que atendam à população de baixa renda.

A falta de recursos disponíveis, a dificuldade de contratação e de estruturação de departamentos de ATHIS dentro dos órgãos públicos não devem ser usadas como

justificativa para o não desenvolvimento desses projetos. Pois, além de buscar e prever recursos nas previsões orçamentárias, é possível realocar valores existentes no fundo da habitação, assistência social, empresarial (SINDUSCON), comercial (SINDILOJA), controladoria geral da união, secretarias estaduais e ministérios da união (economia, saúde, desenvolvimento regional, cidadania e educação), dos conselhos (CAU, CREA, etc.) e institutos (IAB, IPLAN, POLIS, dentre outros).

As arquitetas Sandra Marinho e Sandra Becker ressaltaram, durante a entrevista, que os recursos existem dentro dos órgãos públicos, mas é preciso ter um agente que se empenhe politicamente para iniciar os processos, captando recursos, unindo equipes e demonstrando que os projetos que estão sendo aplicados nessas áreas apresentam bons resultados nas áreas de saúde, urbanismo, habitação e social, gerando retorno político para quem desenvolve projetos de ATHIS.

5.3. REFLEXÃO FINAL

A ATHIS demonstra ser uma temática que permite o desencadeamento de diversas análises, como em questões de desenvolvimento econômico, social e estrutural das cidades. Embora existam soluções teóricas para os problemas enfrentados pela população carente, na prática, ainda existem barreiras a serem quebradas para a efetiva conquista do direito à moradia digna.

Mesmo antes da instituição da Lei Federal 11.888 (ATHIS), já havia profissionais que tentavam amenizar a vulnerabilidade social e defender o direito a uma moradia digna, realizando assistências técnicas através de mutirões, organizações comunitárias, construindo suas próprias moradias, capacitando a mão de obra e criando oportunidades de trabalhos para a população carente, inserindo-as no mercado de trabalho, melhorando assim não só a moradia, mas também a subsistência dessas famílias.

De acordo com a lei de ATHIS, instituída em 2008, as famílias de baixa renda “têm o direito à assistência técnica pública e gratuita”, mas apesar dos esforços por

parte do CAU para incentivar a aplicação de ações voltadas a ATHIS, não houve uma ampla inserção dos ideais e tão pouco interesse público na efetivação dessa prática. O que vem sendo feito são intervenções pontuais e esparsas de melhorias habitacionais e programas de regularizações urbanas em algumas cidades, mas não há uma preocupação ou divulgação pública para promoção de reformas e melhoramentos nas habitações existentes. Talvez até pela dificuldade do poder público intervir em áreas particulares. Isso nos leva a um questionamento - por que o poder público pode ou deve intervir em áreas particulares?

Essas áreas são de responsabilidade de seu proprietário, mas no caso da população de baixa renda não possuem recursos para garantir um espaço seguro e saudável, por isso, a intervenção do poder público se aplica, para garantir o direito constitucional de dar acesso a uma moradia digna, evitando o surgimento de problemas relacionados às necessidades não atendidas. Por exemplo, o caso de controle epidemiológico, demonstrando uma necessidade de implantar programas públicos que proporcionassem a instalação de equipamentos sanitários e desenvolvimento da infraestrutura existente, realidade vivenciada em 2020 no surto do Covid-19.

É importante destacar, que a qualidade da habitação está vinculada com a saúde e bem-estar de seu morador, além disso, ela não é um bem de consumo qualquer, é uma necessidade e, por isso, o Estado poderia ou deveria intervir, mesmo sendo o Brasil um país capitalista, que preza pela economia de mercado. Este viés (da moradia como bem diferenciado) foi utilizado pelo governo Vargas para justificar a intervenção do Estado na produção de moradias.

Assim como existe a necessidade de criação de conjuntos habitacionais para abrigar a população carente, solucionando o déficit quantitativo, também é preciso preocupar-se com as deficiências das construções existentes, para diminuir o déficit qualitativo. Demonstrado, assim, a necessidade de o poder público intervir nessas áreas particulares para um conforto da comunidade em geral. Essa quebra da lógica comercial, envolvida na especulação imobiliária, permite a movimentação do comércio local, valorização e qualificação do território como um todo, do bairro ou da comunidade, não só na residência onde ocorre a intervenção.

Os procedimentos públicos de aprovação de projetos e licenciamento para construção não preveem o atendimento do proprietário que não possui condições de arcar ou que não sabe o papel e, tão pouco, o que exerce o profissional de arquitetura. Sem compreender ou sem possuir recursos para esses processos, o proprietário simplesmente constrói conforme sua visão sem levar em conta a legislação, princípios de iluminação e ventilação, isso se deve à desinformação geral da população.

Essa desinformação também é evidenciada na prática de ATHIS. A população, a qual a lei tenta auxiliar, não possui conhecimento de sua existência ou o que ela pode fazer por eles. Por isso, é preciso avançar além das discussões, palestras e cursos voltados para os profissionais, passando a disseminar os conhecimentos já acumulados para a população de baixa renda e demais áreas interligadas à prática de ATHIS.

Na realidade, a ATHIS é a realização da função social de integração com a comunidade, de facilitar o contato direto entre o morador e demais profissionais especializados, através de intervenções que melhorem a qualidade de vida da população de baixa renda. A própria lei nº11.888 não traz, em seu texto, especificidades quanto ao que o profissional tem que fazer para realizar essa prática, ela apenas respalda as ações que tentam auxiliar a população carente que não possuem condições para contratar profissionais especializados para implementar qualquer alteração em sua propriedade ou comunidade.

Essa abrangência em seu texto pode ser analisada sob dois aspectos opostos. Por um lado, a liberdade de ação (dada pela não especificidade da lei), pode ser importante (diria até fundamental) para que os mais diversos tipos de ações de ATHIS possam ser realizados, fomentando a criatividade e a diversidade de soluções num país imenso como é o Brasil. Por outro lado, a especificidade, pode ser um limitador para o atendimento mais qualificado das centenas e milhares de comunidades e famílias que apresentam tão grande diversidade cultural e ambiental.

Conforme este estudo, entende-se que a atuação do profissional de arquitetura e urbanismo com o foco em ATHIS só se difere quanto ao público atendido. A ATHIS é uma ação que pode ser implementada em todos os âmbitos da profissão do arquiteto e não é uma prática exclusiva dos profissionais vinculados a órgãos públicos, como

prefeituras, universidades e governos do Estado, devendo ser realizada através de um trabalho conjunto com uma equipe multidisciplinar (advogados, assistentes sociais, entre outros) a fim de dar suporte às famílias durante o processo de desenvolvimento e realização do acompanhamento posterior para que consigam acesso às mesmas oportunidades que as demais classes sociais.

Pode-se pensar na prática de ATHIS como uma solução temporária para os problemas atuais (considerando a hipótese muito pouco provável de que os mesmos sejam solucionados e deixem de acontecer um dia), é preciso instituir elementos e projetos no cerne da profissão, na estrutura governamental e no planejamento urbano, para que ela não seja mais necessária como uma obrigatoriedade para o atendimento de uma população específica. No entanto, é muito difícil, mesmo pensando a longo prazo, enxergar os limites e os possíveis resultados que essa prática, que ainda está em seu berço construtivo, possa chegar quanto ao amparo da população de baixa renda.

Por fim, a temática de ATHIS ainda precisa ser aprofundada no meio acadêmico e efetivamente aplicada nacionalmente, demonstrando ser necessário a ampliação de divulgação para os políticos, as comunidades e para as demais áreas profissionais, incentivando o interesse principalmente dentro do poder público e quanto às reformas habitacionais.



6. CONCLUSÕES

Esta dissertação apresentou e analisou quatro ações no âmbito da Lei Federal nº 11.888, de 2008, conhecida como Lei de Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social (ATHIS). Foram selecionadas ações referentes à prática de mercado, representada por um escritório de arquitetura, de IES, representada por um projeto de extensão, órgão público, por uma empresa pública vinculada ao governo do Distrito Federal, e por representante de entidade de classe, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul.

A gênese e a história da criação da legislação relativa a ATHIS foi apresentada, retomando-se os principais eventos históricos nacionais que fundamentaram e culminaram na Lei da ATHIS. Foi possível verificar que, ao longo dos anos, foram desenvolvidos, implementados, modificados e desativados diversos programas e políticas públicas que objetivavam amparar uma determinada parte da população brasileira a qual apresentava necessidades quanto à habitação. Por mais que estes programas buscassem solucionar suas demandas, em sua maioria, não traziam uma preocupação quanto ao déficit qualitativo. Este fato, somados aos problemas sociais e territoriais presentes no meio urbano brasileiro, podem ser interpretados como motivos para a concepção da lei de ATHIS.

Em relação às experiências de agentes ligados ao mercado, ao ensino, ao serviço público e aos conselhos de Arquitetura e Urbanismo que participaram de ações de ATHIS ou as fomentaram, percebeu-se a riqueza de possibilidades de atuação no âmbito da lei e o potencial como mercado de trabalho para os arquitetos e urbanistas, bem como engenheiros civis.

De acordo com as experiências, ficou claro que um dos principais problemas está relacionado ao financiamento das ações, seja para remunerar os profissionais que atuam na construção civil que desejam participar das ações, como a obtenção de recursos para a construção ou reforma, segundo os projetos elaborados. Além disso, segundo as entrevistas, a ATHIS deve ser uma política de Estado, não de governo, a fim de garantir a continuidade das ações, independente de vontade política ou

disponibilização de recursos. Outro aspecto importante é a necessidade de envolver equipes multidisciplinares, principalmente com especialistas das áreas do Direito e da Assistência Social, para dar garantia jurídica aos participantes e mediar conflitos inerentes ao processo. A ATHIS, quando aplicada, traz inúmeros benefícios para a população atendida, desde a melhoria de suas moradias em si, como para os profissionais envolvidos, que veem nos resultados uma motivação profissional.

Finalmente, foram pontuados aprimoramentos para ações em andamento ou futuras em cada área da atuação do profissional de arquitetura e engenharia. Como principais aprimoramentos, destacam-se: desenvolvimento de metodologias próprias de gestão, projeto e execução; formação de profissionais com competências específicas, tanto a nível superior, quanto técnicos; parcerias público-privadas; criação de bancos de materiais na escala municipal; destinação de recursos públicos contínuos para aplicação nas ações; e divulgação da lei entre população, profissionais do setor da construção civil e governos municipais.

Como continuidade da pesquisa, propõe-se: ampliar a pesquisa, acrescentando a percepção de arquitetos que trabalham em ONGs e de outras profissões vinculadas a ATHIS, tais como advogados, engenheiros, assistentes sociais, entre outros; e avaliar ações de ATHIS sob a ótica dos beneficiados.

REFERÊNCIAS

- ABRAINC. Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. **Brasil terá demanda por mais 30,7 milhões de novas residências até 2030**. São Paulo: ABRAINC, 2020. Disponível em: <Abrainc: Brasil terá demanda por mais 30,7 milhões de novas residências até 2030> Acesso em: 16 mai. 2023.
- ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e meio ambiente. Ed. UFPR, Curitiba, v.5, p.49-60, 2002.
- ALMEIDA, L. Q. Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidades na geografia (A science of the risks and vulnerabilities of geography). **Mercator**, Fortaleza, v.10, n.23, p.83-99, nov. 2011.
- AMARELA, Casa Verde e. **Morar Bem DF 2023: quem tem direito, cadastro, lista. quem tem Direito, Cadastro, Lista. 2023**. Disponível em: <<https://casaverdeamarela.net.br/morar-bem-df-2023/>> Acesso em: 07 mar. 2023.
- AMBIENTE ARQUITETURA. **História**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<http://ambientearquitectura.com/historia>>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- AMORE, C. S. Assessoria e assistência técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. In: Seminário Nacional sobre urbanização de favelas – URBFAVELAS. 2. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/athis-2.pdf>> Acesso em: 20 out. 2019.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; CUNHA, Eglaisa Micheline Pontes. **Assistência Técnica, um Direito de Todos: Experiências de Habitação de Interesse Social no Brasil**. Ministério das Cidades e FNA, Brasília, 2007.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia. **Programas Habitacionais**. Salvador, 2021. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARIN, Erico Fernando. **A efetivação do direito social-constitucional à moradia como pressuposto à dignidade da pessoa humana**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2006.
- BECKER**, Sandra. Entrevista concedida em 06 ago. 2021. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “D” dessa dissertação].
- BONDUKI, Nabil. Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida. **Teoria e debate**, v. 82, p. 8-14, 2009.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BONOTTO, Carmen Denise de Lemos. **A concretização do direito constitucional à moradia a partir da implementação de políticas públicas de inclusão social**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) – Universidade de Santa Cruz (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Egláisa Micheline Pontes Cunha, Ângelo Marcos Vieira de Arruda, Yara Medeiros (Org.). 2007.

BRASIL. Decreto 591, de 6 de julho de 1992. **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Promulgação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm> Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Lei de Assistência Técnica em Habitação Social (ATHIS). Brasília, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades**: Política Nacional de Habitação, nº 4. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 162**, de 07 de julho de 2020. Dispõe sobre as diretrizes para a concessão de benefício e oferta à moradia para o idoso a partir de 60 (sessenta) anos, com o objetivo de aplicar as políticas públicas de habitação, em conformidade com as Leis Distritais nºs 3.822/2006, 3.877/2006, Decreto Distrital nº 37.438/2016 e Lei Federal nº 10.741/2003, dentre outros segmentos. Brasília, SINJ, DF, 2020. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5beb38e5d2a34e34b52559f549799919/Resolu_o_162_07_07_2020.html>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Por uma Cultura de Direitos Humanos**: Direito à Moradia Adequada. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.faneesp.edu.br/site/portal_direitos_humanos/documentos/dir3.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASILIA, Agita. **Projeto Na Medida transforma casas precárias em lares dignos**. 2022. Disponível em: <<https://agitabrasilia.com/projeto-na-medida-transforma-casas-precarias-em-lares-dignos/>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRUSEKE, F. J. **Risco e Contingência**: os paradigmas da modernidade e sua contestação. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2006, p. 69-80.

CABRAL, Maria Isabel N. S. Entrevista concedida em 06 e 8 nov. 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “E” dessa dissertação]

CAMPOS, Tairone da Silva. **Habitação popular**: da autoconstrução ao compromisso social do arquiteto. 2017. 64 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6367>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CASARIN, S. T.; PORTO, A. R.; GABATZ, R. I. B.; BONOW, C. A.; RIBEIRO, J. P.; MOTA, M. S. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health. **JONAH**: Journal of Nursing and Health (UFPel), v.10, n. 5, 2020.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no brasil**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015>>. Acessado em: 26 ago. 2021.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Portal da Transparência**: apresentação. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://transparencia.caubr.gov.br/apresentacao/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CAU/BR. Notícias. **Projeto de extensão leva Assistência Técnica a famílias de baixa renda em Vila Velha**. 21 jul. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://caubr.org.br/projeto-de-extensao-leva-assistencia-tecnica-a-familias-de-baixa-renda-em-vila-velha/>> Acesso em: 10 jul. 2021.

CAU/MG. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais. **Projeto Adote uma Casa**: estudantes e professores levam assistência técnica gratuita à periferia de Vitória. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www.caumg.gov.br/estudantes-e-professores-levam-assistencia-tecnica-gratuita-a-periferia-de-vitoria/>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CAU/RJ. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. **Assistência técnica e direito à cidade**. Rio de Janeiro, 2014. 97 p. Disponível em: <www.fna.org.br>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CAU/RS. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul. **Bancos de materiais e de mobiliários transformam vidas no interior do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://caurs.gov.br/bancos-de-materiais-e-de-mobiliarios-transformam-vidas-no-interior-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CAU/RS. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul. **Apostila do curso de capacitação de ATHIS na prática**. FAMURS. Ministrado em Porto Alegre/RS, no período de 16/08/2022 à 18/08/2022.

CAU/SC. **ATHIS Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**: é um direito e muitas possibilidades. Realização: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2018. Disponível em <<https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/nova-cartilha.pdf>> Acesso em 20 ago. 2020.

CAU/SC. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina. **ATHIS guia da assistência técnica para habitação social**: como fazer? Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Guia-de-ATHIS-o-passo-a-passo-1.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CODHAB/DF. Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. **Competências**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.codhab.df.gov.br/postagem/competencias>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CODHAB/DF. Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. **Governo lança o Habita Brasília, novo programa habitacional do DF**. Brasília: 25 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.codhab.df.gov.br/postagem/governo-lanca-o-habita-brasilia-novo-programa-habitacional-do-df>>. Acesso em: 27 nov. 2022

CREA/MG. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais. **Assistência técnica**: direito de todos! O ato de morar é o ato fundamental da vida humana. Belo horizonte: CREA-MG, 2009. 31p.

CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, v. 20, n. 4, p. 529-539, 1996.

DF, Informa Tudo. **Postos de assistência técnica da Codhab aprimoram política habitacional**. 2020. Disponível em: <https://informatudodf.com.br/2020/01/30/postos-de-assistencia-tecnica-da-codhab-aprimoram-politica-habitacional/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DUARTE, M. P. L. Estado e Habitação Popular: o Ideário da Casa Própria na Era Vargas. In: Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais. 9. **Anais...** Salvador, UFBA, 2011.

FRAGA, Emerson Fonseca. **Arquitetura social**: governo mantém 10 postos de assistência técnica em Brasília. Brasília: CAU/BR, 2020. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/assistencia-tecnica-periferia-df/>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança**: implicações na formação do fisioterapeuta. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. **Manual para a implantação da assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para projeto e construção de habitação de interesse social**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.caupr.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/manual-para-implantacao-da-assistencia-tecnica-publica-e-gratuiata.pdf>> Acessado em: 22 jul. 2021.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

MACKENZIE. **Mackenzie abre curso de extensão Residência em Arquitetura e Urbanismo – ATHIS**. Publicado em 06 fevereiro 2023. Disponível em <<https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/mackenzie-abre-curso-de-extensao-residencia-em-arquitetura-e-urbanismo-athis>> Acessado em: 08 março 2023.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARINHO, Sandra M. F. Entrevista concedida em 04 jul. 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “E” dessa dissertação]

MARTINS, Lyzandra. **Direito à arquitetura: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas**. 2019. 224 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MATEUS, Douglas Predo. **Assentamentos urbanos sustentáveis: contribuições internacionais e nacionais pela busca do direito fundamental à moradia digna no município de Santos**. 2017. 124 f. Tese (Doutorado em Direito Ambiental Internacional) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2017.

MEDVEDOVSKI, N. F.; SANTOS, L. A.; SANTIAGO, G. B. Assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS): o ciclo CAAT e suas contribuições. **Expressa Extensão**, v.25, n.1, 2020.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. ATMI: gênese da lei de assistência técnica em habitação social. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v.19, 2021. 15p.

MORAES, Ana Paula de. **Limites e potencialidades da assistência pública e gratuita para projeto, construção e melhoria da habitação popular de Viçosa, MG**. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

MOREIRA, T. A.; RIBEIRO, J. A. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do início do século XXI. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, n. 35, p. 15-32, 2016.

MSTANLEY; SHUTTERSTOCK. **Entenda o que é e qual a diferença entre uma avaliação qualitativa e quantitativa**. 2022. Publicado em Instituto Brasileiro de Coaching - IBC. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/entenda-o-que-e-e-qual-diferenca-entre-uma-avaliacao-qualitativa-e-quantitativa/>> Acesso em: 27 mar. 2022.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, v. 9, p. 98-109, 2009.

NEP/UVV. Núcleo de Estudos e Práticas. Universidade Vila Velha **Adote uma Casa**. Um projeto NEP e UVV. Vila Velha, 2016. Disponível em: <<https://adoteumacasa.wixsite.com/oprojeto>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental à Moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado**: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG).

OSÓRIO, Letícia. **Direito à moradia no Brasil**. Portal e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento, [2004]. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/direito_a_moradia_no_brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SALAZAR, Jeferson; STROHER, Laisa; GRAZIA, Grazia de. **Assistência Técnica e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: CAU/RJ, FNA, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **O direito à moradia e a discussão em torno da penhora do imóvel do fiador**. In: FACHIN, Zulmar (coord.). 20 anos de Constituição cidadã. São Paulo: Método, 2008. p. 41-66.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SCHUMANN, L. R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade**: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

SCOTTON, Josiane Andréia. **Assistência técnica para habitação de interesse social**: reflexões a partir de duas experiências no Estado do Rio Grande do Sul. 2020. 263 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Católica de Santos, PROPUR-UFRGS, Porto Alegre, 2020.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes De. **Direito à moradia e de habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

UVV/ES. Universidade de Vila Velha. **"Adote Uma Casa" transforma vidas através de um novo e reformulado lar**. Vila Velha, 13 abr. 2018. Disponível em: <<https://uvv.br/2018/04/13/adote-uma-casa-transforma-vidas-atraves-de-um-novo-e-reformulado-lar/>>. Acessado em: 22 ago. 2021.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. **Resiliência:** noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). Resiliência e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PADRÃO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ESTRUTURA DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Prezado entrevistado, estes questionamentos fazem parte da pesquisa de mestrado intitulada "ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS) - O planejado e o possível", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (UFSM), que tem como objetivo levantar dados a respeito de suas ações e experiências em reformas habitacionais em ATHIS.

CONCEITO (compreensão da percepção do entrevistado)

Na sua opinião, do que se trata a ATHIS? O que ela abrange?

O que os programas de ATHIS tentam desenvolver ou solucionar?

Na sua opinião, qual o público que mais precisa dessa atividade?

Qual o papel social do arquiteto?

REFERÊNCIAS (em quem ou no que se baseou)

Quais foram as referências que subsidiou a sua prática? Livro, exemplo aplicado, ação, curso ou experiência?

ATORES ENVOLVIDOS (Participantes, atores, patrocinadores e público)

Quem são os **participantes** das ações desenvolvidas?

Quais os **critérios** para a **seleção** do público que será atendido pela ATHIS?

Qual a média salarial dos selecionados para receber a ATHIS?

Quantos moradores estavam em áreas de risco?

Quantos moradores encontrava-se em vulnerabilidade social?

Como ocorreu o **primeiro contato** com a comunidade ou morador?

Quem realiza a ATHIS (obra)? Quem fica encarregado?

APLICAÇÃO (Projetos/procedimentos/etapas/prazos)

Quais foram os **primeiros passos** para a estruturação do processo?

Como são desenvolvidos os projetos de ATHIS? Método/**etapas**?

Quais os dados que devem ser levantados para um projeto de ATHIS?

Quais os **prazos** estipulados para cada etapa?

O público alvo **participa** da tomada de decisão?

Foi previsto a utilização de materiais **sustentáveis** ou reutilizados?

Qual e como foi a primeira intervenção realizada?

Foi possível seguir o cronograma previsto para a realização? Se houve atraso, qual o motivo?

Todos os projetos foram realizados com profissionais especializados (pedreiro) ou teve casos de mutirão e autoconstrução?

Quantos projetos já realizaram? Quantos e como foram aplicados?

Quantas pessoas foram contempladas?

Dentre os projetos realizados, qual o ambiente com mais necessidade de intervenção?

O que o(s) morador(s) buscava quanto ao serviço?

Foi utilizado materiais sustentáveis ou reutilizados?

Houve alguma mudança no processo entre a primeira e a última ATHIS realizada?

Já realizaram algum tipo de retorno nas atividades já entregue para verificar como está a obra e coletar a percepção do morador depois de algum tempo?

Houve integração dos órgãos legais (prefeituras)? O que foi preciso encaminhar?

Qual a perspectiva para o futuro?

EXPERIÊNCIAS (benefícios e dificuldades)

Qual foi seu primeiro contato com o termo ou prática de ATHIS?

O que você aprendeu com o projeto?

Qual foi a experiência mais marcante nesse processo?

Mudaria alguma coisa no projeto? O quê?

Qual foi a maior dificuldade de todo o processo ao aplicar a ATHIS?

E qual foi a sua maior dificuldade?

Na sua opinião, o que a aplicação da ATHIS melhorou na qualidade de vida do morador/comunidade?

Percebeu alguma mudança no entorno da ATHIS que poderia estar vinculada a sua ação?

O que poderia ser melhorado para evitar a desinformação desta prática?

Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na prática da ATHIS?

LEGISLAÇÃO (o q facilita e o quais os entraves)

A lei 11.888 foi aplicada no decorrer do projeto?

Qual o impacto da lei 11.888 na aplicação?

Na sua opinião, como é aplicado a lei e como ela deveria ser aplicada?

Percebe alguma lacuna na legislação atual? Mudaria, retiraria ou acrescentaria alguma coisa?

O que falta avançar na legislação ou na qualidade dela?

RECURSOS (custos financeiros)

O morador paga (com seus recursos ou com financiamento) algum valor para a realização?

Como é feito a captação de recursos?

Como é pago a obra (materiais e mão de obra)?

Como é realizado o pagamento do serviço profissional do arquiteto?

O projeto possui parceiros ou patrocinadores? Como ocorre essa parceria?

Teve auxílio público para a aplicação da ATHIS?

Conhece algum fundo para a aplicação da ATHIS?

PANDEMIA (COVID 19)

Como a pandemia impactou no projeto?

Alguma alteração devido ao distanciamento será mantido nos próximos projetos?

ESPECÍFICAS (perguntas adicionais a serem feitas aos entrevistados)

- AMBIENTE ARQUITETURA – profissional

Na sua opinião, é possível ter lucro em trabalhos com ATHIS? Ou essa prática deve ser considerada como

Qual a média salarial de seus clientes?

É possível sustentar um escritório apenas com atividades de ATHIS?

- PREFEITURA – CODHAB

Há algum processo que atenda a população de baixa renda nos seus serviços/protocolos?

Qual o procedimento a ser seguido ao se identificar uma ocupação irregular?

Quais os setores tiveram envolvimento para a realização e aplicação da ATHIS?

Como essa prática impactou nos outros setores da prefeitura?

O que a prefeitura precisa fazer para que a prática de ATHIS seja garantida no futuro?

O que é levado em consideração para a decisão de realocar uma população para um programa público (minha casa, minha vida), desapropriar, regularizar ou realizar uma ATHIS?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO MARIA ISABEL N. S. CABRAL

APRESENTAÇÃO

Arquiteta e urbanista Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral é formada na faculdade de arquitetura da Universidade de São Paulo (USP) em 1978, trabalha com habitação social há mais de 30 anos. Já trabalhou no governo de São Paulo, depois atuou com a assessoria técnica, na qual fundou o escritório Ambiente de trabalhos, atual Ambiente Arquitetura, junto com seu esposo e companheiro de trabalho, Ricardo Gaboni, além de uma equipe de profissionais de outras áreas, atuado com ATHIS, com os movimentos sociais e com o trabalho na habitação social.

CONCEITO (compreensão da percepção do entrevistado)

- Na sua opinião, do que se trata a ATHIS? O que ela abrange?

Na nossa opinião, vou colocar mais generalizado, da Ambiente Arquitetura, sempre trabalhamos a assessoria técnica e assistência técnica em habitação de interesse social, **como um direito das pessoas** que tem uma baixa renda, de uma faixa salarial de até 3 salários mínimos. Em algumas situações, dependendo da região, até muito menos, de acordo com outros programas. Acho que sempre vimos a possibilidade de tratar e **trabalhar com ATHIS possibilitando a qualidade de vida desse segmento**, dessa parte da população, tanto na moradia, quanto na cidade, podendo propiciar esse direito. Abrangendo todo o trabalho integrado entre diversas profissões, não só de arquitetura, que vão desde a execução do projeto, acompanhamento do projeto e obra, regularização, colocando a qualidade da moradia, a melhor inserção na cidade, vindo junto sempre nesse trabalho a formação e a participação dessas pessoas, qualificando-as também.

- O que os programas de ATHIS tentam desenvolver ou solucionar?

Os programas de ATHIS, são fundamentais, porque a gente tá falando de uma parte da população que precisa de recursos para desenvolver ou solucionar as questões da moradia ou do local em que estão, dos bairros, da regularização, tudo isso precisa de recurso, então os programas são fundamentais. Trabalhamos com vários programas, não só de produção de habitação, mais o PAC, outros programas que também são de urbanização de favela, de regularização fundiária, trabalhamos inclusive com a execução dos planos de regularização em alguns bairros e isso sempre com programas de financiamento a dos governos, tanto federal, quanto estadual, quanto municipal. Acho que esses programas são importantes para solucionar, dar diretrizes para os locais que necessitam de recursos. Normalmente todos esses lugares e essa população são os que mais necessitam e precisam de financiamento público. Então esses programas são importantes e necessários, embora saibamos que às vezes não solucione, porque a gente percebe que programas federais, que abrangem o Brasil inteiro com realidades diferentes são mais complicados de realmente conseguir solucionar, ou porque o financiamento às vezes não bate com a necessidade desse morador, ou não atinge tudo exatamente o que a

população precisa. Nesse sentido, a gente sempre defendeu programas que não visassem tanto lucro. Às vezes não dá certo e quem ganha é o mercado imobiliário. Outra coisa que eu queria destacar são programas que realmente venham para beneficiar, para resolver os problemas da carência da moradia e da falta de necessidade de organizar a infraestrutura.

- Na sua opinião, qual o público que mais precisa dessa atividade?

Evidentemente, como mencionava anteriormente, é a faixa de renda menor do que 3 salários mínimos, a população que tenha renda menor, que tenha mais necessidade de ter o apoio do dinheiro público para conseguir esse bem-estar.

- Qual o papel social do arquiteto?

A assistência técnica pode ser individual, mas para nós sempre careceu um pouco de que o trabalho seja mais integrado, porque numa regularização fundiária, por exemplo, é preciso um advogado, um trabalho com a **população organizada**, reunir um número maior de profissionais, como um assistente social, técnico social, enfim, um profissional dessa área. E o papel do arquiteto nunca pode ser nesse tipo de trabalho, desprendido a esse lado social. O trabalho tem que ser em prol disso, ele tem que estar até na sua criação, no seu desenho e ao fazer um projeto, além de ele estar necessariamente com a relação direta com as pessoas que fazem parte dessa solicitação, dessa necessidade, tanto individual quanto em grupo, o papel é sempre muito próximo, muito de integração, muito de participação. Então mesmo a nossa produção, enquanto arquiteto, tem que ser, uma participação social, que é junto, que é saber o que essas pessoas desejam, o que elas querem, trabalhar junto com esses outros profissionais para informar essas pessoas, para que elas possam se qualificar mais e viver melhor. Então esse papel social, coloco que precisa ter essa **vivência, essa forma de atuar nesses grupos**, na nossa profissão quanto arquiteto. É claro que tem uma hora que vamos desenhar, vamos ver a parte que é da fundação, que temos que coordenar algum grupo, fazer a parte técnica, mas eu não queria isolar o técnico de todos, porque é uma coisa que o pessoal fala muito, e que no começo desse meu trabalho, as pessoas diziam: puxa que metida, eu também sei. O pedreiro tem uma demanda, as pessoas com quem a gente trabalha, no final todas possuem suas especialidades. Até uma coisa que não está aqui, mas eu quero comentar, da inexperiência, da desconfiança que evidentemente ocorre no início do trabalho profissional, principalmente para as mulheres, e que agora, acho que é um pouquinho menos, mas ainda assim há nessa área, nesse lugar que trabalhamos, mesmo sendo com uma população de baixa renda, com quem a gente entende que vai ser mais simples. Isso às vezes acontece, essas questões que são normais ou, sei lá, da sociedade. Quando eu falei no termo 'técnico' me fez lembrar isso. Falei: olha a gente sempre fala técnico, mas o técnico também não está isolado do social, porque as decisões também são tomadas quanto a quem é que vai decidir que tipo de fundação, a estrutura e tal. Vamos decidir tudo isso sem dúvida. Enquanto os profissionais arquitetos tentam ir à frente, trocamos com quem está junto com a gente, não só os outros profissionais, mas com quem ou para quem estamos trabalhando.

REFERÊNCIAS (em quem ou no que se baseou)

- Quais foram as referências que subsidiou a sua prática? Livro, exemplo aplicado, ação, curso ou experiência?

Eu acho que vai ser muito mais do que eu vou colocar aqui. Nos baseamos nas experiências de outras assessorias que são inclusive aqui de São Paulo e capital. Teve aquele momento da gestão da Erundina, que eu trabalhei. Também nessa época, haviam outras assessorias, muitas já não existem mais, que vieram pelo que se fazia no Uruguai, nas cooperativas. Isso é uma referência para nós, as cooperativas e o trabalho da **gestão democrática do município de São Paulo**, que teve muito dessa prática de mutirões. Teve a fundação da nossa assessoria, a Ambiente, onde participamos de muitas outras atividades junto com o movimento, e isso também foi sendo uma referência. Não diria assim: tem uma referência. Todo esse trabalho foi sendo uma referência que cada vez se avolumou mais em relação ao que a gente desejava e a forma de trabalharmos. Nós sedimentamos muito, de uma maneira muito forte, inclusive nesse tipo de arquitetura, nesse tipo de produção, da moradia de qualidade e não como lucro. A maior parte da nossa referência é da nossa própria vida, da nossa própria trajetória. Já tivemos, eu não tanto quanto meu esposo, experiências de formação na universidade, muito voltada para uma humanização da cidade e uma preocupação com a desigualdade na produção da arquitetura. Nessa **nossa vivência**, nessa nossa trajetória da Ambiente, tivemos sempre a preocupação que essa produção seja para gerar qualidade na vida das pessoas, que elas se incluam na cidade e que tenha menos desigualdade. As nossas bases foram muito mais enquanto a **conceitos** e enquanto ao **entendimento** do que é a arquitetura. ATHIS ou a própria lei, veio depois do nosso início de atuação. Então acho que de alguma maneira, essa base toda acabou dando a possibilidade de ter essas referências e ao mesmo tempo, pegando essas referências de tantos outros profissionais que atuaram antes da gente ou nesse período. Eu diria que é muito uma questão conceitual nossa, do que entendemos, do que é feito pelo profissional que quer entrar e atuar nessa área. Então essa **arquitetura social**, sei lá como chamar, sempre muito preocupada também além da moradia, muito na vida das pessoas, em busca de soluções projetuais, que sejam projetuais e sociais, para reduzir essa desigualdade, melhorar a qualidade de vida, mobilidade, é uma coisa que a gente também se preocupou muito. Fizemos muito e fizemos alguma coisa de atuação no centro. Enfim, foi por aí um pouco. Eu acho que, nossa atuação, tem a ver com essa base, porque ela é muito mais antiga, talvez acho que quando a gente fala só de ATHIS e de muitos coletivos que hoje estão, que são maravilhosos. Mas eu acho que as linhas de atuação são um pouco mais diversificadas do que fizemos ao longo do passado, e de atualmente também, temos vários projetos com o movimento.

[isso na formação, e atualmente a senhora enxerga algum tipo de trabalho de ATHIS que poderia ser referências para trabalhos novos? Que tenha chamado a atenção da senhora?]

O que eu percebo hoje, por exemplo, do nosso grupo, da 'Ambiente Arquitetura' e 'Ambiente Trabalho', são duas que se fundem e a gente hoje, em alguns meses, desde o ano passado, nós reavivamos, será que eu posso dizer assim, a 'Ambiente Trabalho'

que foi a primeira que a gente fundou que é uma associação. Então essa Ambiente, ela hoje está resgatada, com uma equipe que já trabalhava com a gente, mas que são mais jovens e alguns estudantes, alguns escritórios modelos. A gente tem ampliado no sentido de estarmos nos agregando a coletivos que tem uma atuação, que não seja tão voltada à produção habitacional, mas muito mais diversificada. É atuar em despejo zero, que é um outro grupo, enfim, em várias outras frentes. Já trabalhávamos, na década de 90, com uma ideia que era, vamos voltar para o centro e vamos ocupar os prédios. Foi uma luta do movimento social e que nós estivemos juntos. Eu acho que hoje, tem um trabalho desses grupos novos, mais atuais, vamos dizer assim, mais recente, e que é uma linha que a gente também está vendo que é necessária, não que não fosse antes, mas hoje tem uma discussão tão maior. As ocupações no centro, não só aqui de São Paulo, mas também de outras capitais, de outras cidades maiores. Então é um lugar de trabalho que a gente também voltou a atuar, aqui na área em São Paulo. Além disso, eu vejo a possibilidade que a gente não atua tanto, que é nas favelas, nas ocupações, que a gente também está atuando com esse grupo nosso, a 'Ambiente trabalho', com outros profissionais também, que atuam juntos. Mas enfim, digo não é só a minha experiência, do Ricardo, e talvez de outros grupos junto com escritório modelo, junto com o instituto, que é um instituto federal aqui de São Paulo, com os alunos e professores. A gente também entrou, por exemplo, nos editais do CAU, que são ótimos para dar oportunidade, que não é só de trabalho, mas de atuação realmente, nesses campos ou nessas áreas que são necessárias. Então fomos lá, tivemos em Osasco, com 2 ocupações que são antigas, em que atuamos e continuamos atuando. Além disso, também, outra coisa que a gente vê, que é uma área que talvez seja com viés aí para nós também, que temos achado como importante e necessário também, pegar e levar para outros profissionais ou melhor ainda para estudantes, outros espaços que não sejam de profissionais ou estudante de arquitetura, e levar nossa experiência, mostrar como realmente efetivamos alguns projetos, como recebemos e participamos de programas e planos. Enfim, não são exatamente aulas, mas é uma atuação que temos colocado muito como uma expansão, não só de trabalho, mas de troca de experiências. Outra que também está nessa linha, que a gente está começando a fazer, que não é de produção, que não é necessariamente de obter financiamento, mas sim de trabalhar para mostrar ou ensinar o que a gente sabe para essas populações, esses grupos que precisam, que moram em situação precária ou sem teto, trazer também alguns representantes desses grupos para fazer formação. Então, tem várias atuações. As atuações mais individuais da própria lei de ATHIS, que para nós é muito carente, precária, não é concreta, porque a gente não sabe como obter recursos para poder atuar dessa maneira, mesmo que seja individual. Algumas pessoas da Ambiente que montaram escritório para isso, para trabalhar individualmente, uma casa que precise, no meio da ocupação irregular, da favela, onde que segue, ou de bairros mais periféricos, enfim, que precisam para melhorar a condição de salubridade e tudo mais. Não temos captado recursos e pensado nessas linhas, mas alguns profissionais nossos tem, dentro da assessoria, e agente também está pesquisando isso, de atuar dessa maneira. Eu acho que é uma possibilidade concreta de atuação desses profissionais de ATHIS.

ATORES ENVOLVIDOS (Participantes, atores, patrocinadores e público)

- Quem são os participantes das ações desenvolvidas?

Nós temos a Ambiente de Trabalho, que é uma **associação**, ou seja, é uma figura jurídica, uma ATJ, sem lucros, **sem fins lucrativos**. Nós, acabamos em 2002, fundando a Ambiente Arquitetura, porque aqui em São Paulo, eu vou explicar porque que eu estou falando tudo isso, aqui em São Paulo nós tivemos, pelo estado, a exigência de ser escritório que trabalha com os mutirões, ou com o programa de mutirão, tinha que ser pessoa com fins lucrativos, então montamos um escritório convencional, pequeno e tal, mas que é assessoria técnica. Então isso foi um pleito dos movimentos sociais com os quais trabalhávamos e montamos. Já a outra, Ambiente de Trabalho, ficou um pouco quietinha. Agora voltamos. São os mesmos profissionais praticamente, mas dos projetos e obras que temos ainda. Digo isso porque hoje não tem mais nenhum programa para financiar esse tipo de coisa. Por isso falei ainda, são coisas antigas, então nós temos a Ambiente Arquitetura, por exemplo, que tem um projeto que é do: 'minha casa, minha vida, entidades' com produção em autogestão. É muito grande, loteamento, o maior que já fizemos, e lá tem alguns profissionais que já trabalharam com a gente, antes dessa obra, projeto, enfim, e tão lá acompanhando a obra. Desses nós temos gente que já saiu e entrou, porque está demorando bastante, com dinheiro público, e ainda sem querer nesse governo. Governo que está acabando com a gente, com os mutirões de uma forma geral, mas tem contratação de mão de obra, tudo. Mutirão tem pouquinho, é mais a autogestão mesmo, está acabando com a gente e querem mostrar para todo mundo que não sabe, vocês são incompetentes, e também tem a disputa com o mercado imobiliário. Mas lá tem 1 da engenharia, 5 da arquitetura, 2 estagiários de arquitetura, 1 estagiário de engenharia, e mais os técnicos sociais, 2 já saíram porque não tem mais condição financeira e acharam outro emprego, e tem uma técnica social maravilhosa que nos dá esse suporte. Advogado só teve no começo, hoje eles estão mais com as associações, com os movimentos, não estão mais na assessoria. Fora isso, tem uma outra, que também é obra, está bem no finalzinho, da Leste 1, que está terminando, primeiras entidades, do tempo do Lula, tão antigo, enfim, lá tem um estagiário e 2 arquitetos, por estar no fim não tem mais nada. E tem os projetos que tem eu e mais uma outra arquiteta, que montou uma assistência com uma outra colega, que realizam trabalhos individuais. Então, quando surge uma demanda desse tipo, eu repasso para ela fazer, mas não estou junto, só trocamos, passo para ela, faz o que ela está querendo fazer, tentamos que saia para melhorar, mas para expandir, esse é o nosso corpo. A Ambiente Trabalho, como ela está buscando esses outros trabalhos que eu mencionei, porque nosso corpo técnico é limitado, nossa condição é muito limitada, bem limitada para tudo o que a gente tem. Então a Ambiente Trabalho está abrindo para outros integrantes, para gente fazer um coletivo maior com vários grupos de trabalho. Então a gente tá com uma, que já estava, mas agora vamos intensificar, uma ocupação no centro que já tem 10 anos, nesse coletivo tem uma advogada associadas junto, a Juliana. Nesse coletivo da Ambiente de Trabalho nós estamos um pé do Gaspar Garcia, que trabalha com as ocupações, estamos buscando e tentando parceria com um grupo alemão que financia, e estamos tentando outros tipos de financiamento. Esse grupo realmente não é para atuar na produção habitacional, porque aqui no município de São Paulo, tem um **programa** novo que é

o **'Pode Entrar'**, que é um programa de produção habitacional, de regularização, de financiamento até para reformas e tudo mais, que ainda não vingou, está indo a passos lentos, e que a gente tem os 2 projetos, com isso, inclusive regularização fundiária, que é uma atuação que a gente já teve e está voltando. No geral é advogado, engenheiro, arquiteto e técnico social. O resto, os **coletivos**, os outros, quando é projeto, claro que a gente contrata os **colaboradores**, como a gente chama, o engenheiro civil, o de estrutura, o de hidráulica, aí afora, é outra coisa.

- Quais os critérios para a seleção do público que será atendido pela ATHIS?

Normalmente, trabalhamos com movimentos sociais por moradia organizado, mas não que seja só isso, já trabalhamos na favela e um monte de coisas que não são organizados. Então, é outra forma de atuar. Seleccionamos, é claro. É um povo que **ganha menos de 3 salários mínimos** e que precisa. Mas a formação deles é política, social e tal, então nessa situação dos que não são organizados, temos que tentar agregar, formar e é diferente dos grupos organizados. Nos grupos organizados, no movimento social, trabalhamos com a formação também, mas sempre junto com a coordenação, ou com as diretrizes do próprio movimento. É um trabalho mais conjunto, mas que a forma, a técnica do social, os grupos e formas que trabalhamos, as apresentações, aonde vamos, o que levamos, e tudo mais, nós que produzimos, mas sempre com esse intuito de formação, de mostrar como o programa funciona. Acaba atuando politicamente também, não partidariamente e sim politicamente, porque eles estão ali, então tem uma formação que vai além do que é o objetivo da produção da habitação ou da melhoria, porque estas famílias estão ali, sempre fazendo parte da qualidade de vida e que o entendimento faz parte da melhoria da qualidade de vida. Então a gente atua com esses grupos organizados, junto com o movimento. Dessa forma, e quando vamos para um lugar que é uma favela, uma ocupação, como essa área central, que não é movimento, não tem uma história, eles ocuparam porque não tinham habitação. Então, viram que era possível, foram lá e acabaram ocupando. Isso modifica muito a forma que se trabalha. Precisamos pegar lá do começo. Colocar para eles, especialmente para os coordenadores, a parte da liderança, começamos com eles, depois vamos em grupo e vamos até o momento em que vemos que é possível. Porque às vezes está ligado com o **tráfico**, aí não tem jeito, pode ser errado ou não, mas a gente tira o pé. Primeiro é uma área que, o que podemos fazer? Não somos nós. A gente coopera quando faz a formação da população, mas não a isso. É um risco aos profissionais. Já mexemos com isso e é complicado, não dá certo. Então, é um pouco por aí, **a gente não seleciona muito**. O que a gente seleciona sim, é se a gente sabe que ali tem o tráfico, nem vamos. É a única coisa que nos deixa cortada qualquer possibilidade de trabalho. Outras demandas são o nosso trabalho, a gente vai.

- Qual a média salarial dos selecionados para receber a ATHIS?

3 salários mínimos.

- Quantos moradores estavam em áreas de risco e vulnerabilidade social?

Teve uma favela, que é chamada de "favela dos tubos", que a gente começou a entrar, mas era a mistura. Sempre que há, pelo menos da nossa experiência, muita

vulnerabilidade, sempre está o tráfico junto. É sempre constante isso. Tem uma fragilidade tão grande dessa faixa, mistura-se muito isso, ou filho, ou algum parente, é uma mistura, mas quando é quase só isso, acabamos não entrando. Como é, por exemplo, uma favela que está no meio do córrego, com construções precaríssimas, sabemos que isso é complicado e não conseguimos atuar muito nisso não. Mas foram raras. Em relação à área central, já trabalhamos com várias ocupações. Eu fui uma das primeiras arquitetas que trabalhou com a Nove de Julho, que hoje tem uma relativa 'tabu' pública. Tem um trabalho muito interessante. Tinha muita mistura também na área central, exatamente disso, tráfico, mas dava para trabalhar. Aí é outra situação. Nós estávamos com um movimento organizado, então eles faziam mais o papel do que nós, fazíamos o papel de sempre discutir caminhos de como resolver e tudo mais. Agora especificamente, a seleção nesse caso não era nossa. Era mais uma contribuição, de estar junto, de atuar com o movimento, junto a eles. O que nós selecionamos era sobre o projeto e o que vem da demanda do movimento. A nossa busca é sempre mais rara, vamos atrás de algum trabalho, de algum projeto, alguma atuação. Não me lembro de fazer muito isso. É sempre um pouco do que vem. Uma das coisas que fizemos bastante, junto com o movimento, foi de ir atrás de outras formas de levar recursos para favela, isso a gente fez bastante. Com o financiamento de fora, fazíamos proposta para isso. Era um público em que íamos juntos para escolher. Aquela favela é muito precária e tal, mas não era, assim, o meu público específico que eu escolhia. Eu sempre achei que nosso trabalho tinha que ser muito voltado para ocupação da área central e a regularização de ocupações muito antigas, tem um objetivo por trás. Mas o meu público não é assim. O público é meio geral. E por fim, na questão da produção de habitação com esses programas, especialmente esse último que durou bastante, que foi bem substancial, que é o programa 'minha casa, minha vida, entidades', sempre que é uma produção de 1 a 2% de todo o programa, é tão pouco, nós também não procurávamos a demanda. É sempre a associação. Mais uma coisa que eu queria ressaltar, por isso levantei isso, é que essa população, o que observamos, mais do que quando iniciamos, é uma população que vai até 3 salários mínimos, mas que está um pouquinho acima dessa faixa que a gente fala, que vive em uma precariedade total ou sem teto, absurdamente precário. A gente percebe que está um pouquinho acima e é o que o que foi acontecendo ao longo dessa busca que a gente tem visto. Da população que procura a moradia, porque não tem de fato. Mas é uma outra faixa. Temos trabalhado muito na formação desse grupo, porque esse é um grupo, que sim, temos que trabalhar muito socialmente e tem feito isso, porque a tendência é muito de se achar numa faixa diferente dos outros. Tem esse entendimento deles mesmo. No geral, coloquei tudo isso, muito para enfatizar que a nossa procura não é especificamente, são vários. Se falarmos de grupos, são vários subgrupos dentro desse grupo, que a atividade é muito grande em relação a essa faixa, e nós não procuramos exatamente, a gente atende.

- Como ocorreu o primeiro contato com a comunidade ou morador?

Da 'Ambiente', a primeira atividade que tivemos, que ainda era naquela gestão da Erundina, aquela gestão que todos os arquitetos conhecem, da **produção de mutirão**. Nós saímos antes de finalizar e montamos a assessoria. O primeiro trabalho que nós tivemos foi uma produção habitacional numa parte da favela que estava livre, em que estávamos produzindo, ou seja, contribuindo, dando essa assistência técnica,

para construir 36 sobrados, em 1990. Tinha um projeto de um prédio baixo livre na favela. Esse projeto não era nosso, era do Vitor Lotufo. Era um projeto que já existia e dividimos isso com oficina, era uma assessoria em que ele era o coordenador, arquiteto responsável. Pegamos junto com ele e depois ficamos só nós com essa produção. Essa foi a nossa primeira experiência enquanto assessoria. Depois teve outro projeto nosso que foi na sequência. Mas antes, o que eu queria completar, é que acabou o governo da Erundina e o resto da favela avançou. Parou o financiamento, veio outro governo, que não era democrático, deixando tudo parado e sem segurança, levando a ocupação e desfiguração de tudo. Era um projeto do Vitor Lotufo, muito bonito. O nosso primeiro projeto mesmo, foi no programa experimental que a CDHU fez, em 1992, de mutirão. Eles fizeram pressão do movimento e a gente estava junto, foram 4 projetos aprovados, que seria um programa experimental de mutirão, que eles resistiam muito, o governo do estado, CDHU, companhia habitacional daqui. eles não queriam abrir isso de jeito nenhum e por pressão do movimento acabaram abrindo. Conseguimos aprovar dois projetos, foram quatro no total. Depois disso foi que veio o programa de mutirão, que foi bastante amplo e muito deturpado até, porque entrou construtora e as assessorias tinham que ser com fins lucrativos, o que na realidade desmontou, depois da Erundina, e com isso desmontou várias assessorias que já existiam naquela época, foi um período meio de vácuo. Só para fechar um pouquinho mais, o nosso primeiro contato com a comunidade, realmente enquanto a assessoria, foi na periferia de São Paulo, nesse projeto que já existia, em que trabalhamos na construção, que já não era projeto, aqui no Jaraguá, na zona norte.

[Foi vocês que foram atrás desse projeto ou o projeto que chegou em vocês?]

Nesse caso, o projeto chegou na gente, porque a oficina, o Vitor não ia continuar, foram assessorias que trocaram e a gente já conhecia, lá da gestão da Erundina, as lideranças, então foi um conjunto, uma adequação, mas nós fomos chamados. O outro, que efetivamente eu posso dizer, o nosso primeiro, que foi na zona sul, periferia também de São Paulo, nós conhecíamos do governo, o movimento. Eles nos chamaram, conhecemos a demanda, trabalhamos, fizemos o projeto e tal, não foi uma escolha, eles nos procuraram e aceitamos e continuamos. Da zona oeste, que foi outro projeto, da periferia, perto do pico Jaraguá, eles souberam da gente, nos chamaram também. Foi um pouco de nos chamarem e já conhecermos, uma mistura, mas não foi uma escolha, quero esse aqui, não, depois até teve outras que fomos atrás, com certeza. Mas esses primeiros não.

- Quem realiza a ATHIS (obra)? Quem fica encarregado?

Fazemos o projeto, sempre um **projeto participativo**, que é aquilo com a associação, a demanda mais precisamente, tem a coordenação, são organizados mais precisamente, vamos dizer, então tem a coordenação, tem as famílias que participam do projeto mais específico. O que eu digo de fase de projeto que é participativa, é que sempre tem uma discussão para que eles entendam, para ver o que eles querem, quando é uma produção nova e reforma, a discussão é mais extensa no início para chegar nesse consenso, desenvolveu isso, tem todos os complementares, toda a parte do projeto finalizado, sempre junto com eles e através de algum financiamento. Já atuamos no município de Suzano como assistência

técnica para alguns projetos, não tinha essa participação tão grande quanto eu estou colocando nos projetos de autogestão, mas de qualquer maneira tinha essa troca com os donos, moradores. Na sequência, na construção do projeto, a responsabilidade da assistência técnica não é, pelo menos no nosso caso, como encarregados, é como acompanhamento e fiscalização da obra, assessoria ou assistência técnica a administração, porque o dinheiro ou o recurso não vem para gente, vai para quem compa o material, quem contrata os pedreiros, empreiteiros, porque não somos nós, a gente não tem trabalhado dessa forma. A nossa responsabilidade como profissional, e é uma **discussão** que tem tido, **muito séria**, com o movimento que vai atrás de recurso, enfim, que hoje tem uma enorme visibilidade, temos tratado com o CAU aqui de São Paulo e os representantes no CAU federal, enfim, a gente tem dialogado, na medida do possível, para ter essa **definição da responsabilidade do profissional nesses projetos de assistência técnica.** Então isso é muito difícil, quando é uma obra isolada, você põe o seu Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) em situações em que não vai correr risco pro profissional e pros moradores. Temos uma situação, por exemplo, num conjunto construído com financiamento 'minha casa, minha vida entidades', que aconteceu um acidente, aí esse acidente vai para quem? Quando é uma construtora, normalmente no mercado, a construtora se vira, faz isso, faz não sei o que, nós não, e nem temos essa responsabilidade, porque dentro de uma construção maior, condomínio, prédio, que seja, não dá para ter só um conjunto de arquitetos de assistência técnica acompanhando, é óbvio, tem que ter encarregados, profissionais para que isso seja efetivado, mestre de obras e tudo mais, os projetos, enfim, os acompanhamentos que são de produção, de execução, não pode ser dessa figura, do profissional que fez o projeto e acompanha tecnicamente. Então isso ainda é um tema a se discutir muito, porque o CAU também não tem essa figura. O que a assistência técnica coloca na sua RRT? O acompanhamento ao projeto e etc, mas não a responsabilidade pela execução, não o encarregado pela construção. Mas é muito complicado, porque a gente tem nessa área profissional uma precariedade imensa, corremos muito risco, tem processos, é muito complicado. Não é só no coletivo, mas numa casa também, você vê casas que se faz um projeto, ajuda, mostra para essa pessoa, dá, fornece toda a discussão, tá aqui bonito, desenhado e tal, você coloca esse aço aqui, põem essa coluna, viga e etc, chega na obra e o cara põe mais um andar. Que na lei de regularização fundiária tem a questão do direito a laje, que eu defendo, a gente deu um curso na 'Ambiente de trabalhos' de regularização fundiária pelo CAU no ano passado, que tinha muito isso, direito a laje, perfeito, direito é todo certo, correto, legal, assim, a lei atende perfeitamente, mas e a questão estrutural, a questão do projeto, a questão dessa responsabilidade, está longe de ser atendida. Essa é uma discussão que temos tido e é precário.

APLICAÇÃO (Projetos/procedimentos/etapas/prazos)

- Quais foram os primeiros passos para a estruturação do processo?

Quando nós montamos em 1991, como naquele momento, não tínhamos essa pessoa jurídica, a assessoria técnica ou assistência técnica não existia, havia cooperativas, mas era com outras finalidades, foram formadas posteriormente outras cooperativas

habitacionais com esse formato de assessoria. Mas naquela época não, todas as assessorias formadas, não só na capital de São Paulo, eram associações como os movimentos sociais. Então os primeiros passos que não éramos só nós, naquela época eu dava aula na faculdade de arquitetura daqui e tinha alguns alunos (4) que se interessavam muito por esse tema, a partir daí fundamos a parte jurídica, vai no cartório, monta estatuto, quais são os interesses da associação, vai atuar onde, como vai ser formado e tal, quem é coordenador, presidente, enfim, a estrutura da associação, a função de cada um e qual o objetivo. Fizemos isso junto com os alunos, Ricardo (meu esposo) e eu. Então viemos com essa feitura, colamos um pouco das outras assessorias que já existiam, como elas se estruturavam, legalmente tinha que ter essa estruturação e CNPJ, uma pessoa jurídica mesmo, mas com esse formato de **associação sem fins lucrativos**, com esses objetivos, trabalhar com habitação social, vários itens. Fora isso, na época trabalhávamos na garagem de casa, no espaço possível que se tinha, na época não era AutoCad nem nada, era desenho mesmo, enfim, a estrutura física dos profissionais éramos nós dois e os estudantes, essa era a estrutura. Estudamos várias possibilidades, surgindo esses trabalhos já mencionados, juntamente com essa parte formal de estatuto da associação, ata de assembleia, quem participou, tinha os responsáveis pela parte da tesouraria, da secretaria, coordenação geral, enfim, tinha uns 5 componentes, em princípio deveria ter vários associados, mas é claro que a gente não tinha. Essa foi a forma inicial que a gente conseguiu naquela época de se estruturar. Depois a gente já estabelecido com a pessoa jurídica com fins lucrativos, é um pequeno escritório, com estatuto comercial normal, mas mesmo assim colocado esses objetivos de onde e com o que iremos trabalhar.

- Como são desenvolvidos os projetos de ATHIS? Método/etapas?

Evidentemente esses projetos de ATHIS, se nós formos falar de produção habitacional, em que falamos, às vezes, junto com os movimentos. A primeira, que é o passado mais recente, procurávamos sempre terrenos juntos, porque já tinha o programa minha casa minha vida entidades, que era geral, o movimento todo trabalhando com isso, procurávamos um terreno adequado juntos, esse adequado é muito relativo, porque sempre nos sobrava terrenos difíceis de trabalhar com os projetos, ou eram áreas de mananciais, ou terrenos com declividade enorme, o que o mercado não quis. Isso em projetos mais coletivos. Depois dessa procura, de trabalhar com essa demanda, de quem ia para esse projeto era mais da associação, mas com acompanhamento social nosso também, porque tem esse acompanhamento que é quantitativo, de seleção, etc e tal, sempre com a assessoria social. Nos projetos, sempre com esses estudos, que é normal em qualquer projeto, que é da questão do zoneamento, legislação, físico (ambiental, aspectos condicionantes) e aí partimos para discussões do que as pessoas querem e desejavam, fazemos visita em outros projetos. A partir dessa busca e desejos da demanda, fazíamos vários estudos para uma devolutiva, levávamos, normalmente essa participação vinha antes com uma participação e trabalho com a coordenação, de quem ia morar, a coordenação desse movimento, desse grupo que iria morar no determinado projeto e junto com as lideranças do movimento. Quando eu falo de movimento, aqui em São Paulo, fundamentalmente, trabalhamos com a união dos movimentos por moradia, que tem associações em várias regiões, central, sul, norte. Depois desse desenvolvimento que

teve a participação das famílias e coordenação, a gente partia, e sempre da nossa parte, evidentemente, adequações a todas legislações e fundamentalmente a questão financeira, cabe ou não cabe no bolso, no financiamento que se tem ou o que se terá. Aí partíamos para projetos e desenhos mais definitivos, fechados, com maquetes físicas e envolvimento de todos, às vezes de construir protótipos e tudo mais, isso sempre muito junto com a participação das pessoas e o fechamento dos projetos. Internamente, quando isso estava bem mais definitivo, aceito, aprovado, partia-se para a finalização dessa aprovação, assembleias com toda a demanda, que se fazia necessária, sempre acontecia nesses projetos coletivos, em que as famílias todas aprovavam. Normalmente chegava no fim e já aprovava, porque já tinha toda uma discussão e um trabalho anterior. Esse era o processo até chegar à finalização e conclusão do projeto. Não a conclusão de projetos executivos. Se houvesse já um financiamento de algum programa habitacional, teve programas que comparava o terreno ou não tinha o terreno, às vezes era uma mistura de programa de estado com município, enfim, para colocar de uma forma até mais simples aqui, eu estou dando um exemplo de toda uma forma de trabalhar em qualquer programa que é junto com as famílias ou pessoas que estão envolvidas, que vão receber ou vão estar nesse projeto, o movimento inclusive, e dentro de um processo em que o projeto terá uma forma de ser executado convencional, vai ter depois de ter definido o projeto básico, vai ter todos os complementares e o que é chamado de legal, vai aprovar na prefeitura, nos órgãos ambientais, etc., para que se tenha toda a legalidade do projeto, isso em projetos novos. E as etapas são as etapas de projetos que são as convencionais. Em relação a todo um conjunto que não é só o projetual, as etapas também são de formação desse grupo que vai trabalhar com mutirão, mutirão parcial, se vai fazer autogestão, que normalmente tem sido isso que temos feito, vai também nesse período de aprovação de financiamento, fora do nosso domínio, vamos trabalhando socialmente a organização dos grupos, das comissões e tal. Quando são projetos que não são de produção de habitação, se vamos falar de urbanização, tem alguma semelhança, evidentemente, principalmente no que é coletivo, em que todos vão atuar, se é necessário retirar algumas famílias, construções, se vai ser realocado, sempre tentando nunca tirar as pessoas e não recolocá-las, se for necessário, podemos considerar isso uma etapa também de acompanhamento.

- Quais os dados que devem ser levantados para um projeto de ATHIS?

Do **levantamento**, que é uma parte crucial, do levantamento de que público tem ali, que é um levantamento mais detalhado, por exemplo se é uma ocupação, as famílias que estão lá, quanto tempo, quantos componentes, enfim, não que a gente às vezes consiga devolver, para famílias maiores, uma unidade maior, isso é muito relativo, mas esses dados que a gente levanta para o projeto da população é fundamental. Agora para o projeto, acho que é um pouco do que eu já mencionei, **que programa que vai ser possível atender as especificações deles**, a parte da localização, legislação e a parte física.

- Quais os prazos estipulados para cada etapa?

Eu até estava fugindo um pouco disso, porque a gente tem muito problema, porque os nossos planejamentos, cronogramas, acho que estou com isso muito na cabeça,

por estar com muita ansiedade em terminar essas construções que levam muito tempo, nesses programas para as associações, nessas formas com autogestão, tem uma dificuldade com relação a participação e da gestão coletiva, de todos participarem e os recursos que são bem difíceis de vir, exigências enormes. Mas os prazos estão muito vinculados também a essas previsões de recursos, para executarmos um projeto em que necessitamos de um engenheiro de estruturas, precisa de recursos para pagar a ele. Para nós também, os arquitetos, técnicos sociais, trabalhando também, sempre pensamos que tem um investimento, um trabalho preliminar que nem é possível, é um **investimento** mesmo, não tem recursos, e vamos junto com o movimento trabalhando ou buscando com as famílias, para que possamos obter isso, porque normalmente as famílias não têm. Mas é um trabalho profissional, então **a gente tem que ter esse retorno**, tem que **atuar realmente com esse entendimento** no nosso modo de ver. Então esses prazos, agente programa sim, que tempo leva para fazer o levantamento das famílias, para executar os estudos preliminares, a gente pode colocar isso em um planejamento, um cronograma, que a gente coloque em uma planilha. Esses estipulados aqui, nem sempre conseguimos realmente realizar. Esses prazos estão muito condicionados ao que conseguimos ter, não só do que existe de necessidades, vontade de atuação nossa e do movimento, mas de programas que financiem o trabalho que está sendo executado.

- O público alvo participa da tomada de decisão?

Sim

- Foi previsto a utilização de materiais sustentáveis ou reutilizados?

Aqui, confesso que pouco a gente consegue. Já fizemos, em vários projetos, especialmente nesses últimos, 'minha casa, minha vida entidades', umas previsões de reuso de água, energia solar, de aplicar alguns materiais reciclados em alvenaria de fechamento. E aí onde a gente encontra um **obstáculo** enorme para esse desejo, projeto e demanda que entendemos que é importante e necessária, tudo que é programa, pelo menos até hoje utilizou, junto com os movimentos e associações, existem empresas, materiais e regras dentro dos órgãos que fornecem os financiamentos, o que é e o que não é possível de ser feito. Eles trabalham com uma segurança, até uma certa comodidade eu diria, com as empresas que fornecem, sem problema, por exemplo, não é o caso de ser sustentável ou não, mas dá um exemplo mais concreto, quais são as empresas que produzem cabos, fornecem acabamentos. Qual foi a outra que tivemos problema, ..., ha sim, foi o último, teve um estudo da USP para poder utilizar energia solar e não ficava caro, os professores da física que iam nos ajudar, eles já tinham feito algumas experiências. Levamos para um projeto de 1104 unidades, calculamos o tamanho, era possível pelo espaço que ocupava ter um relativo retorno, não em todo o conjunto, mas uma parte dele, para a utilização. Estavam estudando a possibilidade de conseguir fazer isso, eram prédios, o estudo meio gracioso, porque eles estavam com o interesse de utilizar, de ter alguma forma de aplicar isso quanto ao uso. Não teve avanço, porque isso não dava dentro das empresas credenciadas da Caixa e do programa. Então a gente se depara com isso, um dos pontos, e não foi só no governo federal, do estado também, pelo menos nos lugares que entramos. O outro, que é a questão de **custo**, que às vezes tem a

possibilidade que são inovadoras, diferentes do convencional, e não conseguir preços que se adequem ao financiamento. Claro que isso é o que ocorre para todos aqui, já conversamos com outras assessorias e tudo bem. Talvez em outras situações a gente consiga com financiamentos externos, mas nunca conseguimos, temos esperança de conseguir, mas pouco usamos isso, só o que é muito doméstico (que as próprias famílias fazem) e possível de aplicarmos sem custos altos.

Pulo perguntas

- Dentre os projetos realizados, qual o ambiente com mais necessidade de intervenção?

Como a discussão é quase sempre muito coletiva, apesar de às vezes ter uma resistência deles por ser coletiva, porque **todos querem um atendimento individual**. Mas muito no início tínhamos uma discussão, vou dar um exemplo, no começo lá na década de 1990, fazíamos os projetos visando muito o uso das famílias, das pessoas que vão integrar tanto a unidade habitacional quanto às áreas **coletivas**. Então na área habitacional, discutíamos muito com as mulheres, especialmente, não deixar a cozinha separada, hoje todo mundo acha que tem que ser separada mesmo, mas naquela época não, discutíamos isso na produção já desenhando, não era reforma, então fazíamos isso e elas diziam isso para gente de uma forma simplificada que também, mas meio geral, não porque quando eu chego do trabalho eu vou fritar qualquer coisa e vai sujar a sala, por isso eu prefiro ficar aqui. Mas eu falava, aí você não vai ver a televisão, a novela, que é comum, o pessoal adorava novela, e se vai ficar aqui separada da família depois de trabalhar e tal. Mas não interessa, depois vai ficar muito sujo, vou ter que limpar, a gordura vai para lá. Mesmo assim, quase sempre conseguíamos ter uma integração entre a cozinha. Um exemplo bem pequenino no final, mas que acaba impactando no desenho da unidade, no desenho geral. Hoje, se apresentarmos um projeto em que a cozinha está fechada, porque virou moda, no nosso padrão, às vezes não é só necessidade, é como se veem, e hoje se fizermos isso é ao contrário. Tem muito uma questão de momento atual, mas também na área técnica. Em relação à reforma, como tem varanda. Hoje se a gente não fizer um apartamento, porque hoje aqui a gente só consegue fazer apartamento, não dá para ter mais casa, se não fizer uma **varanda** é muito complicado, tem que achar nem que seja uma varandinha, não estou falando de uma forma depreciativa, digo assim, o recurso é pequeno e no caso as unidades não são muito grandes, temos conseguido, aqui para São Paulo é bastante, 58 até 60 metros quadrados, é o que dizemos: o lucro que a construtora tem vai para as unidades maiores. Com relação a reforma, eu tenho experiência com isso, mas não com a faixa que a gente trabalha, mas teve duas reformas na área central, em que uma delas eu acompanhei bastante, que é de habitação social, financiamento da prefeitura, e foi muito complicado, porque tínhamos que diminuir as unidades de gente que já estava lá, das famílias, das pessoas que já estavam lá em espaços maiores. Também tem essa contradição. A reforma de famílias que já estão morando e se estão morando em uma situação mais precária, de tamanho, de infra, de tudo, menos mal, mas já estão em uma condição em que ocupem apartamentos maiores, mesmo que falte elevador e água, sempre é mais difícil oferecer, que é muito comum, as unidades habitacionais serem menores, por questões de custo e entendimento da viabilidade.

- O que o(s) morador(s) buscava quanto ao serviço?

Tem uma coisa que sempre é um conflito bastante grande, não é bem um serviço, mas é mais um componente do projeto, que são as **vagas de automóveis**, que aqui pela legislação não precisamos ter em habitação social vagas de um para um é sempre, pode ser até zero, aqui isso é sempre um conflito, mas isso não é exatamente uma busca, de alguma forma sim. Essa é a discussão mais geral que tem. Outra coisa, como ele vem de apartamentos de classe média que possuem playground, piscina, às vezes até tem essa discussão, anseio, que é perfeitamente compreensivo, deveria ser justo até, mas obviamente não, eu digo do que é coletivo. Do que é do apartamento, da unidade em si, eu já comentei muito. Eu acho que quanto maior melhor, quando tem quarto, tentamos fazer com dois, às vezes com a possibilidade de um virar dois, para que passe a três, a varanda, sempre tem algum quesito assim. Hoje em dia tem assim, eu não quero, não que possamos responder a tudo, mas tem sempre uma reivindicação deles que não exatamente quanto ao serviço, que de não ter edifícios lineares, em que o corredor atende todo mundo e tal, porque tem uns que já fizemos bastante, eu não digo só dos nossos, mas também, que são muito bonitos, adequados, que a gente sempre pensa que aqui aumenta um pouco essa passagem com alguma **área coletiva**, isso é sempre uma discussão mais complexa com eles. Mas serviços assim, a individualidade das entradas de água, energia, tudo individual, como as moradias e os conjuntos antigos possuíam a água coletiva, hoje são individuais. Quando o futuro morador vem sempre tem essa reivindicação.

- Houve alguma mudança no processo entre a primeira e a última ATHIS realizada?

Sim, acho que foram **várias as mudanças**, o primeiro que fizemos, tanto aquele que eu já mencionei que já vinha em andamento, quanto o outro, aprovávamos, por exemplo, projeto, só no órgão financiador, no setor ali, enfim, não aprovava em prefeitura, não em outros órgãos para financiar. Os últimos, tivemos que aprovar em todas as instancias para poder ser financiado. Acho que essa diferença muda muito o tempo, responsabilidades e tudo mais.

- Já realizaram algum tipo de retorno nas atividades já entregue para verificar como está a obra e coletar a percepção do morador depois de algum tempo?

Sim, já. Mas muito pouco, teve alguns trabalhos, que não é incomum, de estudantes que vieram fazer, as vezes mais do que nós, levantamentos para cursos de pós-graduação. Nós mesmo, internamente, fizemos muito pouco, o que fizemos, de uma forma bastante empírica, bastante prática, não sei como dizer, não é um levantamento preciso nem nada disso. De voltar nos conjuntos, a gente sabe, porque eles vêm e nos trazem. A última vez, foi na praia grande, no município do litoral sul de São Paulo, por exemplo, fomos visitar, levei alguns colegas para visitar e verem o projeto, um projeto interessante. Aí uma senhora, veio reclamar comigo porque a calçada afundou, falou como foi e tal. Isso na parte ruim, mas tem parte boa e muito afetiva, de muitos abraços que é muito gostoso. Mas veio falar sobre isso e eu tive que resgatar para senhora que isso nós não acompanhamos, quem havia feito era a SDHU, fazíamos só os edifícios, a parte de infra não era nossa, no programa de financiamento do governo de estado era isso. Então, a nossa percepção, eu dei esse

exemplo, não é algo que foi feita ou que tenha sido feita e que eu te diga com precisão de tudo, eu tenho alguns exemplos que foi feito o levantamento para nós, mas nada que tenha sido feito para um trabalho de pesquisa, para algum resultado mesmo nosso, isso não tem. É muito dessas experiências, visitas ou desse resultado muito pessoal de cada projeto.

- Houve integração dos órgãos legais (prefeituras)? O que foi preciso encaminhar?

Pulou

- Qual a perspectiva para o futuro?

A nossa perspectiva para o futuro, se for depender do trabalho e como a gente fez até agora, é um pouco triste, depende muito de política, de coisas que não vivenciamos de uma forma muito positiva. Essa perspectiva para o futuro acaba tendo um âmbito maior do que só a questão da nossa atuação enquanto profissionais de ATHIS, depende de outros fatores, dos governos, enfim, mais amplos mesmo, não atingem só a assessoria ou o movimento. Eu pensei nessa perspectiva para o futuro no sentido de dar prosseguimento a ATHIS, de realmente estar atuando e dar retorno para essa população que necessita de moradia, ou de reformas, ou urbanização, tudo que possa contemplar. Temos uma expectativa que haja políticas públicas que possam financiar, que a **própria lei de ATHIS seja realmente aplicada**, ter as autorizações na prefeitura, porque os programas em si não existem, a lei existe, mas os programas, pelo menos o que temos vivenciados em São Paulo e em alguns outros municípios que já fomos, **não tem a aplicação de uma forma mais concreta, mais real**, isso tem que em cada município, cada estado, precisa ter o recurso que pode estar utilizando a lei para isso. Mas depende muito, por isso eu coloquei um panorama muito geral da política, das gestões todas, para que possamos ter essa perspectiva de poder utilizar esses recursos que sempre são necessários. Isso é um ponto, o outro que me ocorre é que uma das coisas que temos trabalhado, não é na produção ou nos projetos, enfim, mas num processo mais atuante da nossa parte. Depois da pandemia principalmente, de ir nas universidades, escolas de arquitetura, faculdades de arquitetura, levar aos estudantes as nossas experiências, porque há um desconhecimento bastante grande da atuação, apesar de hoje estar mais propício, mas ainda sim, para a formação desses profissionais na arquitetura ou mesmo no serviço social, ou em outro, mas especificamente falando da arquitetura. As **residências**, não estamos atuando nesse sentido, contribuindo só no sentido de atender ou levar nossas experiências para esses professores que também estão almejando e trabalhando para que isso aconteça, de ter as residências, para que esses estudantes venham de fato trabalhar com ATHIS. Então é uma perspectiva para o futuro com dependências, a nossa perspectiva é de atuação muito mais ampla para corresponder a todas as necessidades que se tem (entrevista 2).

EXPERIÊNCIAS (benefícios e dificuldades)

- Qual foi seu primeiro contato com o termo ou prática de ATHIS?

Como a minha atuação é muito anterior à Lei, a formatação de tudo isso, com o Lele, o grupo de coletas e tudo mais, fica um pouco mais difusa, tem que ter umas interpretações em relação a minha resposta por esse fator, pela minha vivência. O termo exatamente, da forma como está e o que acabou virando a própria lei de ATHIS, não falamos ATHIS antes, falávamos assessoria técnica, movimento social, trabalho com mutirão, trabalho de urbanização, é um termo muito mais geral e se colocava, quanto nós profissionais, muito da assessoria técnica. Então esse termo hoje é muito difundido, que todos conhecem quanto ao que é esse trabalho de habitação de interesse social. Hoje identificamos de fato o que significa, não só para os profissionais, mas também entre os políticos e a população. O primeiro contato com o termo exatamente ficou no meio do caminho da minha atuação. E a prática, na realidade, algumas vezes que já fui para dar uma palestra ou alguma atividade nas faculdades de arquitetura, os estudantes hoje, ao menos os arquitetos maiores, usam muito esse termo, é o que está realmente correto e que identifiquei, acredito que isso é uma evolução. Mas na minha prática, a primeira é anterior a utilização desse termo, mas era a mesma coisa, eu estava fazendo a mesma prática. Então é só para colocar isso em uma linha de um tempo, um período. A minha primeira prática, vamos dizer assim, em relação a atuação de ATHIS, da assessoria técnica, eu até já comentei anteriormente, foi na gestão da Erundina aqui de São Paulo, em 1989 e 1990. Então realmente é anterior a tudo isso que já comentei. Esse foi o primeiro contato que tive realmente com favela, com a produção habitacional, com essa prática enquanto arquiteta de trabalhar com HIS de assessoria técnica.

[no momento que surgiu o termo de ATHIS, vocês tomaram o conhecimento com a formação da lei ou a lei já havia surgido e ouviram esse termo em palestras?]

Nós já atuávamos como assessoria técnica. De ATHIS, é por que tivemos, enquanto participação, já estávamos fundando, já existia a ambiente, foram várias, não foram cursos, fizemos várias atividades no sindicato dos arquitetos, antes da lei, para mostrar as experiências, para discutir as experiências. Nós não contribuimos diretamente com isso, com certeza, até porque da maneira como estava sendo produzida a lei, não estava diretamente ligada ou colocada enquanto produção habitacional que era essa prática muito de São Paulo. Então abrangia outras frentes e muito mais do que atuávamos. Onde tivemos mais atuação foi com vários seminários com os sindicatos, com alguns movimentos nas favelas que trazíamos e recebíamos informações de outros arquitetos que estavam trabalhando com a formulação da lei junto com o Lele. Não estivemos à frente disso, mas estivemos nesse período, com alguma prática na formatação da lei, mas no sentido de levar as experiências e trocar informações, foi isso que aconteceu pelo Brasil todo. Também junto com o movimento para que a lei fosse aprovada, estivemos com alguns parlamentares, junto ao movimento social. Foi alguma coisa que se movimentou enquanto sociedade, enquanto profissionais atuantes da Ambiente e outras assessorias, contribuimos e trocamos com outros profissionais para isso. Antes de 1988 foi o momento de conhecer o termo de ATHIS, foi todo um processo, ficou bem conhecido e entendido entre os profissionais e a população.

- O que você aprendeu com o projeto?

Pulou

- Qual foi a experiência mais marcante nesse processo?

Eu não consigo colocar uma experiência mais marcante, eu acho que são várias. Confesso que tenho dificuldade de falar de uma, foram algumas experiências. Uma que eu gostaria de destacar é a Pigeus, que é um projeto aqui na área central, luta conjunta com o movimento de uma ocupação de 1997, tem todo um marco histórico com relação a isso aqui em São Paulo, junto aos movimentos. O Resultado foi conseguido com essa luta e projeto, que é bastante marcante enquanto partido, participação, resultados e ganhos em vários sentidos para os profissionais, na questão de retornos. Numa forma muito simples, é como se mostrasse para o governo que as assessorias são capazes e o que podem fazer junto com o movimento essa produção com qualidade. Mostrar também que na área central é possível ter habitação social com qualidade, inclusive esteticamente, e como isso impacta no entorno. Essa mudança do entorno não é no sentido do impacto causado pelo mercado imobiliário, mas sim pela intervenção e o avanço das lutas desses movimentos que conquistaram e cuidavam da praça que havia na frente, um espaço razoável que as crianças pudessem brincar, e a implantação de um elevador no projeto (primeiro empreendimento social com esse equipamento na área central em São Paulo). O que é marcante é justamente essa luta e o retorno que elas atingem. Para nós e para mim como arquiteta, importa muito esse retorno com qualidade arquitetônica, como isso resultou de toda a participação dessa população e as possibilidades que foram mostradas através de diversos sinais, como a possibilidade de utilizar o bloco cerâmico que era o retrato dos movimentos sociais. Na época os governos não permitiam a instalação do elevador, pois havia o pensamento de que esse equipamento estragaria e não seria mais consertado, era bem complicado, mas conseguimos realizar a entrega em 2001/2002 por causa das lutas dos movimentos. Até hoje está em funcionamento porque houve um **trabalho social de informação** (como usar, cuidar e consertar os equipamentos instalados) e de como gerenciar o condomínio, explicando o que é público e o que faz parte da área comum e lazer do empreendimento. Essa mistura toda e esse resultado conquistado pelas lutas, para mim, é muito importante e é o que me marcou nesse trabalho.

- Mudaria alguma coisa no projeto? O quê?

Pulou

- Qual foi a maior dificuldade de todo o processo ao aplicar a ATHIS?

A grande dificuldade que nós temos junto ao movimento é essa credibilidade que lutamos para ter e conseguir realmente viabilizar os projetos, os pleitos no movimento. Também tem a questão de que os políticos e governos não possuem interesse na produção, intervenção ou realização desse trabalho de ATHIS por parte das entidades, movimentos e assessorias, devido ao interesse do mercado priorizando o olhar econômico e de lucratividade. Então a dificuldade geral, pode ter mil dificuldades menores que podem vir dela, a burocracia na aprovação de projeto, liberação e aceitação de crédito. Outra é a origem, como é visto essa população na qual trabalhamos, retorno mais difícil na formação, principalmente onde não é organizado,

na favela, tendo tráfico, igrejas evangélicas, como trabalhar socialmente com essa população que é a base para projetos novos ou urbanização. Há um entrave para essa população ou cliente. Nesses projetos de provisão em que trabalhamos com a produção habitacional e autogestão, esbarramos com muitas brigas na hora da produção e da pré-concepção do projeto que é difícil ter domínio da situação, mas isso é trabalho geral.

- E qual foi a sua maior dificuldade?

Tem duas coisas. A dificuldade de trato com os movimentos, em relação a discussão de programas ou projetos com quem está no governo, com poderes e cargos mais altos. O espaço do governo antes era muito mais fechado, existia muitos empecilhos para a aceitação dos processos que temos hoje, justamente por não ter essas experiências que vemos atualmente. A outra dificuldade é o diálogo e implantação dos projetos ou melhorias em espaços onde o tráfico é muito forte, em que existe essa disputa entre o espaço do tráfico (armazenamento de drogas) e o da habitação.

- Na sua opinião, o que a aplicação da ATHIS melhorou na qualidade de vida do morador/comunidade?

Tanto na produção, quanto na urbanização e legalização, também realizamos essa parte de regularização fundiária, tudo isso traz qualidade de vida para o morador ou para a comunidade. Essa aplicação, de uma forma bem geral, é óbvio que melhora a qualidade de vida, não vou só colocar a produção habitacional porque começa a dar moradia. A moradia dá uma qualidade de vida e essa participação toda, para essas pessoas, é muito incrível, não só pela participação do desenvolvimento, nas escolhas, e por ter a casa deles. Tudo bem, é dentro de um núcleo de propriedade privada, mas é o que temos e é possível. Isso é o mais marcante, mas eles vão para outras lutas. Não só a qualidade que pode se dar, a oferta do nosso trabalho quanto a ATHIS para melhoria, produção, urbanização, para ter a legalização, etc., mas que movimenta também essa demanda, população que estamos atendendo para outras coisas, que aí não depende da gente. Acho que é fundamental, melhora muito a qualidade de vida e a qualidade das pessoas também.

- Percebeu alguma mudança no entorno da ATHIS que poderia estar vinculada a sua ação?

Quase sempre tem. A primeira experiência que falei, no final mudou o governo, não tinha mais a continuação e aí ocuparão toda a área. Claro que pode acontecer coisas desse tipo, mas não tem a ver com o nosso trabalho. Mas normalmente ele impacta no entorno de uma forma positiva. Por exemplo, o de Santa Sofia, é um pulmão, são 60 mil metros quadrados que estão preservados, mas o entorno está todo ocupado. É desigual, pois tem gente que fez a construção com aprovação, mas pelo menos as construções mantêm a questão da área preservada no entorno, tem área verde pública, entre outras partes públicas que propiciam uma melhora do entorno.

- O que poderia ser melhorado para evitar a desinformação desta prática?

O que temos que realizar mais, principalmente com os coletivos e assistências mais jovens é de realizar trabalhos que não só da parte de assistência técnica em si, mas

cursos, divulgações, trazer essas informações para a sociedade de uma forma geral. Outra coisa que precisamos melhorar e nunca deixar de ser feito esse trabalho social de projetos, ações que possamos estar trabalhando e atuando, isso precisa ser mais constante e ampliado. Hoje tem mídias sociais e tem muita informação. Implantar nas faculdades, hoje tem muitos professores trabalhando em cima disso. Realizar visitas, acho muito importante para os estudantes, é uma forma de informar que está dando certo. É aumentar cada vez mais a informação e diminuir a distância da prática de ATHIS. Acho que como é esse o nosso trabalho, HIS, precisamos ampliar e trabalhar com os programas habitacionais, com as políticas urbanas, com projeto de regularização fundiária, estar atuando nessas áreas junto com o governo, não só com a população ou movimento. Acabamos realizando isso um pouco em municípios que tinham uma administração democrática, aqui em São Paulo realizamos só algumas coisas de gestão democrática. Na época da Marta, quando ainda era PT, dividimos o serviço com outras assessorias, por ser através de carta convite, então fizemos o levantamento de todos os cortiços de uma determinada região, era uma maneira de saber quantos cortiços tinham num determinado bairro dentro da área central. É fundamental para o nosso entendimento e ter esses dados de como é que vai ser realizada a intervenção dos governos e dos movimentos. Acabamos usando isso para tudo. Foi uma experiência bem interessante. Precisamos atuar muito nisso, porque tem um espaço muito pequeno para isso. Na realidade, o governo acaba contratando grandes escritórios que, às vezes, faz o levantamento e discute sobre, mas não tem a visão que nós temos.

- Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na prática da ATHIS?

Pulou

LEGISLAÇÃO (o q facilita e o quais os entraves)

- Quando foi implantada a lei 11.888, tiveram que adequar os projetos para aplicação e enquadramento na lei?

Não. Já realizávamos e brigamos com o governo para ajustar a legislação de uma forma diferente entre o que ia ser aprovado e uma regularização, especialmente em favelas. Claro que depois veio a lei de REURB. Mas eram questões que já aplicávamos antes da lei, ela nos ajudou principalmente nas urbanizações e regularizações, na produção não impactou muito porque usamos a legislação municipal e estadual. A lei federal é muito mais de atuação e de como realizar a captação de recurso, isso já é o que fazíamos, pode ser que esteja faltando alguma coisa dentro do nosso envolvimento com os movimentos e assessoria técnicas, mas não vejo nada.

- Qual o impacto da lei 11.888 na aplicação?

Pulou

- Na sua opinião, tem alguma diferença em como é aplicado a lei e como ela deveria ser aplicada?

Não é que aplicamos a lei, mas ela está colocada, de uma forma geral, onde continuamos o nosso trabalho, que estaria contemplado de qualquer maneira.

- Percebe alguma lacuna na legislação atual? Mudaria, retiraria ou acrescentaria alguma coisa?

A lacuna que eu vejo que não é da lei, eu não participei tanto e não sou a melhor pessoa para falar sobre isso. A lei fala que precisa colocar o programa nos municípios e ter financiamento para isso. Pode ter algum erro da minha parte, mas ficou muito uma discussão do que a gente precisa utilizar, como na parte projetual, de trato com o movimento e com todas as demandas. Nunca deixamos de atender o que é necessário para a qualidade de vida e para o bem-estar nos projetos de reforma ou regularização que eram aplicados. Mas o que não tínhamos eram os recursos específicos da lei, essa era a nossa crítica com relação à aplicação. Os municípios ao redor de São Paulo não tinham esse programa e nem recurso. Claro que eu vou aplicar, mas cadê o recurso as famílias não têm como bancar. Então a lacuna não é especificamente com relação à legislação, talvez devesse ter uma exigência de que todos os municípios, a qual exista a necessidade de ATHIS, um período de adaptação para a formação de um fundo de financiamento que subsidiasse esses projetos. Acho que tinha algo sobre isso não sei se foi para frente, mas depois do federal tem os fundos municipais e eles que têm que estar disponibilizando esses recursos. Teve o recurso federal para alguns programas mais gerais que eram aplicados, mas não era específico para atendimentos individuais como pode ser feito na ATHIS.

- O que falta avançar na legislação ou na qualidade dela?

Deveria ter, como em outras legislações, alguns itens específicos para atualizar ou aprimorar a necessidade e entrega de financiamento para os municípios que precisam. Tem que ter uma continuidade. às vezes é preciso ter essas exigências. É o que seria natural.

RECURSOS (custos financeiros)

- O morador paga (com seus recursos ou com financiamento) algum valor para a realização? Como é pago a obra (materiais e mão de obra)? Como é realizado o pagamento do serviço profissional do arquiteto?

Eu vou pegar os programas de financiamento como exemplo. Temos o Minha casa, minha vida entidades, não construtora, a associação recebe o recurso administrado pela Caixa Econômica Federal que é advindo de uma medição de obra e projeto. O recurso era dividido conforme nossas planilhas de valores, cronogramas e custos de infraestrutura e tudo mais. O que era medido pela caixa na obra era a porcentagem de execução que liberava o dinheiro. Havia limites para essas porcentagens, valores mínimos a serem seguidos. Recebíamos o dinheiro na conta da associação de acordo com o contrato assinado com a caixa em determinados projetos e a coordenação administrativa do movimento, associação, que realizava os pagamentos de materiais, mão de obra, encargos e tudo mais, como pagamento da assessoria técnica, dos profissionais de arquitetura, engenharia, técnico social e quem mais estivesse

contratado para aquele determinado serviço. Isso num programa muito mais a nível nacional, que possui um recurso específico para esse projeto. Outros programas também foram assim, mudando poucas coisas, mas a entidade e a instituição sem fins lucrativos é quem capta esse recurso para gerenciar tudo isso. O nosso trabalho como assessoria técnica vai além do projeto e formação, mas também no acompanhamento e formação para essa administração da obra, em que alguns movimentos não estão tão capacitados em realizar. Tem alguns financiamentos que são federais e alguns municipais, que disponibilizam o financiamento de materiais para alguma reforma de moradia social que precise de melhoria ou legalização de forma individual. O governo disponibilizava o valor que pagava assistência técnica. Em São Paulo teve 2 momentos em que tiveram programas de reforma que recebíamos financiamento do próprio governo para determinados projetos. Então normalmente o recurso é de algum programa. Em grande parte das vezes é do próprio contratado pelo governo que está recebendo os benefícios e paga o profissional, mas também tem vezes que vai direto. Tem alguns escritórios menores que são contratados por moradores que juntaram alguns recursos e pagam pelo serviço de assessoria para solucionar um problema que surge na parte coletiva, como por exemplo mofo nos corredores de conjuntos habitacionais. Isso acontece numa faixa um pouquinho mais elevada que tem essa possibilidade.

- Como é feito a captação de recursos?

pulou

- O projeto possui parceiros ou patrocinadores? Como ocorre essa parceria?

Sim, trabalhamos com financiamento de governos, mas alguns recursos de entidades de fora do Brasil. No Brasil nunca tivemos parceria a não ser das próprias associações. Recebemos alguns recursos da fundação Ford e outras entidades que não são brasileiras, mas hoje em dia não temos mais.

- Teve auxílio público para a aplicação da ATHIS?

Tivemos uma ocupação de 9 de julho, de São Paulo, em que o governo esteve junto, era no período da Marta. Teve no pro-centro. Naquela época eu tinha uma meta de trabalhar em ocupações no centro e havia um trabalho conjunto com outras assessorias e alguns técnicos da prefeitura (pro-centro, setor de habitação dentro da prefeitura) que possuíam recursos pequenos para pagar projetos e algumas melhorias em ocupações. Então teve, naquela época, um auxílio público, que era dentro desse setor do centro, que não tem mais, mas que tinha esse valor pequeno e específico para projeto de obras que eram necessárias. Um valor baixo e muito específico. Tivemos um pouco de auxílio em Susana. Dentro do que temos vivido, esse auxílio para ATHIS é muito pouco. Geralmente vem junto de algum programa maior em que a assessoria técnica está agregada e é necessária para efetivação da aplicação financeira do programa.

- Conhece algum fundo para a aplicação da ATHIS?

Os fundos que utilizamos e conhecemos não são especificamente voltados para assessoria técnica, mas é junto com os que vão ser beneficiados. Então é isso, na

prefeitura de São Paulo tem um fundo. No outro governo federal, tinha o Fundo para Habitação Social (FINIS), que tinha o arquiteto e assessoria técnica, mas que era voltado para a produção e não especificamente para assessoria técnica.

PANDEMIA (COVID 19)

- Como a pandemia impactou no projeto?

Impactou muito, as reuniões presenciais, com o movimento, coordenações, com o povo, com tudo. Nos órgãos públicos os processos pararam, tanto que os que estavam em andamento e que precisávamos dar entrada ficou parado. Internamente paramos de ter o contato presencial, até retornarmos, impactou muito até mesmo na questão da remuneração. Foi um período terrível para nós e todos os profissionais sobreviverem. Impactou muito nos projetos que estávamos. Teve 4 lideranças que atuávamos que acabaram morrendo por causa do COVID. Foi um período triste de parada e de prejuízo de uma forma geral, abalo emocional. A obra, que havia 2, ficou parada por um tempo, mas depois foram liberadas, mas bem devagar. As empresas, funcionários, as pequenas empreiteiras que funcionavam, disponibilizavam um número muito menor de profissionais. Já o nosso acompanhamento não foi liberado e entendíamos que era um risco grande. Depois de alguns bons meses, quem não tinha filho, não estava grávida, sem doença auto imune, fizemos uma selecionada e perguntamos quem se atreve a ir realizar alguns acompanhamentos. Na realidade, continuamos acompanhando no meio da pandemia, mas de uma forma mais leve na questão da presença. Quando entrou as questões virtuais, de fazer as reuniões virtuais, isso foi crescendo de tal forma que conseguimos fazer, muitos tinham dificuldade, quase todos com internet, quem não tinha, buscou. Fomos nos adaptando a uma forma virtual de reuniões. Só que os órgãos públicos não demoraram muito mais tempo para retornar, a prefeitura, a própria Caixa. A Caixa, depois de quase dois anos, é que estamos conseguindo ter reuniões presenciais lá. Foi muito tempo e teve várias alterações na estrutura. Isso foi muito prejudicial para nós. Dos projetos, não conseguíamos algumas aprovações, tínhamos que pedir mais prazo. Conseguimos realizar algumas coisas com o financiamento do CAU. Tudo de forma virtual. Foi uma forma de expandir um pouco nesse momento complicado. Mas impactou bastante.

- Alguma alteração devido ao distanciamento será mantido nos próximos projetos?

Nos habituamos a fazer as reuniões online, não é tão produtivo, mas devido às distâncias que percorremos em São Paulo, percebemos que ganhamos tempo com isso. Realizamos reuniões virtuais com os movimentos também, mas eles preferem presencial. Alguma alteração que vivenciamos é que essa prática de reuniões virtuais ficou mais bem vista e possível, não só entre nós e o movimento, mas entre os fornecedores e órgãos públicos. Os órgãos públicos se arrumaram de forma a permitir o encaminhamento digitalmente. Teve um ganho quanto a agilidade em algumas coisas, mas tentamos priorizar o presencial.

ESPECÍFICAS (perguntas adicionais a serem feitas aos entrevistados)

- AMBIENTE ARQUITETURA – profissional

- Na sua opinião, é possível ter lucro em trabalhos com ATHIS?

É meio difícil, eu não reconheço como lucro financeiro, de um possível retorno para o nosso trabalho, mas sim como um resultado de **sobrevivência e satisfação profissional, social e política** para o que é feito. Eu venho falando muito ao longo dos anos, sobre qual é o lugar que temos como arquiteto na construção de moradia, trabalhando com urbanismo, nessas intervenções nas cidades. Que lugar temos para essa nossa atuação? É junto com os movimentos e população para que seja viável? Isso são coisas que não pagam para a gente. Lucro é um resultado. Então, para a gente sobreviver apenas com o trabalho de ATHIS é possível, mas é muito difícil. Quase todos que trabalham com isso possuem outra atividade, que pode estar interligado, sendo professor, buscando bolsa para estudar a teoria que é super importante assim como a prática, ou podem ter alguns “bicos” para poder sobreviver. Nós na Ambiente buscamos trabalhar duro em todos os sentidos e frentes, nunca fugindo dos nossos objetivos e do que acreditamos. Temos conseguido, por exemplo, ao longo desses anos com muita dificuldade, mas num entendimento fundamental que somos profissionais e não temos que trabalhar de graça. Podemos fazer valores possíveis e viáveis, mas precisamos ser remunerados e sobreviver. Não estou falando de lucro, isso é difícil.

- Qual a média salarial de seus clientes?

Pulou

- É possível sustentar um escritório apenas com atividades de ATHIS?

Quem faz essa opção tem que ter uma meta muito clara, não pode deixar de pensar no que eu já falei, somos profissionais e precisamos lutar por nossa categoria, para que todos (os movimentos e governos) entendam que precisamos ter a nossa remuneração. Só um parêntese de algo que aconteceu no nosso dia a dia. Outro dia estava na área da Caixa, que estavam cobrando algumas coisas e uma pessoa do movimento falou: ‘vão lá ver a nossa obra, como está bonita’ demonstrando o orgulho, que também temos, ‘vai lá perceber que conseguimos’. Tinha uma questão com o dinheiro. O funcionário respondeu: ‘não podemos ir porque foi cortado a hora extra’. Eu não deixei de pensar sobre a postura dos profissionais que trabalham com isso. Retruquei: ‘Então eu não vou mais no terreno porque a caixa demorou para pagar e não vai pagar por ir agora’, é essa a postura de um profissional que trabalha com HIS, sendo ele do Caixa, do governo ou de qualquer outro lugar. Não é possível. Foi desconfortável, mas precisa ter esse entendimento que é preciso de uma entrega maior. De falar os moradores que eles não vão comparar a cerveja para pagar uma plotagem que é necessária.

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO ANDREIA F. MUNIZ

APRESENTAÇÃO

A Arquiteta e Urbanista Andreia Fernandes Muniz é formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2005, especialista em Gestão Eficaz de Obras e Projetos pela Universidade Cruzeiro do Sul de São Paulo (UNICSUL) em 2010, possui curso técnico em Estradas pelo IFES (1997), mestrado em Engenharia Civil pela UFES (2012) e doutorado no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFES na linha de pesquisa estudos Urbanos e Regionais, tendo sua área de estudo em Habitação Social (2019-2022). É professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV) e membro do grupo Dignidade Urbana do Mestrado em Arquitetura e Cidade da UVV, registrado no CNPq; da Diretoria do IAB-ES (2020-2022); do grupo BrCidades Núcleo ES; do grupo ATHIS (Núcleo de Arquitetura e Urbanismo da UFES). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Viana/ES (CMHIS) representante da categoria Conselho Profissional. Sócia filiada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ). Atuou em Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social na capacitação de profissionais em parceria com a CODHAB-DF e IAB-DF. Foi professora do curso de Engenharia Civil da Associação Educacional de Vitória (FAESA), do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Brasileira (MULTIVIX-Vitória), professora substituta do curso de Construção Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), professora do curso de Design de Interiores (SENAC-ES), professora do curso técnico em Edificações (SENAI) e arquiteta atuante em Escritório de Arquitetura e Projetos. Atua como arquiteta na área de Construção Civil, participando da concepção, criação e construção de edificações destinadas a diversos usos (residencial, comercial, industrial e institucional). Foi Assistente da Coordenação Geral da Área de Humanas e Ciências Sociais-UVV (2021), Coordenadora do laboratório de projetos - Núcleo de Estudos e Práticas em Arquitetura, Engenharia e Design - NEP-UVV (2017-2020) onde desenvolveu projetos de pesquisa e extensão em áreas de interesse social, em especial a habitação social. Premiada em primeiro lugar em 2016 e 2018 com o Prêmio de Inovação Acadêmica (Inova UVV) com os projetos "O ambiente de estágio em Revista" e "Adote uma Casa". Foi finalista entre os três primeiros colocados do Prêmio BIM Sinduscon SP 2019 com a disciplina de Compatibilização e Gestão de Projetos. Recebeu em 2019 o 1º lugar do Prêmio Sinepe em Ação pelo projeto de extensão Adote uma Casa, que realizada assistência técnica em projetos e reformas de moradias localizadas em áreas de interesse social. Ministra ou já ministrou as disciplinas de Ateliês de Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (Habitação Social, Edificação Hospitalar), Topografia e Geomorfologia, Projeto de Arquitetura (Edifício vertical multifamiliar, Edificação Escolar, Residencial Unifamiliar e Edificação Hoteleira), Orçamento de Obras civis, Instalações Hidrossanitárias, Saneamento, Compatibilização e Integração de Projetos e Obras, Gerenciamento de Projetos e Obras, Construção Civil e Processos Construtivos, Materiais de Construção e Desenho Arquitetônico.

CONCEITO (compreensão da percepção do entrevistado)

- Na sua opinião, do que se trata a ATHIS? O que ela abrange?

A assistência técnica em habitação de interesse social estabelece diferentes formas de ser feita e diferentes agentes participantes, eu conheço bem a lei e ela fala que a assistência técnica pode ser feita através de produção, reforma, todas as modalidades diferentes e também pode ser feita de diferentes agentes. Dentro da área de habitação de interesse social a assistência técnica envolve desde uma acessória a uma comunidade, coletivos e famílias, até a produção do objeto em si, da arquitetura. Então a lei de assistência técnica é bem clara quanto ao que é ATHIS e quem pode fazer. Então pra mim, aqueles parâmetros da lei é o que é efetivamente assistência técnica, é claro que a lei é bem abrangente e ampla, não especificando como trabalhar.

- O que os programas de ATHIS tentam desenvolver ou solucionar?

Eles tentam desenvolver ou solucionar, dentro das suas áreas, porque existem diferentes formas de ATHIS, existe a extensão universitária, os escritórios que fazem ATHIS, o poder público que faz a assistência técnica, a gente tem experiências pelo Brasil. Então é dentro das suas devidas áreas, seja na academia, na iniciativa privada ou poder público, a gente tenta estabelecer parâmetros de recorte, vai trabalhar com reforma, vai trabalhar com produção, vai trabalhar com assessoria coletivos ou movimentos sociais, então é o que a norma elenca em seu texto, assessoria de movimentos sociais e famílias individuais, é trabalhar em parceria com o poder público. Então cada um tem a sua área e tenta fazer o máximo possível, já que fazer ATHIS não é fácil. Fazer ATHIS é difícil, se fosse fácil tinha um monte de gente fazendo.

- Na sua opinião, qual o público que mais precisa dessa atividade?

É a renda de 0 a 3. Lá no déficit habitacional brasileiro, a gente tem as faixas de renda familiar, então a gente tem a renda de 0 a 1, de 0 a 2 e de 0 a 3. Então a assistência técnica foi feita para esse público de 0 a 3 salários mínimos.

[Mas você acha que tem algo específico dentro desse 0 a 3 salários mínimos? Vulnerabilidade, etc] - É tem né, porque quando a gente fala de 0 a 3 salários mínimos, estamos falando de uma renda, hoje, de 3 mil e poucos reais. Então, a gente sabe, pelo déficit habitacional brasileiro, que até 0 a 2 na verdade, a maioria das famílias estão enquadradas nisso, não chegam a 3 salários mínimos. Então são pessoas que têm baixa renda e já estão sujeitas a vulnerabilidade alimentar, social, então é um conjunto, a renda define muita coisa, o acesso ao bem, ela define tudo.

- Qual o papel social do arquiteto?

Eu acho que é pensar em alternativas para problemas. Às vezes eu vejo muitas palestras em que as pessoas começam a discutir o problema, mas o problema já existe, o que precisamos discutir é as soluções para o problema. Então assim, o grande papel social do arquiteto, é discutir e propor alternativas para determinados problemas, seja a assistência técnica pra coletivos ou para famílias individuais. Eu acho que na área da assistência técnica o papel social é imenso, é

grande, mas é principalmente propor alternativas, dentro da habitação social, para que esse problema seja mitigado, porque é um problema muito grande. Então assim, os arquitetos, muitas vezes, não discutem política, e **atuar na ATHIS é discutir política**. A gente tem uma lei, que ela foi elaborada pelos deputados, então é preciso atuar nessas áreas, discutir essas coisas, pra poder pensar na base, no problema. Então eu acho que o maior papel social do arquiteto é propor alternativas e soluções para o problema e não ficar discutindo o problema.

REFERÊNCIAS (em quem ou no que se baseou)

- Quais foram as referências que subsidiou a sua prática? Livro, exemplo aplicado, ação, curso ou experiência?

A tem Santa Catarina, Brasília, a CODHAB, eu conheço o pessoal de lá, a Sandra e o Gustavo. O pessoal de Brasília é muito fera na assistência técnica, então foi uma referência pra gente. Tem a prefeitura do Conde que também foi uma referência. Então a gente foi Santa Catarina, Brasília e o Conde, sempre se inspirou muito na CODHAB em Brasília, a gente buscou essas referências e as referências da década de 90, 89, final da década de 80, os escritórios que atuaram, tais como a Usina arquitetura e a ONG Peabiru⁶, então essas são as grandes referências que a gente tem.

ATORES ENVOLVIDOS (Participantes, atores, patrocinadores e público)

- Quem são os participantes das ações desenvolvidas?

No nosso caso o projeto é via extensão, então assim eu falo do projeto, porque ele deu uma parada por causa da pandemia, a gente parou 2019, aí veio a pandemia, 2020, ficamos anos parados, agora que ele tá voltando. Então assim, a nossa participação é via alunos, estudantes e professores, tendo o envolvimento de alguns atores externos, parcerias nos territórios que a gente atuava, a gente tinha fundações envolvidas, até porque você não consegue fazer ATHIS sem parceiros no território, você precisa disso, então a gente basicamente atuava com os professores, estudantes e com os parceiros no território.

- Quais os critérios para seleção do público que será atendido pela ATHIS?

Você está perguntando do projeto geral?! No caso, no projeto, os critérios são: a **casa** tem que ser **própria**, não pode ser emprestada ou alugada, estar localizada em zona de baixa renda, com **renda de zero a 3 salários mínimos**, de preferência que sejam mulheres ou idosos. **Não pode ter conflito familiar**, que possam atrapalhar nessas ações, então esses eram os nossos critérios aí né

⁶ <http://www.usina-ctah.org.br/sobre.html> acessado em 18/04/2022 as 19:00

http://www.peabirutca.org.br/?page_id=29 acessado em 18/04/2022 as 19:04

- Qual a média salarial dos selecionados para receber a ATHIS?

De zero a 3 salários mínimos.

- Quantos moradores estavam em áreas de risco?

A gente não pode fazer ATHIS em área de risco, se você falar de área de risco tem vários tipos, tem risco social, tem deslizamento, desmoronamento, mas todas desenvolvidas estavam em ocupações regulares, a gente tinha 2 casas que eram em áreas de alagamento, então ela, acho que a casa 2 e casa 3, ficava perto de uma área ocupada e de maneira informal na década de 80, era um Mangue, então essa área larga, já que era um Rio, mas não alaga todo dia, quando a maré sobe que ficar alagada. Todas elas não podem estar em área de, por exemplo, de que vai ter que ter remoção da família, desabamento, isso aí não, porque se não a casa também se perde. Então assim, em área de ocupação informal a gente tem todas elas.

- Quantos moradores encontrava-se em vulnerabilidade social?

A vulnerabilidade social em relação à renda era de todos. Todos eles não possuem condições de reformar sua casa. Então assim a gente já encontrou famílias na questão problemas aí com entorpecentes, isso aí existe mesmo, problemas familiares, mas a vulnerabilidade é quanto a renda mesmo, não ter acesso aos direitos básicos.

- Como ocorreu o primeiro contato com a comunidade ou morador?

A gente procurou trabalhar sempre com parceiros no território, às vezes uma pessoa que era muito atuante no território, uma liderança que a gente entra em contato e tenta entrar via liderança comunitária, uma fundação beneficente que atua dentro do território, a gente tenta entrar via fundação beneficente, também via igreja. Então a gente sempre procurou entrar com alguém que já é atuante no território, porque se você entrar no território, se apresentar e falar o eu vim ..., assim não dá certo. Então tem que entrar com um parceiro sempre, ou liderança comunitária, ou alguém que desempenha esse papel e é muito conhecido, ou alguém que é de uma igreja, ou também alguém que tem uma fundação já lá dentro de assistência social, sempre assim.

- Quem realiza a ATHIS (obra)? Quem fica encarregado?

A gente sempre fez diferente, fazia completo, até o final, projeto, planejamento, gestão e obra.

APLICAÇÃO (Projetos/procedimentos/etapas/prazos)

- Quais foram os primeiros passos para a estruturação do processo?

Para estruturar você precisa de apoio institucional, então você começa com o projeto de extensão, você o escreve e busca apoio, porque você precisa primeiro ter o respaldo institucional. Escrever o projeto, fazer a proposta, descreve com que vai trabalhar e depois você começa, isso demorou mais ou menos um ano, para poder estruturar institucionalmente, aí depois ele vai caminhando, não é fácil fazer.

- Como são desenvolvidos os projetos de ATHIS? Método/etapas?

Os métodos e etapas, depois no artigo que eu vou te mandar, esta bem detalhado no artigo, publicou em 2019 no projetar, então a gente começa primeiro com a etapa de planejamento, que é a identificação do território e do morador, então essa etapa demora muito tempo, em torno de 4 meses pra poder identificar a família, depois que a gente identifica a gente passa para a parte de levantamento, depois de levantamento das informações físicas da família a gente parte do projeto, a gente faz projeto e o apresenta, depois arrecadamos recursos financeiros e, por fim, a gente começava a contratação da mão de obra e a realizava. Sempre concluía o processo, serviço completo.

- Quais os dados que devem ser levantados para um projeto de ATHIS?

Os físicos e os sociais, então sempre devem levantar a situação e o perfil da família que é o social que a gente fala. O físico da habitação envolve não só o projeto de arquitetura, mas sim o estrutural, elétrico e hidráulico. Então com o físico e social você consegue montar o quebra-cabeças, é assim que são os dados de entrada.

- Quais os prazos estipulados para cada etapa?

No caso da gente, trabalhamos numa universidade, então trabalhamos em períodos de um ano, para termos 2 semestres: o primeiro semestre era sempre identificar e levantar a família, além da realização do projeto; e o segundo semestre era a execução. Realizando assim uma casa por ano, no mínimo.

- O público alvo participa da tomada de decisão?

Sim, na etapa de **projeto e briefing**⁷, que é o levantamento das informações sociais que são fundamentais, onde identificamos o problema, verificamos com a família, depois realizamos o projeto baseado na percepção do arquiteto e da família, apresenta e verifica se tá *okay* para a segunda parte, até porque tem que compatibilizar com o financeiro, com a execução, verificar se é viável ou não. Sempre com participação, não pode intervir na casa de alguém, sem a pessoa participar, independente da renda.

- Foi previsto a utilização de materiais sustentáveis ou reutilizados?

Eu acho que não, lembro de ter uma vez a gente ia fazer uma horta vertical, faz muito tempo, mas acho que não foi pra frente, teve um que previmos a utilização de pet na horta vertical. Eu lembro lá no início, também foi previsto o uso de pallets como mobiliário. Foi pensado mais em elementos decorativos e não na construção.

- Qual e como foi a primeira intervenção realizada?

⁷ *Briefing* - é um conjunto de informações ou uma coleta de dados passados em uma reunião para o desenvolvimento de um trabalho ou documento.

Foi a casa um, de uma senhora idosa, tá até no nosso site lá, pode entrar no site que você vê, a dona Lourdes, uma senhora idosa que morava sozinha.

- Foi possível seguir o cronograma previsto para a realização? Se houve atraso, qual o motivo?

Claro que tem, ATHIS é assim. Você trabalhando com recursos de doação, que é o nosso caso, é lógico que vai ter atraso, você define a obra em função da doação, do que você recebe. A gente começava a obra com o percentual dos recursos financeiros, depois a gente ia encaminhando a obra junto com as doações, aí você desacelera a obra ou acelera, sempre vai ser assim quando você trabalha com doações.

- Todos os projetos foram realizados com profissionais especializados (pedreiro) ou teve casos de mutirão e autoconstrução?

Não teve, a gente queria participação, mas não conseguimos, as pessoas trabalham no horário da obra, tem o emprego para se manter, pessoas idosas e não dava pra ajudar. O sonho era mobilizar a família para participar da construção, mas não conseguimos. Falo isso em todas as palestras: 'fala aí quem fez, quem consegue, desenvolve um método de participação social, de como faz pra construir'. Lá na década de 80 e 90, o pessoal da USINA, fazia isso brilhantemente, e os movimentos sociais de São Paulo, que são referência no Brasil em autogestão e participação dos moradores. Quem faz isso está de parabéns.

- Quantos projetos já realizaram? Quantos e como foram aplicados?

Pulou – 5 projetos

- Quantas pessoas foram contempladas?

Pulou – 5 famílias

- Dentre os projetos realizados, qual o ambiente com mais necessidade de intervenção?

Nossa, a casa 4, foi praticamente reconstrução, é incrível o antes e depois, tinha parede podre de lajota, destruição de muro, basicamente reconstrução, não foi nem reforma. Cômodo: Na verdade, quando você trabalha com habitação de interesse social, em que a pessoa tá numa situação muito ruim, quanto a habitação e sua estrutura física; então, muitas vezes, o que vem pra ela é benefício. As pessoas não costumam pedir, o sonho é a casa toda, e assim, às vezes você resolve um cômodo e o outro está com problema, então não dá pra resolver um ponto, sempre falo isso nas palestras, não tem com você chegar ver o estado da casa e resolver só um cômodo, vendo que o resto tá vazando. Por isso, o que a gente sempre tinha como meta era o telhado, a nossa meta era essa, não era o cômodo, não como você tá falando, pedirem um ambiente, se você resolve o telhado, você estanca a água e resolver diversos problemas. Então a gente tinha como meta o telhado.

- O que o(s) morador(s) buscava quanto ao serviço?

Você tem muito a questão de quererem viver de forma adequada. Sempre tinha uma expectativa quanto a casa deles, de estar em um local com conforto e salubridade. A expectativa de como ia ficar pronta.

- Foi utilizado materiais sustentáveis ou reutilizados?

Usamos *pallets*⁸ em mobiliários. A horta com garrafa pet testamos só no 3D⁹, mas não foi pra frente.

- Houve alguma mudança no processo entre a primeira e a última ATHIS realizada?

Claro, se melhora. Então, na última, já tinha uma profissionalização muito maior, processos, métodos, planilhamento pronto. O primeiro você tá ali experimentando e testando, se erra muito, depois você começa a trabalhar com uma gestão completa de como deve ser o processo. Com a seleção da família, planejamento, projetos, aí você vem para etapa de contratações, porque você vai ver lá no nosso artigo, fazíamos tudo, o orçamento, cronograma, pagamento de mão de obra, tudo.

- Já realizaram algum tipo de retorno nas atividades já entregue para verificar como está a obra e coletar a percepção do morador depois de algum tempo?

Já, nas primeiras já. Depois da pandemia, não, sempre voltávamos pra olhar, às vezes assim, deu um problema em alguma coisa, a gente olha, tem que ter um retorno. Mas fazer um estudo detalhado sobre isso, não, pois veio a pandemia e acabou com todo mundo.

- Houve integração dos órgãos legais (prefeituras)? O que foi preciso encaminhar?

Não, é reforma.

- Qual a perspectiva para o futuro?

Esse período de agora, a partir de 2022, era a retomada, outra pessoa assumiu o meu lugar e tem um planejamento de se reinventar, de atingir mais pessoas. Quando eu repassei as funções, eu falei, que era para repensarmos como fazer isso, o projeto, como atingir mais pessoas, só a casa individual é uma família atendida, existem formas de atingir mais gente com outras formas da ATHIS, a lei é muito ampla, ela fala que dá para trabalhar com ATHIS com isso, isso e aquilo, com essas atividades. Então é uma casa por ano, é legal? É, mas é só uma. Então a **ATHIS, ela precisa atingir massa**, a massa que eu falo é muitas pessoas. É claro que se você faz um excelente trabalho atingindo uma, é relevante, tanto que temos 2 prêmios, um estadual, fora os destaques que tivemos, mas tem que atingir mais

⁸ *Pallet* (do francês palette) é um estrado de madeira, metal ou plástico que é utilizado para movimentação de cargas. - <https://www.guacupack.com.br/o-que-e-o-pallet-e-para-que-serve/> acessado em 13/05/22 as 11:03

⁹ 3D – imagem em 3 dimensões que demonstra um objeto ou imagem de forma mais realista e com profundidade.

peças. Se você olhar o déficit habitacional vai falar que são 7 bilhões. É preciso ter mais pessoas, acho muito legal a forma que Brasília trabalha, que tem um pessoal da PANAM arquitetura, atuam em territórios, fazem coisas em espaço público, envolvem a comunidade, é um grupo que atinge mais pessoas. A prefeitura de Salvador faz assistência técnica, eu estive lá no escritório público de projetos, fiz uma imersão em 2019, trabalhamos com projetos de assistência técnica, atingindo muita gente, os números são altíssimos.

EXPERIÊNCIAS (benefícios e dificuldades)

- Qual foi seu primeiro contato com o termo ou prática de ATHIS?

Foi via universidade, aqui onde eu sou professora. Comecei lá em 2015 a ter contato com a assistência técnica via extensão e fui desenvolvendo. Meu doutorado é de habitação social que eu estou fazendo.

Então assim, com relação aos benefícios da prática, ela é muito importante para o arquiteto expandir seus olhares para habitação além da caixa e as dificuldades são imensas para fazer assistência técnica, principalmente quanto aos recursos financeiros. Dentre as dificuldades da assistência técnica, o principal é os recursos financeiros.

- O que você aprendeu com o projeto?

Aprendi muita coisa. Primeiro que a assistência técnica é um método, é uma metodologia. Segundo que você tem que estabelecer uma boa metodologia, ter um território estabelecido de atuação, quanto mais você ser conhecido naquele território, você se insere nele, melhora sua atuação, você passa a ser conhecido também. Outra coisa que eu aprendi é a parte social da família, as emersões, você começa a ver que os problemas estão além da casa, é o arquiteto, às vezes, só enxerga que tem a melhoria habitacional, mas não é isso, quando vem a melhoria da casa, quando vem a assistência técnica tem um monte de problema junto. Então, uma coisa que eu sempre falo, o **pilar** da assistência técnica é a **equipe multidisciplinar**, não se deve atuar sem equipe multidisciplinar. Então assistência técnica é arquiteto, engenheiro, realizar

instalações, então assim sem equipe multidisciplinar não existe assistência técnica. Fazer assistência técnica só com arquiteto não existe. Eu falo isso em tudo que é lugar. Pra mim é isso, equipe multidisciplinar, é território consolidado, é parceiro no território, a família traz um pacote de problemas que o arquiteto acha que vai atuar, mas não é assim, precisa de assistente social, e a metodologia, com tempo bem definido, o que vai fazer, isso eu aprendi nos 5 anos que atuei.

- Qual foi a experiência mais marcante nesse processo?

Para mim, é a etapa da obra. Acho que é o processo que mais marca, no dia a dia é matar um leão por dia. O objeto, a casa, tem muitos problemas, estrutural, hidráulico, elétrico, e quando você fala em reforma, um problema vai puxando o outro,

cada dia aparece um problema, infiltração, entre outros. Então assim, pra mim, é o mais marcante, eram as obras, que é o mais difícil.

- Mudaria alguma coisa no projeto? O quê?

Muita, tanto que agora a gente está repensando. Muita coisa. Vai ser totalmente reformulada, vai vir outra coisa. Aprendemos muito em 5 anos, não dá pra fazer do mesmo jeito. Vamos mudar muito, a individualidade do atendimento, tem que expandir, tem que ser coletivo.

- Qual foi a maior dificuldade de todo o processo ao aplicar a ATHIS?

Captar os recursos financeiros. **Só existe ATHIS se tiver dinheiro**, só existe casa se tiver dinheiro, você não compra um tijolo, não troca a janela sem dinheiro. Tudo, a construção não se faz sem dinheiro, sem os recursos financeiros, não se faz com o sonho, com o papel. Eu falo isso pra todo mundo. O projeto, o papel, a família vai ter dinheiro pra fazer aquele papel? fazer o projeto? vai ter dinheiro? É recurso financeiro. **O grande problema da ATHIS no Brasil é a captação de recursos financeiros**. Se tiver dinheiro, montante, fluxo contínuo de recursos financeiros, você faz um monte, sem dinheiro você não faz nada. O mais difícil na ATHIS é a captação de recursos financeiros, é o dinheiro, de onde vêm as fontes.

- E qual foi a sua maior dificuldade?

A minha, de todas que eu falei, assim, foram os entraves em relação a recursos financeiros, entrando, tentando entrar e você com a obra em andamento. Pra mim, a maior dificuldade, hoje, eu vou tocar nessa tecla, e eu sei projetar, muito bem, eu sei fazer uma obra com o dinheiro, sem dinheiro não sei fazer obra. **É muito difícil fazer obra sem dinheiro, pra mim é a maior dificuldade**.

- Na sua opinião, o que a aplicação da ATHIS melhorou na qualidade de vida do morador/comunidade?

Tudo, você **melhora a salubridade, conforto térmico, dá a qualidade de vida total** aquela pessoa. Uma **intervenção simples**, que é **revestimento, teto e piso**, piso, teto e parede, você melhora tudo, você **muda a vida** de tudo, da pessoa inteira.

- Percebeu alguma mudança no entorno da ATHIS que poderia estar vinculada a sua ação?

Não percebi isso não, difícil.

- O que poderia ser melhorado para evitar a desinformação desta prática?

Há muito. Primeiro, eu sempre falo isso nas palestras, tem que falar, tem que existir meios de **divulgação, de diálogo**, com a população de baixa renda, porque é a ela que interessa assistência técnica. Então a informação do direito à assistência técnica tem que ser levada a população de baixa renda, elas não sabem, **às vezes, a lei existe, elas não sabem que têm direitos**, pra você ter ideia, elas não sabem o que faz um arquiteto. Não sabem. **Não sabem a diferença de um arquiteto pra engenheiro**. Eu acho que a informação sobre a **assistência técnica não tem que ser entre os arquitetos** nas palestras, **tem que ser lá na base**. Eu até falei na palestra uma

vez, falei nos grupos que eu participo, a gente tem que fazer uma campanha para a população de baixa renda, não é falar e fazer campanha pra dizer o que é ATHIS, que arquiteto está cansado de saber o que é ATHIS, o poder público sabe de sobra o que é ATHIS, mas a base não sabe.

- Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na prática da ATHIS?

Eu acho, que um ponto assim, o envolvimento das comunidades, coletivo, o envolvimento individual, estamos vivendo numa era que as pessoas estão se afastando dos movimentos comunitários, a gente está vivendo uma época de uma individualização muito grande, então sem a mobilização, não dá pra fazer ATHIS, não dá, sem o coletivo. Por isso que eu falo muito: como é legal ver os movimentos sociais de São Paulo, os movimentos de moradia são louváveis, como eles conseguem fazer aquilo que eles têm feito, assim brilhantemente, eles estão de parabéns. Porque mobilizar pessoas é muito difícil! Para mobilizar individualmente famílias, mobilizar coletivos, pra mim, o que tem que ser **melhorado é a mobilização**, para ter a prática da ATHIS.

LEGISLAÇÃO (o q facilita e o quais os entraves)

- A lei 11.888 foi aplicada no decorrer do projeto?

Claro. Toda. É a base.

- Qual o impacto da lei 11.888 na aplicação?

A lei é muito subjetiva. Eu escrevi um artigo sobre isso. Eu falei assim, gente a lei é muito subjetiva, ela te fala os parâmetros legais e quem constrói, quem desenvolve as modalidades, quem efetivamente define a forma de trabalho é quem for atuar. Então assim, a lei é muito ampla e subjetiva. Então você lê e fala: quem pode fazer ATHIS e quem tem a responsabilidade, é isso que diz a lei, a lei só diz isso.

- Na sua opinião, como é aplicada a lei e como ela deveria ser aplicada?

Primeiro que a lei diz que o poder público teria essa responsabilidade, fala também que existem formas diferentes de fazer ATHIS, mas a lei não é aplicada. No Espírito Santo, a gente tem todos os municípios e nenhum deles tem assistência técnica, de 70 e poucos municípios, nenhum têm. Então assim, eu não sei aí, a gente tem referências no sul do Brasil, mas **via poder público ela não é aplicada**, está muito distante do que diz a lei. Como ela deveria ser aplicada? começar pelas prefeituras né?! Teve uma campanha, linda, do IAB, 5.535 municípios com ATHIS, durante as eleições, era o que o IAB queria. Pra mim deveria ser isso, 5 mil e poucos municípios com assistência técnica. **A lei deveria ser aplicada começando pelo poder público.** No então está ao contrário no Brasil, começa pelas universidades. Se a sociedade parte, dá o início, o poder público não se desvencilha. O maior montante do dinheiro está lá no poder público, tá com a sociedade civil também. [.. CAU financiando.] Está financiando, mas os recursos são pequenos, se você falar da ordem de milhões, por ser um problema de milhões, dependendo do município, não dá pra mobilizar esse recurso, você precisa do poder público.

- Percebe alguma lacuna na legislação atual? Mudaria, retiraria ou acrescentaria alguma coisa?

Isso eu discuti muito nos grupos. Eu falo que ela tinha que ser reescrita e mais detalhada, ela é muito subjetiva e ampla. Aí todo mundo tem que criar formas de se fazer ATHIS. A lei é curtinha, pequenininha, pouquíssimas páginas.

- O que falta avançar na legislação ou na qualidade dela?

Na qualidade, ela tinha que vir contemplando mais a questão do perfil da população, a demanda, detalhando mais as modalidades, dando a noção, ela tinha que vir mais falando um pouquinho das fontes e dos recursos financeiros. Então ela não fala muito disso, das fontes, ela não detalha, então pra ser lei, quando você institui uma lei federal os municípios começam a se mobilizar no entorno daquela lei. E ela não devia ser assim, igual os municípios. O município tem que “colocar em prática uma legislação federal que já existe” gente, é uma legislação federal, ela devia ser aplicada automaticamente, ela devia ser assim: município você tem que fazer, mas não é assim que acontece. O município tem que aceitar, votar, pra saber se a gente vai aplicar ou não. Então tem muita coisa, tem que reescrever aquilo lá, ampliar.

RECURSOS (custos financeiros)

- O morador paga (com seus recursos ou com financiamento) algum valor para a realização?

Não. O nosso não. Nada, zero, **tudo doação**. 100% doado.

- Como é feita a captação de recursos? Como é pago a obra (materiais e mão de obra)?

Por **iniciativa privada**, doação, parceiros, empresários, comércio, dessa forma. A gente já mobilizou o recurso da obra.

- Como é realizado o pagamento do serviço profissional do arquiteto?

Sempre trabalhamos certinho, com nota fiscal. O arquiteto, por exemplo, eu coordenei o laboratório, tinha 2 professores arquitetos, então o que vai acontecer, nós recebemos carga horária da universidade, então somos vinculados à universidade, somos professores, funcionamos como tutores dos alunos que desenvolvem as tarefas, é extensão, eu sou funcionária de uma instituição que desenvolve a ATHIS.

- O projeto possui parceiros ou patrocinadores? Como ocorre essa parceria?

Tem. Nossa, lá no site tinha muitos, a gente mobilizava, assim, tinha a conta bancária, aí tinha doação via conta bancária, tinha o dinheiro, doação via materiais, muita, a doação via mão de obra da empresa, funcionários pegavam um dia e iam trabalhar lá na pintura, por exemplo. Existem várias formas, tem que ligar, estabelecer parcerias, dar contrapartida, o retorno que vai dar para a empresa, visibilidade, e aí ver o que vai ser a troca, se vai ser em material ou dinheiro, era dessa forma que trabalhávamos até 2019, não iremos trabalhar mais dessa forma.

- Teve auxílio público para a aplicação da ATHIS?
Só do CAU/ES, patrocínio uma casa.
- Conhece algum fundo para aplicação da ATHIS?

Já teve essa discussão nos nossos grupos de pesquisa, a criação de um fundo, como é que seria esse fundo. O IAB discutiu muito isso, a criação desse fundo e como é que seria. Mas por enquanto eu desconheço. O que tem é o fundo de moradia comum, que nem sei se nesse governo está ativo, como é que está funcionando. Mas eu desconheço.

PANDEMIA (COVID 19)

- Como a pandemia impactou no projeto?

Tudo. **Ficamos mais de 2 anos parados**. Sem ir nos territórios, precisávamos levar os alunos, porque são eles que fazem as atividades. A gente não pode entrar numa casa de alguém com uma pandemia e nem levar ninguém, a gente ficou mais de 1 ano trabalhando tela presencial. Dando aula online, então não tem como. Isso vale pro Brasil inteiro, todas as instituições, nós estamos retornando agora com outro formato, outra proposta, vai vir de outra forma, então parado, totalmente parado, paralisação global.

- Alguma alteração devido ao distanciamento será mantida nos próximos projetos?

Talvez, a gente não pretende mais trabalhar com indivíduos, com atendimento individual, expandir isso mais para coletivo, mais pra parceria com o poder público, estamos indo pra esse caminho. A atuação direta vai ser eliminada.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO SANDRA H. L. BECKER

APRESENTAÇÃO

Arquiteta e Urbanista Sandra Helena Lehnen Becker, é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2008, especialização em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (2014) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2017). Integra a Rede Acadêmica de Planejamento para Pequenas Cidades (RAPPEC). Atualmente é Coordenadora Operacional do Gabinete de Gestão do CAU-RS para Implantação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Rio Grande do Sul desde de 2019. Atuando principalmente nos seguintes temas: Política Urbana, Habitação de Interesse Social, ATHIS, financiamento da urbanização e pequenos municípios.

Dados da coleta da primeira entrevista realizada no dia 06/08/2021

O gabinete de ATHIS, criado em 2019, nada mais é do que uma estrutura que se criou dentro do conselho de arquitetura, focada nessas ações tanto de promoção, de fomento, quanto a divulgação da assistência técnica, aos modos da lei 11.888 de 2008.

Em 2015, aconteceu uma pesquisa do CAU/BR e Instituto Datafolha, com o objetivo de questionar a sociedade brasileira sobre o conhecimento que as pessoas tinham quanto à arquitetura e urbanismo, como a população enxergava o profissional de arquitetura e urbanismo?

Nessa pesquisa, se constatou que dentro do grupo de entrevistados, realizado em todas as 5 regiões, cento e poucos municípios que participaram, realizado em duas etapas, um estudo quantitativo e outro qualitativo, e ali se identificou o seguinte: que dentro desse universo de entrevistados, 54% deles já haviam realizado em sua vida uma reforma ou construção, no entanto apenas 15% contrataram um profissional de arquitetura ou engenharia para a realização dessa obra. Ou seja 85%, desse universo de 54%, fizeram por conta própria diretamente com o pedreiro, mestre de obras, enfim, e ali ele conta as inúmeras justificativas que as pessoas informaram o fato do porquê não procuraram um engenheiro ou arquiteto.

E aí rapidamente, bom, pelo fato de eu não estar dentro do conselho de arquitetura, mas talvez outros conselheiros daquela gestão, podem estar falando com mais propriedade sobre aquele acontecimento. Eu associo essa pesquisa ao fato de, naquele ano, o conselho de arquitetura prever no seu orçamento anual uma porcentagem específica para ações de assistência técnica, a partir dali.

Então, a partir de 2017, todo o CAU/BR e CAU/UF, que chamamos de todas as unidades da federação, passam a destinar 2% de sua arrecadação para ações no âmbito da assistência técnica. Então, a partir dali a gente observa a realização de inúmeros editais em todo o país. O Rio Grande do Sul realizou, no ano de 2017, um primeiro edital destinado às entidades associativas de arquitetos e urbanistas.

Pelo fato de não ter trabalhado neste edital, eu até tenho acesso a ele e até estou escrevendo sobre isso, então a minha fala vai estar um pouco imprecisa em relação a isso.

Mas, oriundo desta chamada pública, houve duas aplicações, uma pelo SAERGS e outra pelo IAB, e ali foram feitas ações de promoções diretas da assistência técnica. Uma delas aconteceu em Porto Alegre, a do SAERGS, no assentamento 20 de novembro, e a do IAB aconteceu no município de São Leopoldo, na ocupação Cerâmica Anita.

Então, claro, cada um deles abordou de forma diferente a aplicação de seus recursos, mas foram esses dois projetos que aconteceram no edital de 2017.

Em 2018, aconteceu um outro edital, que chamamos de “edital de fomento”, esse primeiro era um edital de patrocínio e o segundo foi um edital de fomento, também destinado às entidades, universidades e organizações da sociedade civil, onde a ideia era ações de divulgação da assistência técnica. Então, tiveram 14 projetos inscritos, nesse segundo edital, e ali foram aplicadas em universidades, entidades do estado em diferentes ações, assim, foram bastantes distintas. A gente ao longo de 2019 participamos de algumas presencialmente, mas era mais nesse sentido, divulgação de assistência técnica.

E aí, bom, no final de 2018, a comissão temporária da assistência técnica, instituiu o gabinete de assistência técnica. Então esse gabinete era formado por dois profissionais, um deles era eu, o outro era meu colega o Paulo Soares, atual chefe de gabinete do conselho. Bom, eu tratava mais das questões operacionais dos projetos e eles mais institucionais.

E aí, bom ao longo de 2019 o que a gente fez né?!

A gente recebeu um plano de ação, dizendo que o gabinete deveria realizar ações de diagnóstico, divulgação e fomento da assistência técnica. O que a gente imaginou, bom, partindo do pressuposto que a assistência técnica é uma política de estado, é isso que diz a lei 11.888, bom, vamos se aproximar, dentre digamos assim, o tripé que a gente chama de agentes envolvidos na assistência técnica, que é governo, arquiteto e beneficiários, dos principais agentes envolvidos, priorizamos ações com agentes públicos.

Então, em 2019, tivemos o primeiro protocolo assinado em fevereiro, com a secretaria estadual de obras públicas, onde foram colocadas várias ações conjuntas, entre elas a assistência técnica, teve a aproximação com a associação dos defensores públicos do estado do Rio Grande do Sul, tivemos uma participação em uma assembleia da FAMURS – associação de municípios, onde foi montado um estande e entregue um material rapidamente, porque foi muito rápido, foi bem no início dos trabalhos de 2019.

Começamos a conversar com os agentes públicos, visitamos prefeituras, nessa questão de como eles poderiam estar implementando, porque isso também nos ajudou nessas ações no edital de 2018, que eram de divulgação, participamos de inúmeros eventos, e em alguns desses eventos o CAU teve possibilidade de falar,

então sempre colocávamos, apresentávamos a assistência técnica como uma alternativa de política habitacional, por isso é importante dizer às vezes sentimos no cenário do Brasil, reforçam muito a assistência técnica, mas ela não é a única forma de se fazer política habitacional, ela é uma das formas.

E aí nessa conversa, qual era a nossa fala sempre com o poder público, nós temos esse estudo do déficit habitacional do Brasil, ele demonstra que finalmente o Brasil, digamos assim, nacionalmente, o déficit habitacional é um déficit que chamamos de qualitativo, muito mais de melhoria das habitações do que construção de novas moradias, o déficit quantitativo seria a construção de novas moradias, o que o estudo apresenta é que existe uma demanda muito maior por melhorias habitacionais.

Então a assistência técnica, nesse sentido, ela responderia muito bem a isso, porque você tem uma casa necessitando de uma melhoria e você coloca um arquiteto, porque é algo muito específico, muito pontual, em que se tem uma localidade, com uma moradia, com determinados problemas. Diferentemente de uma construção de uma nova casa, em que é realizado um loteamento, constrói inúmeras casas e que a escala, elas são bastante diferentes entre uma e outra, entre um programa de construção de moradias e um programa de melhorias habitacionais.

Esses tipos de programas, eles têm inúmeros entraves, assim, que observamos que o ministério das cidades, no tempo em que ele existiu, tentaram implementar programas de melhorias habitacionais, mas de fato, ele é um tipo de programa com suas particularidades, porque ele realmente necessita de um profissional que esteja num território, assim como um médico, que está lá atendendo as famílias num posto de saúde, atendendo famílias que residem em um determinado território.

Acabamos associando muito, nesse sentido, fazendo uma analogia com outras políticas, da saúde, habitação, segurança pública, que a assistência técnica, na verdade, se assemelha muito, como por exemplo o programa de saúde, ao SUS. Digamos assim, um programa tanto saúde quanto educação, se formos estudar mais a fundo, percebemos que principalmente a saúde, ela passou nas últimas décadas assim, por constantes atualizações e melhorias operacionais e de gestão pública.

O que possibilitou que o médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, todos os profissionais da área da saúde, hoje em dia, estivesse muito mais presentes na vida da população, porque tem inúmeras infraestruturas criadas, para que esses profissionais estivessem mais próximos da população. Então, acabamos fazendo essa mesma analogia com a assistência técnica.

Por ser muito particular, onde o médico atende uma família e o arquiteto atende aquele domicílio, aquela casa específica.

No final de 2019, trazemos pro conselho profissionais de outras áreas, porque vimos a necessidade de diálogo, não só com arquitetos sobre ATHIS, mas com profissionais de outras áreas. Trouxemos profissionais da área da saúde, da gestão, ciências sociais, e a partir de toda essa movimentação surge o programa casa saudável.

O Thiago, fala de uma forma bastante precisa, onde ele fala que o arquiteto é um agente de saúde. Existe estudos, isso que o CAU, nessa gestão, que se iniciou esse ano (2021) deu pra perceber que o CAU/BR nacionalmente fez uma movimentação de associar a moradia e saúde, não foi só por nós, acho que tiveram vários movimentos nacionais que começaram a relacionar essas duas áreas.

Qual é o nosso pensamento, o SUS levou décadas para ser criado, não temos tempo pra criar um SUS da arquitetura porque vai levar décadas também, para colocar isso e implementar em todas as instâncias. Então, pareceu mais óbvio tentar nos aproximar dessa política e tentar acrescentar um arquiteto dentro dessa equipe de saúde. Há tantos profissionais dentro da estratégia de saúde da família, diferentes áreas, educação física, nutrição, fisioterapia. Colocar o arquiteto e urbanista, que dará respostas a questões da saúde.

Os agentes comunitários e de assistência social, tem uma ficha de cadastro único, ambos fazem levantamento do domicílio, constatando se a pessoa tem ou não banheiro, qual a materialidade, tem esgotamento sanitário, tem acesso a água, enfim. Dentro dessa estrutura já existe a associação entre o ambiente em que essas pessoas vivem com a saúde, o bem estar e tantas outras questões.

O CAU está utilizando de toda essa estrutura existente para colocar o arquiteto, porque é ele que vai dar respostas a essas questões. Então é isso, basicamente o projeto casa saudável, é colocar o profissional de arquitetura trabalhando de forma conjunta com esses profissionais. Tu tens o SUS, tem o SUAS também na assistência social, que também tem um sistema único, claro que para criarmos esses sistemas da arquitetura, não sei quanto tempo isso vai levar, mas quem sabe um atalho seja esse por enquanto.

Como imaginamos a implementação do Casa Saudável: vamos instalar um escritório público no município, inicialmente foi pensando em instalar na comunidade, mas vimos que pelo tamanho dos nossos municípios não haveria essa necessidade, poderia ser implantando um único escritório na cidade, iniciamos com uma equipe de dois arquitetos, para realizarem esse atendimento na comunidade. Imaginamos iniciar em uma comunidade e depois ir passando para outras comunidades sucessivamente.

No ano de 2020, em função da pandemia, esse projeto foi suspenso, por ver o quão complicado a condição de trabalho, de profissionais estarem lidando em comunidades em plena pandemia, não haveria como. Então surge o projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro, que nada mais é do que uma especificação do Casa Saudável, tratando das instalações sanitárias da casa.

Porque dentro desse déficit da Fundação João Pinheiro, no estado existem 11 mil famílias sem unidades sanitárias. Identificamos, através de outras experiências, tentamos nos **basear** em experiências que já se concretizaram. O Nenhuma Casa Sem Banheiro se espelhou muito em um projeto no Conde, na Paraíba, que conseguiram recursos em um edital da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), eles atendem municípios de até 50 mil habitantes, implementando melhorias sanitárias.

E essa **prefeitura do Conde**, possui um **escritório público** de assistência técnica, implementado na cidade de 20 mil habitantes, entraram nesse edital da

FUNASA, ganharam recursos e fizeram melhorias sanitárias nas casas. Eles identificaram o seguinte, como funciona o da FUNASA, eles pegam uma unidade sanitária e instala dentro do lote da pessoa, em um lugar onde o profissional, técnico identifica, e o pessoal do plano diretor fez diferente, pegaram a unidade e tentaram adequar ao domicílio, ou o domicílio já possuía um banheiro incompleto, necessitando apenas de uma reforma, construção de fossa séptica, ou instalação de caixa d'água.

O que se observou foi que em vez de construir uma unidade sanitária completa, independente do que existe no local, vamos adequar essa unidade sanitária com o que já existe. Eu até tenho uma apresentação sobre isso. Nesse projeto, por exemplo, a unidade sanitária custou de 3 mil e quinhentos a 15 mil reais, nessa prefeitura do Conde, uma unidade sanitária na FUNASA, ela custava na época, em torno de 11 mil reais. Eu até fiz a média dessa unidade sanitária para 60 famílias atendidas, o custo médio dessa unidade sanitária saiu por 7 mil reais.

O que estamos tentando demonstrar na assistência técnica é que ela promove saúde, oportuniza economia do serviço público, claro que ela tem um custo do profissional de arquitetura, mas em compensação ela tem essa customização de execução de projetos pelas necessidades da família, não sendo algo padronizado, cada família tem suas demandas e o arquiteto prioriza o atendimento, mas atende demandas específicas que realmente as famílias possuem.

Outra coisa que queríamos demonstrar é a questão da economia, que essa política pode ter nos cofres públicos. Economia tanto nos termos de execução mesmo, de melhorias, de promoção de políticas habitacionais, como também promoção da saúde. Isso não sei se tem na FIUCRUZ, essa questão da economia nas casas, sabemos empiricamente, pelo que se observou.

Uma pessoa, por exemplo, quando ela sofre uma queda em uma casa, um acidente doméstico, cai de uma escada, um idoso mesmo cai por inúmeras razões ou até quando se tem lajes sem guarda-corpo, peitoril ou muro, pessoas que sofrem quedas domésticas, o custo de internação é de no mínimo 30 dias no SUS, para uma pessoa que sofre algum tipo de trauma fruto de uma queda doméstica, isso custa em torno de 30 mil reais se não me engano, com esse mesmo valor é possível fazer uma reforma na casa. São essas as questões que estamos tentando associar, fora outras coisas como problemas respiratórios, doenças e etc.

Fora outras questões, que às vezes não associamos, mas por exemplo, questões psicológicas, doenças associadas a depressão, enfim, tantas outras questões que se fala na saúde biopsicossocial. Outro dia vi um depoimento de uma criança em Pelotas que não queria mais ir pra escola porque sofreria *bullying* por ser suja, por ela não conseguir tomar banho, ela ia com os sapatos sujos para a escola, ela morava em condições precárias. Fizeram uma mobilização, intervenção, construíram uma casa pra essa família e hoje a criança convida os colegas para ir pra casa dela. Então imagina o que uma moradia repercute na vida de uma pessoa, de um ser humano, são várias dimensões.

Hoje em dia estamos com esses dois projetos, o Casa Saudável e o Nenhuma Casa Sem Banheiro, estamos com uma terceira que é de capacitação, porque

observamos muito ao conversar nos municípios que, às vezes, os técnicos não sabem por onde começar, por isso vamos oferecer cursos de formação, realizando a capacitação de técnicos e profissionais de arquitetura. Temos também, o terceiro edital que está para ser lançado no final do ano, pelos movimentos sociais, mas ele vai ser mais aberto por nunca trabalharmos com esse terceiro agente, digamos, da assistência técnica, que são beneficiadas pela política, esse edital é mais de pergunta, o CAU quer saber o que eles demandam, como pode apoiar eles.

Observamos claramente, em **Santa Rosa**, teve o **escritório público** de assistência técnica trabalhando com os agentes de saúde, tiveram depoimentos que eles queriam, às vezes, derrubar a casa, por causa da tamanha precariedade e que eles não sabiam por onde começar, mas aquilo ali é a casa da pessoa. Então, o que fazer? Nesse sentido, queremos trazer esses profissionais, que trabalham com isso há muitos anos no país, porque realmente trabalhar com assistência técnica, a gente tem a nossa formação acadêmica, mas dada a questão da desigualdade social, em um primeiro momento, não é algo tão fácil de ser feito.

Quando tentamos tratar de assistência técnica, como uma política pública, temos dois lugares como exemplos: um é o distrito federal, a **CODHAB**, em uma determinada gestão, acho que foi 2015 a 2018, depois eu posso te dar o link do YouTube, onde o **Gilson Paranhos**, um arquiteto que foi diretor da CODHAB daquela gestão, ele fala um pouco assim especificamente, tem a fala do Tiago também, inicial, depois vem ele. E é muito interessante o trabalho que ele fez, porque tem um pouco disso, que ele relata, ele estava muito lá pra fazer, sabia que ele ia ficar talvez 4 anos lá e queria fazer acontecer. Então o trabalho dele, no poder público, deu pra perceber que teve que quebrar várias barreiras, porque de certa forma se tu esperas uma contratação, os tempos da administração pública são muito longos e ele quebrou isso de uma forma bastante rebelde, digamos assim, mas é interessante a falar dele, a experiência dele com o gestor.

Tem essa outra experiência que a prefeitura do Conde, 2017 a 2020, que teve ali um papel de uma mulher à frente da prefeitura, **Maria Lucena**, acho que é o nome dela, ela teve dentro da secretaria de planejamento da cidade, uma equipe que contava, se não me engano com 8 arquitetos. Eu tive contato com o **Fabio Tavares**, que era secretário de planejamento, e o Iuri Amaral, que era diretor da habitação, eles fizeram várias iniciativas, para uma prefeitura de pequeno porte que tem poucos recursos, acho que conseguiram fazer um excelente trabalho nestes 4 anos, não só de assistência técnica, mas também com o trabalho muito extensivo com a comunidade. Essa prefeita, era uma professora, tinha um trabalho bastante baseado no Paulo Freire, de educação, tanto de questões, que você vê nas cidades do nordeste, de problemas de analfabetismo, imagina eles tentarem entender questões de direito. Eles criaram o escritório de assistência técnica e tentaram minimamente promover algumas questões de regualificação do espaço público através de mutirões, esse projeto de melhorias habitacionais, conseguiram pelo edital da FUNASA, que no final nem aconteceu, não conseguiram o recurso da FUNASA, mas eles fizeram os projetos e executaram algumas melhorias em casas através de outros recursos e editais.

Eles foram eleitos, ganharam até um prêmio da confederação nacional dos municípios, com relação a esse escritório de assistência técnica que implementaram, criaram algumas cartilhas divulgadas. São esses dois projetos CODHAB e prefeitura do Conde, na implementação da assistência técnica nos moldes dessa lei, porque existe outras experiências, mais na área de empreendedorismo no terceiro setor, mas não é muito a linha, essa gestão do CAU BR a nível nacional, fincaram a **ATHIS como política pública**, no final da gestão passada, a nível de CAU BR, um eixo que tratava a questão da assistência técnica como o trabalho de organizações não governamentais, de terceiro setor, empreendedorismo, não tem nenhum problema, pode ser também, mas a gente quer fortalecer justamente essa questão de política pública, porque observamos, por exemplo, nos nossos projetos, que tem que ter o arquiteto trabalhando com as comunidades, mas a importância também do arquiteto do trabalho da prefeitura, precisa do arquiteto em diferentes espaços trabalhando, e é isso que nossos projetos tentam fomentar, a necessidade de ter o arquiteto na prefeitura, o arquiteto trabalhando na comunidade, promovendo assistência técnica.

A lei coloca a questão da construção e reforma da própria moradia, a regularização fundiária, porque essas ocupações e comunidades que estão em áreas irregulares, você não regulariza só um lote e sim toda a área, precisando minimamente de um profissional de arquitetura para fazer essa parte de levantamento e até identificar o projeto de reurbanização daquela área. Porque dentro de um projeto de regularização fundiária tem a parte jurídica, mas também tem essa parte técnica e social, há várias outras frentes, o profissional de assistência técnica pode estar trabalhando também dessas comunidades fazendo a regularização fundiária prestando essa assistência para a população.

Eu não sei, eu comento que **São Paulo**, por exemplo, eles têm muitos escritórios de assistência técnica que atendem movimentos sociais, associações, que já existe uma ponte entre eles, um procura o outro, isso se deu num programa na gestão da Erundina, na década de 80 a 90, onde teve esse bum de escritórios de assistência técnica, em São Paulo chamam de assessoria técnica, sendo criados para atender justamente essa demanda que o poder público oportunizou através da promoção de um programa, que previa a questão de habitações, construção habitacional. Esses arquitetos, esses escritórios passaram a atender essas comunidades, coletivos, movimentos, denominando-se **escritórios de assessoria técnica.**

Eu também acho que quando você cria uma possibilidade de financiamento, de um programa como 'minha casa, minha vida entidades', porque ele clama por escritórios de arquitetura que façam esse trabalho, esses atendimentos, faça os seus projetos para obtenção desses recursos que o poder público disponibiliza. Que pena que foi extinto o 'Minha Casa, Minha Vida Entidades', porque ele sofreu várias melhorias ao longo da sua existência, já que o programa também tem que ser viabilizado, muitas vezes acontece que as pessoas e os movimentos acabam colocando dinheiro próprio.

Os profissionais, que às vezes trabalham com isso, não ganham em etapas, acabam recebendo só no final. Como profissional fica ao longo desse período? Mas o

projeto teve inúmeras melhorias, segundo relatos de colegas que trabalham com assessoria e 'minha casa, minha vida, entidades'.

Até ontem, na fala do Gilson Paranhos, ele coloca essa questão dos **programas estarem sempre atrelados a um banco**, o 'minha casa, minha vida' estava atrelada a Caixa, na década de 60 a política habitacional estava vinculada ao BNH que era também um banco, de tentarmos quebrar um pouco dessa lógica, já que a assistência técnica tem dificuldade de ser implementada a partir da estruturação e centralização de um banco viabilizando sua política.

Sentimos muita **dificuldade**, agora com a pandemia parece que houve uma sensibilização maior do poder público, das prefeituras, mas mesmo assim, ficou óbvio que temos que tratar e humanizar um pouco mais os processos. Essa questão da desigualdade social no país, ela tem que ser reduzida, por que isso coloca em risco a vida de todos, porque existe uma interdependência social e as pessoas às vezes não se dão conta disso, precisamos um dos outros, **em uma sociedade cada um tem seu papel social** e essa questão do acesso, a questões óbvias, a moradia é algo que todos deveriam ter, uma moradia digna minimamente, pessoas que não têm acesso à água potável, de realizar sua higiene pessoal, em uma pandemia como essa que foi a nível global acaba colocando em risco a vida de todo mundo, por possuímos essa interdependência, por exemplo os diaristas vão na casa das pessoas pra realizar o seu trabalho tem o porteiro enfim tem essa dinâmica.

Quando lançamos ou nenhuma casa sem banheiro houve essa primeira ação de trazer instituições para dentro do projeto, não vamos tratar esse projeto como um projeto do conselho, nós concebemos, mas precisamos do apoio de outras instituições para que as pessoas entendam essa necessidade. Então aí, tivemos um protocolo de intenções assinado com Defensoria pública, tribunal de contas do estado, Ministério público do estado, associações do município, governo do estado, tivemos apoio do institucional da ONU habitat nesse programa, entre outras.

Colocamos instituições de município, governo do estado, judiciário (defensoria e ministério público), tribunal de contas, quem trata das questões orçamentárias dos municípios. Para que dentro do projeto pudéssemos dizer: olha gente, precisamos viabilizar esse projeto porque é uma necessidade hoje em dia, precisamos atender e focamos nessas 11 mil pessoas que não possuem banheiros.

Mas tem **outros problemas** também, tem acesso à água, não adianta tu ter um banheiro e não ter acessado, tem que **prever um atendimento igualitário** dentro da cidade, não são bairros que tem que ser privilegiados e outros não, entre outras muitas coisas que estão em jogo. Essa é a maior questão entre os projetos, de você conseguir mobilizar e sensibilizar o poder público em torno dessa necessidade, é preciso uma sensibilização política.

Em Santa Rosa, por exemplo, por que conseguimos colocar os escritórios, arquitetos, em contato com os agentes de saúde e profissionais da saúde, porque o prefeito de Santa Rosa é um médico epidemiologista, então ele sabe que a moradia está associada à saúde. Essas construções são exceções que você vai começando a construir visando o entendimento maior, a médio prazo.

No projeto 'uma casa sem banheiro' foi mais fácil essa sensibilização porque estava todo mundo apavorado com a pandemia, por isso pensamos que como as pessoas precisam fazer a higiene das mãos, ou seja, precisam de banheiros em suas casas, a partir disso surgiu a necessidade de viabilizar esse projeto. Ano passado, conseguimos viabilizar esses projetos em 3 municípios no RS, devido a essas entidades e associações de profissionais, de arquitetos, que tomaram a frente e encabeçaram esses projetos, uns com participação do poder público e outros não.

Em decorrência desse projeto 'nenhuma casa sem banheiro' ganhamos uma dimensão estadual esse ano. Nos 30 municípios da região metropolitana, em que as prefeituras entram com poucos recursos, inicialmente, apenas 8 desses encaminharam a documentação no tempo hábil estabelecido pela secretaria de obras, ontem tivemos uma reunião e estiveram presentes mais uns 5 ou 6 representantes de outros municípios, sensibilizando, basicamente, a metade da região metropolitana para a execução desse projeto.

Por que agora surgiram mais recursos do governo do estado e eles estão querendo verificar os municípios interessados para garantir o repasse do recurso no ano que vem, já que será ano eleitoral, mas é muito essa questão política, de entendimento dessa necessidade e de querer fazer.

O edital dos arquitetos para o projeto 'nenhuma casa sem banheiro' surgiu após a assinatura de um termo de cooperação com o governo do estado, definindo o que cada participante vai dar de recurso, o CAU vai dar assistência técnica; o estado vai dar o material de construção; e os municípios dão a mão de obra. Com base nisso, surgiu a necessidade de cadastrar minimamente os profissionais que estejam interessados em realizar ATHIS para essas famílias, já que o CAU não faz contratação, é estabelecido parcerias com instituições locais que estão diretamente tratando com as prefeituras e são reconhecidas politicamente.

O CAU entidades coordenam esses projetos nos municípios, faz também o credenciamento de entidades que estavam interessadas em querer fazer parceria conosco para a implementação do projeto. Em um segundo edital em que os profissionais de arquitetura se credenciam nos municípios de sua atuação ou residência, sendo contratados pelas entidades, realizariam o atendimento a 5 famílias.

Nesse atendimento, o arquiteto acompanharia um assistente social do município para realizar uma visita técnica nas casas, identificando, diante do levantamento das instalações locais, o que precisa para completar o existente ou, caso não haja um banheiro, como adequar o projeto básico da casa e o projeto padrão da unidade sanitária da SOP que receberam, chegando a uma solução para inseri-lo.

Pensamos no protótipo do banheiro, colocação de uma caixa d'água e tanque de lavar roupa, criando uma área de lavanderia, prevendo as questões de como funciona a captação, precisa de uma caixa d'água, como é a pressão da água no local e para onde essas águas seriam destinadas. Esses dispositivos ficam de acordo com o município, o território e a comunidade onde está sendo executado o projeto, o que está sendo previsto de saneamento básico para aquela região, instalando os dispositivos previstos naquela casa.

Esse é o papel dos arquitetos, teriam esse atendimento e levantamento para a inserção dessa unidade sanitária, completando a existente, reformando a existente, ou construindo uma nova, que se adeque a casa da pessoa. Através dessa chamada pública, realizada pelo CAU, tenta suprir a necessidade que a gente tem, mais ou menos 60 credenciados, para atuar nesses 30 municípios, contratando 2 arquitetos para cada município. Cada arquiteto realiza o atendimento de 5 famílias e o governo do estado dá os recursos para a construção dessas 10 unidades sanitárias por vez, após a conclusão é liberado o serviço para um novo lote de 10 banheiros até atingir os 300 banheiros.

Garantimos que haveria recurso para esse primeiro lote nos 30 municípios, mas considerando que nem todos demonstraram interesse no projeto, que é isso que não entendemos, o porquê de não se inscreverem, podendo ser redistribuído os lotes de banheiro até atingir esse limite de 300 unidades, que é o que temos de recurso para esse ano, tanto para o governo do estado, quanto para o conselho.

Em termos de recursos financeiros do projeto, o **CAU** está dando 1600 reais por domicílio para fazer essa coordenação da entidade e atendimento dos arquitetos, mais impostos e outros custos não colocados. O **governo de estado** vai disponibilizar 5600 reais em recursos, discutiu-se a possibilidade de entregar um kit de materiais e mais 4 mil reais em dinheiro, mas devido a problemas na licitação, compra do kit e entraves internos, optou-se por entregar o valor em dinheiro destinado a materiais ou mão de obra.

A prefeitura pega o dinheiro, esses 56 mil reais destinado a essas 10 unidades por mês, administrando o gasto com as compras de materiais, no caso de já ter alguns, ou se vai realizar o pagamento da mão de obra, o município que vai decidir e prestar contas depois. É exigido uma contrapartida que varia de município para município, não sei os critérios, mas o observado é que alguns dão 17 a 25%, cada um tem um percentual do valor total do recurso que recebe, tem que dar uma contrapartida do recurso recebido.

A perspectiva é que seja assinado esses **convênios**, o CAU já realizou esses dois **editais**, já está com as entidades e arquitetos credenciados em cada um dos municípios, aguardando a assinatura para o início dos trabalhos. O governo do estado já previu a implementação desse projeto pro interior do estado, já foi iniciado o cadastramento desses municípios e a ideia é que ano que vem entre o recurso, mas não sei qual o tipo de apoio que o CAU vai dar, se vai ser apoiado pela coordenação, se os arquitetos vão ser pagos pelo governo do estado, não se sabe.

Ações futuras, existe a possibilidade de colocarmos novos editais para a implementação de escritórios públicos, colocando as entidades e instituições de ensino trabalhando, isso era o que estávamos começando a fazer em Santa Rosa, a entidade fica com essa coordenação dos arquitetos e estávamos iniciando uma parceria com o Instituto Federal (IFAI) de Santa Rosa, para a organização de uma pesquisa, para começar a fazer estudos sobre esses projetos, o que desencadeia a colocação de um arquiteto e urbanista dentro dessas comunidades? A partir do momento que ele faz essas melhorias, o que isso repercute na saúde dessa população

atendida? Por isso, estávamos nos mobilizando para estabelecer essas parcerias com as universidades locais para viabilizar essas pesquisas e estudos do antes e depois.

Tudo isso que estou falando são indecisões, porque tem que ser tudo desenvolvido e aprovado dentro do conselho, mas essas são nossas grandes iniciativas, esses dois, e o terceiro braço que é a **capacitação**, o de técnicos estamos fazendo uma parceria com a escola da Federação de Municípios (FAMURS) onde capacitam técnicos e servidores públicos. Esse ano estamos organizando o curso de assistência técnica que vai ter o eixo de regularização fundiária, melhorias habitacionais, como fazer e implementar esses programas, o que demanda dentro da prefeitura para elaborar esses projetos, a partir do momento que se tem o recurso político para implementá-los.

Além disso, temos o surgimento de uma parceria com a escola do IAB para a capacitação dos arquitetos nessa área de assistência técnica. O projeto de capacitação já está ocorrendo esse ano. Mas tem sempre a ideia de expansão dos projetos 'Nenhuma casa sem banheiro' e o 'Casa Saudável', acho que a ideia do conselho é clara, sempre de um ano para o outro, é avaliado os projetos e tentamos fechar alguns buracos que aparecem, melhorar os projetos, aperfeiçoar mesmo que a ideia seja consistente, além de expandi-los até o momento em que o conselho não precise realizar esse tipo de trabalho.

Esse é o papel do conselho, do gabinete, é uma **estrutura temporária que tenta criar essas iniciativas**, não foi pensado para realizar o pagamento do salário dos arquitetos, ele possui outras atribuições, mas dado essa provocação que existe, esse anseio a nível nacional de promoção de ações de assistência técnica. O CAU/RS vem realizando esse tipo de desenvolvimento, queremos fazer e não só conversar sobre assistência técnica, aperfeiçoando até que seja incorporado a nível nacional, através de um ministério que vai disponibilizar recursos para as iniciativas, não sei, é uma construção, não sabemos muito bem o que vem pela frente.

Nos projetos, tentamos dar essa complexidade, em Santa Rosa, onde tínhamos o escritório, esse ano estávamos prevendo colocar estagiários, então trazer 2 estudantes previstos para integrar a equipe do escritório, pra ter essa força de trabalho e esse conhecimento compartilhado, trazer a universidade para esses execução de pesquisa, mas também, pode ser feito programas de extensão nas universidades. Os projetos podem tomar corpo, aumentando, mas começamos aos poucos, já é difícil garantir o pouco, para ser bem honesta, o pouco que a gente faz já é meio que na luta, vamos tentando agregar e trazer esses apoios que também são de essencial importância.

A própria lei coloca a participação de profissionais autônomos, que compõem os escritórios, os próprios servidores públicos, as universidades através dos seus programas de expansão e de residência universitária, além do terceiro setor, os profissionais de UNG, para atuação na assistência técnica, existem essas formas de você atuar. Essa questão da **residência**, eu acho muito interessante, tem a universidade da Bahia que criou esse curso e que ela tem esses braços em outros estados no Rio Grande do Sul, **parceria com a universidade** de Pelotas, não sei quem está à frente desse curso, mas sempre conversamos com a professora Nirse, e

eles tem 5 vagas, acho que está aberto o processo seletivo, que é um curso de especialização em assistência técnica e direito à cidade, e é para arquitetos e engenheiros.

Dados da coleta da segunda entrevista realizada no dia 26/09/2022

A **primeira vez** que tive contato com assistência técnica, eu estava trabalhando para um projeto, fiz uma pós-graduação, no exterior, que tratava sobre as cidades informais. O fruto desse estudo. Trabalhei no Rio de Janeiro para uma ONG, que havia sido contratada pela Fundação São Vale Do Rio Doce, para organizar uma espécie de cartilha, orientações e recomendações sobre melhorias no programa minha casa minha vida. Porque na época, era 2015, se não me engano, a academia e várias outras instituições, que estavam fazendo uma certa crítica em relação ao programa. Acho que foi antes, 2013 ou 2014.

Fomos contratados por essa universidade e passei a ter contato com colegas de São Paulo, que teve no governo da Erundina, na década de 1980, um programa habitacional, onde se consolidou arquitetos e outros profissionais que trabalhavam em escritórios de assessoria técnica. Apesar de ter essa nomenclatura um pouco diferenciada, aqui chamamos de assistência técnica e lá (São Paulo) é chamado de assessoria técnica. Depois eu fui entendendo o porquê dessa diferenciação.

A assistência técnica é uma política pública e assessoria técnica é quando um coletivo, escritório ou profissionais prestam o trabalho de assessoria remunerada para movimentos sociais, coletivos e essas coisas. Mas foi a partir daí que tive meus primeiros contatos com a assistência técnica propriamente. Depois de trabalhar no CAU, em 2019, eu tive mais contato com esse conceito e essa diferença, na qual já comecei a expressar antes. Que de fato, a assistência técnica foi institucionalmente criada na década de 1970, porque se via os colegas que trabalhavam naquela época, verificavam que existia essa demanda, essa população que precisava do trabalho dos arquitetos e engenheiros, inicialmente era para fins de regularização dos seus imóveis.

Iniciou a partir disso, a necessidade de ter um serviço público onde essas famílias poderiam ser atendidas. Atendendo as demandas que elas tinham quanto à habitação. Claro, não sei muito bem os momentos, mas se ampliou esses serviços de modo geral para o pessoal que queria fazer melhorias, construção de sua própria casa.

CONCEITO (compreensão da percepção do entrevistado)

- Na sua opinião, do que se trata a ATHIS? O que ela abrange?

De uma forma bem sucinta, do que se trata a assistência técnica é uma política pública, para a população de baixa renda, que não tem condições de contratar e ter o acesso dos profissionais de arquitetura e engenharia.

- O que os programas de ATHIS tentam desenvolver ou solucionar?

Eu acho que a assistência técnica parece tentar solucionar um problema que não vejo muito em discussão, em pautas, digo em termos históricos, são programas que tentam solucionar a questão da inadequação, das pessoas que moram de forma inadequada e precária. Vemos, historicamente no país, programas que constroem novas casa, mas não existem em nossas cidades pautas ou programas que possam trazer e oferecer melhorias de modo geral. Então, eu acho que a ATHIS está voltada para as pessoas que habitam e vivem algum lugar, que tem a sua casa construída, mas que tem problemas, são casas autoconstruídas. A assistência técnica estaria trazendo um profissional, técnico, um repertório, que poderia estar atendendo e atuando, e de fato, **solucionando esses problemas habitacionais**, que até então não se vê nada sendo feito. Eu venho trabalhando para o conselho e consegui falar com as prefeituras que nos procuraram, as vezes, lendo os planos de habitação dessas cidades, dava para perceber que os municípios, muitas vezes, tentam tocar esses problemas, que beneficiariam essas famílias com concessão, com acesso a insumos, materiais de consumo e instrução para fazer essas reformas e melhorias. Mas observa-se que isso não soluciona, **é um trabalho que às vezes é mal visto, porque de certa forma está dando um assistencialismo, está dando parte da oferta, mas não está solucionando o problema propriamente**. Acho que a ATHIS foi criada e procura solucionar esses problemas de inadequações das moradias.

- Na sua opinião, qual o público que mais precisa dessa atividade?

A lei fala de uma **população de 0 a 3 salários mínimos**. É difícil, assim, se eu quisesse tentar esmiuçar dentro desse valor, quem seria a fatia que mais precisaria, acho que demandaríamos de estudos, para tentar conseguir compreender melhor quem é mais assertivo a ser atendido pela assistência técnica. Porque eu digo isso, às vezes a família tem menos recursos, mas a casa está com, materialmente e tecnicamente falando, melhor condição. Por exemplo, alguém daquela família poderia trabalhar com a área da construção civil, com sua própria mão de obra mais qualificada, digamos assim, fazendo com que qualquer reforma ou construção aparente uma certa qualidade. Ao invés do caso de outra determinada família, que esteja na faixa dos 2 ou 3 salários mínimos, mas que não tem esse acesso a uma mão de obra qualificada. Estou falando no caso de autoconstrução mesmo. Então querer tentar identificar quem demanda mais, eu particularmente não saberia te dizer. A demanda é dessa faixa de 0 a 3.

- Qual o papel social do arquiteto?

A gente tem a habilitação, quando formados, de atuar na construção civil, poder materializar o ambiente em que as pessoas vivem. O ambiente não só da moradia, mas também da cidade através do urbanismo e planejamento urbano. Só que claro, se formos perceber que o arquiteto não trabalha só na construção, é isso que eu quero dizer. Temos uma formação muito mais ampla. Dentro de categorias, a arquitetura e urbanismo é uma ciência social aplicada, então, eu acho que é uma formação que abrange várias áreas de conhecimento. Quando trabalhamos, digamos, eu tenho mais tanto na área de urbanismo, o planejamento urbano sempre foi algo que me identifiquei mais, dentro da profissão. Aí identificamos essa desigualdade social que tem nas nossas cidades, no acesso à infraestrutura, aos serviços públicos,

saneamento. O que chamam de **direito à cidade**. Então, o arquiteto, na verdade, tem esse papel bastante promissor. Claro, na verdade hoje em dia, tem o entendimento que a tua **ação é muito multidisciplinar**, tem tantos outros profissionais que tratam de determinadas áreas do conhecimento e atuam de forma conjunta. Acho que isso também precisamos nos atentar. O arquiteto e urbanista não é o único, mas é um dos principais que tenta tratar mais dessas questões dessas mazelas, **de acesso à cidadania num âmbito mais físico**. Por exemplo, o acesso de uma água encanada, saneamento básico, um bairro urbanizado, com arruamentos, enfim, a parte mais física, que eu acho que nossa profissão diz que **o papel social é esse, de tentar reduzir essas desigualdades e fazer com que mais pessoas tenham acesso a cidade propriamente**. Talvez profissionais de outras áreas, tenham em si, tratam de outras dimensões da vida das pessoas. Focamos nessa relação mais física, que desrespeite ao ambiente em que essa pessoa vive, não só a casa, mas o bairro, a cidade, as escolas, a tudo que é material, de certa forma, materializado nas cidades. O **papel do arquiteto é dar mais condições de acesso a essas materialidades da vida**. Quando falamos em **direitos sociais**, falamos em direito ao emprego, alimentação, saúde, educação. Quando fala em habitação, depois, não sei, tem essa questão de saneamento, ele trabalha muito nessa dimensão mais material da vida.

ATORES ENVOLVIDOS (Participantes, atores, patrocinadores e público)

- Quem são os participantes das ações desenvolvidas?

A gente sempre fala e ouvi bastante falar, que a assistência técnica é um tripé, que é formado pelas **pessoas, os beneficiários, aqueles que demandam da política pública**. Os profissionais, arquitetos e engenheiros que poderiam estar provendo as questões técnicas a essas demandas sociais. Os governos, que provêm a política como um todo, têm recursos e acesso a essa política. Então é nesse tripé que **um promove, um faz e o outro recebe**. Eu também entendo, que o beneficiário também faz, de certa forma, a assistência técnica, porque ele participa e é consultado nesse processo, mas **são esses 3 agentes**.

- Quais os critérios para a seleção do público que será atendido pela ATHIS?

Da forma como a gente trabalha, esses critérios de seleção, são critérios estabelecido pelo município. Ele que tem esse papel e que atuação sobre o território na menor unidade entre os entes da federação. Conforme a Constituição, ele tem atribuição de atuação no território em que atua. É o município que faz a seleção desses beneficiários. As leis do país tratam sobre a questão de quem é a população de baixa renda. Existem critérios que o governo federal estabelece, em suas políticas e que são únicos para todos, não só os arquitetos as utilizam, mas qualquer outra política ou outro serviço social são atendidos pelos mesmos critérios. **É um município que faz essa seleção de público**.

- Como ocorreu o primeiro contato com a comunidade ou morador?

Nosso papel é mais na questão de promover a lei de assistência técnica, tentar **apresentar a lei para outros agentes** e fazer com que eles promovam essa política.

Apresentar a eles quais são os benefícios, do que se trata, da importância e viabilizar que ela seja executada. Eventualmente temos contato com a população, mas não é o nosso papel. Inclusive, em nossos atendimentos, recebemos solicitações de beneficiários que querem receber a assistência técnica e a nossa orientação é sempre fazer com que a pessoa busque o CRAS ou a Secretaria de Habitação da sua cidade, colocando para esses órgãos a necessidade. Inclusive apresentando a assistência técnica, que muitas vezes, os órgãos e repartições públicas desconhecem a existência da lei.

- Quem realiza a ATHIS (obra)? Quem fica encarregado?

Dos nossos acordos, o que se estabelece é que **o município se encarregue pela execução das obras**. Então, de um lado estaria realizando a contratação de profissionais que poderiam estar fazendo o atendimento dessas famílias e desenvolvendo os projetos ou soluções de melhorias; em um segundo momento, envolveria essa questão de contratação de empresas, que estariam realizando a execução das obras com base naquele projeto. Da nossa parte, vemos muito essa forma sendo realizada, até por questões legais de responsabilidade técnica. Então, ficaria de um lado o responsável pela parte de projetos, eventualmente também colocamos a questão de acompanhamento das obras; e de um outro lado, uma segunda empresa que estaria executando essas obras e estaria sendo o responsável legal pela execução propriamente.

[me surgiu um questionamento, no curso de ATHIS, realizado pelo CAU, em 2022, foi falado na RRT social]

O CAU desenvolveu a **RRT social**, porque havia essa discussão sobre o custo de quem trabalha com essa população. A cada atendimento estaria gerando uma RRT, isso traria um custo ao profissional que já tem problemas com os seus honorários técnicos comprometidos. Então, o CAU/BR criou essa RRT para que o arquiteto, em uma mesma cidade, possa estar realizando o atendimento de até 100 famílias e escrevendo, naquela mesma RRT, no prazo de 6 meses. Foi a forma que foi criada para satisfazer esse tipo de trabalho.

APLICAÇÃO (Projetos/procedimentos/etapas/prazos)

- Quais foram os primeiros passos para a estruturação do processo?

Acho que o primeiro passo, que o conselho deu, foi a **reserva daqueles 2%**, foi definida essas ações estratégicas em que todos os conselhos estariam alocando essa porcentagem de seus recursos, de sua receita para ações de assistência técnica. Se não me engano, foi implementada para todos os CAUs UF, em 2017. Foi um primeiro passo bastante importante. Na minha opinião, quando define recurso dentro do seu orçamento, está dizendo que vai fazer ou implementar algo, com dinheiro você consegue agir. Na época eu não estava vinculada, eu ouvi essa discussão de fora e achei bem importante. Pensei: agora eles vão fazer alguma coisa, porque estão colocando dinheiro. Em seguida, um segundo passo que foi dado, percebi após entrar no conselho o que os CAUs fizeram no início. Faziam muitos editais que pagassem

pelos honorários dos profissionais e desenvolvessem projetos, cursos, seminários de capacitação. Percebi um problema que sempre vi na profissão, talvez isso aconteça em todas as profissões, mas acabamos ficando muito em bolhas e conversando muito entre nós mesmos. Na primeira entrevista que fiz com o Thiago, ele falou sobre isso e eu penso da mesma forma. Eu acho que a gente tem um **problema de não compartilhar** ou não chamar outras pessoas de fora para conhecer a nossa forma, nossas qualidades e potencialidades. No concelho do Rio Grande do Sul instituiu-se um gabinete de assistência técnica e acho que isso também foi um passo importante, no sentido que, a partir do momento que é colocado pessoas para gerir esse recurso, claro que tem outros fatores que precisa colocar: **coordenação, alinhamentos políticos, internos e institucionais**, tem tantas outras coisas que são necessárias, mas **colocando uma equipe específica para trabalhar em projetos**, depois eu vi a importância disso. Quando a gente começou a observar outros conselhos e o que eles faziam com relação àqueles 2% do recurso, deu para perceber que conseguíamos fazer. Depois teve, internamente, um segundo instrumento criado que era trabalhar com o recurso do mobilizado. Isso permitiu que o conselho pagasse com seus recursos, para determinados fins e ações específicas, dentre eles a assistência técnica. Esse instrumento foi importante. No nosso trabalho, quando começamos a falar sobre assistência técnica aos municípios, deu para observar o seguinte: que os municípios sabiam que era seu dever fazer a assistência técnica, implementar uma política pública, mas afirmavam ou faziam-se acreditar não terem recursos. A partir do momento que demonstramos aos parceiros que temos recursos, passam a te olhar com outros olhos. O conselho, a partir de 2019, começou a se **aproximar de órgãos públicos**, tais como o governo do estado, prefeituras, defensoria, outros conselhos (serviço social e entre outros). Começamos a **apresentar a assistência técnica para inúmeros atores**, mas só se tornavam um ator visível a partir do momento que afirmávamos que seríamos parceiros para algum piloto que queiram desenvolver. Às vezes, falávamos que tínhamos uma contrapartida, colocando um recurso para desenvolver determinadas iniciativas. A partir daí, os governos do estado e município começaram a nos enxergar com outros olhos. Rapidamente provocamos essas instituições dizendo que não somente temos recursos para apoiar essas ações, como também podemos sugerir o que pode ser feito. O Casa Saudável e o Nenhuma Casa Sem Banheiro, foram essas provocações criadas para dizer que temos dinheiro e sabemos o que queremos fazer. Porque aí, para o município e governo do estado, fica muito mais fácil ver que a ideia faz sentido para eles, entrar com a gente e ser parceiros para desenvolver essas ações. Até agora eu fiz uma lista de questões que foram surgindo, pelo menos aqui no concelho do Rio Grande do Sul, do meu ponto de vista, dentro do que participei, vivenciei e do que linquei como sendo importantes. Agora, essa nova etapa é um pouco diferente. Tem esse curso que desenvolvemos na FAMURS, onde provocamos os municípios e instituições, aqueles que nos enxergam como parceiros, os que entenderam a importância da assistência técnica. Agora queremos fazer com eles e ouvir quais são as demandas do município para esses projetos. Eu acho que muitas prefeituras entenderam a importância e dão a possibilidade disso ser realizado.

[às vezes falta justamente isso, saber de onde vai tirar o recurso, quais caminhos pode seguir para chegar em um recurso para poder aplicar]

Falando um pouco da minha história, dos meus estudos e inquietações. Eu fiz um mestrado no Rio de Janeiro, na Federal Fluminense, onde trabalhei na minha dissertação de mestrado sobre a questão do financiamento da urbanização. Desde a faculdade de arquitetura, sempre fui muito motivada sobre o fato de que as cidades poderiam ser melhores e que as pessoas poderiam viver em cidades melhores. Por isso que eu estudei arquitetura, porque eu sempre acreditei que as pessoas poderiam viver em cidades melhores, que funcionasse melhor o sistema de mobilidade e que tivesse saneamento. Depois dessa minha trajetória, busca pessoal e profissional, eu fiz esse mestrado onde meu tema de pesquisa era tratar sobre o financiamento propriamente, questionando onde está o dinheiro? Como as cidades gastam esse valor na urbanização? Por que que tudo às vezes é tão precário e feito dessa forma? Eu acabei desenvolvendo, inicialmente, uma dissertação voltada para o princípio que **os recursos existem, o que faltam é projetos**, tentando entender como implementar esses projetos. Isso, para mim, continua sendo a **lacuna existente nos municípios**. No meu estudo, eu percebi que as cidades acabam gastando dinheiro com a urbanização da forma, às vezes, mais fácil, optando por fazer asfaltamento de rua porque parece ter uma licitação pronta e por ser mais visível para a população. Tem inúmeros fatores. Mas a questão da habitação, no caso das melhorias habitacionais, eu nunca vi programas nas prefeituras investindo nisso. No entanto, eu percebi que **precisa criar esse modo operante de gastar o recurso** para que o município execute e faça. Então, eu acho que temos que fazer isso, temos que entrar, conceber o modo de operação, para entrar dentro da prefeitura e dizer que é assim que se faz, gaste o dinheiro aqui, que é assim que se faz isso, faz aquilo e aquele outro. Claro que tem sempre a questão política por trás de tudo isso, essas decisões são tomadas e tem que ter esse enfrentamento para que sejam tomadas da forma que a gente queira. Mas eu acredito muito nisso, pelo que eu estudei, me motivei a estudar e pesquisar. É a forma como eu vejo o problema.

- Como são desenvolvidos os projetos de ATHIS? Método/etapas?

O método é mais ou menos isso que eu já comentei. A gente tem uma ideia, desenvolve o projeto, provoca os municípios, informamos que temos recursos, que somos parceiros e, quem estiver afim, vem até nós para se conveniar. Depois, nosso método de implantação pelo CAU, além daquele tripé que eu falei: que são os arquitetos(...). Dentro dos arquitetos, é importante desvendar um pouco, que não são só os arquitetos autônomos, donos de escritório, mas são nossas entidades profissionais, instituições de ensino superior, isso tudo está dentro daquele ator arquiteto e urbanista. Então o conselho, quando o município se interessa pelo nosso projeto, quer desenvolver alguma ideia, nós tentamos sempre colocar as entidades e as universidades, além dos arquitetos obviamente, que farão os atendimentos das famílias, por meio de uma chamada pública. Assina-se um convênio daquela região, daquele local, com aqueles que estejam dispostos a trabalhar conosco. Depois realizamos uma seleção dos profissionais que estarão interagindo com as famílias nessas etapas. As universidades, não conseguimos entrar ainda nessa etapa, mas mais adiante queremos fazer, até para entender um pouco mais sobre o que o nosso trabalho pode desencadear, proporcionar a vida das pessoas. Já temos um projeto desenhado para Santa Rosa, que é colocar a universidade para tentar mensurar a pós ação de arquitetura e urbanismo, para ver quais são os benefícios, os resultados, os

efeitos e as consequências do trabalho que o arquiteto traz para as famílias. A ideia é sempre colocar as instituições locais e regionais que atuam naquela cidade para desenvolver um trabalho de pesquisa, tentando fazer as suas mensurações das ações, para que possamos melhorar a nossa narrativa e compreender um pouco mais das potencialidades da assistência técnica na prática. Mais ou menos são esses os métodos que temos concebido, por hora. Acho que mais adiante pode ter outros desdobramentos, outras complexidades, digamos assim, mas por enquanto é isso.

- Quais os dados que devem ser levantados para um projeto de ATHIS?

Da nossa parte, quando tratamos de município, observamos a **vontade política** inicial, solicitamos contrapartida, recursos financeiros, para estar executando essas melhorias e projetos de modo geral. Também tentamos ver essa questão dos recursos humanos, porque tem muitas localidades que não temos entidades ou universidades. Então, o que fazer nessas situações? Como contornar? Nós não nos deparamos com nenhum caso que não conseguimos resolver até o momento, sempre conseguimos desenvolver tudo de uma certa forma. Mas é isso, o município tem que **demonstrar interesse, recursos financeiros e vontade política**. Também tentamos entender quais são as intenções da prefeitura, qual é o capital humano que ela tem. Muitas vezes, nos deparamos com prefeituras que não possuíam arquitetos e urbanistas dentro da instituição. São várias questões que a gente identifica e tenta encontrar soluções para tentar viabilizar, mas até agora tratamos com cidades maiores que isso, de certa forma, foi contemplado. Uma outra questão, que às vezes a gente se depara, mas isso vem mais adiante, que são as famílias selecionadas. Por isso, sempre gostamos de trabalhar com as famílias que tenham a participação de assistentes sociais no município, por serem conhecedoras do território dos agentes comunitários. Colocamos esse tipo de condicionante em nossos projetos, para que a gente saiba que são famílias que realmente precisam e não são selecionadas de uma outra forma. Da nossa parte, quando colocamos os arquitetos, sempre fazíamos chamadas públicas da forma mais isonômica possível. A questão dos credenciamentos das cidades, também eram feitas via editais e temos valorizado bastante agentes de demandas locais. Do nosso ponto de vista, são as entidades que são mais reconhecidas politicamente e tem mais legitimidade para trabalhar com as prefeituras. De modo geral, é isso que tentamos levantar antes de realizar ou aprovar qualquer ação.

- Quais os prazos estipulados para cada etapa?

Esses prazos nos pegam sempre de surpresa. Por exemplo, o projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro, teve o acordo de cooperação que assinamos em março de 2021 com a Secretaria de Obras. Achávamos que lá por julho teríamos os primeiros municípios conveniados da região metropolitana, mas isso só ocorreu no final de dezembro. Já estávamos com todos os editais encerrados, tendo que repassar essas questões de prazos para os arquitetos e entidades porque isso era uma atividade ou ação desenvolvida por outro parceiro, no caso o governo do estado. O que estamos descobrindo, ao fazer esses projetos e trabalhando com os municípios, é deixar sempre os prazos condicionados aos parceiros. Nunca fazer contratos longos ou medianos, porque sempre demandamos do município e nunca sabemos o tempo

deles. A gente sabe os nossos tempos, mas nunca conseguimos prever o tempo que a prefeitura precisa para executar determinadas ações. É isso que a gente aprendeu um pouco, é tentar colocar para nossos parceiros e arquitetos, na contratação, essas condicionantes.

- O público alvo participa da tomada de decisão?

Isso, para mim, é algo que ainda não está resolvido. Porque as decisões são tomadas a nível de municipalidade, as pessoas recebem as informações que vão receber um benefício do município de determinado projeto, mas eu vejo ainda pouca participação. Claro, quando os arquitetos trabalham com essas famílias, explicamos que um dos requisitos é entender quais são as necessidades da família. No projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro, que está sendo desenvolvido em Canoas e Charqueadas, deixamos claro que faz parte do atendimento dos profissionais conhecer a casa da pessoa, identificar as possibilidades ou melhorias, mas perguntar para a família onde ela gostaria que esse dinheiro fosse distribuído na construção. Tentamos sempre trazer essas informações das pessoas que são beneficiadas. Mais adiante, com as parcerias das universidades, tentaremos trazer um pouco da avaliação da percepção dessas pessoas sobre esse tipo de projetos ou programas. **Porque isso é uma política pública. Não é porque ela está recebendo que não tem direito de opinar sobre aquilo que ela gostaria de receber**, já que a política é para ela finalmente. Hoje em dia, a gente desenvolve, muitas vezes, com base em outras experiências, mas eu acho que é sempre importante, em algum momento, trazer essas pessoas para dentro para desenvolver novos caminhos ou aperfeiçoá-los.

- Foi previsto a utilização de materiais sustentáveis ou reutilizados?

Vou falar sobre outras coisas antes para depois responder sua pergunta. O CAU, desenvolveu em 2020, um concurso público nacional para protótipos de unidades sanitárias. Foram escolhidos 5 projetos vencedores e dentro das diretrizes que foram colocadas no edital, haviam questões relativas à sustentabilidade e inovação. Agora no final do ano, se tudo der certo, estaremos concluindo um dos protótipos vencedores. Esse protótipo está sendo construído em Eldorado, que possui sérios problemas de infiltração, por isso alguns sistemas sustentáveis não serão aplicados, porque ações do solo local. Mas de um modo geral, esses concursos tentaram provocar um pouco sobre essa questão da sustentabilidade e inovação. Nesse projeto vamos ver, se após construir o protótipo, como poderíamos estar melhorando os próximos projetos que estaremos desenvolvendo na região metropolitana, que seria outro padrão de unidade sanitária. Voltando à pergunta, não. Utilizamos, no dia, materiais comuns, utilizados na construção, não tem nada nesse sentido sendo implementado.

[o pessoal no curso de ATHIS, na FAMURS em Porto Alegre, em 2022, comentou da questão do banco de materiais, que é uma coisa interessante de talvez, através do vínculo de diversos profissionais e entidades, ter um espaço para armazenamento desses materiais descartados]

Em Pelotas, me parece que eles estão mais avançados nisso. Eles têm, não somente um **banco de materiais**, como estão fazendo melhorias em casas com o uso desses

materiais. Por um outro lado, eu entendo que tem que trabalhar com isso, é algo bem viável e tem que ser utilizado, mas o material tem que sair com qualidade. O trabalho a ser desenvolvido tem que ter qualidade, não é por ser uma família de baixa renda que vai fazer algo desqualificado ou utilizar materiais que estejam trincados. É preciso ter muito cuidado. Tem que ter qualidade. É uma solução, que dependendo se for bem colocado, instalado, nem dará para ver que é de segunda mão.

EXPERIÊNCIAS (benefícios e dificuldades)

- Qual foi seu primeiro contato com o termo ou prática de ATHIS?

Eu vou dizer que acho que é aqui no concelho, que foi um projeto que eu desenvolvi com mais tempo, digamos assim. Quando eu recebi o convite para trabalhar no conselho e realizar esse projeto de assistência técnica, para ser bem honesta, me deu um frio na barriga, por que a proposta era implementar tirando do papel uma lei. Eu sei que isso não é muito fácil, era isso que tinham colocado inicialmente, a ideia era implementar, fazer com que os municípios conheçam e implementem a lei de assistência técnica. Para mim isso era algo muito grande. Porque falamos de política pública e de questões do Brasil em que essas políticas são muito determinadas pelas pessoas que estão exercendo o poder. Só que, ao mesmo tempo, eu acredito que as pessoas do poder executivo, presidente, governador e prefeitos, por mais que elas existam, eu acredito muito mais naquelas que assessoram e trabalho dentro das repartições. Se você consegue conhecer pessoas que pensam de forma semelhante a ti e consegue vender. Às vezes precisamos vender diretamente para um prefeito essa ideia, ele assimila, entende e reconhece essa importância. Outras vezes, isso vem de uma forma atravessada, através de terreiros, da repartição pública, que acabam ganhando um capital político e consegue conquistar e fazer com que as ideias sejam implementadas. Para mim foi isso, o primeiro contato que tive com a questão da assistência técnica e para o que que era, qual o objetivo do trabalho.

[quando você ouviu pela primeira vez o termo ATHIS?]

Vou dizer que foi nesse trabalho do Rio de Janeiro, quando eu organizei uma espécie de seminário sobre cooperação entre instituições do Brasil, Alemanha e da África. Do Brasil, trouxemos colegas do Rio, São Paulo e do Pará, que emergiu esse assunto das assessorias técnicas. O trabalho era discutir sobre o trabalho técnico social dentro de um sistema de cooperação. As assessorias técnicas surgiram, trouxemos a Usina, Piabiru, Ambiente, Fundação Bento Rubião e depois trouxemos o pessoal da Pastoral da Terra, porque estávamos desenvolvendo um trabalho lá no Pará. Eles vieram e participaram desse seminário, foi aí que surgiu, para mim, pela primeira vez, esse termo a assistência técnica. De certa forma, é engraçado isso, antes mesmo disso, eu já havia prestado assistência técnica sem saber. Teve um trabalho que eu fiz para uma comunidade que demandava de um atendimento e orientação técnica, prestei um atendimento a eles quanto a uma escada a qual estavam reformando. Era uma construção totalmente irregular, naquela época não tinha assimilado esse termo, mas de certa forma já tinha trabalhado, depois eu aprendi o conceito e do que se tratava.

- O que você aprendeu dentro do gabinete de ATHIS?

Eu acho que o trabalho do gabinete, até o momento, me proporcionou uma bagagem e um aprendizado muito grande, nessas **relações entre instituições** e, principalmente, o que eu acho legal que é **atender as pessoas dos municípios**. Quando eles entram em contato e conversamos rapidamente pelo telefone ou por uma videochamada, explicamos para eles do que se trata a assistência técnica e passamos a entender um pouco dos problemas que eles atravessam quanto às demandas. Eu gosto muito dessas relações, de realmente **atender e conversar** mais no âmbito do desenvolvimento de possíveis projetos, ações e programas nessas cidades que envolva assistência técnica.

- Qual foi a experiência mais marcante dentro do gabinete de ATHIS?

Eu vou me lembrar da última, que foi a da prefeitura de Porto Alegre, me surpreendeu bastante as colegas da prefeitura, que aquilo que elas colocaram no curso tu vendo nas notícias que elas estão realmente tentando fazer, contornar e ganhar espaço dentro da Secretaria se motivando muito com o curso. Deu para perceber, em conversas paralelas internas, que na verdade os colegas, entre eles, nunca tinham se falado e colocar certas coisas em um ambiente externo, é diferente quando está numa prefeitura, que você não pode falar certas coisas, e eles estavam muito à vontade colocaram, ali, os problemas dos trabalhos deles. Na oficina, no último dia, isso foi nos relatado e agora deu pra perceber que eles vêm vindo num contínuo, que quando a gente recebe alguns retornos, observamos **que eles realmente estão tentando fazer**. Espero que eles consigam e que consigamos dar esse apoio mais adiante para o que for preciso. Tem um momento mais marcante para mim, que foi quando **o governo do estado resolveu colocar recurso**. O governo do estado já tinha um programa de melhorias sanitárias, mas era um programa que fazia 3 anos que não saía nenhum projeto ou convênio, porque quem coordenava esse programa dentro da secretaria de obras se aposentou e o recurso destinado para esse projeto voltava ano após ano. O Fausto tinha contato com o diretor de habitação, depois ele saiu, mas a gente tentou restabelecer, depois a gente começou a fazer reuniões. Foram feitas reuniões entre as instituições onde foi apresentado que o CAU teria recursos para criar iniciativas. Finalmente, no ano seguinte, em 2021, a gente assinou o concurso e o governo, na época, assinou 1.700.000 reais para fazer as primeiras melhorias sanitárias. Foi um alívio muito grande para nós, porque a gente estava muito desconfiado que aquilo realmente fosse acontecer e fosse executado, mas vindo de um governo, que é a entidade estadual, colocando recursos para que fossem executadas essas melhorias, foi muito gratificante para todos nós. Depois entraram muito mais recursos para esses projetos para 2023, estão colocando até um milhão de reais. A gente acha que é muito dinheiro, mas nem é muita grana se comparado com toda a demanda. Se conseguirmos desenvolver um bom projeto, esse ano, com essas cidades em que está acontecendo a assistência técnica, o próximo passo, eu acho, é conquistar a assistência técnica nesses recursos. Esse é o nosso alvo. É tentar conquistar recursos públicos para que pague por esses honorários desses profissionais, porque até o momento são utilizados recursos do conselho.

- Mudaria alguma coisa no projeto? O quê?

Contamos com o constante movimento, coisas que escrevemos em 2019, hoje já escrevemos diferente. O que tentamos sempre é simplificar os processos, os conceitos, ser mais reto na coisa. A nossa busca é sempre tentar simplificar elas.

- Qual foi a maior dificuldade de todo o processo ao aplicar a ATHIS?

O grande problema é que a gente identificou lá no início, mas conseguimos contornar a partir desse recurso do mobilizado. Era muito simples, da parte do conselho, falar que você tinha que aplicar uma lei, isso é muito fácil do CAU fazer e exigir. Mas como fazer? Percebemos que para se tornar parceiro, era importante para o conselho colocar recursos e dar contrapartidas. Hoje em dia, a gente percebe que a promoção de cursos de capacitações e prover pequenos pilotos podem ser ótimas contrapartidas. Essa é a forma como a gente está começando a compreender, que é importante dizer para as pessoas a forma como se faz e dar um pequeno recurso para que possam tirar do papel essa história. Uma das principais **dificuldades** desse processo era fazer com que nos **visse como parceiros**.

- E qual foi a sua maior dificuldade?

Eu brinco muito com o Paulo, digo que eu até deixei crescer meus cabelos brancos e talvez tenha que mudar um pouco meu visual, porque ele sempre ganha. Podemos falar a mesma frase, que sempre irão ouvir ele, por inúmeras questões que estão ali colocadas simbolicamente entre homem e mulher. Ele brinca e acha que não é bem assim, mas eu acho que é um pouco assim. Por exemplo, uma mulher jovem é mais difícil de se tornar ouvida em determinados ambientes. Coisas que o Tiago e o Paulo fazem e conseguem muito bem em qualquer lugar. Então eu acho que **a minha maior dificuldade é ser escutada**. Eu acho que os outros até me escutam. Mas a **dificuldade é tornar a sua voz e suas ideias compreendidas pelos demais**.

- Na sua opinião, o que a aplicação da ATHIS melhorou na qualidade de vida do morador/comunidade?

Tivemos a experiência de entregar um banheiro na semana passada em Caxias do Sul. Eu gosto muito de conversar com os colegas que estão na linha de frente, fazendo os trabalhos. É isso, identificar que a assistência técnica é só uma dimensão que você está tentando melhorar para essa pessoa, mas que ela enfrenta inúmeros outros problemas. A arquitetura e urbanismo é só uma parte da engrenagem, que para essas famílias, essas pessoas, que são atendidas, possuem inúmeras lacunas, ausências, vazios a serem preenchidos e que nós, como arquitetos, conseguimos contemplar só uma parte das demandas delas. Eu acho que tem muita potencialidade ao escutar as pessoas depois de receber a intervenção. São muito gratas e rapidamente exemplificam, para nós, o que aquilo vai trazer de **benefício e melhoria** para a vida delas. Às vezes são coisas muito simples, mas que trazem um **benefício, uma autonomia e autoestima** enorme, são mudanças significativas.

- Percebeu alguma mudança no entorno da ATHIS que poderia estar vinculada a sua ação?

Sim, eu lembro de um relato de um colega de Santa Rosa. Nesse projeto, as seleções das famílias passaram pelos agentes comunitários de saúde, que relataram que havia

uma determinada pessoa difícil de ter acesso e convencer a buscar por atendimento. Tentavam de inúmeras formas convencê-las a realizar uma intervenção dentária ou cirurgia, não me lembro ao certo, mas era alguma questão médica, na qual não se dirigia a UBS para fazer a requisição e encaminhar essa questão que ela precisava fazer. Mas que na semana seguinte ou na mesma semana da visita, finalmente procurou a UBS e fez um relato de que ela se **sentiu vista** a partir daquela recepção que ela teve de um arquiteto na casa dela. Justamente por estar **olhando** para onde ela morava e questionando sobre quais as **melhorias** que ela poderia alcançar, falando sobre os **sonhos** e outras questões como **autoestima**. Isso foi muito emocionante, porque parece que algo mudou para aquela pessoa a partir daquele atendimento. **Passou a buscar o auxílio da saúde**, aos quais os trabalhadores da área da saúde não conseguiram ter esse retorno.

- O que poderia ser melhorado para evitar a desinformação desta prática?

É aquilo que eu falei no início, de acreditar que a política pública é feita de uma forma voluntária, que a assistência técnica **não é voluntariado**, que é um trabalho como outro qualquer, como outros profissionais que também atuam com outras políticas. Uma outra desinformação, que agora está sendo muito divulgada através da televisão, rádios e jornais, justamente por ser um dado que está sendo muito divulgado e não temos muita compreensão de como as moradias próximas a nós ainda tem problemas e falta de uma infraestrutura tão mínima, que é um banheiro dentro de uma casa. É uma realidade tão próxima, que precisa ser urgentemente enfrentada. Os meios de comunicação estão tomando a frente desse projeto e sendo amplamente divulgado. Que ainda existem famílias que vivem em situações tão precárias, ao mesmo tempo que existem certas tecnologias avançadas e tantas outras que a gente pode pensar em nossas casas ou que estão sendo instaladas nas cidades. Isso é muito impressionante. Acho que a **sociedade não tem informação suficiente** sobre isso, muitas vezes são pessoas que frequentam as suas casas, que estão super próximos da gente e vivem em condições horríveis, nas quais não sei nem como qualificar.

- Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na prática da ATHIS?

Acho que é a questão dos tempos. A assistência técnica ainda está muito devagar. Quando é realizado um atendimento, até a obra estar concluída, a pessoa já passou por outras situações e talvez a obra planejada já não faça mais tanto sentido. **A assistência técnica tem que ser mais rápida.**

LEGISLAÇÃO (o q facilita e o quais os entraves)

- Qual o impacto da lei 11.888 na aplicação?

A gente sabe que ela parece ter um baixo impacto, porque é uma lei que tem 12 anos de existência e tem muita gente que não a conhece. A lei de assistência técnica por um outro lado, por si só, é muito sucinta e compacta. Eu acho que é fantástico, por falar de uma forma bastante simples do que se trata e já indicar formas de como pode ser realizada. Mas **é uma lei desconhecida**. Realmente é preciso uma ação estratégica, por parte do conselho, dar visibilidade a ela, já que queremos ter um **SUS**

da arquitetura. Precisamos colocar holofotes nessa lei, explicar a sua existência e como ela pode transformar a vida das pessoas. **Os municípios precisam se apropriar dela.**

- Na sua opinião, como é aplicado a lei e como ela deveria ser aplicada?

O problema é que a lei não é aplicada. Assistência técnica tem uma questão de conceito que não pode, na minha opinião, se transformar em políticas de grande escala. O que eu quero dizer com isso, a assistência técnica possui no **conceito** dela, tornar a arquitetura e urbanismo acessível para as pessoas. É uma coisa muito unitária, trabalhando em universos de peculiaridades. Não podemos correr o risco de tornar ela engessada. A escala é uma questão difícil. Dificilmente você vai chegar à escala como foi o Minha Casa, Minha Vida, em que havia lotes de mil famílias sendo atendidas, esse número é muito grande para assistência técnica. Porque ela tem essa questão do particular, é preciso cuidar da questão de como dar escala para sem perder a qualidade. Quando se trabalha com reforma, essa questão do banheiro, estamos pegando casas e construindo uma nova unidade, digamos assim, condicionada ao que há no local, não estamos realizando a reforma do banheiro, porque isso seria outro escopo de trabalho. Estamos tentando dar escala dentro de uma particularidade que é casa a casa, adequando ao que a família deseja e desenvolver essas soluções. Eu acho que fica essa questão, como transformar a assistência técnica em uma política de grande escala, talvez em algumas situações ela possa ser conduzida dessa forma, mas está intrínseca a ela essa **questão da individualidade.**

- Percebe alguma lacuna na legislação atual? Mudaria, retiraria ou acrescentaria alguma coisa?

Para mim, ela está ótima assim. A questão da assistência técnica, para mim, **é criar instrumentos para pôr ela em prática,** então vai precisar realizar credenciamento de profissionais, empresas que executem esse serviço e criar procedimentos dentro da prefeitura de fiscalização de obra. Tem algumas questões que precisam ser vencidas, mas a lei, por si só, pra mim, ela basta.

- O que falta avançar na legislação ou na qualidade dela?

A lei de assistência técnica precisa ser convencida e ter interesse político em implementá-la, é a partir disso que vai se descobrindo formas de torná-la possível e dando escala.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO SANDRA M. F. MARINHO

APRESENTAÇÃO

Arquiteta Sandra Maria França Marinho é formada pela Universidade de Brasília (2001-2005); Especialista pelo curso de "Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística" pela FAU-UnB (2016-2017). Atuou em escritório próprio, entre os anos de 2009 a 2016, na área de desenvolvimento de projetos residenciais e comerciais, gestão e execução de obras de edificações. Desde 2016 faz parte do corpo técnico da CODHAB-DF realizando a implementação da Lei Federal nº 11.888/08 no DF. Em 2017 passou a coordenar e formular Programas Habitacionais voltados à consolidação da ATHIS dentro do Governo do Distrito Federal (GDF). Representou a Companhia no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) e no Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social (FUNDHIS) entre outubro de 2020 e setembro de 2022. Além disto, contribuiu com a realização/organização das Jornadas de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - JATHIS, entre os anos de 2017 a 2019, e foi coordenadora técnica do Cursos de Capacitação ATHIS BSB, em 2020, juntamente com representantes do IAB/DF e CAU/DF. Participou como convidada da Comissão Temporária de Assistência Técnica (CTAT-CAU/DF) em 2018 e 2019, e da Comissão Temporária de Política Urbana, Ambiental e Assistência Técnica (CPUA-CAU/DF) deste mesmo Conselho em 2019 e 2020. Além disso, fez parte da Gestão do CAU-DF (2021-2023) no qual atuou como coordenadora da Comissão Temporária de ATHIS.

CONCEITO (compreensão da percepção do entrevistado)

- Na sua opinião, do que se trata a ATHIS? O que ela abrange?

A **ATHIS é claramente uma política**, isso precisa ficar bem claro, porque como temos o avanço na discussão sobre o direito à moradia em áreas consolidadas, hoje a gente diz que a atuação do profissional dentro dessas áreas é assistência técnica, então assistência técnica é uma responsabilidade do estado, isso precisa ficar bem claro. É claro que o arquiteto, dentro da comunidade, pode fazer assistência técnica, mas esse não é o carro chefe dele, então como subsídio, tudo aquilo que é subsidiado para famílias abaixo de 3 salários, em situação de vulnerabilidade social, econômica e habitacional, se ela for subsidiada, ela é uma assistência técnica, então o arquiteto pode fazer uma política pública? Pode, porque a política pública é feita por diversos atores, mas quem tem que estar à frente dessa situação é o estado, a responsabilidade tem que ser totalmente do estado, pode ter apoio da sociedade para fazer a construção desse caminho, mas nunca delegar isso a outros atores como a responsabilidades principal destes em detrimento da dele. **A assistência técnica é levar o direito à moradia, um direito constitucional, que está previsto no estatuto da cidade, em outros instrumentos normativos, sobre a responsabilidade do estado de uma forma completa**, o que vemos como um grande desafio, inclusive para o distrito federal, completar esse caminho com êxito.

- O que os programas de ATHIS tentam desenvolver ou solucionar?

Eles tentam **solucionar um problema** que nasceu junto com a tentativa de **acesso ao direito à moradia** de pessoas que **autoconstruíram** suas moradias **sem o acompanhamento**, ou seja, com a ausência do estado, naquele momento de necessidade de se prover um direito constitucional. Ela procura solucionar essa herança, esse passivo que ficou pra trás e que naturalmente o estado, por ter uma velocidade muito menor do que a própria formação da construção da cidade, consegue acompanhar. Então a ATHIS tenta **mitigar o problema instalado**, mas eu acho que ele **busca reconhecer a ineficiência do estado no momento atual**, quando se tem a assistência técnica necessária, isso quer **dizer que o estado foi ineficaz no seu papel de acompanhamento e construção de toda uma sociedade**. A ATHIS procura desenvolver uma metodologia, ou seja, procura formar, formatar, uma ferramenta para um problema habitacional. Então a assistência técnica, pra mim, é isso. É como se o estado fosse o centro cirúrgico e ali temos o déficit habitacional quantitativo, para isso temos uma política pública que popularmente já é muito conhecida, que é a autoconstrução de novas unidades. Mas não tínhamos até então, pelo menos no caso de Brasília, uma ferramenta ou um remédio que respondesse a um problema de saúde na cidade, que é a assistência técnica. **Ela me parece como um remédio específico para uma doença específica que existe dentro da cidade**.

- Na sua opinião, qual o público que mais precisa dessa atividade?

Áreas consolidadas, regularizadas recentemente ou regularizáveis, não precisam estar com o processo de regularização fundiária completo para acessar esse tipo de direito. Seguindo a lei federal, aquelas de 3 salários mínimos, é o que diz a lei, mas sabemos que com a nossa vivências nesses 3 últimos anos, eu diria que **estamos trabalhando para uma linha de abaixo de 1 salário mínimo**, apesar da lei fazer referência a três, pelo menos na CODHAB, não vem atendendo famílias acima de um salário mínimo já faz muito tempo. Estamos falando de uma **população extremamente vulnerável**, empobrecida e sem conhecimento de um direito que lhe cabe constitucionalmente.

- Qual o papel social do arquiteto?

O arquiteto tem que ter sua consciência quanto a que impacto ele traz a vidas das pessoas, de um modo geral, quando se fala da função social, é feito um recorte num público de atendimento que está muito fora do escopo normal, que é vendido para um futuro profissional que está dentro da universidade e que vai acessar o mercado. **Então ele entendo como mercado tradicional**, um mercado que está reservado para aqueles **15%**, da pesquisa do CAU, que ele acha que vai acessar, só que sabemos que **a função social** dele está voltada aos outros **85%**, mas mais que isso, para uma **parcela da população que realmente desconhece o que é o arquiteto e qual o impacto que ele traz pro empoderamento daquela família**, pro retorno dessa família ao mercado de trabalho, para o acesso a educação de maior qualidade, porque estamos falando do espaço que esse arquiteto tem a capacidade de potencializar dentro daquela família, de uma proteção de criança e idoso, quando ele consegue mostrar que a privacidade, um espaço separado para crianças ou para idosos, prazo a qualidade de vida para aqueles usuários. Então a função social é a de demonstrar que ele leva direito constitucional assim como médico, então a habitação estando dentro

do rol dos direitos fundamentais, o arquiteto ele é esse ator que desempenha esse papel por meio de sua função, também eu acho que é um retorno para a própria sociedade, principalmente os arquitetos que são formados dentro de universidades públicas. Esse **retorno para a sociedade**, por meio da sua atuação, é uma função social também.

REFERÊNCIAS (em quem ou no que se baseou)

- Quais foram as referências que subsidiou a sua prática? Livro, exemplo aplicado, ação, curso ou experiência?

Em Brasília, tivemos como referência o arquiteto Gilson Paranhos, que foi o presidente da CODHAB, estou dando referência de atuação política, porque muitas vezes eu poderia citar o Alejandro Aravena com arquiteto de referência, evidentemente, acho que vai entrar como referência para vários arquitetos que atuam com HIS, mas precisamos falar de arquitetos que atuam politicamente. No meu caso, como eu sou uma arquiteta que trabalha, hoje, muito nessa parte política, da venda, da conscientização, mostrar que é importante, as minhas referências são os arquitetos Clovis, Zezé Ribeiro e Gilson Paranhos, são pessoas que falam e convencem constantemente a sociedade e outros atores políticos, sobre a importância da implementação da lei. Então eu **destacaria** esses arquitetos que estão voltados a implementação da política e não necessariamente a materialização, é muito importante você ter exemplos para visualização, mas entender politicamente a articulação que é necessário, desde o congresso até uma câmara de vereadores. Por exemplo, pra mim fez toda a diferença, é onde eu acho que eu me encaixo hoje como arquiteta social, não da ponta, eu já fui da ponta, mas hoje eu me vejo em uma posição estratégica da parte política, então arquitetos que falam de política de assistência técnica ou fizeram a diferença para construir a pessoa e profissional que sou hoje.

ATORES ENVOLVIDOS (Participantes, atores, patrocinadores e público)

- Quem são os participantes das ações desenvolvidas?

O usuário é o principal, porque aonde a gente quer chegar, mas eu destacaria **a equipe multidisciplinar**, arquiteto, engenheiro, assistente social, esses são os primeiros. Temos psicólogos, advogados, geólogos, biólogos, médicos da saúde da família, esses atores que estão entre, vou focar na implementação da assistência técnica, vamos ter a decisão de fazer e aonde queremos chegar, é uma correntinha formada por profissionais multidisciplinares. Assim como pessoas, como espaços físicos, eu diria que as UBS, CRAS locais, porque aí estamos falando daquilo que acolhe os profissionais, então quem me acolhi dentro da comunidade quando eu quero fazer o convencimento lá dentro do território, são as assistentes sociais que trabalham dentro dos centros de referências sócios assistenciais, por exemplo locais. Esses **são os espaços físicos e outro é a parte profissional multidisciplinar**.

- Quais os critérios para a seleção do público que será atendido pela ATHIS?

De uma forma geral, a gente tem que pegar a lei federal para trazer **os 3 salários mínimos**, a partir daí, você tem que **ter a poligonal de atuação**, que tem que ter uma chance de regularização, se ela tiver uma característica já, como urbanistas que a gente olhe e já percebe que ali não existe como fazer a remoção ou a realocação daquelas famílias, naturalmente já é um público, um recorte viável de atualização, que não estejam morando em residência em área de risco, ou seja, que não coloque a própria vida do núcleo familiar em risco, consideramos passiva de atendimento. No caso do discurso federal, tem que morar pelo menos a 5 anos dentro do DF e não pode ter tido outro imóvel no nome. Além disso, não pode estar escrito em outro programa habitacional que caracterize o recebimento, ou seja, oferta de moradia nova.

- Qual a média salarial dos selecionados para receber a ATHIS?

Pela lei até 3 salários mínimos, mais no DF gente **não vem atingindo um salário mínimo**. a gente não chega a pegar famílias que recebem 300 reais, a composição inteira, a somatória dos benefícios gerais, estamos falando de um somatório que dá, às vezes, apenas o antigo bolsa família, que vai variando conforme a renda, mas não ultrapassa 350 reais muitas vezes.

- Quantos moradores estavam em áreas de risco e vulnerabilidade social?

Na verdade, **não atendemos moradores em área de risco**, o que atendemos na verdade é moradores oriundos de áreas de risco que foram realocados pela CODHAB, em lotes em que realizamos a distribuição por meio de outra diretoria. São diretorias separadas que vão cuidando de suas próprias funções regimentais, então o que acontece é eles serem oriundos, mas em área de risco não existe atendimento. Com relação à **vulnerabilidade social, são altíssimas**, pegamos situações muito preocupantes, sabemos que nossa atuação dentro daquele núcleo familiar, vamos dizer dentro daquela residência de uma forma mais objetiva, vai ser a única chance desse morador melhorar aquela unidade. Então aquela conversa de que fazemos o mínimo para o morador dar continuidade, isso funciona para determinada faixa de renda, para faixa de renda que focamos, aí estamos falando nos piores dos piores, é isso que fazemos, focamos nos pobres dos pobres, as pessoas as vezes não falam a palavra pobre, mas é isso que fazemos. Quem é o mais pobre? Quem é o mais vulnerável economicamente e socialmente? Enfim, é nesse que a CODHAB vai atuar, estamos de novo reforçando que é abaixo de um salário mínimo.

- Como ocorreu o primeiro contato com a comunidade ou morador?

No caso da CODHAB, foram por meio das instalações dos postos de escritórios públicos de arquitetura, que eram chamados de postos de assistência técnica, dentro de áreas de regularização de interesse social dentro do Distrito Federal, isso foi feito de forma gradual, entre 2015 e 2016, principalmente. A partir dessa imersão, desse contato, foi verificada algumas necessidades, a intenção é que realmente fosse direto para melhoria habitacional e depois passamos para parte edilícia, mas verificamos que a parte de regularização fundiária de espaços públicos era uma área que, primeiro, era mais urgente em termo de demanda, por não terem conhecimento do direito, a questão da melhoria habitacional por exemplo. Então eles iam atrás de informações de regularização fundiária, por meio desses espaços físicos, algumas

vezes cedidos pela comunidade, em outra etapa alugados pela CODHAB e na última fase, que foi em 2018, espaços adquiridos, personalizados para o desenvolvimento do trabalho dentro das comunidades. Essa foi a forma como fizemos o primeiro contato, isso ocorreu entre 2015 e 2018, que foi a metodologia aplicada à decisão de fazer, com o arquiteto Gilson Paraíso, que era o então presidente da companhia naquela época.

- Quem realiza a ATHIS (obra)? Quem fica encarregado?

Nós temos 2 modos de fazer, um é diretamente pela equipe, em que nós temos entre 2015 e 2018, com maior volume e maior quantidade, com uma equipe maior de arquitetos, no qual eles eram responsáveis pelas decisões de projeto e acompanhamento de obra, ou seja, eles eram os executores do contrato. No final de 2016, até o final de 2018, ele pegou até 2020, se não me engano, nós tivemos escritórios terceirizados, então fizemos processos licitatórios chamado empresas de arquitetura e engenharia. Foram sendo instalados esses escritórios dentro das comunidades como se fossem réplicas da CODHAB dentro da comunidade, onde o arquiteto passa para um nível mais gerencial. Com isso, a nossa tentativa foi de conseguir escala, **o problema da assistência técnica é a questão da escala**, então quando trabalha com o corpo técnico dentro de uma instituição você nunca vai conseguir escala, é impossível você conseguir escala, é um trabalho muito personalizado que demanda idas e vindas de conversa com aquele beneficiário, então se você não **tiver multiplicadores**, você não consegue dar escala, por isso trabalhamos nesses 2 níveis de atendimento e prestação de assistência técnica.

APLICAÇÃO (Projetos/procedimentos/etapas/prazos)

- Quais foram os primeiros passos para a estruturação do processo?

Acho que o principal passo **é a decisão de fazer politicamente** dentro da companhia, a segunda é fazer a composição multidisciplinar, fazer uma estrutura organizacional que receba a política de assistência técnica como uma diretoria, uma organização, fazer uma previsão de recurso, fazer a metodologia de processo licitatório e o entendimento do que é a política de assistência técnica pública, para que não haja uma frustração no processo, de achar que você vai ter 20 mil unidades reformadas em 4 anos, sem entender que o 'minha casa, minha vida' tem o papel dele e a assistência técnica tem o papel dela.

- Como são desenvolvidos os projetos de ATHIS? Método/etapas?

Primeiro tem o mapeamento dos principais problemas, que dividimos em **2 etapas**, uma é a **decisão**, ao que a gente chama do projeto 'na medida', que é a prestação de assistência técnica em si, onde temos uma equipe multidisciplinar que a parte social habilita essas famílias com o recolhimento de documentação e da habilitação, já a parte técnica é o que habilita a unidade. A partir daí desenvolvemos os documentos necessários internamente para administração pública como o **memorial descritivo, projetos e planilhas orçamentárias** para poder fazer uma previsão de recursos para o atendimento de uma determinada localidade. A partir desse momento que a gente

tem o dinheiro, que temos o recurso dentro da companhia, temos a lista de beneficiários, se fecha um pacote de projeto de oferta a empresas que são previamente credenciadas na companhia, são empresas de engenharia e arquitetura. Na segunda etapa é feita a **execução** da obra. Os profissionais de assistência social fazem o acompanhamento do início ao fim.

- Quais os dados que devem ser levantados para um projeto de ATHIS?

Primeiro é a **patologia**, porque a partir da identificação das patologias, muitas vezes as soluções já estão prontas, então você aproveita as soluções replicadas faz com que você ganhe velocidade, identificando o problema, já tendo uma previsão, uma perspectiva de solução. Então você faz o desenvolvimento de uma planta simples, primeira coisa é o entendimento de que o arquiteto, no processo de assistência técnica, ele não precisa de muitos papéis para fazer a prestação de assistência técnica, ele tem que ser muito conciso, muito simples na linguagem para que consiga passar de forma clara ao morador o que realmente vai ser feito ali dentro.

- Quais os prazos estipulados para cada etapa?

A gente **não tem prazos individuais**, mas costumamos em 3 meses, vamos dizer se o recurso tiver dentro, tudo depende do recurso, eu te digo hoje, que nesse momento estou atendendo famílias de 2 anos atrás por conta da pandemia. O que era para ser feito no máximo em 4 ou 5 meses, está sendo feito em 2 anos, então o prazo ideal é que de 3 a 4 meses essa família consiga ser **identificada, atendida** e ter seu **processo fechado** dentro da companhia, esse é o processo ideal. Claro que estamos falando também no tipo de problema que você vai resolver, se você vai resolver uma reforma, que é uma ampliação, por exemplo uma reforma no banheiro interno é uma coisa, se você vai pegar a solução e o banheiro é acoplado, ou seja, você não interfere na vida da família, por fora da casa é possível resolver o problema, o prazo vai diminuir, se você tá falando de uma reconstrução, que aí a gente fala da precariedade habitacional e não na inadequação, vai levar mais tempo. Por isso **existe uma variação**, tem casos que podem chegar a seis meses no pacote da empresa, porque ela não fala vou levar 2 meses para sair esse atendimento e 3 meses pra cá, ela pega o conjunto e fala que esse conjunto eu fecho de 5 meses, às vezes tem casa que a gente, com o projeto já pronto, em 15 dias resolvemos e tem casas que com 2 meses é que a gente vai conseguir acabar.

- O público alvo participa da tomada de decisão?

Ele **participa** porque levamos o problema e a sugestão de solução para ele, é claro que muitas vezes a **expectativa dele não é aquilo que tecnicamente o arquiteto entende como o seu melhor**, assim como às vezes a solução do arquiteto não é indicado pela assistente social. Então a tomada de decisão, a interferência na decisão final da solução, do que vai ser feito, ela envolve todos os atores e o aceite final desse morador, por isso até a assistente social opina sobre o projeto.

- Foi previsto a utilização de materiais sustentáveis ou reutilizados?

Utilizamos. Costumamos, por meio de parceiros, ganhar alguns materiais, então sempre que possível, fazemos a reutilização de materiais que são retirados de

reformas de imóveis novos, por exemplo, no mercado tradicional, um cliente muito novo, que foi entregue a pessoa que quer reformar um apartamento inteiro, às vezes, tira a bancada, louças, portas, esquadrias, então a gente costuma se aproveitar. As soluções tecnológicas, de sustentabilidade, não chegamos ainda nesse nível de falar publicamente, de assumir, que usamos placa solar nas nossas residências, isso a gente não conseguiu. Eu acho que vai chegar esse momento, mas é uma política ainda muito nova que ela ainda passa por muitos desafios, em que tem que **provar que ela pode rodar**. Então acho que o nosso principal desafio, hoje, é provar que a gente pode gerar números de atendimento, porque isso politicamente, infelizmente, é importante para aquele que vai alocar o dinheiro dentro do programa, por exemplo, mas eu acho que é um caminho inevitável, que assistência técnica ela **tem que tá ligado a sustentabilidade**, isso ainda precisa evoluir, eu vejo claramente essa possibilidade para os próximos anos.

- Qual e como foi a primeira intervenção realizada?

A primeira intervenção foi realizada na casa da Dona Irene, hoje é uma região administrativa do Sol Nascente, trecho 2, pela equipe que começou o trabalho. Esse primeiro atendimento foi feito sem nenhum recurso, a equipe desenvolveu o projeto, a moradora tinha um recurso reservado para a reforma e a arquiteta, que estava na época a frente desse escritório, doou alguns materiais. Com isso rodamos o nosso primeiro caso emblemático, que inclusive foi reportagem do fantástico, disponível no YouTube.

- Foi possível seguir o cronograma previsto para a realização? Houve atrasos? Qual o motivo?

Com certeza, a **ATHIS não é diferente de uma obra tradicional**. Então assim, planejamentos foram feitos, mas dificilmente a gente conseguiu começar e terminar dentro de um planejamento de papel, porque quando chega na comunidade, você tem muitas coisas, você tem um beneficiário dentro da moradia, só isso daí é uma mediação de conflito, tem que ficar atenta para não ter um problema nem com as **empresas**, nem com o **núcleo familiar**. A assistência técnica **você planeja porque você é obrigado**, você precisa como arquiteto ter uma noção do que está envolvido naquele atendimento, mas só na **prática** é que você vai conseguir verificar essas alterações que vão acontecendo. São alterações simples, fazer a assistência técnica em final de ano, onde você tem, por exemplo, problema de cobertura, então isso gerou muito atraso de cronograma. A família dentro da unidade atrasa demais, porque ela não tem pra onde ir, por já estar em uma situação de vulnerabilidade, o espaço já é pequeno, você tem que tá movendo os materiais, a homília do morador de um lado para o outro, tudo isso vai interferir.

- Todos os projetos foram realizados com profissionais especializados? Ou teve casos de mutirão e autoconstrução?

Não, todos os projetos da CODHAB foram realizados por meio de contratação própria para que a gente tivesse a **segurança jurídica e administrativa** de início, meio e fim. Quando você fala de assistência técnica executada diretamente pelo estado, você tem que tomar alguns cuidados, responder pelo recurso é um deles.

Então você não pode, eu estou falando desse caso que a gente atua hoje, aí eu vou dar um outro exemplo, nesse caso a gente tem que ter o início, o meio e o fim. O incentivo do mutirão, não foi feito nesse processo. Agora foi feita a **inserção de algum beneficiário dentro do processo geral?** Sim, por exemplo, as empresas que trabalhamos são de pequeno porte, muitas vezes o **morador** de uma casa foi **contratado para trabalhar** naquela empresa em outra casa, ele só não pode trabalhar na casa dele. É a regra. Ele se insere dessa forma, essa é a metodologia de segurança para eu ir gerando números. A questão da autogestão, como é que a gente a incentiva, em 2019, foi comprado um maquinário para execução de **tijolos ecológicos**, atualmente, essas máquinas estão com o movimento MTST, aqui de Brasília, eles trabalham como apoio de uma assessoria técnica, essa assessoria que faz a **capacitação**. Como é que o estado entra? Cedendo o equipamento, são dois maquinários, duas prensas e uma esteira, ainda manuais, porque quisemos fazer um investimento baixo para entender como seria esse processo de levar essas máquinas para dentro de um movimento, como que iríamos medir essa produção, como iríamos fiscalizar. Apesar da máquina ter sido comprada em 2019, foram dois anos, aí veio a pandemia que atrapalhou também, pra acharmos o grupo certo para fazer um empréstimo, agora nesse momento eles estão fazendo esse processo de capacitação, inclusive esse grupo que está fazendo a assessoria técnica está sendo financiado, parte desse custo deles dentro dessa capacitação, está sendo financiado por um edital do conselho de arquitetura do brasil (CAU/BR). Eu como arquiteta e urbanista, como planejadora, vejo que esse é o caminho para **incentivar** a autogestão, procurar **movimentos organizados**, ver o que eles precisam de apoio e aí fazer a necessidade de eles serem atendidos pelo estado. Foi a melhor forma que eu encontrei, porque nós somos muito pouco para uma demanda muito grande e a auto gestão precisa de um processo de imersão, processo de movimento e um processo de **confiança**. **O estado não consegue fazer isso**, não tem como ele fazer isso. Então pra isso precisamos dos outros atores que são as ongs, escritórios que prestam a assistência técnica, os negócios sociais, as entidades de classes, por meio desses parceiros é que estamos iniciando essa experiência. No caso do MTST, eu vi que era o **melhor grupo** para colocarmos seria eles, porque foram beneficiários de lotes urbanizados, e o estado tem um problema, um defeito, ele entrega o lote urbanizado, dizendo que ele está entregando moradia digna, só que se você pega uma família de realocação, movimento que está ali pelo direito à moradia, you entrega o lote urbanizado sem a assessoria técnica e sem os meios para gerir a autoconstrução, **você coloca de novo essas famílias em déficit habitacional**. Eu vejo, que esse é um meio complementar da assistência técnica, a outra execução de política, que é a entrega de lotes. Claro que precisamos falar, quando a gente fala nesse ponto, estamos falando de uma **evolução da assistência técnica**, estou falando de um **banco de materiais** do distrito federal, do governo, eu estou falando de instalação de um maquinário, com maior potência de produção, que produza mais tijolos, eu estou falando de uma aproximação de um grupo que tem nas suas premissas uma luta muito forte pelo direito à moradia, dentro de uma gestão que teoricamente e politicamente não é alinhada com os princípios de grupo que trabalho com direito à moradia tão forte como o MTST. Mas entendendo que estamos falando de uma política pública, a gente tem que deixar a visão partidária, a visão do que eu acredito como um grupo de atuação política e olhar para a execução política, de fato, pública, que atenda a grupos que se

organizam. Vemos que isso é uma necessidade que precisa retornar a esses grupos que pleitearam por moradia, precisam ser organizados e estarem unidos, que é justamente o diferencial do MTST. Então eu acredito que com essa experiência, possamos mais tarde falar de materiais de apoio, de uma forma geral, seja por doação ou aquisição e distribuição, por exemplo, e também, por meio da instalação de maquinário em um pátio.

- Quantos projetos já realizaram? Quantos e como foram aplicados?

Estamos passando de **1200 projetos**, acho que agora, devemos estar em **25 metros quadrados de intervenção**, temos que considerar dentro desses números desde intervenções habitacionais até intervenções urbanas, que é pela requalificação de espaços degradados, depósitos lixo, alvos de invasão, é uma mente geral. Eles foram **aplicados** nesses **2 eixos**, na parte **urbana**, por meio das ações de urbanas comunitárias, que foram de 2015 a 2018, e a parte de prestação de assistência técnica de projetos e reformas, que veio de 2015 até os dias atuais.

- Quantas pessoas foram contempladas?

Mais ou menos 1200, a gente considera esse atendimento médio, é **de 1200 a 1500**, a gente pode fazer uma multiplicação por 3,3 beneficiados por núcleo familiar, que é o que o IBGE considera, então vai dar mais, mas atendimentos diretos é por aí, os 1200.

- Dentre os projetos realizados, qual o ambiente com mais necessidade de intervenção?

Aqueles que mais precisam dos projetos, falando da parte edilícia, assim aquela questão dos **banheiros, a parte hidrossanitário**, eu acho que é a parte mais importante, e em segundo lugar eu diria que a questão do adensamento que leva a alguns problemas de violência dentro de casa, contra crianças, mulheres e idosos.

- O que o(s) morador(s) buscava quanto ao serviço?

Na maioria deles, eles **buscam por um sonho**, de colocar o porcelanato no chão, rebocar a parede, fazer um quarto iluminado, ventilado, para o filho poder estudar, então eles buscam por sonhos. Eles trazem a questão do **pisso**, mas ali ele está trazendo uma história de vida, fugindo da origem dele, por exemplo, muitas vezes, de uma casa de pau-a-pique, com chão batido, que era dos pais, enfim, eles buscam nisso, como se tivessem a dignidade representada por um revestimento no chão, mesmo que a casa dele esteja cheia de rachadura.

- Foi utilizado materiais sustentáveis ou reutilizados?

Reutilizado, sim, por exemplo, muitos vasos, pias, janelas e portas são um dos materiais que mais usamos. Conseguimos muita doação de revestimento, também para o pisso, porque às vezes, **o nosso recurso não dá pra tudo**, então são escolhas difíceis que a gente tem que fazer dentro do processo. Psicologicamente o arquiteto, que aí eu chamo de arquiteto social, ele tem que ter consciência que as escolhas que ele vai fazer dentro do atendimento, no caso, os arquitetos trabalham dentro da CODHAB, vão fazer escolhas que vão trazer consequências, às vezes a

consequência psicológica é tão forte que tiramos dinheiro do bolso para terminar uma determinada situação, porque psicologicamente, como profissionais e seres humanos, precisamos dormir bem, mas isso é uma característica que varia de profissional para profissional. Então, dizemos aqui na CODHAB a **prestação de assistência técnica é muito personalizada**, por que é muito pelo que eu acredito, por uma vontade de fazer e de ver o ser humano, você realmente se põe no lugar dessa família, não de um atendimento, reformou o piso, vamos em bora e acabou, não, às vezes atuamos muito além disso.

- Houve alguma mudança no processo entre a primeira e a última ATHIS realizada?

Com certeza houve, por exemplo, querer reformar a casa inteira do beneficiário, não dá, por mais que nos doa, porque **nós somos feitos dentro de uma lógica da perfeição**, não dá, simplesmente não dá. Então **assumir que a gente não consegue é a grande postura evoluída do profissional de assistência técnica**. Se a gente for falar da assistência técnica, temos que entender que o recurso é do estado e que a política tem que dar conta. Como fomos mudando isso? O recurso que a gente aplicava inicialmente, foi sendo ajustando com o tempo, conforme com aquilo que fomos amadurecimento e conseguindo fazer o convencimento. Então, entender por exemplo, que com toda a relevância que se tenha, fazer só o banheiro daquela família, é bonito, mas não é o suficiente. A gente não chega naquele morador, de 2 a 3 salários mínimos, estamos chegando abaixo de 3 salários mínimos, quando a CODHAB entra, já vem com a posse de um recurso muito alto. Eu te digo assim, eu posso ter alguns conhecimentos nesses últimos meses, mas se tiver mudado eu acho que você pode até me ajudar a levantar esses dados. Eu tenho quase certeza que **a CODHAB é o órgão público que mais aplica recurso por unidade**, aplicamos, hoje, isso foi alterado há umas 3 semanas, aplicamos até 35 mil reais para reformas e até 75 mil para reconstrução, e eu só estou falando da segunda etapa, eu não estou falando nem da primeira etapa que contratávamos escritórios com a prestação de assistência técnica com a equipe multidisciplinar, porque aí eu somaria uma média de mais 6 mil reais mensal para uma estrutura de um escritório, com taxa administrativa, técnica, visitas, levantamento de dados, desenvolvimento de laudo social, na federação. Então, somando esses 35 com os 6, você vai ter **41 mil reais por assistência técnica prestada**, é um valor muito alto. **A nossa preocupação não é fazer atendimento em quantidade, mas em qualidade**.

- Já realizaram algum tipo de retorno nas atividades já entregue para verificar como está a obra e coletar a percepção do morador depois de algum tempo?

Sim, como está a obra é constante, não se afasta da obra enquanto ela não termina e mesmo quando termina a assistente social volta para fazer a avaliação pós ocupação, entender se aquele beneficiário, se o que foi feito foi atendido, se existe algo que ficou pra trás, a expectativa e, às vezes, até mesmo se aquele morador deu continuidade a um ponto que não conseguimos atender, no início, **era muito comum não conseguir rebocar a parede**, fazíamos a casa, instalava o piso, fazia a parte elétrica, fazia telhado, instalação de esquadria, mas o dinheiro não dava pra rebocar. Por muitas vezes e sabemos disso, voltávamos um ou dois meses depois e

aquela família tinha se juntado para comprar o saco de cimento, a areia e o vizinho, pai ou tio, sempre tinha um pedreiro por perto, tinha rebocado e pintado. Então, essa parte dentro das comunidades, que sabemos que se encontra com facilidade, como por exemplo o pedreiro, quando vamos tomar essa decisão de deixar algo para trás, deixamos algo que seja viável de ser terminado.

- Houve integração dos órgãos legais (prefeituras)? O que foi preciso encaminhar?

Como o DF é particularmente diferente, a gente não tem esse intermediário, é isso que faz com que consiga andar, quando chegamos nesses lotes a água e luz normalmente já estão ligadas, ou seja, não precisamos falar com as concessionárias, o que é ótimo, porque se precisássemos falar, ainda estaríamos no primeiro caso e não estaríamos conversando hoje. A assistência técnica tem que ser entendida como um *As built*¹⁰, quase 80% delas você não vai conseguir regularizar, a parte edilícia, com os afastamentos, aberturas, a norma, que o poço de ventilação tenha tanto por tanto, não dá, você tem que ficar escolhendo o que você faz, você faz um **poço de ventilação menor** para não correr risco que aquilo **vire um quarto**, mas que garanta o **mínimo de entrada de luz e ventilação**, e aí você separa os pais, os tios, os primos, as crianças dos adultos, **ou você deixou o poço no tamanho correto**. Isso é outro passo que tem que evoluir, que aí, acho que vai ficar para os próximos 4 anos, caso eu fique, porque eu não sou concursada, eu vim para a implementação e acabei ficando além, é algo que precisamos evoluir na discussão da legalidade de atuação dentro dessas edificações. Deixando claro, sempre preservando a legalidade, na aplicação de norma, mas quando não dá, você faz o que é possível, o que não pode é falar que não vai fazer, porque, por exemplo, a senhorinha que vive a 30 anos com a janela virada pra rua, eu como arquiteta não vou falar para ela tampa a janela porque na norma diz que não pode, se eu fechar a janela aquela senhorinha morre, porque é ali o ponto que ela tem de segurança para se comunicar com os vizinhos muitas vezes. Então, tudo isso tem que ser realizado, acho que esse é um debate que vai ser mais pra frente. Hoje o debate é como aplicar, como ir pra dentro dessas comunidades.

- Qual a perspectiva para o futuro?

Eu acredito que a gente esteja em um **momento bom da assistência técnica a nível nacional**, mas assim, fazer ela acontecer na ponta é muito importante para se provar que é possível, mas a gente já tem exemplos, eu considero assim, por mais que não

¹⁰ *As built* é uma expressão em inglês que significa “como construído”. Em vários textos sobre arquitetura, construção civil e normas vigentes que regulam esse tipo de projeto, a terminologia em inglês representa exatamente a sua tradução para o português, ou seja, um projeto *as built* tem como objetivo demonstrar a **situação atual do empreendimento**. Um projeto *as built* funciona de forma semelhante a um laudo técnico, mas sua principal diferença é no nível de detalhamento das informações verificadas na visita, que então são apresentadas em um projeto. Verifica-se o estabelecimento como está – incluindo detalhes da fachada, instalações elétricas, hidrossanitárias, estruturas metálicas, sistemas de ar condicionado, etc.

estejam completos, no Rio de Janeiro teve 4 matérias de assistência de não sei quantas mil famílias, é claro que isso tem que ser monitorado, porque a gente sabe da dificuldade, quando eu vejo matérias com números muito grandes e a gente já passou pelo processo, é uma logística violenta para fazer a coisa acontecer. Políticas como assistência técnica, se você não tiver um ator político, ali dentro da estrutura, que seja fixo, ela é muito facilmente desmontada atualmente, por que ela não tem previsão orçamentária, se não discutirmos orçamento para os próximos anos, peças orçamentárias, a gente está falando de uma política muito delicada, de uma política que se você não fala com o gestor, começa a trocar os dirigentes de uma companhia, de uma secretária, de uma empresa, isso está previsto no PPA por isso você vai ter que executar, se não quiser colocar dinheiro a mais, tudo bem, mas esse aqui você vai ter que finalizar. A questão de saber onde que tá esse dinheiro é outro ponto importante, porque a gente tem aquilo que é garantido constitucionalmente, então a gente vai para um PPA, LOA, vamos falar também das emendas federais, distritais, fundos, onde que estão os recursos dos fundos, e aí a gente não pode olhar só para o fundo de habitação, temos que olhar para vários fundos, temos que olhar para o fundo de saúde, de educação, vinculado ao ministério da mulher, que é tudo isso que a gente fala a palavra habitação, a gente sabe que a assistência técnica não é a habitação, ela é muito mais que isso, então qualquer recurso que tenha como objetivo a melhoria daquele espaço por meio de uma política pública que seja idoso, criança, mulher, educação, saúde, a parte social, as secretarias socioassistenciais, tudo isso é válido para a assistência técnica. Nesse momento ela está dentro da companhia de habitação do distrito federal, mas eu poderia te falar claramente que ela poderia estar ligada ao Buriti, onde se executa a política, a visão macro, ela poderia estar dentro da secretaria de educação. Então, ela cabe em vários locais, por meio do qual ela pode ser executada por vários recursos, o mais seguro é que esteja lotado dentro das peças do PPA, mas outras alternativas precisam ser entendidas, quem tem que entender desses recursos são os arquitetos, porque se não for o arquiteto junto com a assistente social, acho que são os potenciais, isso não vai acontecer, eu vou estar falando com você em alguns anos e ainda vou estar falando de números muito baixos na minha opinião. A questão do dinheiro é a discussão. Eu posso sair daqui deixar alguém fazendo o que eu faço e só discutir questão de dinheiro, como se executa, como isso passa pela NBR, como passa pela caixa econômica, eu preciso aprender, porque se eu não passo isso para outros arquitetos que dão importância, ou assistente sociais por exemplo, a gente não vai conseguir fazer isso rolar.

EXPERIÊNCIAS (benefícios e dificuldades)

- Qual foi seu primeiro contato com o termo ou prática de ATHIS?

Foi em 2016 quando eu fui chamada pra uma seleção aqui na CODHAB/DF, até então, eu era uma arquiteta de mercado privado, mercado tradicional, tinha escritório próprio. Em 2013, quando eu tive meu filho, eu diminuí esse atendimento. Em 2016 me falaram sobre essa experiência que estava acontecendo e um colega meu, que na época trabalhava aqui, sabendo da seleção fez a indicação por achar que o meu perfil se

enquadra muito bem no que eles precisavam naquele momento. Eu acho que deu certo.

- O que você aprendeu com o projeto?

Nossa eu acho que foi muita coisa. A primeira coisa que eu aprendi foi que o arquiteto tem uma função social, não é escrito em um papel o que é a função social. Até então eu tinha uma noção assim de que, como eu sou dotada, vim da periferia e fui parar numa classe média alta de Brasília, a minha distância do problema era muito grande, mas aquilo estava na minha origem, no momento que eu me formei um dos meus maiores incômodos foi ver o banheiro da minha mãe biológica. Eu me lembro de trabalhar e receber meu dinheiro, logo no início dos meus salários, e fui reformar esse banheiro, ver a reação dela ao chegar em casa e ver aquele banheiro reformado. Só que isso era uma atuação muito particular, ali, eu estava sobrevivendo dentro do mercado. Com a possibilidade de vir para a CODHAB, eu me encontrei, sabe assim, de uma resposta para a vida, ela me ensinou que eu posso, por exemplo, ser paga por uma função social e ser realizada. Eu sou uma arquiteta realizada por trabalhar com o que eu gosto. Então ela me ensinou que o meu papel não era apenas desenhar, mas era entender de gerenciamento, de política, de recurso, de ser insistente, para poder levar e entender que a qualidade de vida de muitas pessoas depende de um dia de trabalho meu, por exemplo. Uma decisão minha, em cima da pirâmide, pode interferir em toda uma estrutura que está em baixo. Então a decisão de mandar um arquiteto para uma comunidade e não pra outra, a decisão de falar para o arquiteto eu quero os projetos entregues até tal dia porque temos que colocar a empresa lá dentro, se não temos dinheiro eu vou lá na câmara legislativa do DF. Ela me ensinou a insistir, porque aquela leitura que você está dentro de um órgão público e você é um ser estagnado, isso vai muito da personalidade da pessoa. Antes eu tinha um preconceito enorme sobre o concurso público, hoje eu te digo claramente que meu maior sonho é passar em um concurso público, ter estabilidade e poder chegar no CAU e saber que eu posso fazer a diferença como executora de assistência técnica pelo estado. Eu acho que é isso, **provar que o arquiteto pode estar dentro de qualquer lugar**, mas principalmente dentro do estado, e **se posicionar quanto aquilo que ele acredita**, quanto a bandeira que ele leva. Eu acho que essa é minha bandeira, eu falo que não consigo mais me encaixar por exemplo, não tenho nada contra, porque eu vivi muito disso, mas plenamente realizada eu fico com o que eu faço no meu dia a dia e não dá pra enjoar, é muita emoção. São 6 anos que trabalhamos com isso, que entregamos determinadas reformas, eu particularmente preciso sair de perto, porque me emociono, são coisas simples, simples para você, para quem recebe não é simples.

- Qual foi a experiência mais marcante nesse processo?

Internamente na CODHAB, foram tantas, mas eu acho que a experiência, não vou te falar nem de reforma, porque de reforma teve várias, inclusive uma que foi gravada pelo CAU/BR, no caso de São Sebastião (pode ser encontrado na página do CAU/DF, campanha mais arquitetos). O único caso de estado, de política pública executado pelo estado é o da CODHAB, o caso da dona Rita, eu sempre vejo aquele vídeo e me emociono. Mas eu te digo que um dos momentos **mais marcantes é na transição de**

governo, em que saímos de um governo e passamos para outro que era oposição, literalmente, eu me lembro de ter aquela sensação de que todo mundo falava assim: “acabou, pode juntar suas coisas aí porque vão exonerar todo mundo, ninguém é concursado”. Me lembro de estar com o caderninho com todos os dados em baixo do braço esperando o novo diretor entrar, quando ele chegou, ele conta que se sentou e o que eu falei, fui falando e falando, que ele falou assim: “gente, não tem como eu tirar, não tem como eu fazer um desmonte disso, pera aí, vamos olhar”. Então, ter conseguido fazer a primeira transição da política, pra mim foi o fato mais marcante, porque tivemos muita perda de mão de obra, devido a termos entrado em um grupo muito político e isso é uma vulnerabilidade de um lugar que não tem concursado, é essa, se perde tudo e rapidamente. Saber que eu consegui, que 4 anos depois estou aqui falando com você, pra mim é o marcante, às vezes nem acredito, porque se eu não tivesse sido forte naquele momento talvez realmente não teria sobrado nada, pelo contrário houve resistência, essa resistência na transição de governo, hoje, é o que eu mais me orgulho e o que mais me marca em todo o processo.

- Mudaria alguma coisa no projeto? O quê?

Não, nos projetos não, você sabe por que, tudo precisa de um amadurecimento, como não tínhamos referências, passamos o que tínhamos que passar, o que não dá é outras pessoas errarem o que a gente errou, que se errem novos erros, essa é a famosa frase: ‘que seja novos erros e não os mesmos erros’. Dentro do nosso processo não, eu acho que sofro muito, por ser muito passional, me importo demais com as coisas, por isso eu mudaria em mim, tentaria sofrer menos, mas acho que isso também faz parte do processo e acaba construindo quem é a Sandra Marinho hoje atuando a frente da assistência técnica, na realidade é a representação de muitos arquitetos, não somente eu, mas isso é uma construção de muitas mãos, então mesmo que eu não site um nome, de alguém, existem muitas mãos que foram colocando os tijolinhos para me deixar onde eu estou.

- Qual foi a maior dificuldade de todo o processo ao aplicar a ATHIS?

Transição de governo, porque o resto você dá conta, mas quando você depende de um outro, que tem um convencimento de pessoas que não são da área, não tem a raiz que você tem, é muito complexo, porque a sua linguagem tem que ser adequada do mesmo jeito que você fala com o morador, tem que ser adequada para quem está chegando. Esse é o desafio, você transitar, fazer dentro de mundos em que você está protegido é uma coisa, agora quando isso se abre, olha por aí e você está dentro de um ambiente que não é acolhedor, porque uma transição não é acolhedora, definitivamente esse é o maior desafio, ainda mais pela primeira vez. Agora vamos passar por uma transição naturalmente, não sei se eu continuo ou não, mas vai ser diferente, porque eu já passei por uma, agora eu sei mais ou menos o que pode vir por aí, a primeira não, você está com todas as suas esperanças naquilo.

- E qual foi a sua maior dificuldade?

Minha maior dificuldade foi o **emocional**, entender qual é o meu papel no processo, qual é a minha importância como profissional, quem sou eu diante da equipe, porque muitas vezes as pessoas estão ali se espelhando em você. Então quando você

trabalha, isso é em qualquer coisa em sua vida, mas quando você está em um desafio de algo tão instável, você tem o emocional para administrar o seu e o da sua equipe, a assistência técnica é isso, o emocional, seja na transição ou no atendimento daquele arquiteto que atende uma senhorinha que não tem o que comer em sua casa, tudo isso você administra emocionalmente, o técnico você resolve, treina, mas o emocional e o profissional que tem o perfil tem que encontrar porque não é qualquer arquiteto que vai fazer a assistência técnica, ele **tem que ter o perfil** junto com esse treinamento, com essa iniciação, porque tivemos no processo, arquitetos que ganhavam bem e que pediram para sair no primeiro ciclo de assistência técnica. Não está ligado só no que você vai receber, está ligado a outros fatores, a sua história de vida, a aproximação com o tema, o seu emocional, psicológico e a equipe que está te apoiando, o equilíbrio emocional é fundamental para a assistência técnica.

- Na sua opinião, o que a aplicação da ATHIS melhorou na qualidade de vida do morador/comunidade?

Ela melhorou, eu não diria que tudo, porque temos ele no centro e políticas públicas envolvidas, trabalho e renda, cultura, saúde, educação, enfim, mas eu digo que a assistência técnica **dá uma esperança aos moradores**, ele empodera esse morador, ajuda muitas vezes de sair de uma depressão e isso está ligado a parte mental e saúde, mas também ao espaço. Um espaço que tem luz, ventilação que é colorido, que é bonito, que é arejado, que é claro, ele possibilita a pessoa enxergar um pouquinho mais longe, então o que levamos a esse morador é enxergar um pouco mais além, como uma esperança de que as coisas podem acontecer. Tivemos muitos casos de pessoas que estavam com depressão e quando voltamos eram outras pessoas, a assistente social acompanha isso, traz esses relatos, infelizmente não posso estar em todos os lugares, acabo escolhendo casos específicos para ir acompanhando um pouco mais de perto, enquanto a equipe vai trazendo aquilo que eles acham que é importante chegar até mim. Eu acabo ficando com os casos que vou usar publicitariamente para fazer a propaganda, evidentemente, apesar de ser um trabalho público, eu tenho que ser política e a minha política é feita em cima de moradores que vemos que se encaixam perfeitamente na execução da política pública, que eles são nossos melhores comunicadores para o convencimento.

- Percebeu alguma mudança no entorno da ATHIS que poderia estar vinculada a sua ação?

Entorno da ATHIS, sim, a permanência dela. Por exemplo, está vinculado a minha atuação, especificamente a uma arquiteta gerencial, já me confundiram com administradora, com assistente social, porque você vai meio que se moldando para isso. Por exemplo, potencializar o recurso para um atendimento, tem arquitetos que vemos que possuem uma habilidade muito maior em soluções com o mesmo recurso que outro atendimento, e a gente vê que ele tem uma habilidade ou ele tem uma habilidade maior de arrecadação de material próprio ou particular para doar aquela família, então ele atende mais porque traz material de doação, isso está vinculado a atuação dele. No meu caso a ATHIS se modificou pela permanência dela, isso está vinculado ao tipo de atuação que eu tenho, a de persistência e resistência, vamos dizer assim.

[com relação aos espaços físicos, vocês reformaram uma casa e tem alguma visão das casas do lado começarem a ficar mais, procurar essa melhoria também?] Sim, isso acontecesse direto, uma beneficiária selecionada ou indicada pelo CRAS local, que chama a vizinha para tomar o café e mostrar a casa dela, porque antes não mostrava, é a partir da reforma que ela mostra, mas ela começa a mostrar tanto que começamos a ter problema, que a gente fala: a gente é o problema de atendimento, porque ela vai mostrando, convidando parente que mora ali perto, na rua de baixo, na rua de cima, na rua do lado e aí começamos a receber essas demandas.

- O que poderia ser melhorado para evitar a desinformação desta prática?

Se falar mais, dentro das comunidades, não entre arquitetos, com atores locais e representação local. Eu acho que isso, a gente precisaria ter uma mudança de atuação.

- Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na prática da ATHIS?

Eu acho que a **conscientização política, de atores locais, vereadores, deputados distritais, estaduais e federais** sobre a existência, a gente fala, mas é porque falamos e vemos veículos que estão muito ligados a gente. Os deputados distritais são poucos os que sabem, mas os que souberam colocaram recursos durante os três últimos anos na assistência técnica, então você vê que ao se **falar para quem tem o dinheiro é importante**.

LEGISLAÇÃO (o q facilita e o quais os entraves)

- A lei 11.888 foi aplicada no decorrer do projeto?

Totalmente, é ela que legaliza no decorrer da nossa situação, se não fosse isso acho que eu estava presa.

- Qual o impacto da lei 11.888 na aplicação?

É a legalidade, te dá uma **segurança jurídica** de atuação no campo, por mais que tenhamos uma lei recepcionando aqui no DF, ela ainda não está regulamentada, mas citamos ela porque aplicar é complicado, nossa base mesmo de apoio é a federal. Outra coisa, ela dá uma importância por estarmos falando de uma lei federal. Então ela te coloca em um outro nível, eu não estou falando no local e sim nacional, quando você vai elevar essa discussão a frente com atores que não são da área de arquitetura e urbanismo.

- Na sua opinião, tem alguma diferença em como é aplicado a lei e como ela deveria ser aplicada?

Aplicamos diretamente com a questão objetiva, de segurança jurídica e administrativa. Mas tem um artigo, não me lembro de cor na lei, que fala que preferencialmente ela teria que ser feita pro grupo, seria uma seleção, tem que procurar o artigo direitinho, mas dentro da lei, ela fala que preferencialmente teria que ter as instituições de ensino, isso deveria ser preferencial, só que no caso da CODHAB por exemplo, a gente tem as instituições de ensino, procuramos fazer um pouco do que a lei manda, mas ela é

exceção, ela é um apoio, então, eu digo assim, eu não sou acadêmica, na realidade estou a seis anos, inclusive já reclamaram bastante sobre isso, que preciso parar e ir para o mestrado para poder tratar de toda essa experiência. O que fazemos, o que eu tenho na base é além, e aí temos universidades, cursos de extensão, temos fontes de cooperação técnica entre o estado, a CODHAB e instituições de ensino superior de Brasília, a palavra autogestão está lá (na lei), então eu tenho a máquina de tijolos que estou tentando. O que eu faço é dentro daquilo que eu leio e entendo que aqui dentro do estado tem esse caminho, então vamos tentar construir aqui, mas tudo isso ainda é apoio e não a regra, porque ainda estou prezando pelo mínimo da legalidade administrativa e jurídica de processo, apesar que isso não me barra em relação a nada, ou seja, não sou burocrata, muito pelo contrário, se eu for preso daqui alguns anos você pode me visitar na cadeia. Minimamente você tem que ter um cuidado e o meu cuidado é o mínimo justamente pra não correr riscos de processos daqui alguns anos, que não é o objetivo. Agora precisamos ajustar entre lei e aplicação de fato, para que a gente consiga realmente aplicar a lei como ela precisa e necessita.

- Percebe alguma lacuna na legislação atual? Mudaria, retiraria ou acrescentaria alguma coisa?

Não, sabe por quê, o que eu tenho já me dá trabalho. Eu fico olhando as vezes e vejo que isso ainda é uma tentativa de sobrevivência, não consigo ser crítica há uma lei que uma galera esteve envolvida e fez ser publicada. Eu posso parar e ter uma análise crítica de alguns pontos, mas eu não me sinto à vontade de falar que mudaria isso ou aquilo. Não, eu deixaria do jeito que tá e falaria para a galera: vamos **falar menos e fazer mais**, porque aí sim podemos mudar alguma coisa na lei. Não precisa mudar nada, não vamos brigar para estar dentro da CLVF, para ter uma linha de orçamento, na hora que eu tiver uma linha de orçamento garantido e tiver um programa certinho, aí pensamos em mudar alguma coisa. Não muda o que tá, não vamos abrir outra frente de discussão. Quem sabe daqui 5 anos a gente vai tá conversando sobre ajustar alguma coisa na lei federal, que não seja a lei federal, mas na lei estadual. Por exemplo, a lei distrital está em ponto de regulamentação, se eu quisesse eu poderia estar forçando para que isso saísse sobre minha coordenação. Poderia, só que eu acho que isso não é o momento, preciso passar por outra transição para ter certeza do que a gente está fazendo, se não vai ficar mais um papel sem ninguém executando daqui 4 anos. Então é melhor eu me concentrar no que, em chegar psicologicamente bem no final do ano, em janeiro, por exemplo, e aí fazer um planejamento para os próximos 4 anos, porque aí eu consigo falar na lei distrital, eu colocaria, por exemplo, a instalação do banco de materiais solidários que não temos. Eu não mudaria na lei federal, vou mudar aqui, a que mais, eu vou mudar isso, isso e aquilo, porque com a experiência que a gente tem é viável, eu sei que por aqui vai dar certo, por estarmos rodando informalmente, e a gente agora tem uma segurança, porque eu acredito que se eu conseguir com a minha equipe passar por essa transição, a gente pode respirar e falar que deu certo, simplesmente vamos comemorar, é muito importante fazer essa transição dentro do Distrito Federal.

- O que falta avançar na legislação ou na qualidade dela?

O que falta avançar, não na lei federal ainda, mas eu acho que **na distrital**, com experiência de cada local, é essa questão da qualificação, **trazer a obrigatoriedade do banco de materiais, de tecnologias sustentáveis**, como uso de tecnologia sustentável, trazer isso para um comitê geral, no processo interno de uma companhia. Eu acho que falta é **tornar ela intersetorial**, ela tem que ser uma política que vai cruzar todo um planejamento estratégico do governo, ela precisa cruzar, na hora que ela conseguiu cruzar sabemos que ela está madura o suficiente para não ser desmanchada.

RECURSOS (custos financeiros)

- O morador paga (com seus recursos ou com financiamento) algum valor para a realização?

Não, totalmente subsidiado.

- Como é feita a captação de recursos?

Bom, a gente tem a fonte da própria CODHAB e temos as **emendas parlamentares** distritais, essas vêm se destacando como fonte principal da execução.

- Como é pago a obra (materiais e mão de obra)?

A gente paga tudo por meio, a gente faz um contrato, um empenho, um contrato e faz o pagamento em um bloco só.

- Como é realizado o pagamento do serviço profissional do arquiteto?

No caso de, quando a gente paga esse profissional, ele é pago por meio de um contrato geral, então dentro desse contrato geral, a gente prevê um arquiteto disponível 30 horas semanais, um assistente social disponível 30 horas semanais, parte administrativa e tudo. Então dentro da tabela do SICAU, temos um preenchimento para ter uma noção de quanto tá custando a hora daquele arquiteto, colocamos isso para a licitação técnica e preço. É claro que as empresas podem dar desconto, podendo baixar a hora do arquiteto, mas eu considero que do primeiro indicador para o segundo, que até hoje a gente só teve 2 mesmo, já tivemos uma significativa evolução na questão do pagamento. Porque até então, como não tínhamos uma referência, até a questão de desconto que as empresas davam, a gente ficou muito impressionado, a empresa dando desconto de 30%, tipo sem noção do que ela vai fazer dentro da comunidade para dar um desconto de 30%, porque ela entra com o raciocínio de licitação geral de órgão público e não é assim. Tivemos empresas que, por exemplo, cobraram muito baixo e desistiram do processo.

- O projeto possui parceiros ou patrocinadores? Como ocorre essa parceria?

Patrocinadores não, a gente possui parceiros, por exemplo, como conselho de arquitetura do Distrito Federal, que hoje apoia por meio de pagamento de projetos desenvolvidos por profissionais de arquitetura e urbanismo para a realização do projeto nenhuma casa sem banheiro no Distrito Federal, que é uma réplica do que a gente tá fazendo o slogan e a campanha CAU Rio Grande do Sul para o DF.

- Teve auxílio público para a aplicação da ATHIS?

Auxílio público, sim, todo, porque vem ou da fonte cem, ou da emenda parlamentar.

- Conhece algum fundo para a aplicação da ATHIS?

Sim. É o Fundo de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal (FUNDHIS), é o que eu conheço de mais fácil acesso para a gente aqui, mas é claro que existe o nacional, por exemplo.

PANDEMIA (COVID 19)

- Como a pandemia impactou no projeto?

Para a gente **foi muito ruim**. Porque como você trabalha muito dentro da casa do morador, a gente ficou meio em choque, principalmente no primeiro 6 a 7 meses, que não tínhamos noção do que estava acontecendo, não conseguíamos ter essa dimensão, então parar de repente foi muito chocante. Quem trabalha aqui direto no campo, é claro que a parte administrativa que trabalha com assistência técnica, que eles precisam ser destacados também, não sentiu e não teve essa visão. Mas vimos o quanto é vulnerável a atuação do arquiteto, por exemplo, em uma situação como essa, a gente nunca imaginou, eu me lembro quando começou a história da pandemia, me falaram que ia parar tudo e eu falava que não, é impossível, como é que se para o atendimento. Nisso a gente se viu obrigado a parar, vimos o corte de recurso acontecendo diretamente dentro da companhia e dependendo nesse momento de atuação junto a deputados distritais para se conseguir o mínimo de recurso para trabalhar. Outro problema é que isso gerou um passivo, uma herança, que vai durar esse ano e provavelmente o ano que vem inteiro para colocar em dia. Estamos sem previsão de abertura de inscrição para os próximos 2 anos. Isso é realmente muito impactante para a nossa atuação. O que fazemos, hoje, é correr atrás do prejuízo, mas sabendo a importância que a gente tem, depois da pandemia, sobre a casa desses moradores e da saúde pública.

- Alguma alteração devido ao distanciamento será mantido nos próximos projetos?

Não. Já voltamos a atuação normal, claro que tomamos todos os cuidados, mas estamos retomando todos os atendimentos.

ESPECÍFICAS (perguntas adicionais a serem feitas aos entrevistados)

- Ao se identificar uma ocupação irregular, quais os procedimentos a serem seguidos?

Bom, a gente não faz isso. Quando a gente identifica, como somos assistência técnica, não estamos como órgão fiscalizador e não é o nosso objetivo, então não chegamos a fazer a identificação. Quando vamos para atuação, a gente já vai com áreas definidas, que são determinadas já pelo QDAD do DF, pesquisa distrital de amostra de domicílio. Então a gente não faz essa situação, temos uma secretaria específica que cuida dessa parte, onde o máximo que acontece é se ela faz realocação e está

dentro de uma área de um lote urbanizado, o certo é que ela mande para assistência técnica para que seja atendido por ela.

- Quais os setores tiveram envolvimento para a realização e aplicação da ATHIS?

Área administrativa, área jurídica, presidência para tomada de decisão, a diretoria imobiliária que é a diretoria que habilita os beneficiários de realocação por exemplo. Se fosse pensar em trabalho, eu diria que é a parte administrativa, financeira, jurídica e a própria presidência, que é onde se toma a decisão inicial de autorização para a execução.

- Como essa prática impactou os outros setores da CODHAB?

Eu acho que no sentido deles (os funcionários de outros setores da CODHAB) perceberem que a assistência técnica tem o seu papel, a sua importância para execução de políticas habitacionais. Porque a assistência técnica é uma política habitacional. Conseguimos que isso seja entendido e que a gente não trabalhe com migalhas de dinheiro. Esse negócio de, ah não, dá um trocado ali que ela faz uma assistência técnica, eu sempre digo: “desculpa amigo, eu sou uma mulher cara. Eu quero dinheiro”. Então, resolvi o problema habitacional. Sim, eu quero 35 mil reais para fazer uma reforma. Sim, eu quero 75 mil reais para uma construção de uma área que tenha pelo menos as ligações realizadas. Sim, eu quero dinheiro fixo no meu orçamento. Sim, eu quero uma equipe técnica de qualidade, eu quero uma estrutura de trabalho, eu quero uma diretoria. Isso é entender que a política de assistência técnica é tão importante quanto o ‘minha casa, minha vida’. Eu diria que é até mais importante, porque ela apresenta uma eficiência quase de, vamos dizer assim, 100% nesses atendimentos. Porque o risco desses moradores receberem uma unidade habitacional e daqui 5 anos vender, sabemos que a especulação imobiliária do Brasil é impressionante, ele vai vender, a chance é enorme, isso não acontece com a assistência técnica. Há, mas não pode acontecer de você reformar e a pessoa alugar? Claro que pode, a gente não tá ali 100% do tempo, mas na nossa constatação, se isso acontece é muito pouco, muito baixo. Isso faz parte de um risco da execução da política habitacional, que é menos prejuízo do que entregar uma unidade habitacional para alguém de uma lista que, muitas vezes, está habilitada, mas com o passar do tempo você vê que aquela pessoa não se enquadra tão perfeitamente naqueles critérios. Então isso precisa ser muito bem analisado, se estamos falando de números ou de eficiência de atendimento.

- O que a prefeitura precisa fazer para que a prática de ATHIS seja garantida no futuro?

Bom, eu vou falar pelos outros estados, porque aqui não acontecesse isso. Eu acho que a primeira coisa é ter conhecimento e decidir que quer colocar ali a assistência técnica, a segunda coisa é ter minimamente um núcleo, uma coordenação, que seja responsável, porque ‘cachorro que não tem dono, morre de sede’. A partir daí é fazer a interlocução com, por exemplo, entidades de classe próximas para dar esse apoio inicial. Hoje em dia não há mais necessidade disso. Tem uma galera querendo fazer.

O problema não é o recurso, o recurso tem, você só precisa ter a vontade de procurar os parceiros.

- O que é levado em consideração para a decisão de realocar uma população para um programa público (minha casa, minha vida), desapropriar, regularizar ou realizar uma ATHIS? Fazem realocação e desapropriação?

A gente não faz o levantamento, o ideal é que seja feito. É muita coisa para a gente falar. A gente não fez, porque precisamos sobreviver. Estamos com o ônibus andando e precisamos mostrar que o negócio é possível. Ainda estamos nessa fase. Esse levantamento de dados é extremamente necessário, mas se você for fazer isso para depois fazer a execução, desculpe, mas vai finalizar a gestão e quem vier não vai querer pegar o projeto no papel. Isso não vai dar certo. Para se pensar em etapas futuras, o ideal é fazer o levantamento. É importante, mas você pode encurtar esse caminho. Por exemplo, tem o médico da família que já sabe te indicar a região em que iremos encontrar o nosso público alvo, então você tem que ir ali, enquanto isso, em paralelo, você coloca alguém levantando os dados em outro local. O sonho é ter os dados, de fazer o projeto, buscar recursos e executar. Só que se for esperar esse processo, a criança já morreu de pneumonia, por isso você precisa chegar no dinheiro, precisa analisar muito bem o momento e as estratégias. Aqui a gente não deu conta ainda, mas eu sinto muita falta de indicadores, de dados, aquela coisa mais consistente. Eu tenho muitas informações, mas ainda não consegui organizar. Eu tenho inúmeras planilhas, orçamentos, processos e tudo mais, mas se eu fizer isso não boto as obras para andar. Se estamos falando de uma área que é de domínio público, na minha opinião como profissional, essa área já está consolidada há mais de 10 a 15 anos, que é o que acontece muito aqui em Brasília, não tem mais como mexer, tem que correr atrás do prejuízo. Se o estado não é veloz, desculpe, mas ele vai pagar a conta. Você cortar os vínculos desse núcleo familiar com aquele espaço, território, isso é muito mais problemático para o estado do que construir unidades lá não sei aonde, distante de tudo. Onde você vai colocar essa família em uma situação muito delicada? Então, a prioridade, sobre a regularização, acho que ela sempre tem que ser: Dá pra manter? Então mantém! Remove o menor número possível, por que estamos falando de estruturas, histórias de família, vínculos afetivos com o território. Se habilitar melhor esses grupos, é claro que a gente sabe que, no meio daquela comunidade, tem os especuladores, então vamos fazer uma seleção, uma habilitação mais criteriosa, vamos ter um monitoramento sobre essas famílias. Porque você não quer incentivar a especulação imobiliária. Brasília particularmente, a história dela é particularmente especulação imobiliária. Ela trata disso. Temos claramente a construção de Brasília em cima desse tema. A partir de um monitoramento, eu acho que o estado tem que manter, remover o menos possível, porque isso tem custo e a assistência técnica está aí pra isso, ela precisa ser estruturada. Por isso, é claro que eu falo: 'ah não, se vai remanejar manda para assistência técnica'. Mas estou falando que minha diretoria teria que ter núcleos de coordenações de realocação, de melhorias habitacionais e de regularização fundiária. Teríamos que ter núcleos específicos para cada uma dessas situações. Então, a minha opinião é que se mantenha nessas localidades, dando direito a titulação e também a questão habitacional. Se for regularizar, tem que ter ATHIS.

ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTOS

Página 1 de 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: ASSISTENCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS) - O planejado e o possível

Pesquisador responsável: Glane de Campos Grigoletti

Mestranda: Talires Quesada Tavares

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8619. Av. Roraima n 1000, Prédio 8 (INPE), sala 2058, 97105-900- Santa Maria – RS.

Local da coleta de dados: Google Meet

Eu, Glane de Campos Grigoletti, responsável pela pesquisa "ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS) - O planejado e o possível", juntamente com a mestranda Talires Quesada Tavares, participante da pesquisa, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se avaliar ações baseadas na aplicação da lei de ATHIS (Lei Federal nº 11.888/2008), em âmbito de reforma habitacional, desenvolvidas no Brasil. As avaliações buscam verificar as premissas dos projetos, as dificuldades encontradas, os benefícios e contribuições segundo a visão dos agentes que as implantaram (instituições de ensino, profissionais e órgãos públicos). Acreditamos que ela seja importante para a compreensão da realização da prática de ATHIS. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: revisão bibliográfica, descrição dos objetos de estudo, entrevistas semiestruturadas e avaliação qualitativa.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Sua participação constará em responder os questionamentos realizados durante a entrevista, agendada em data e o horário de sua disponibilidade, por meio de reuniões virtuais (Google Meet) ou presenciais. A entrevista será gravada em áudio e vídeo, para a posterior transcrição, e somente terão acesso a ela a aluna e sua orientadora, a gravação não será divulgada ou publicada. As informações coletadas consistirão em experiências vivenciadas pelo entrevistado (Indicação de trabalhos realizados, como foi feito, avaliação das ações e suas percepções). Todas as informações coletadas e apresentados no trabalho serão devidamente referenciadas com o nome, profissão e cargo do entrevistado.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: cansaço, constrangimento, invasão de privacidade, dano a imagem, interferência na rotina, embarço. Para evitar a ocorrência desse tipo de incômodo, fica garantida a possibilidade de não aceitar participar, suspender a entrevista ou retirar sua permissão a qualquer momento, além de se negar a responder qualquer pergunta a ser realizada sem nenhum prejuízo pela decisão.

Os benefícios diante dos resultados do estudo podem contribuir para a compreensão da prática da ATHIS e o potencial da aplicação da Lei Federal nº 11.888/2008, além de registrar as percepções, dificuldades enfrentadas e Ideais dos profissionais que as aplicam,

qualificando ainda mais os processos realizados pelos profissionais de arquitetura e urbanismo em diversos setores de atuação na área de habitação de interesse social.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa. As informações desta pesquisa poderão ser divulgadas em eventos, publicação de artigos científico e na dissertação. As informações coletadas e transcritas serão mantidas em arquivo físico e digital, sob guarda do pesquisador responsável, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Os gastos necessários para sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresse minha concordância em participar e ter meu nome vinculado a este estudo, assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.



Assinatura do voluntário



Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Santa Maria, 28 / 04 / 2023.

qualificando ainda mais os processos realizados pelos profissionais de arquitetura e urbanismo em diversos setores de atuação na área de habitação de interesse social.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa. As informações desta pesquisa poderão ser divulgadas em eventos, publicação de artigos científico e na dissertação. As informações coletadas e transcritas serão mantidas em arquivo físico e digital, sob guarda do pesquisador responsável, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Os gastos necessários para sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, ANDREIA FERNANDES MUNIZ, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar e ter meu nome vinculado a este estudo, assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário



Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Santa Maria, 29 / 10 / 2021.

qualificando ainda mais os processos realizados pelos profissionais de arquitetura e urbanismo em diversos setores de atuação na área de habitação de interesse social.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa. As informações desta pesquisa poderão ser divulgadas em eventos, publicação de artigos científico e na dissertação. As informações coletadas e transcritas serão mantidas em arquivo físico e digital, sob guarda do pesquisador responsável, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Os gastos necessários para sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, SANDRA HELENA LEHNEN BECKER, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar e ter meu nome vinculado a este estudo, assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

SANDRA HELENA
LEHNEN

BECKER:80674917049

Assinado de forma digital por
SANDRA HELENA LEHNEN
BECKER:80674917049
Dados: 2022.09.21 15:24:52 -03'00'

Assinatura do voluntário



Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Santa Maria, 21 / 09 / 2022.

qualificando ainda mais os processos realizados pelos profissionais de arquitetura e urbanismo em diversos setores de atuação na área de habitação de interesse social.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa. As informações desta pesquisa poderão ser divulgadas em eventos, publicação de artigos científico e na dissertação. As informações coletadas e transcritas serão mantidas em arquivo físico e digital, sob guarda do pesquisador responsável, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Os gastos necessários para sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, Sandra Maria França Marinho, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresse minha concordância em participar e ter meu nome vinculado a este estudo, assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.


Assinatura do voluntário


Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Santa Maria, 04 / 07 / 2022